CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
MINAS GERAIS

60 ANOS
Aniversário

Revista Educação e Legislações

Nº 2 - 2023

Revista Educação e Legislações do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais

MINAS GERAIS

Ano II ▪ Outubro ▪ 2023

N. 2

GOVERNO DO ESTADO
DE MINAS GERAIS

Governador
Romeu Zema Neto

Vice-Governador
Mateus Simões de Almeida

Presidente do Conselho Estadual de Educação
Felipe Michel Santos Araújo Braga

Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação
Girlaine Figueiró Oliveira

Presidente da Câmara de Planos e Legislações
Emerson Luiz de Castro

Vice-Presidente da Câmara de Planos e Legislações
Girlaine Figueiró Oliveira

Presidente da Câmara do Ensino Superior
Jacqueline da Silva Gonçalves

Vice Presidente da Câmara do Ensino Superior
Carlos Henrique de Carvalho

Presidente da Câmara do Ensino Médio
Girlaine Figueiró Oliveira

Vice Presidente da Câmara do Ensino Médio
Juliana de Carvalho Moreira

Presidente da Câmara do Ensino Fundamental
Ivonice Maria da Rocha

Vice Presidente da Câmara do Ensino Fundamental
A definir

CONSELHO CONSULTIVO

Conselheiros do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais

Andréa Cristina Dungas Santos
Bruna Caroline Morato Israel
Carlos Henrique de Carvalho
Claudia Maria Fradico Lucas
Dirce Efigênia Brito Lopes E Oliveira
Emerson Luiz de Castro
Felipe Michel Santos Araújo Braga
Gabriel Leite Mendes
Girlaine Figueiró Oliveira
Hélvio de Avelar Teixeira
Ivonice Maria da Rocha
Jacqueline da Silva Gonçalves
Juliana de Carvalho Moreira
Kátia Liliane Alves Canguçú
Luciano Sathler Rosa Guimarães
Marcus Vinicus Neves de Araújo
Maxwell Boaventura Barbosa
Paulo Henrique Cotta Pacheco
Paulo Leandro de Carvalho
Pedro Cláudio Coutinho Leitão
Sérgio Luiz Nascimento
Tatiana Tilatti Motta
Zuleica Reis Ávila
Wagner Silveira Rezende

CONSELHO EDITORIAL

Ângela Maria Scalabrin Coutinho - Universidade Federal do Paraná - Professora Visitante na Université
Augusta Maria Bicalho - Conselheira do Conselho Estadual de Educação do Paraná.
Claudia Andréa Mayorga Borges - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
Giane Quinze Dias de Faro de Oliveira - Conselheira do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro.
Helena Colona - Universidade Eduardo Mondlane - Maputo- Moçambique.
Huagner Cardoso da Silva - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.
Liliane Campos Machado - Universidade de Brasília - UNB.
Manuel José Jacinto Pereira Sarmento - Universidade do Minho - Braga /Portugal
Maria de Fatima Soares Ferreira - Conselheira do Conselho Estadual de Educação do Amapá.
Maria Nadurce da Silva - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.
Marlene Muno Colessanti - Universidade Federal de Uberlândia
Paul Sabatier - Toulouse - França.
Renata Cordeiro Maciel - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

EDITORA MASTER DA REVISTA

Professora MSc. Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira

PARECERISTAS

Prof. Dr. Luciano Sathler Rosa Guimarães - Universidade Metodista de São Paulo
Prof. Dr. Pedro Cláudio Coutinho Leitão - Vice-Presidente da Rede Doctum de Ensino
Profa. Dra Cláudia Aparecida Ferreira Machado - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
Profa. Dra Denice do Socorro Lopes Brito - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
Profa. Dra Eliana de Freitas Soares - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
Profa. Dra Kátia Liliane Alves Canguçu – Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais
Profa. Dra. Lina Kátia Mesquita de Oliveira - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd/UFJF
Profa. MSc. Dirce Efigênia Brito Lopes E Oliveira - Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Maria Goretti da Silva Barros
Prof. Dr. Luciano Sathler Rosa Guimarães
Profa. Dra. Kátia Liliane Alves Canguçú
Prof. Dr. Pedro Cláudio Coutinho Leitão
Profa. MSc. Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
Renato Lopes
Sandra Maria Vieira de Melo Barboza

CRÉDITOS DA CAPA

Gabriel Lucas Soares dos Santos

Apresentação

Esta edição da Revista do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG) é comemorativa, por ocasião do aniversário de 60 anos deste órgão normativo. Agora sexagenário, o Conselho dispõe de larga experiência para continuar contribuindo com o fortalecimento do Sistema Estadual de Educação do Estado, produzindo e aprimorando normas e colaborando no âmbito da rede de controle das políticas e serviços educacionais mineiros.

Os Conselhos Estaduais, criados em 1963, em decorrência da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foram uma importante inovação, que impactaria a organização dos Sistemas de Ensino da União, dos Estados e do Distrito Federal. À época da primeira edição da revista do Conselho de Minas Gerais, em 1966, o então Presidente comentou, na apresentação, que havia aqueles que pensavam que o empoderamento de instituições locais poderia significar um afastamento da federação. Todavia, José Guerra Pinto Coelho concluía no mesmo artigo: "longe de enfraquecer os laços da comunidade brasileira, incumbe aos Conselhos Estaduais preservá-los, à medida que se multiplicam os ingressos da infância e da juventude aos níveis de ensino primário, médio e superior".

De certo, no tempo, os Conselhos Estaduais e Distrital de Educação fortaleceram sua atuação, elaborando e disseminando normas educacionais complementares e alinhadas aos desafios contemporâneos, na educação básica e superior. Hoje, seguem comprometidos com seus territórios e também com o desenvolvimento nacional, por exemplo, por meio da articulação no Fórum Nacional de Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE), em que Minas Gerais, especialmente nos últimos quatro anos, tem buscado atuar com protagonismo na colaboração interfederativa, troca de experiências e incidência nas principais discussões nacionais do setor. Simultaneamente, nosso Conselho vem fortalecendo os laços com outros entes da rede de educação, como a própria Secretaria de Estado de Educação e órgãos do governo central mineiro, a União Nacional de Dirigentes Municipais (UNDIME) e a

União de Conselhos Municipais de Educação (UNCME). É oportuno lembrar a máxima: “para ir rápido, vá sozinho; para ir longe, é preciso ir junto”.

Com o advento da mais recente Lei de Diretrizes e Bases da educação, de 1996, que revisou e ampliou o papel dos entes federados, em harmonia com a Constituição Cidadã de 1988, veio a expectativa de ampliação e fortalecimento do papel dos Conselhos Estaduais de Educação. O desafio de ampliação do atendimento escolar, obrigatório para uma faixa maior de públicos, de aumento da escolaridade e da qualidade e equidade na educação, foram concebidos como um ponto crucial para o desenvolvimento social e econômico nacional. Em Minas Gerais não foi diferente e a própria Constituição Estadual mineira previu que, para isso, seria função deste Conselho existir como órgão de Estado, para a legítima representação da sociedade civil na elaboração e controle das políticas públicas de educação.

No ano de seu sexagésimo aniversário, o Conselho mantém-se energizado e produtivo, com um esforço dos Conselheiros e de sua equipe para realizar sua missão: aplicar e aprimorar de forma contínua os sistemas normativos, em cooperação com órgãos afins e sociedade. A orientação é em direção à inovação, com modernização institucional, desburocratização, transformação digital e qualificação da gestão de pessoas e projetos, com orientação para resultados e entregas significativas para a sociedade. Esta Revista, ao reunir as informações sobre pareceres, resoluções e demais publicações do Conselho, é uma contribuição para a disseminação desse conhecimento e desse espírito empreendedor, presente no setor público e privado, fundamental para a contínua melhoria educacional em todas as regiões e escolas da nossa querida Minas Gerais.

A Revista Educação e Legislações é uma publicação eletrônica anual do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG) e tem por objetivo a divulgação e registro histórico das resoluções e pareceres doutrinários, e resumo dos demais, bem como indicações, relatórios, estudos, legislação e outras matérias que apresentem interesse para a educação. Seguindo as diretrizes prevista no artigo 74 do Regimento Interno do órgão, a atual versão traz atos normativos elaborados pelo Conselho, artigos de autoria de conselheiros e pesquisadores e relatos de servidores em comemoração aos 60 anos do CEE/MG.

Ao escolhermos este tema para o título da Revista Educação e Legislações, assim o fizemos com direcionamento do pensamento para um dos objetos do CEE/MG, que é o de referenciar a discussão constante, legal e pedagógica, de todos os processos educativos do Estado de Minas Gerais. Nesta perspectiva, os estudos que se seguem nos auxiliam a refletir sobre temas e demandas atuais, ampliando as nossas perspectivas e conhecimentos.

O registro das pesquisas e ideias aqui descritas, se constitui em um esteio para a compreensão das realidades educacionais mineiras, traduzindo através destes registros e investigação temas atuais e representativos. Assim, este número II da Revista Educação e Legislações, busca apresentar conceitos, resultados de pesquisas, discussões e ideias, traduzidos em um conjunto de revelações inéditas, e uma pletora de normativas produzidas no período de 2022 a meados de 2023.

A Revista Educação e Legislações está estruturada em três seções, sendo:

► Seção I - Artigos.

► Seção II – Relatos e Entrevistas.

► Seção III - Atos Normativos do CEE – Anos 2022 e 2023.

Iniciamos a apresentação dos artigos, constantes da Seção I, com o trabalho dos autores:

Arlene Borges da Cunha:

Licenciada em Letras, Pedagogia - Administração Escolar e Especialização na Escola de Gestores/MEC. Atualmente, Presidente da Comissão de Processos Administrativos Disciplinares da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B / Núcleo de Correição Administrativa da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Artigo: **GERIR UMA ESCOLA IMPLICA RELAÇÕES – A TEORIA DO RECONHECIMENTO APLICADA ÀS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO**

Bruna Caroline Morato Israel:

Licenciada em Pedagogia, Especialização em Inspeção e Supervisão Escolar e Mestrado em Educação. Atualmente, Consultora Técnica de Educação no Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa, Coordenadora da implantação da Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida em 25 instituições educacionais mineiras, e Conselheira no Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

Artigo: **CONSTRUINDO CAMINHOS DE APRENDIZAGEM: Os Impactos do Programa ELV na Trajetória de Aprendizado do Estudante com Deficiência Intelectual**

Caio Márcio Rodrigues David:

Licenciado em Teatro e em Artes Visuais, Especialização em Teatro e Expressividade, e Mestrado em Artes. Atualmente, servidor público efetivo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, onde ministra a disciplina de Arte e trabalha com a iniciação de crianças e jovens ao mundo teatral.

Artigo: **O TEATRO NO AMBIENTE ESCOLAR - Reflexões de uma prática de ensino em uma escola pública de São Sebastião do Paraíso/MG**

Daiana Samara de Carvalho Reis:

Graduada e Pós-Graduada em Química, Mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino. Atualmente, Professora de Química no Ensino Médio e Professora Analista do Núcleo de Gestão Pedagógica da Superintendência Regional de Ensino de Varginha. Palestrante e congressista em eventos acadêmicos na área da Educação, com foco em TIDC's e Metodologias Ativas no Ensino de Ciências da Natureza.

Artigo**: EDUCAÇÃO BÁSICA E O USO DAS TDIC'S: UMA REALIDADE POSSÍVEL NAS AULAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Dalila da Cruz Silva:

Licenciada em Letras, em Pedagogia e em Gestão Escolar (Supervisão/Orientação, Administração e Planejamento). Especialização em Metodologia da Língua Portuguesa. Mestrado em Educação. Atualmente, Professora de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Artigo: **O ADENTRAR DA CULTURA POPULAR NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA.**

Débora Carine Maziero Silva:

Graduada em Geografia, em Filosofia, em Pedagogia e em Biblioteconomia. Especialização em Ensino Religioso e em Ensino de Geografia e Meio Ambiente. Mestranda no Mestrado Profissional em Ensino para a Educação Básica. Atualmente, Professora de Educação Básica, servidora pública efetiva da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Artigo: **EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: O Caso da Escola Estadual "São Geraldo" de Coromandel-MG**

Profª Dra. Denice do Socorro Lopes Brito:

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU, professora titular da Didática da Universidade Estadual de Montes Claros e Supervisora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) do município de Montes Claros.Coordenadora da Residência Pedagógica em Pedagogia pela UNIMONTES nas escolas do município de Januária/MG.

Artigo: **O PROCESSO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM: REFLEXÃO SOB O OLHAR DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19**

Profª Ms. Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira

Mestre em Educação pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM, professora titular de didática e Metodologia Científica da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Supervisora Pedagógica da Educação Básica no município de Montes Claros-MG. Conselheira da Câmara do Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação de MG.

Artigo: **O PROCESSO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM: REFLEXÃO SOB O OLHAR DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19**

Eduardo Tadeu Maggi:

Graduado em Análise de Sistemas com Ênfase em Sistema de Informações. Especialização em MBA em Compliance e Governança Corporativa. Atualmente, membro da equipe de Tecnologia e Inovações do Conselho Estadual de Minas Gerais, promovendo o alinhamento estratégico dos projetos e a alocação eficiente dos investimentos em inovações.

Artigo: **Integrando Compliance e Governança para Fomentar a Inovação Educacional**

Jussara Maria da Silva:

Licenciada em Língua Portuguesa e Inglesa e em Gestão Escolar (Supervisão/Orientação, Administração e Planejamento). Especialização em Metodologia da Língua Portuguesa. Mestrado em Educação. Atualmente, exerce o cargo de Diretora de Escola Estadual da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Artigo: **O ADENTRAR DA CULTURA POPULAR NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA**.

Kátia Liliane Alves Canguçu:

Graduada em Psicologia Clínica, Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Especialização em Adolescência e Relações de Gênero, Mestrado em Educação Tecnológica, Doutorado em Avaliação e Medidas Educacionais, Pós-Graduação em Neurociência na Educação e Especialização em Direito Administrativo e Gestão de Pessoa Públicas. Atualmente, servidora pública efetiva da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e Conselheira do Conselho Estadual de Educação.

Artigo: **Análise dos Processos Cognitivos e dos Níveis de Conhecimento utilizados nas Avaliações Diagnósticas aplicadas aos estudantes da educação básica**

Leandro Aparecido Lopes:

Licenciado em História e em Filosofia, Bacharel em Administração Pública e Mestrando PGDPLAT. Atualmente, Professor de Filosofia e História e exerce o cargo de Diretor de Escola Estadual da Secretaria de Estado de Educação.

Artigo: **FILOSOFIA E CINEMA: TRABALHANDO COM FILMES FILOSÓFICOS NO ENSINO MÉDIO**

Luciano Sathler Rosa Guimarães:

Doutor em Administração. Mestre em Administração. Pós-Graduado em Gestão e Liderança Universitária e em Gestão Estratégica de Marketing. Bacharelado em Comunicação Social. Atualmente, membro do Conselho Deliberativo do CNPq e do Conselho Científico da Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, Reitor do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix e do Centro Universitário IPA da Igreja Metodista, em Porto Alegre.

Artigo: **A Inteligência Artificial na Educação, desafios da regulação**

Marcelo da Silva Teixeira:

Licenciado em Letras, em Pedagogia e em Educação Física. Especialização em Gestão Educacional e Inclusão e Diversidade. Mestrando em Educação, Conhecimento e Sociedade. Atualmente, Professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Artigo: **EDUCAÇÃO BRASILEIRA: POLÍTICAS PÚBLICAS, CENÁRIOS E DESAFIOS**

Márcio Augusto Monteiro:

Licenciado em Pedagogia, Geógrafo e Analista Ambiental. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Pós-Graduado em Gestão de Instituições Federais de Educação Superior, em Orientação Educacional e Supervisão Escolar, em Educação Ambiental e em Design Educacional. Atualmente, Analista Educacional na Diretoria Pedagógica da Superintendência Regional de Ensino da Metropolitana A e tutor na Graduação em Pedagogia da UEMG.

Artigo: **ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROFISSIONALISMO, SENSIBILIDADE E COMPROMETIMENTO DA DIREÇÃO E PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL PAULA ROCHA DURANTE O PANDEMIA.**

Marcolina Alves Pereira Silva:

Licenciada em Matemática, Física e Pedagogia. Especialização em Supervisão Escolar e em Planejamento de Ensino. Mestrado em Educação. Atualmente, exerce o cargo de Especialista em Educação Básica em escola estadual na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Artigo: **O ADENTRAR DA CULTURA POPULAR NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA.**

Marcus Vinícius Neves Araújo:

Licenciado em Geografia. Especialização em Psicopedagogia e Educação Infantil. Mestrado em Educação. Doutorando em Educação. Atualmente, membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, atuando na Câmara de Ensino Fundamental, Câmara de Planos e Legislação e Comissão de Ética, e pesquisador membro do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Uberaba.

Artigo: **TRANSFORMAÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PÓS-PANDEMIA DO COVID-19: adaptação, tecnologias e possíveis novos paradigmas para o ensino do presente e do futuro**

Elves Botéri:

Licenciado em Letras - Português/Inglês. Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Mestrando em Educação. Atualmente, desenvolve pesquisa na área de Filosofia Brasileira do Período Colonial. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura, filosofia da linguagem, filosofia da educação, escrita, coerência e coesão.

Artigo: **TRANSFORMAÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PÓS-PANDEMIA DO COVID-19: adaptação, tecnologias e possíveis novos paradigmas para o ensino do presente e do futuro**

Pedro Henrique Almeida Cortat de Paula:

Licenciado em Filosofia e Bacharel em Ciências Humanas. Pós-Graduando em Gestão Pública. Mestrando em Filosofia. Atualmente, mestrando em Hermenêutica e Dialética na obra de Schleiermacher e está envolvido na divulgação científica da Filosofia por meio do podcast "Não Precisa Copiar" (nprecisacopiar.com.br).

Artigo: **USO DE CHATBOTS NA EDUCAÇÃO: Relato de experiência da execução do Plano Piloto do Projeto Crypto na Escola Estadual Sebastião Cerqueira**

Renato Lopes:

Graduado em Administração de Empresas. Especialização em Gerência e Tecnologia da Qualidade e em Organização Pedagógica-Gestão Escolar. Licenciatura em Matemática e em Políticas Públicas em Educação. Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação. Atualmente, servidor público efetivo da Secretaria de Educação de Minas Gerais, em exercício no Conselho Estadual de Educação, como Assessor Executivo, ex. Diretor de Ensino Médio e Coordenador de Projetos Estaduais e Federais na Educação, Supervisor do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

Artigo: **TECNOLOGIAS INTEGRADAS À SALA DE AULA: HABILIDADES NO USO DAS FERRAMENTAS COLABORATIVAS NA EDUCAÇÃO**

Sérgio Luiz Nascimento:

Graduado em História. Especialização em História do Brasil. Mestrado em Educação. Aperfeiçoamento em Gestão Municipal da Educação. Formação em Psicanálise. Atualmente, Secretário Municipal de Educação de Diamantina/Minas Gerais, membro do Conselho Nacional de Representantes da UNDIME Nacional, Conselheiro Estadual de Educação de Minas Gerais - Câmara de Ensino Fundamental, e Psicanalista.

Artigo: **A PSICANÁLISE NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: Espaço da fala/escuta docente na escola**

Tiago Farias Braga:

Doutor em Comunicação. Mestrado em Gestão Integrada do Território. Pós-Graduação em Direito Militar e em Segurança Pública. Bacharel em Ciências Militares e em Direito. Atualmente, exerce a função de Supervisor de Ensino do Centro de Pesquisa e Pós-graduação da Academia da PMMG, atuando, também, como Coordenador do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP). Professor eventual em cursos de Pós-graduação da Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce. Multiplicador internacional de polícia comunitária - Sistema Koban. Professor no Mestrado em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras da Universidade Estadual de Montes Claros. É Oficial da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), atuando como Professor e Orientador de Trabalhos de Conclusão em Cursos de Formação e Especialização da instituição. É integrante do Comitê de Ética em Pesquisa Polícia Militar de Minas Gerais (CEP-PMMG).

Artigo: **EDUCAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS: Reflexões sobre o processo histórico e as práticas educativas**

Francis Albert Cotta:

Doutor em História Social da Cultura. Mestrado em Educação. Pedagogo e licenciado em História. Pós-Doutorado em História Cultural, Ciências Sociais, Direito, Psicologia Social e Educação. Atualmente, exerce a função de Subchefe do Centro de Pesquisa e Pós-graduação da Academia da PMMG. Professor no Mestrado em Segurança Pública e Cidadania da Universidade do Estado de Minas Gerais. Coordenador do Mestrado em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras da Universidade Estadual de Montes Claros. Lidera o Núcleo de Pesquisas em Ciências Policiais e Segurança Pública (APM/Unimontes). Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (0283). Coordenador-adjunto do Núcleo de Inovação Tecnológica da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Membro do Observatório dos Direitos Humanos, Segurança Pública e Inovação Tecnológica (CNPq). Investigador no Grupo de Pesquisa História, Meio Ambiente e Questões Étnicas. Professor em diversos cursos de formação, especialização e educação continuada na PMMG. Oficial da Polícia Militar de Minas Gerais, atuando como Professor e Orientador de Trabalhos de Conclusão em Cursos de Formação e Especialização da instituição.

Artigo: **EDUCAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS: Reflexões sobre o processo histórico e as práticas educativas**

Mateus Pedroso Castelo Branco Cassemiro Martins:

Bacharelado em Ciências Militares com Ênfase em Defesa Social e em Direito. Pós-Graduação em Segurança Pública. Curso de Especialização em Segurança Pública e Pós-graduação em Direito Penal e Processual Penal Militar. Atualmente, Oficial Major da Polícia Militar de Minas Gerais, instituição na qual é Chefe da Divisão de Ensino da Academia de Polícia Militar. Assumiu a Coordenação Geral do CFSD 2017, na Escola de Formação de Soldados (EFSD), atuando na formação de soldados na capital e no interior do estado. Permaneceu na EFSd após o término do CFSd, assumindo a função de Subcomandante da Escola de Formação de Soldados, e de Chefe da SADM e Supervisor de Ensino. Como Subcomandante da EFSD, atuou em comissões da Academia de Polícia Militar (APM), revisando normas e regulamentos, bem como realizou a gestão e preparação para o novo curso de sol-

dados. Durante todo o período que o Oficial está na APM, atuou também nas funções de Docente, Coordenador nos diversos Cursos da EPM, CFSd, CFS, CASP, CHO e CFO, nas Disciplinas de Direito Penal, Direito Penal e Processual Penal Militar e Processo Administrativo. Foi Chefe da SRH da APM.

Artigo: **EDUCAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS: Reflexões sobre o processo histórico e as práticas educativas**

Gabriel Lucas Soares dos Santos:

Formação em design, marketing de conteúdo, manutenção de computadores, redator 4x e atua como desenvolvedor júnior focado em C#.

Cursando análise e desenvolvimento de sistemas.

Artigo: **Transformações Impulsionadas por IA: O papel das Inteligências Artificiais, Chatgpt e A Programação no nosso Dia-a-Dia**

Alexia Tavares de Jesus Guimarães.

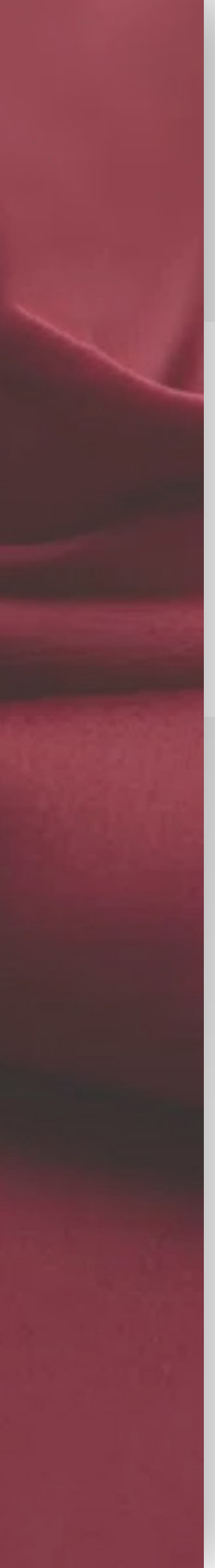
Graduando em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais EXPERIÊNCIA ACADÊMICA, DE PREFERÊNCIA NA ÁREA EDUCACIONAL: Atividades de Extensão - Projeto de Extensão PUC Inclusiva (com pessoas cegas e pessoas com baixa visão). (2021); Estágio Não Obrigatório na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP. (2021); Curso de extensão ou atualização: Introdução à Libras. (2021); Palestra no XIV Simpósio de Pedagogia - Quilombos: educação popular na perspectiva freireana. (2021); Estagiária na Sociedade Inteligência e Coração - Colégio Santo Agostinho Belo Horizonte. (2022); Estágio Não Obrigatório no Colégio Santa Maria Minas Pampulha. (2022); Palestras : BNCC e o currículo de referência em Minas Gerais - Atividades de Docência: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. (2022); Atividade de Docência – Programa de Residência Pedagógica. (2023); Estágio na Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. (2023).

Ivonice Maria da Rocha

Pedagoga com Habilitação em “Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau” e Supervisão Escolar do 1º e 2º graus, pela UFMG; Habilitação em Inspeção Escolar de 1º e 2º graus, pela Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina- FFLD, Pós-Graduada em Educação - Área de Metodologia do Ensino Superior III, Mestre em Educação, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Conselheira do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

Dirceu Antônio Cordeiro Júnior

Professor Doutor e orientador do mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino da Unincor. E-mail: prof.dirceu.cordeiro@unincor.edu.br



Agradecemos a todos os envolvidos na produção dos artigos e da revista, confiando que o conhecimento aqui reunido contribui para o fortalecimento do Sistema de Ensino de Minas Gerais e do próprio Conselho Estadual de Educação. Boa leitura!

Girlaine Figueiró Oliveira
Vice-Presidente do Conselho Estadual
de Educação de Minas Gerais

Felipe Michel Santos Araújo Braga
Presidente do Conselho Estadual de
Educação de Minas Gerais

Sumário

SEÇÃO I

Artigos 20

EDUCAÇÃO PLURILINGUE: PERCURSO LEGAL 21

Alexia Tavares de Jesus Guimarães

Ivonice Maria da Rocha

GERIR UMA ESCOLA IMPLICA RELAÇÕES – A TEORIA DO RECONHECIMENTO APLICADA ÀS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO 34

Arlene Borges da Cunha

CONSTRUINDO CAMINHOS DE APRENDIZAGEM: OS IMPACTOS DO PROGRAMA ELV NA TRAJETÓRIA DE APRENDIZADO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. ... 45

Bruna Caroline Morato Israel

O TEATRO NO AMBIENTE ESCOLAR - REFLEXÕES DE UMA PRÁTICA DE ENSINO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG 61

Caio Márcio Rodrigues David

EDUCAÇÃO BÁSICA E O USO DAS TDIC'S: UMA REALIDADE POSSÍVEL NAS AULAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA 74

Daiana Samara de Carvalho Reis

Dirceu Antônio Cordeiro Júnior

O ADENTRAR DA CULTURA POPULAR NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA. 85

Dalila da Cruz Silva

Jussara Maria da Silva

Marcolina Alves Pereira Silva

EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL "SÃO GERALDO" DE COROMANDEL-MG 94

Débora Carine Maziero Silva

INTEGRANDO COMPLIANCE E GOVERNANÇA PARA FOMENTAR A INOVAÇÃO EDUCACIONAL 105

Eduardo Tadeu Maggi

TRANSFORMAÇÕES IMPULSIONADAS POR IA: O PAPEL DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS, CHATGPT E A PROGRAMAÇÃO NO NOSSO DIA-A-DIA 115

Gabriel Lucas Soares dos Santos

ANÁLISE DOS PROCESSOS COGNITIVOS E DOS NÍVEIS DE CONHECIMENTO UTILIZADOS NAS AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS APLICADAS AOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA 127

Kátia Liliane Alves Canguçu

FILOSOFIA E CINEMA: TRABALHANDO COM FILMES FILOSÓFICOS NO ENSINO MÉDIO ... 146

Leandro Aparecido Lopes

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO, DESAFIOS DA REGULAÇÃO 159

Luciano Sathler Rosa Guimarães

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: POLÍTICAS PÚBLICAS, CENÁRIOS E DESAFIOS..... 168

Marcelo da Silva Teixeira

ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROFISSIONALISMO, SENSIBILIDADE E COMPROMETIMENTO DA DIREÇÃO E PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL PAULA ROCHA DURANTE O PANDEMIA. 181

Márcio Augusto Monteiro

TRANSFORMAÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PÓS-PANDEMIA DO COVID-19: ADAPTAÇÃO, TECNOLOGIAS E POSSÍVEIS NOVOS PARADIGMAS PARA O ENSINO DO PRESENTE E DO FUTURO..... 192

Marcus Vinicius Neves Araujo
Elves Botéri

USO DE *CHATBOTS* NA EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA EXECUÇÃO DO PLANO PILOTO DO PROJETO CRYPTO NA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIÃO CERQUEIRA 206

Pedro Henrique Almeida Cortat de Paula

TECNOLOGIAS INTEGRADAS À SALA DE AULA: HABILIDADES NO USO DAS FERRAMENTAS COLABORATIVAS NA EDUCAÇÃO 215

Renato Lopes

A PSICANÁLISE NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: ESPAÇO DA FALA/ESCUTA DOCENTE NA ESCOLA 226
Sérgio Luiz Nascimento

EDUCAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS 242
Francis Albert Cotta
Tiago Farias Braga
Mateus Pedroso Castelo Branco Cassemiro Martins

O PROCESSO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM: REFLEXÃO SOB O OLHAR DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19 258
Denice do Socorro Lopes Brito
Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira

SEÇÃO II

Relatos e Entrevistas 267

DEPOIMENTOS 268

SEÇÃO III

Atos Normativos do CEE Anos 2022 e 2023 271

CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR 272

CÂMARA DE ENSINO MÉDIO 284

CÂMARA DE FUNDAMENTAL 335

CÂMARA DE PLANOS E LEGISLAÇÃO 419

NOTA TÉCNICA 420

RECOMENDAÇÃO COMISSÃO DE ÉTICA DO CEEMG 420

SEÇÃO I

Artigos

EDUCAÇÃO PLURILINGUE: PERCURSO LEGAL

PLURILINGUAL EDUCATION: THE LEGAL PATH

Alexia Tavares de Jesus Guimarães[1]

Ivonice Maria da Rocha[2]

Resumo:

A busca por preparar as crianças para o mercado de trabalho, este que se encontra cada vez mais competitivo, ocasiona inquietações e ansiedades dos pais desde o momento de matricular os filhos na Educação Básica, uma tendência que vem desde os países mais desenvolvidos. Ser fluente em mais de uma língua se tornou um desejo de todos e um destaque crucial no Mercado e que, pela caminhada, não será possível retroceder, é necessário mais de uma língua para acompanhar a globalização.

O escrito tem por objetivo situar a Educação Plurilíngue e as Legislações acerca do tema, vigentes no Brasil e no Estado de Minas Gerais, a partir de uma contextualização histórica. Ainda neste escrito, pretende-se expor os conceitos de Bilíngue, Multilíngue e Plurilíngue. Como instrumento de análise, utilizou-se os ordenamentos da Constituição Federal de 1988 - CF 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 - LDB 9.394/1996 e das legislações do estado de Minas Gerais que discorrem sobre o assunto e regulamentam a Educação Plurilíngue no Estado. E ainda, para chegar à formação de uma análise coerente conceitual, tal escrito partiu dos estudos de Vygotsky (1198) e Savedra (2009). Atingidos esses objetivos, foi possível constatar que ainda é necessário que haja uma reestruturação no modo de pensar de professores e gestores de modo a colocar o aluno no centro do processo pedagógico, como um ator social capaz de se comunicar em diversos línguas, de acordo com a situação desenvolvida.

Palavras-chave: Educação Plurilíngue. Educação Respeitosa. Legislações de Educação.

1 Graduanda de Pedagogia pela PUC Minas; Estagiária na área de Pedagogia, no Conselho Estadual de Educação.

2 Pedagoga com Habilitação em "Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau" e Supervisão Escolar do 1º e 2º graus, pela UFMG; Habilitação em Inspeção Escolar de 1º e 2º graus, pela Faculdade de de Filosofia e Letras de Diamantina- FFLD, Pós-Graduada em Educação - Área de Metodologia do Ensino Superior III - , Mestre em Educação,pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Conselheira do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

Abstract:

The quest to prepare children for the increasingly competitive job market has caused parents to worry and be anxious from the moment they enroll their children in basic education, a trend that has been going on since the most developed countries. Being fluent in more than one language has become everyone's desire and a crucial highlight in the marketplace, and it will not be possible to go backwards as more than one language is needed to keep up with globalization.

The aim of this article is to provide a historical context for Plurilingual Education and the legislation on the subject in force in Brazil and in the state of Minas Gerais. It also aims to explain the concepts of Bilingual, Multilingual, and Plurilingual. As a tool for analysis, we used the 1988 Federal Constitution - CF 1988, the 1996 Education Guidelines and Bases Law - LDB 9.394/1996 and the legislation of the state of Minas Gerais that discusses the subject and regulates Plurilingual Education in the state. Furthermore, in order to form a coherent analysis, this writing was based on the studies of Vygotsky (1198) and Savedra (2009). Having achieved these objectives, it was possible to see that there is still a need to restructure the way teachers and managers think in order to place the student at the center of the pedagogical process, as a social actor capable of communicating in different languages, according to the situation developed.

Keywords: Plurilingual education. Respectful Education. Education legislation.

1. INTRODUÇÃO

A busca por preparar as crianças para o mercado de trabalho, este que se encontra cada vez mais competitivo, ocasiona inquietações e ansiedades dos pais desde o momento de matricular os filhos na Educação Básica, uma tendência que vem desde os países mais desenvolvidos. Ser fluente em mais de uma língua se tornou um desejo de todos e um destaque crucial no Mercado e que, pela caminhada, não é possível voltar atrás, não será possível retroceder, é necessário mais de uma língua para acompanhar a globalização.

O presente escrito tem por objetivo situar a Educação Plurilíngue e as Legislações acerca do tema, vigentes no Brasil e no Estado de Minas Gerais, a partir de uma contextualização histórica. Ainda neste escrito, pretende-se expor os conceitos de Bilíngue, Multilíngue e Plurilíngue. Como instrumento análise, utilizou-se os ordenamentos da Constituição Federal de 1988 - CF 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 - LDB 9.394/1996 e das legislações do estado de Minas Gerais que discorrem sobre o assunto e regulamentam a Educação Plurilíngue no Estado. E ainda, para chegar à formação de uma análise coerente conceitual, tal escrito partiu dos estudos de Vygotsky (1198) e Savedra (2009).

A efervescência em pesquisar esse tema se dá pela razão de perceber que vem sendo muito debatido e ainda, o tema é extremamente relevante no contexto da educação pública e privada no país. Deste modo, entende-se que será de fundamental importância para o acervo bibliográfico da Revista do Conselho Estadual de Minas Gerais - Educação e Legislações e para os demais interessados nesse tipo de abordagem.

Historicamente, os governos tentam implantar apenas uma língua, ignorando as línguas já existentes no Brasil e, consequentemente, proibindo-as. A política linguística do estado brasileiro desde a colonização sempre foi o de reduzir as línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas). O primeiro que agiu assim foi Marquês de Pombal, que governou o Brasil de 1750 a 1777. Pombal queria que o Brasil tivesse apenas uma língua e proibiu que outras fossem faladas. Acredita-se que no Brasil, antes da chegada dos portugueses, existiam cerca de 600 línguas diferentes. Hoje são faladas cerca de 274, sendo 154 línguas indígenas (IBGE, 2020).

Durante o governo de Getúlio Vargas (1937-1945), várias línguas também foram proibidas com o movimento conhecido como “nacionalismo” ou “nacionalização do ensino”. Dentre as línguas proibidas estavam: o Talian (língua de origem italiana), o Pomerano (língua parecida com o alemão, falada num país chamado Pomerânia) e o Hunsruckisch (língua que mistura o Português com Alemão) e na época da Segunda Guerra Mundial, a situação se agravou.

> O Estado português e, depois da independência, o Estado brasileiro, tiveram como política de unificação impor o português como a única língua legítima. Os indígenas não foram as únicas vítimas da política linguística: os imigrantes, que chegaram ao país principalmente depois de 1850, e seus descendentes também passaram por violenta perseguição. O Estado Novo (1937-1945) marcou o ponto alto da repressão às línguas estrangeiras, por meio do processo que ficou conhecido como "nacionalização do ensino" e que tinha por objetivo acabar com as línguas de imigração, como o japonês, o polonês, o ucraniano, o pomerano, o hunsrückisch, o talian e línguas ciganas. (IPEA, 2011)

O governo militar (1964-1985) proibiu a transmissão radiofônica em línguas indígenas e estimulou programas educacionais voltados para o uso da língua portuguesa, substituindo a indígena. Somente com a Constituição de 1988 foram reconhecidos os direitos linguísticos dos povos indígenas, inclusive o direito de ter programas de educação em suas próprias línguas.

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

O termo mais utilizado nos documentos normativos e pesquisas na área, ainda é Educação Bilíngue, tendo o controle de duas línguas. Quando se fala em Plurilíngue no Brasil, o que se eleva são as línguas indígenas. Não está incorreto, mas não se resume a isso. São experiências de aprendizagens conduzidas por mais de uma língua de instrução, como a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e línguas estrangeiras. Apesar do avanço no modelo de ensino atual, ainda há muito que fazer para que de fato, exista uma Educação Plurilíngue de qualidade, tendo como reconhecimento as línguas existentes no Brasil e suas respectivas culturas. Diante deste cenário, o estado de Minas Gerais vem buscando se atualizar para que as legislações assegurem uma Educação Plurilíngue de qualidade e coerente com os reais conceitos.

A base deste estudo é destacar esse tema, ainda incipiente no contexto educacional brasileiro, a fim de promover sua regulamentação e, assim, garantir a transformação do Sistema Educacional para uma Educação Plurilíngue e assim implementar novos conceitos baseados sobre a filosofia da educação e aprendizagem ao longo da vida, e ainda, espera-se que este estudo, por meios das exposições e discussões acerca do tema Educação Plurilíngue, possa promover subsídios para posteriores estudos e que aproxime do entendimento dos interessados no assunto.

2. CONCEITOS

Para uma melhor compreensão acerca do tema, é importante a compreensão dos conceitos de Língua e linguagem. Entende-se por linguagem como, o instrumento capaz de expressar, transmitir "idéias, conceitos, sentimentos". É o conjunto organizado e estruturado de signos que se combinam para que possa existir a comunicação. Nesta perspectiva, a linguagem é o sentido geral da comunicação, havendo então um emissor e um receptor (destinatário). O emissor é também um receptor, pois recebe signos verbais, trocas de informações, assim ocorrendo à linguagem. Em palavras específicas, podemos ter linguagem verbal, linguagem não verbal e diversas outras especificações. A língua permite a estrutura, organização e simbolização (habilidades de representar) dos pensamentos a partir das interações sociais e a relação direta com a língua, de forma natural, em tempo hábil. A partir das afirmações de Vygotsky e os últimos estudos de signos, entende-se que a língua regula o pensamento.

Uma das afirmações que revelam a relação entre a linguagem e o pensamento

> *Uma palavra sem significado é um som vazio.*(Vygotsky, 1989, p.104)

Numa reflexão desta fala de Vygotsky, pode-se pensar que a língua utilizada como primeira língua, sem significado para o sujeito falante, resulta em sons vazios, desconectados do contexto do sujeito. O desrespeito a língua materna, como por exemplo no caso da Educação dos povos indígenas, não sendo usada a língua materna da comunidade, perde a "vida", o sentido e os pensamentos.

E ainda,

> [...] *O significado das palavras é um fenômeno de pensamento apenas na medida que o pensamento ganha corpo por meio da fala, e só é um fenômeno da fala na medida em que está ligada ao pensamento, sendo iluminada por ele.* .(Vygotsky, 1989, p.104)

Já a língua é uma convenção (código) social da comunicação, ou seja, é um conjunto de signos verbais. A língua é uma manifestação das práticas de linguagem, sendo assim, a língua é um elemento da linguagem. A língua pode ser em diversas formas, como a Língua Brasileiras de Sinais – LIBRAS.

Os conceitos de Bilíngue, Multilíngue e Plurilingue por mais que em algumas referências são dados como conceitos sinônimos, os significados são muito diferentes um do outro. No que concerne ao Parecer CNE/CEB nº 2/2020, existe uma gama de conceitos espalhados pelo mundo, e tais conceitos não são variações apenas linguísticas, mas também sociais e interculturais. O mais comum dito entre professores é que Bilíngue é aquele que pronuncia duas línguas com proficiência. Multilíngue se refere a pessoa que é capaz de falar fluentemente em mais uma língua e este aprendizado é com o passar do tempo. Plurilíngue é

baseada no aprendizado de outras línguas sem separação da cultura e aspectos sociais da língua aprendida.

As primeiras aparições do termo bilingue na literatura foram com uma tendência preocupada em aferir o nível de proficiência em duas línguas.

> [...] de natureza lingüística e são pautados num espectro relativamente amplo de definições, no que se refere ao grau de domínio em ambas as línguas. Além dos extremos sugeridos por Bloomfield (1933), o *controle nativo de duas línguas* e Mac-Namara (1969), *a mínima competência em uma das quatro habilidades: ouvir, falar, ler, escrever*, relacionam-se a esta tendência os conceitos de Diebold (1964) e Pohl (1965), que consideram a mera compreensão das línguas; o de Hall (1952) que exige algum conhecimento da estrutura gramatical da L2; e ainda o de Haugen (1953), que [...] define como bilíngüe o indivíduo capaz de produzir significados completos numa outra língua. Os conceitos de bilingüismo condizentes com a segunda tendência são de natureza psicolingüística e são pautados num espectro mais restrito de definições [...]. Nesta linha, destacam-se os estudos de Mackey (1968), que define bilingüismo como um fenômeno individual e fundamenta sua análise num complexo de características inter-relacionadas (grau, função, alternância e interferência), e os de Oksaar (1971), que considera a capacidade de uso de duas línguas em diferentes situações e/ou mudança automática de código (SAVEDRA, p. 4-5. 2009).

Logo depois, a autora conclui seus estudos afirmando que o bilinguismo é um *fenômeno relativo,* se enquadrando em uma outra tendência conceitual, o qual o conceito é biclturalismo, sendo o sujeito capaz de fazer o uso de duas línguas em variadas situações. Contudo, independente da tendência, as definições partem da ideia da proficiência em duas línguas.

> Defino bilinguismo como a situação em que coexistem duas línguas como meio de comunicação num determinado espaço social, ou seja, um estado situacionalmente compartimentalizado de uso de duas línguas. Bilingualidade" representa os diferentes estágios de bilinguismo, pelo qual os indivíduos, portadores da condição de bilíngue, passam na sua trajetória de vida (SAVEDRA, 2009, p.127-128).

No que diz respeito aos termos Multilíngue e Plurilingue, Harter destaca os conceitos por meio do documento emanado como Conselho da Europa. Multilíngue entendido como a coexistência ou o conhecimento de diferentes línguas em uma dada sociedade. Já o conceito de Plurilíngue entendido pela autora, é a competência comunicativa possuída pelo sujeito em mais de uma língua.

Usa-se o termo plurilinguismo e não bilinguismo pela compreensão de que, na sociedade hoje, o indivíduo está em contato com diversas línguas e, portanto, não se podem negligenciar os conhecimentos adquiridos desses diversos idiomas. O Parecer 2/2020 - CNE/CEB aprovado modificou o termo educação bilíngue para plurilíngue, contudo, não excluiu o primeiro, ampliou as possibilidades.

> Contemporaneamente, operou-se a preferência pela perspectiva do bilinguismo para o plurilinguismo (CAVALLI, 2005). Ainda que haja uma plêiade de entendimento sobre o que seja um bom ensino de línguas adicionais, alguns componentes se repetem. Entre eles, estágios de aprendizagem, assim como a sua exigência de coerência entre tempos de exposição às línguas, didática, recursos e metodologias tendo em vista os objetivos de aprendizagem estabelecidos no projeto pedagógico da instituição educacional, na adequação aos horizontes dos seus estudantes e à exequibilidade consoante o domínio técnico linguístico e dos componentes curriculares pelos seus professores. Nesse sentido, educação plurilingue ou bilíngue implica menos o ensino de língua e mais o aprendizado da língua adicional pelo uso estruturado em conteúdos e contextos culturais relevantes (BRASIL, p. 16).

3. O PERCURSO LEGAL: ALGUMAS REFLEXÕES

3.1. Constituição Federal 1988

Para o embasamento legislativo que aborda e garante a oferta da Educação Plurilíngue, é importante discorrer sobre a Constituição Federal devido a sua natureza e relevância para o país, mesmo que a data de sua publicação anteceda as discussões que se fazem, usando o termo Plurilíngue.

A Constituição Federal marca a Língua Portuguesa como a língua oficial do país, assim afirmado pelo *Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.*

Este artigo permite interpretar sobre as possibilidades de reconhecimento de outras línguas existentes e faladas no território brasileiro, o que se configura no art. 210, quando se reconhece o respeito às diversas culturas nacionais e regionais, a serem vivenciadas no âmbito da educação.

> *Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.*

E ainda,

> *§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.*

A pluralidade da língua, na Constituição Federal de 1988 configura-se no termo cultura.

3.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Na LDB, o foco da Educação Bilíngue configura-se na educação para surdos e educação para os povos indígenas. Ela define que na Educação bilíngue, o Ensino da Língua Portuguesa observe o estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

> *Art. 32 § 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.*
>
> *(...)*
>
> *§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)*
>
> *(...)*
>
> *Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:*
>
> *I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;*
>
> *II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.*
>
> *Art. 78- A. Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, desenvolverão programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, com os seguintes objetivos: (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)*

A pluralidade da língua, na LDB, configura-se na terminologia bilíngue e intercultural.

3.3. Manifestação no âmbito do Conselho Nacional de Educação

O Conselho Nacional de Educação, em decorrência do crescimento exponencial de instituições de Educação Bilíngues, públicas e privadas, e cientes dos desafios referentes ao plurilinguismo, sobretudo nas escolas, publicou em 2020, o Parecer CNE/CEB nº 2/2020, aprovado pela Câmara de Educação Básica, em 9/07/2020, disponível no site do MEC, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue.

O Parecer tem, dentre os objetivos pretensos:

- a superação do paradigma de silenciamento e de negação da nossa realidade plurilinguística – línguas de populações indígenas, crioula e afro-brasileiras, surdas, imigrantes;
- a crescente conscientização de valorização, fortalecimento e promoção da nossa diversidade linguística como um patrimônio nacional;
- a organização de uma educação plurilíngue envolvendo a língua portuguesa e línguas adicionais na educação básica, estabelecendo em nível nacional: princípios, conceitos, valores e orientação pedagógica para uma educação plurilíngue, seja em "escolas bilíngues/plurilíngues" ou em "programas bilíngues/plurilíngues". (CNE, 2020).

3.4. Ministério da Educação

O Ministério da Educação faz algumas recomendações para uma Educação Plurilíngue de qualidade.

3.1) Recomenda-se ao MEC e às redes públicas de ensino o estabelecimento de parcerias com instituições de Ensino Superior de reconhecida notoriedade na área de bilinguismo a fim de promover políticas de educação plurilíngue.

3.2) Recomenda-se ao MEC:

3.2.1. criação de espaço e condições para o desenvolvimento de plataforma digital com materiais e recursos didáticos para educação plurilíngue;

3.2.2. fomento à política de educação plurilíngue envolvendo formação inicial e continuada de professores nas Instituições de Educação Superior (IES);

3.2.3. fomento a bolsas de estudo e a pesquisas acadêmicas interdisciplinares em programas de pós-graduação em modalidades de educação plurilíngue;

3.2.4. criação ou adoção de padrões de avaliação e de certificação de proficiência para docentes em nível nacional;

3.2.5. criação ou adoção de padrões de avaliação e de certificação de proficiência linguística e em conteúdos para estudantes em nível nacional;

3.2.6. criação de política nacional de avaliação para educação plurilíngue.

3.3) Recomenda-se ao MEC a revisão e modernização dos cursos de Pedagogia, Letras e demais licenciaturas visando formar docentes para as demandas decorrentes desta Diretriz.

3.5. No Estado de Minas Gerais

Diante do crescente número de escolas ofertantes da Educação Bilíngue e Plurilíngue no Estado de Minas de Gerais, o Conselho percebendo a necessidade de regulamentar esta oferta, para o Sistema de Ensino de Minas Gerais, de forma a garantir o direito dos estudantes a um aprendizado de qualidade e eficiência, e em conformidade com normas e diretrizes estabelecidas para a oferta da Educação Plurilíngue, publicou resoluções, com o objetivo de orientar os estabelecimentos de ensino de Educação Básica e ofertantes da Educação Bilíngue, públicas e privados, neste percurso, frente às expectativas do mundo moderno.

A Resolução CEE nº 478/2020, de 16 de dezembro de 2020 e a Resolução CEE nº 485, de 13 de dezembro de 2021, que dispõem sobre a normatização da Educação Plurilíngue no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e processo de regularização dos estabelecimentos educacionais ofertantes destas experiências de aprendizagens e vivências culturais, esta última, aprovada por meio do Parecer CEE nº 381, de 27 de janeiro de 2021. Com esta Resolução, o Estado de Minas Gerais avança e se mantém atualizado com as demandas mundiais.

Alguns conceitos afetos à Educação Plurilíngue são considerados nas Resoluções do Conselho Estadual, para melhor entendimento das instituições educacionais ofertantes, e a partir disso, atualizarem seus Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares, definir ou redefinir os conteúdos, componentes curriculares/campos de experiências, critérios para organização de turmas, metodologias, enfim, o seu currículo ou percursos de aprendizagens, a serem desenvolvidos de forma articulada e integrada às diretrizes nacionais e estaduais e às experiências culturais dos estudantes:

> Art. 2º - Entende-se por Educação Plurilíngue aquela que promove a formação integral do estudante, por meio de experiências de aprendizagem conduzidas em duas ou mais línguas de instrução, priorizando a língua materna, as quais são vivenciadas por meio de experiências culturais, em diferentes contextos de aprendizado, de forma que o estudante incorpore, ao longo do tempo, novas aprendizagens, bem como as novas línguas, visando ao desenvolvimento de competências, habilidades, fluência linguística e acadêmica, nessas línguas. (CEE, nº 485,2020).
>
> Art. 3º - As Escolas Internacionais são entendidas como espaços de atendimento aos preceitos da legislação educacional brasileira e do país estrangeiro. Devem ministrar aulas de imersãonalíngua do país estrangeiro, trabalhando e valorizando o pluralismo de ideias e culturas dos países envolvidos, emitindo, ao final do curso, dupla diplomação e/ou certificação. (CEE, nº 485,2020).
>
> Art. 4º - Por Escolas Bilíngues entende-se aquelas que se caracterizam por promover currículo único, integrado e ministrado em duas línguas de instrução, visando ao desenvolvimento de competências e habilidades linguísticas e acadêmicas dos estudantes, nessas línguas. (CEE, nº 485,2020).
>
> Art. 5º - Por Escolas com Programa Intensivo de Língua Adicional entende-se aquelas com carga horária estendida, na língua adicional, a ser escolhida, pela ins-

> tituição de ensino, não se enquadrando na denominação de Escola Bilíngue, em todas as etapas de ensino, mas se caracterizando por promover o currículo escolar em Língua Portuguesa em articulação com o aprendizado de competências e habilidades linguísticas e acadêmicas em línguas adicionais, permitindo que o desenvolvimento linguístico ocorra, integrado e simultaneamente, ao desenvolvimento dos conteúdos curriculares. A instituição de ensino poderá substituir o termo "língua adicional" pelo nome do componente curricular. (CEE, nº 485,2020).

A Assessoria de Inspeção Escolar da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais elaborou duas versões do Quadro de Operacionalização da Resolução vigente acerca da Educação Plurilíngue, para orientar as Instituições Educacionais sobre todo o processo de implementação da norma.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo situar a Educação Plurilíngue e as Legislações acerca do tema, vigentes no Brasil e no Estado de Minas Gerais, a partir de uma contextualização histórica. Ainda neste escrito, pretendeu-se expor os conceitos de Bilíngue, Multilíngue e Plurilíngue. Após extensa análise bibliográfica em literaturas especializadas e legislações acerca do tema, conclui-se que na perspectiva de implementação, alguns pontos podem ser sinalizados como desafios e possibilidades à Educação Plurilíngue. Inicialmente, pode-se pensar na discussão conceitual e de terminologias. Qual o termo correto usar? Qual termo respeita as variadas línguas presentes no Brasil e qual conceito, o país é capaz de garantir? Estas são algumas perguntas que podem promover estudos e reflexões posteriores.

Outro desafio a se pensar é a democratização da Educação Plurilíngue no Sistema de Ensino, já que diversas escolas, no recorte do estado de Minas Gerais se autodenominam como Escolas Bilíngues, e ao refletir sobre isso, os desafios caminham para a formação inicial e continuada do professor. A partir do art. 46 da Resolução nº 478 CEE/MG espera-se que as Instituições de Ensino incentivem seus docentes para uma formação continuada para a oferta da Educação Plurilíngue, para que este profissional seja capaz de compreender, a Educação Plurilíngue como ato de ensinar por meio de línguas, o que se diferencia de ensinar línguas. Ensinar por meio de uma língua é abordar não só as falas verbais, mas também, as expressões, a conversação social, os costumes, de modo geral, a cultura. Para que essa formação aconteça, o Estado de Minas Gerais novamente avança ao sugerir, no artigo 59 da Resolução CEE nº 485, de 13 de dezembro de 2021 que

> As instituições de ensino que se denominam com uma das expressões indicativas apostas da Educação Plurilíngue ou que apresentam, em sua Proposta Pedagógica, alguma configuração da referida oferta, que não se adequarem, no prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta Resolução, não poderão ofertar a Educação Plurilíngue e, consequentemente, não poderão utilizar a expressão indicativa dela.

Neste quesito, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais lança o Curso de Especialização a Distância em Educação Bilíngue e Plurilíngue, promovido pela PUC Virtual, na intenção de suprir a demanda de escolas e professores que pretendem se denominar-se como Escolas Plurilingues, Escolas Internacionais Bilíngues ou Escolas com Programas Intensivos de Língua Adicional. Este escrito não se configura como uma propaganda e sim como uma abertura de um leque de pesquisa acerca do curso por estudiosos da área.

Por fim, a dinâmica escolar pode ser considerada, nesta reflexão, como um outro desafio às instituições educacionais que favoreçam a imersão nas línguas e nas culturas nacional e estrangeira, quando se pensa no fomento de uma dinâmica escolar que crie um espaço educativo, uma comunidade de fala e de construção de conhecimento, tendo como ponto comum, a comunicação e o uso de linguagens. A adoção de metodologias adequadas, dinâmicas, numa perspectiva transdisciplinar, que possibilitem o desenvolvimento das aprendizagens linguísticas esperadas, respeitando os hábitos e a cultura das línguas estudadas também é um desafio a ser alcançado e superado para o cumprimento da norma no que diz

> Art. 25 - As práticas pedagógicas de linguagem, desenvolvidas pelas Escolas Internacionais, pelas Escolas Bilíngues e pelas Escolas com Programa Intensivo de Língua Adicional deverão ser elaboradas de forma a mediar o desenvolvimento do protagonismo estudantil pelo incentivo à autonomia, à cidadania e à participação social. (CEE, nº 485,2020)

Ressaltamos que este estudo contribui para um percurso investigativo político-linguístico sobre as recentes Legislações nacionais e no Estado de Minas Gerais para oferta de Educação Plurilíngue.

5. REFERÊNCIAS

A IMPLANTAÇÃO da Educação Plurilíngue nas Instituições de Ensino. Minas Gerais: SINEPMG Sindicato, 2022. Disponível em: https://youtu.be/5I2p03PLFBM?feature=shared. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de

Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Acesso em 14 set. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue**: CNE, 2020. Disponível:http://portal.mec.gov.br/component/content/article/30000-uncategorised/90801-educacao-plurilingue. Acesso em 12 set. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

HÄRTER, LRS dos A.; BORGES, FGB A questão do bilinguismo. Uma discussão teórica sobre os conceitos de bi, multi e plurilinguismo na Educação para Surdos. **O ESPecialista** , *[S. l.]*, v. 3, 2019. DOI: 10.23925/2318-7115.2019v40i3a3. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42511. Acesso em: 24 set. 2023.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA** . Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Acesso em 14 set. 2023.

Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desafios do Desenvolvimento. Somos 210 Brasis.**. Brasília: Ipea, 2011.

Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2488:catid=28&Itemid=23. Acesso em 24 set. 2023.

.LEMOS, Amélia Francisco Filipe da C. Língua e cultura em contexto multilingue: um olhar sobre o sistema educativo em Moçambique. **Educar em Revista**, v. 34, p. 17-32, 2018.

MINAS GERAIS. Resolução CEE nº477/478. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/resolucoes/download/5-2020/13024-resolucao-cee-n-478-de-16-de-dezembro-de-2020. Acesso em 12 set. 2023.

MINAS GERAIS. Resolução CEE nº485. Belo Horizonte, 2021. Disponível em:https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/resolucoes/download/55-2021/14055-resolucao-cee-n-485-de-13-de-dezembro-de-2021. Acesso em 13 set.2023.

SAVEDRA, Mônica. Maria. Guimarães. Bilinguismo e bilingualidade: uma nova proposta conceitual. *In*: SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; SALGADO, Ana Claudia Peters. (Orgs.) *Sociolinguística no Brasil*: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras: 2009.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

GERIR UMA ESCOLA IMPLICA RELAÇÕES – A TEORIA DO RECONHECIMENTO APLICADA ÀS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO

Arlene Borges da Cunha

As formações sociais possuem um movimento interno porque elas se constituem não de 'indivíduos' nem de 'coisas', mas de relações entre pessoas[...] [1]

Resumo:

O que se propõe neste artigo é investigar de que modo e em que medida a dimensão pessoal / relacional, proposta na Matriz de Competências atribuídas ao Gestor Escolar(Documento este recém-construído pela Secretaria de Educação Básica- SEB – do Ministério de Educação- MEC – e aprovado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE) requer um olhar atento dos sujeitos envolvidos com o processo ensino-aprendizagem, que se dá no âmbito escolar, posto que articulada com outras dimensões de igual teor: a político-institucional, a pedagógica, a administrativo-financeira. Se cada dimensão traz consigo um leque de competências, que têm suas próprias especificidades, a que diz respeito ao relacionamento entre os que compõem os diversos segmentos da comunidade da escola, enfatiza o entendimento de que a educação, como um todo, faz-se com pessoas, para pessoas e em razão das pessoas.

O que significa, em outras palavras, que importa ao gestor, no dia a dia de sua prática, ter ciência de que a vida dos diversos

Atores (que tecem a urdidura das relações no âmbito da instituição) não é simplesmente um fato, mas essencialmente um valor e, portanto, deve ser não só conhecida, mas "reconhecida", na medida em que "reconhecer é indissociável da compreensão da existência como processo." (SAFATLE, 2017, Aula 1).

Palavras-chave: reconhecimento, competência, dimensão pessoal-relacional, gestão escolar.

1 MELLO, Guiomar N. de. Educação escolar: paixão, pensamento e prática. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987, p. 75. Coleção Educação Contemporânea. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Abstract:

what is proposed in this article is to investigate in what way and to what extent the personal / relational dimension, proposed in the Matrix of Competencies attributed to the School Manager (This document was recently constructed by the Secretariat of Basic Education - SEB - of the Ministry of Education - MEC - and approved by the National Council of Education - CNE) requires a close look of the subjects involved with the teaching-learning process that takes place in the school environment, since it is articulated with other dimensions of equal content: the political-institutional, the pedagogical, the administrative-financial. If each dimension brings with it a range of competencies, which have their own specificities, which concerns the relationship between those who make up the various segments of the school community, it emphasizes the understanding that education, as a whole, is done with people, for people and because of people. Which means, in other words, that it is important for the School Manager, in the day to day of his practice, to be aware that the life of the various actors (who weave the warp of relations within the institution) is not simply a fact, but essentially a value and, therefore, must be not only known, but "recognized", to the extent that "recognition is inseparable from the understanding of existence as a process." (SAFATLE, 2017, Lesson 1).

Keywords: recognition, competence, personal-relational dimension, school management.

Resumen:

lo que se propone en este artículo es investigar de qué manera y en qué medida la dimensión personal / relacional, propuesta en la Matriz de Competencias atribuidas al Director de la Escuela (Este documento fue construido recientemente por la Secretaría de Educación Básica - SEB - del Ministerio de Educación - MEC - y aprobado por el Consejo Nacional de Educación - CNE) requiere una mirada cercana de los sujetos involucrados en el proceso de enseñanza-aprendizaje que tiene lugar en el ambiente escolar, ya que se articula con otras dimensiones de igual contenido: la político-institucional, la pedagógica, la administrativa-financiera. Si cada dimensión trae consigo una gama de competencias, que tienen sus propias especificidades, que se refiere a la relación entre los -s que componen los diversos segmentos de la comunidad escolar, enfatiza la comprensión de que la educación, en su conjunto, se hace con las personas, para las personas y por las personas. Lo que significa, en otras palabras, que es importante para el director de la escuela, en el día a día de su práctica, ser consciente de que la vida de los diversos actores (que tejen la urdimbre de las relaciones dentro de la institución) no es simplemente un hecho, sino esencialmente un valor y, por lo tanto, debe ser no solo conocido, sino "reconocido", en la medida en que "el reconocimiento es inseparable de la comprensión de la existencia como proceso".(SAFATLE, 2017, Lección 1).

Palabras clave: reconocimiento, competencia, dimensión personal-relacional, gestión escolar.

1. A VIDA NÃO É SIMPLESMENTE UM FATO

Em que pese a profundas contradições sociais por que passa a contemporaneidade, algo não foge à vigilância do sujeito: a noção de que a vida, como um valor a ser resguardado, exige cuidados, ou na linguagem das teorias do reconhecimento, precisa ser reconhecida.

Reconhecer, dito de forma reflexiva, filosofante, não traduz a ideia de um novo conhecimento (ou do conhecimento revisitado, ancorado na consciência, solipsista) mas se fundamenta na consciência que se revela como consciência das relações com outras consciências.

A partir de uma pergunta retórica sobre o assunto, Safatle (2017) indaga se apenas "o que é reconhecido existe", cuja resposta ele mesmo oferece, seguida de esclarecimentos:

> Existir é produzir implicações, é estabelecer relações implicativas[...] Reconhecer não deve ser entendido como confirmar o que já conheço[...] Pois implicar-me como algo é integrar ao meu horizonte de experiência aquilo que até então dele não fazia parte. Implicação é uma operação de assimilação do que não aparecia como meu, que pressupõe por isto formas de transformação. (SAFATLE, 2017, Aula 1).

Neste sentido, é preciso reexaminar o discurso filosófico hegeliano (quando trata da vida ética [2]) em que as relações de intersubjetividade passam por um processo pelo qual um Eu=nós e um nós=Eu, o que significa uma profunda interdependência, entre os sujeitos, do reconhecimento do Outro enquanto Outro.

Ao fazer menção à vida ética, Hegel atribui ao indivíduo a consciência de que sua vontade, seus interesses coincidem com os do Estado, representando sua maneira universal de ação, o que permite a TERNAY(1990) comentar: "nos momentos do direito abstrato e da moralidade o indivíduo se encontra ainda separado das coletividades, das quais faz naturalmente parte; com a vida ética estamos em presença de comunidades nas quais a cisão entre indivíduo e comunidade é superada".

Diante deste quadro de referências, o reconhecimento, como teoria da intersubjetividade, já estava implícito na obra de Hegel, que Honneth (2003) atualiza, com contornos especiais, tratando sua essência como algo imanente, que dá significado a cada indivíduo, e colocada em xeque quando são exaltadas as dinâmicas sociais de poder.

Ainda na esteira deste pensamento, Safatle (2017) deixa claro que, se a existência implica em relações com o Outro, reconhecer não significa "confirmar o que já conheço[...] [mas] integrar ao meu horizonte de experiência aquilo que até então dele não fazia parte". E conclui dizendo que existir é produzir implicações; e o que se espera é que de tal "operação de assimilação resulte algo que não aparecia como meu, que pressupõe por isto formas de transformação".

2 Para Hegel, na vida ética o eu que se manifesta por si mesmo é apenas solipsismo, uma atitude de livre arbítrio. Na vida ética defronta-se um "eu" que não pode subsistir sem o Outro. Ou seja, cuida-se de realizar um "eu" que se iguala a um "nós", que, em espanhol, se expressa por "*nosotros*." Segundo o Autor, tal dialética representa o "sistema da universal dependência física recíproca de uns em relação ao outros", na medida em que "ninguém é por si mesmo para a totalidade da sua necessidade".[...] Cf. HEGEL, 1991, p.76.

2. RECONHECIMENTO E ÉTICA: A VIDA IMPLICA RELAÇÕES

Não por acaso a “teoria do reconhecimento” e “o sistema da vida ética” guardam afinidades eletivas: à luz do tempo presente, a noção de sujeito, inserido numa determinada era histórica, de profundas alterações da maneira de ser e ver o mundo, já não mais se explica por um diagnóstico crítico de sua inserção na realidade - a partir dos paradigmas da subjetividade, da ação comunicativa - mas pede-se o entendimento de que não há como mais dissociar o conceito de existir se não for conjugado com o de “reconhecer”.

No cenário contemporâneo, de intensas demandas sociais, muito se tem dito sobre a “invisibilidade social”, pela qual os indivíduos confessam o sentimento de se sentirem ignorados em suas relações (quer familiares, quer profissionais) invisíveis aos que o cercam, desencadeando- lhes um sofrimento psíquico a tal ponto do adoecimento e da instabilidade da saúde.

Desta forma, o que se propõe é refletir sobre os desafios de uma época presente que, incomparável às demais, deve buscar em si mesma suas regras (fundamentadas em suas próprias contradições) o que requer o pensamento racional e o rigor da reflexão - como alternativas para se aprender a conviver de forma ética.

Para tanto, há que indagar por que na atualidade se descontrói o processo de formação identitária e coletiva, em que não se leva mais em conta o autorrespeito que cada indivíduo exige para si, e, quando muito, o que se faz é referência a qualidades que o destacam material e socialmente. O conceito de “honra” (que a sociedade burguesa, incialmente, elevou à categoria de primado moral) hoje passa a ser entendido como sinônimo de “reputação ou prestígio”, fazendo distinguir o sujeito tão somente quando de suas realizações e capacidades próprias.

3. SER RECONHECIDO É ALGO MAIS

Como dito anteriormente, a teoria da intersubjetividade (ou do reconhecimento) passa pela noção de que é necessário ter o Outro no mesmo campo de visualização, em sua alteridade, processo que não se realiza sem conflitos (até porque a existência é tecida de contradições).

Ou em outras palavras: se viver implica relações, pelas quais os indivíduos se identificam e se fortalecem, administrar conflitos, que delas advêm, é exercício de percepção do outro enquanto outro, que proporciona aos sujeitos a oportunidade de uma transformação intersubjetiva.

A respeito, Safatle[3] elabora melhor este pensamento: " o que há de concreto no mundo são as relações e sua força produtiva[...] Não é o Eu isolado como subjetividade constituinte que se confronta aos objetos. São as estruturas sociais de relações que determinam as formas gerais da experiência".

4. PROMOVER O RECONHECIMENTO NAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – A ESCOLA

A princípio, não é fortuito neste estudo fazer referência à dignidade humana, como expressão do reconhecimento jurídico do indivíduo, tal como o que lido na Carta Magna do País, uma vez que, independente de suas qualidades ou atributos, o sujeito requer para si o respeito pela sua condição de pessoa de direitos.

Mas, no que tange às relações intersubjetivas, que se dão pela prática pedagógica no interior da escola, converge para reflexões o fato de que ali cada agente se reconhece no Outro, tarefa que cabe ao gestor supervisionar, estabelecendo um olhar clínico sobre cada comandado, tendo em vista um universo de expectativas que cada um carrega consigo.

Por um só motivo: o projeto escolar, posto que pensado (e colocado em prática por diversas mãos) é conduzido, em sua essência, pela unidade do gestor e por sua liderança, tal como se descreve na Dimensão Pessoal-relacional, contida na Matriz de Competências do Diretor, ora recentemente aprovada pelo Conselho Nacional de Educação**.**

Portanto, o que pode ser acrescentado a este pensamento remete à ideia de que "ser reconhecido" - no âmbito da instituição chamada escola - soa como algo indissociável da integridade pessoal que cada agente reivindica para si, do que o diretor não pode descurar(enquanto líder do processo ensino-aprendizagem) exigindo-lhe reflexões do tipo: como agir para que os diversos segmentos escolares possam ser tratados como pessoas socialmente aceitas, integradas num ambiente que as valorize, tendo em vista o êxito do projeto político-pedagógico?

3 Para este Autor , à efetividade do reconhecimento, enquanto teoria social, não pode faltar uma reflexão clara, transparente, de que a consciência não é simples estrutura para as relações intersubjetivas; o que as torna conflitivas prende-se à ideia de que tais forças resultam não só da aplicação de regras socialmente compartilhadas, mas da (in)aceitação de sua legitimidade.

Portanto, promover o reconhecimento intersubjetivo não remete ao conceito de experiência enquanto espectro das ciências naturais, mas consolida-se a partir de um processo formativo, em que os sujeitos se transformam em sua objetividade(pelo contato com o Outro) o que Hegel define como "ciência da experiência da consciência". Cf. SAFATLE, Vladimir. Lógicas do Reconhecimento. 2017. Aula 4.

< Disp.: academia.edu/33824744/curso_integral_logicas_do_reconhecimento_2017-?- email_work_card_view_paper. Acesso: 31/08/2023.

4.1. Enquanto organização

À luz das teorias do reconhecimento, nunca esteve tão em evidência quanto hoje a questão das relações intersubjetivas nas instituições. A escola, como instituição organizada, tem em vista a realização de um projeto educacional, que contribua para as transformações sociais, fundamentando-se na interação entre as pessoas – um processo a que se dá o nome de gestão – e através da qual são colocados meios/procedimentos para se alcançar sua finalidade: centrada na figura do diretor, que lidera a tomada de decisões(de forma democrática e participativa, com vista ao êxito de sua proposta político-pedagógica).

Enquanto projeto social, a escola, em que pese às especificidades que caracterizam sua cultura organizacional (comportamentos, hábitos e formas de se relacionar) muito dirá de suas práticas culturais/ sua subjetividade, influenciando formas de sua organização e gestão.

Neste sentido, teóricos da educação não deixam de enfatizar, seguidamente, que, embora cada unidade detenha especificidades em sua cultura de organização, há competências a serem desenvolvidas, com vista ao êxito de um projeto político-pedagógico ali em desenvolvimento. A competência a ser destacada aqui diz respeito ao âmbito relacional-pessoal, cuja iniciativa cabe ao seu diretor, enquanto líder do processo educativo que se opera na instituição.

Chamada também de "relação interpessoal", assim é definida: "se determinada organização tem como uma de suas características básicas a relação interpessoal, tendo em vista a realização dos objetivos comuns, torna-se relevante considerar a subjetividade dos indivíduos e o papel da cultura em determiná-la. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005).

À luz das teorias de intersubjetividade, tal competência relacional, entretanto, deve avançar, no sentido de que, diante da complexidade das questões sociais vigentes, o sujeito requer não só bem se relacionar com seus pares, mas tem no horizonte demandas por reconhecimento.

Desta forma, pelo eixo "pessoal-relacional"(incluído nas competências requeridas para o gestor escolar) o que se propõe é refletir sobre tal dimensão, como elemento essencial que vem sedimentar outras competências que lhe são exigidas(e que a complementam). E por um simples motivo: a educação é uma mediação humana que se efetiva com pessoas, para pessoas e em razão de pessoas.

Ou melhor: a proposta aqui é pensar ainda, a partir de um "mapa" de competências traçado para o bom desempenho do gestor escolar, em um novo paradigma de solução (a partir da teoria do reconhecimento) haja vista aos permanentes conflitos que emergem no âmbito institucional, cuja essência intersubjetiva, de traços universais, manifesta-se por uma gramática moral de lutas por reconhecimento.

Em outras palavras: não cabe ao diretor, entre tantas outras atividades a desenvolver na escola, a tarefa de "apagar incêndios", quando as dissonâncias de ordem interpessoal assomam à organização, mas trata-se de "suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evolutivo superior", dirá Nobre[4], em apresentação da obra A gramática moral dos conflitos sociais, de Axel Honneth.

5. RECONHECIMENTO, COMPETÊNCIA RELACIONAL-PESSOAL, GESTÃO PARTICIPATIVA, DELIBERAÇÃO

Quando se faz referência à competência relacional-pessoal que se espera do diretor(tendo em vista o "reconhecimento" do trabalho coletivo escolar) há que remeter à necessidade de reflexões no entorno de uma prática de gestão participativa, como preveem os estatutos que a institucionalizam(e apontam, precipuamente, sua função social).

De início, há que afirmar que gerir um escola não se faz de forma monocrática, mas realiza-se na direção de um planejamento coletivo (liderado, inequivocamente, pelo seu diretor) pelo qual seus agentes buscam atuar no sentido de aglutinar e articular elementos que deem significado à educação como prática humana, cuja pedagogia se inscreve numa determinada concepção filosófica.

Mas, para que se efetive verdadeiramente uma gestão participativa, no interior da escola, às deliberações democráticas propostas, não podem faltar os cumprimentos, as narrativas e um pouco de retórica, para que se abram espaços de discussões, debates(fazendo referência neste item à importância de que se reveste o Colegiado) o que distingue, inegavelmente, o papel que o gestor assume: deliberar demandas ali reprimidas.

Porque, na verdade, muitas vezes ocorrem no interior da instituição impedimentos de toda ordem que dificultam consensos entre os pares, em tomadas de decisão. E, desta maneira, o que se requer, pela liderança do seu gestor, é atribuir legitimidade às expectativas de realização de ações educativas, propostas no planejamento escolar.

E, mesmo que muitos de seus atores discordem de tais consensos (contrariando até interesses pessoais) esses pares têm muito a contribuir, cabendo um trabalho persuasivo do diretor no sentido de que está em jogo uma expectativa mais ampla (DRYZEK, 2004)[5] que afeta todos os segmentos da instituição.

4 HONNETH, Axel. A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. Apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: Edit.34, 1ª ed. 2003, p. 18 .

5 DRYZEK, J.S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, V.; NOBRE, M. Participação e deliberação – teoria democrática e expectativas institucionais no Brasil contemporâneo. SP: Edit.34, 2004, p.41-62. APUD MENDONÇA, Ricardo F. Reconhecimento e(QUAL?) deliberação. 2010. < Disp.: compos.com.puc-rio.br/media/gt3_ricardo_fabrino.pdf. Acesso > 06/09/2023.

Mendonça (2010)[6], neste aspecto, discorre sobre os consensos que se podem estabelecer em nível institucional, no intuito de uma deliberação democrática:

> Vários discursos emergem em diferentes contextos comunicativos, e é a articulação entre tais arenas que pode garantir um processo deliberativo em torno de uma questão vista como publicamente relevante. O desafio de atores críticos em suas lutas por reconhecimento é, justamente, fazer com que suas demandas ultrapassem os limites de certas arenas, tornando-se temas pública e socialmente debatidos. O atravessamento de arenas está, portanto, no cerne tanto da construção do reconhecimento como da deliberação.

Por sua vez, DRYZEK(2004) reafirma que, nas deliberações, as comunicações do diretor(ou de sua equipe gestora) devem ser capazes de levar a reflexões, sem coerção, suficientemente oportunas que possam "ligar a experiência de um indivíduo ou grupo com algum princípio mais geral", visando à construção de um clima participativo na escola, sem que diálogos à parte interfiram, adequando-se ao desenvolvimento das deliberações escolares.

Ou dito de outra maneira: muitas vezes as mudanças que se pretendem, pelas comunicações, tornam-se outras, alteradas, em espaços de discussão democrática, construídos no interior da instituição, o que lhes proporciona "forma em trocas discursivas não unificadas, que atravessam setores sociais e arenas comunicativas", expõe Dryzek(2004).

Trata-se, segundo este Autor, de uma concepção de "democracia discursiva", em que a deliberação é definida como um encontro de discursos que vai além dos sujeitos e dos possíveis diálogos travados.

5.1. Respeitados em razão dos mesmos direitos

Foi dito neste estudo que a luta por ser reconhecido passa pelo reconhecimento do Outro e vice-versa. No caso, em se tratando da escola enquanto instituição, é tarefa ímpar do gestor, enquanto líder nas ações educativas, que se dão no seu interior, promover o "reconhecimento" entre os diversos segmentos de sua comunidade, colocando-o em prática de tal maneira que o respeito entre os sujeitos pedagógicos fortaleça o autorrespeito que cada um cultiva em si mesmo: valor que venha se converter em um dos elementos da "filosofia" que direciona aquela prática pedagógica.

Ou melhor se expressando: é necessário que o gestor escolar tenha como foco em seu trabalho o entendimento de que, no exercício de suas funções, só é respeitado porque é objeto dos mesmos direitos que atribui aos seus comandados, pois estes só podem se realizar se reconhecem os outros como pertencentes a uma mesma comunidade.

6 MENDONÇA, Ricardo F. Reconhecimento e(QUAL?) deliberação, 2010, p.10. < Disp.: compos.com.puc-rio.br/media/gt3_ricardo_fabrino.pdf. Acesso > 06/09/2023.

Neste sentido, Honneth(2003) conclui que

> O nexo existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades.

6. DO RECONHECIMENTO AO ÊXITO DO PROJETO ESCOLAR

Portanto, sendo a escola uma organização social por excelência, e tendo em vista o alcance dos bons resultados do projeto que a identifica, há que dirigir um olhar para sua dimensão pessoal-relacional, e para a qual as teorias de reconhecimento têm muito a dizer, na medida em que os sujeitos, no exercício de sua práxis pedagógica, podem adquirir conhecimentos, habilidades/atitudes, valores, e, notadamente, desenvolver, no âmbito institucional, um clima democrático de deliberações, de escuta com seus interlocutores, pois que envolvidos em uma demanda social e política em comum, pensadas através do conceito de co-operar.

E , para que tal clima organizacional se torne realidade, é necessário que o gestor "reconheça" que cada um dos sujeitos, interagindo no dia a dia da prática pedagógica(que se dá aquém dos muros que a institucionalizam) tem seu discurso próprio e, assim, vários discursos podem emergir daqueles espaços escolares, competindo-lhe, pois, coordenar tais arenas discursivas para garantir a realização de um processo deliberativo.

Em questões que não só dizem respeito às ações pedagógicas de rotina, mas às que se tornam desafio à plena execução do projeto escolar, as quais devem ser tratadas de forma publicamente relevante no interior de sua comunidade, e socialmente debatidas: sobre a questão, Mendonça (2010)[7] conclui que se trata de uma relevância, na medida em que "o atravessamento de arenas está, portanto, no cerne da construção do reconhecimento como da deliberação".

6.1. Ênfase na práxis da escola pública

Interessante observar que Honneth (2003) enfatiza a necessidade da aplicação da teoria do reconhecimento em todas as instituições sociais, com destaque para a escola pública, em que pese à sua historicidade(com seus determinantes e condicionantes) às suas contradi-

7 MENDONÇA, Ricardo F. Reconhecimento e(QUAL?) deliberação, 2010, p.10. < Disp.: compos.com.puc-rio.br/media/gt3_ricardo_fabrino.pdf. Acesso > 06/09/2023.

ções no seio da sociedade, acreditando que a educação, como direito de todos, ali pode-se efetivar, ao lado de outros meios, como instrumento de transformação social.

Para tanto, o argumento apresentado pelo Autor, ora comentado, enfatiza que uma das competências que devem ser desenvolvidas entre os sujeitos da práxis pedagógica(que atuam em escola pública) têm a ver com a dimensão relacional-pessoal, o que possibilita a construção de espaços de reconhecimento das potencialidades do outro enquanto outro, garantindo, desta maneira, a participação da comunidade escolar, como um todo, em suas decisões.

Neste sentido, reitera-se aqui a importância de que se reveste o papel do diretor escolar, enquanto líder do Projeto Político-pedagógico, ao promover, entre outras funções, o "reconhecimento" dos servidores da escola, valorizando relações intersubjetivas entre os pares.

Por razões que melhor se explicam: muitos desses atores, às vezes em situação de carência por estima social, são impedidos de serem referendados de maneira positiva, principalmente no tocante às suas possibilidades e capacidades de realização (quer como pessoas, quer como profissionais dentro da instituição).

Trata-se, portanto, de um trabalho reflexivo que compete ao diretor desenvolver, cuja prática passa não só pelas dinâmicas de "escuta" do Outro, mas de aplicação de instrumentos de valoração das experiências intersubjetivas desenvolvidas no âmbito escolar.

Ou em síntese: o "reconhecimento" que o gestor escolar deve promover, como teoria e prática, (intensificando positivamente as relações intraescolares) revela-se na construção de gramáticas morais, em que a conquista desse valor se apresente, inequivocamente, como real possibilidade para cada segmento institucional.

7. EM POSSÍVEL CONCLUSÃO

De tudo que foi argumentado neste estudo, o que se pode concluir é que, no que se refere às competências do diretor (traçadas em um mapa de multiplicidades) grande parte delas não é impossível de se adquirir, haja vista ao entendimento (a ser produzido e cultivado) de como se opera a teoria do reconhecimento, aplicada às relações no interior da escola.

Competência que se insere na dimensão relacional-pessoal, afeta à gestão democrática, compartilhada, inserida no contexto das competências esperadas para o gestor, o qual não pode deixar de cuidar dos sujeitos que com ele tecem a trama escolar(tendo em vista o êxito do Projeto Político-pedagógico) pois trata-se, inequivocamente, de pessoas que têm expectativas e visões de mundo diferenciadas.

Em outras palavras: dar oportunidade aos sujeitos que socialmente se sentem despossuídos de ação política, principalmente no âmbito escolar, permite ao diretor condições para que tais indivíduos se envolvam com o processo pedagógico, elevando-os a um novo patamar não só de conhecimento, mas de habilidades, tendo em vista os processos de convivência social.

Neste sentido, há que fazer a seguinte indagação: como conseguir que essas pessoas se façam ouvidas e respeitadas, em espaços de discussão e de deliberação no interior da instituição? A resposta pode ser dada nos seguintes termos: cabe a cada gestor, om sua liderança, dar vez e voz a seus pares, que muitas vezes detêm recursos de ação e comunicação (dos quais quase nem sempre a comunidade escolar tem conhecimento) mas que tornam produtivos, com recursos de expressão(pelos relatos de experiências) quando incentivados.

Surpreendente é o fato de que muitas vezes esses sujeitos (principalmente os que compõem os diversos segmentos do Colegiado Escolar) são possuidores de graus diferenciados de informação e experiências pessoais, que relatadas, conhecidas e reconhecidas) servem de norte para muitas deliberações.

8. REFERÊNCIAS

TERNAY, Henri d'Aviau de. A relação ética e política em Kant e Hegel. Ruptura e/ou integração. Belo Horizonte: Síntese Nova Fase, 1990, p.58.

DRYZEK, J.S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, V.; NOBRE, M. Participação e deliberação – teoria democrática e expectativas institucionais no Brasil contemporâneo. SP: Edit.34, 2004, p. 41-62. APUD MENDONÇA, Ricardo F. Reconhecimento e(QUAL?) deliberação.2010, p.10.

Disp.: compos.com.puc-rio.br/media/gt3_ricardo_fabrino.pdf. Acesso > 06/09/2023.

HEGEL. O Sistema da Vida Ética. Ed.70, 1991, p.76.

HONNETH, Axel. A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. Apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: Edit.34, 1ª ed. 2003, p. 18.

LIBÂNEO, José Carlos.; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2005, p.319.

MENDONÇA, Ricardo F. Reconhecimento e(QUAL?) deliberação, 2010, p.10. < Disp.: compos.com.puc-rio.br/media/gt3_ricardo_fabrino.pdf. Acesso > 06/09/2023.

MELLO, Guiomar N. de. Educação escolar: paixão, pensamento e prática. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987, p. 75. Coleção Educação Contemporânea.

SAFATLE, Vladimir. Lógicas do Reconhecimento. 2017. Aulas 1 e 4.

Disp.:academia.edu/33824744/curso_integral_logicas_do_reconhecimento_2017-?- email_work_card_view_paper. Acesso: 31/08/2023.

CONSTRUINDO CAMINHOS DE APRENDIZAGEM: OS IMPACTOS DO PROGRAMA ELV NA TRAJETÓRIA DE APRENDIZADO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.

Bruna Caroline Morato Israel [1]

Resumo:

O presente estudo visa apresentar, por meio de um estudo de caso, os resultados de um programa elaborado com base na concepção de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida para estudantes com deficiência intelectual no estado de Minas Gerais. A temática, ainda incipiente no contexto educacional brasileiro, foi incorporada em 2018 nos campos da Educação Especial e da Educação de Jovens e Adultos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O programa ofertado nas instituições mineiras é pioneiro no Brasil e, por meio da escuta ativa dos sujeitos com deficiência intelectual, busca a construção de caminhos em relação aos seus projetos de vida, reconhecendo e validando outros saberes que foram adquiridos ao longo da vida. Os resultados apontam que no Programa ELV o estudante teve a oportunidade de experimentar processos educativos que independem de livros, quadros-negros, currículos. No desenvolvimento da proposta foram consideradas não apenas as habilidades e conhecimentos adquiridos na escola, mas também suas experiências de vida, sua trajetória fora do ambiente escolar e as relações sociais que foram estabelecidas ao longo de sua permanência no Programa. Além disso, foi possível evidenciar a aquisição de conhecimentos informais desenvolvidos em suas vivências diárias na sociedade, que contribuíram para sua transformação do ponto de vista social e sua inserção real na sociedade.

Palavras-chave: Educação e Aprendizagem ao longo da vida. Deficiência intelectual. Educação Especial.

1 Bruna Caroline Morato Israel - Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa. E-mail: educa.federacao@apaemg.org.br

Abstract:

This study aims to present, through a case study, the outcomes of a program developed based on the concept of Education and Lifelong Learning for students with intellectual disabilities in the state of Minas Gerais, Brazil. The theme, still in its early stages within the Brazilian educational context, was incorporated in 2018 into the realms of Special Education and Youth and Adult Education through the National Education Guidelines and Framework Law. The program offered in institutions within Minas Gerais is groundbreaking in Brazil. By actively listening to individuals with intellectual disabilities, it seeks to forge pathways in relation to their life projects, acknowledging and validating other forms of knowledge acquired throughout their lives. The results indicate that in the Lifelong Learning Program (ELV), students had the opportunity to engage in educational processes that transcend books, chalkboards, and traditional curricula. In the development of this proposal, not only were the skills and knowledge acquired in school considered, but also life experiences, journeys beyond the school environment, and the social relationships established during their tenure in the program. Moreover, it was possible to highlight the acquisition of informal knowledge developed through their daily experiences in society, which contributed to their social transformation and meaningful integration into society.

Keywords: Lifelong education and learning. Intellectual disability. Special Education.

1. INTRODUÇÃO

A temática Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida vem sendo discutida há algum tempo em vários países; no entanto, no Brasil são incipientes os estudos acerca do tema, especialmente quando os relacionam aos sujeitos com deficiência intelectual. Neste contexto, este estudo busca, por meio de um estudo de caso, apresentar e discutir as possibilidades de um programa de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, pioneiro no Brasil, direcionado às pessoas com deficiência intelectual ofertado em Minas Gerais. Para tal fim, será contemplada neste estudo a trajetória[2] de implantação do Programa de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida (Programa ELV) de forma a evidenciar seus aspectos metodológicos, sua prática com um sujeito com deficiência intelectual, bem como os resultados alcançados.

Em Minas Gerais, o programa ELV, elaborado por meio de uma pesquisa-ação realizada em duas instituições e validado por meio da implantação gradual em outras vinte e cinco instituições mineiras, tem como centralidade a construção de caminhos para os projetos de vida das pessoas com deficiência intelectual, possibilitando o protagonismo e a escuta ativa desses sujeitos, além de garantir o acesso às novas oportunidades de aprendizagens (formal, não formal e informal) e transformação do ponto de vista social.

Nesse contexto, este estudo destaca a proposta de um Programa no âmbito da Educação Especial, fundamentado no conceito de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida que, de certa forma, desempenha um papel crucial no avanço das políticas públicas, ao mesmo tempo em que apresenta um modelo de prática educacional com resultados sólidos.

2. TRAJETÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM MINAS GERAIS

Por se tratar de uma proposta inovadora no cenário educacional brasileiro, optou-se por implantar o Programa ELV de forma gradual e controlada nas instituições mineiras. Isso possibilitou o aperfeiçoamento da proposta metodológica estabelecida anteriormente no projeto piloto[3], considerando o contexto ampliado de Minas Gerais, de forma a identificar e realizar as adequações e os ajustes necessários à proposta inicial. Nessa perspectiva, encerrado o projeto piloto, teve início o processo de implantação gradual do Programa ELV, coordenado

2 Para conhecer a trajetória histórica, legal e conceitual da Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, conferir o artigo *A Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida: Novos Rumos para a Educação Especial e EJA,* de Bruna Israel (2022).

3 Para conhecer sobre o projeto piloto do Programa ELV, conferir o documento *Educação & aprendizagem ao longo da vida para a pessoa com deficiência intelectual*, de Oliveira e Cavalcante (2020).

por especialistas do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa. Participaram desse processo 25 instituições que beneficiaram 76 estudantes com a oferta do Programa ELV.

No tocante aos sujeitos com deficiência intelectual inseridos no Programa ELV é salutar apontar que, com a experiência do projeto piloto, fez-se necessário estabelecer um perfil desses sujeitos para garantir que os objetivos propostos no Programa fossem alcançados. Assim, o público-alvo do Programa ELV é o sujeito com deficiência intelectual com idade entre 15 e 45 anos, que demanda apoios intermitentes e limitados, que já concluíram o percurso escolar ou estejam em percurso escolar na escola regular. Além disso, é necessário observar a capacidade desses sujeitos de expressar seus desejos em relação ao projeto de vida. A observância do perfil do estudante para o Programa ELV no processo de implantação foi fator determinante para sua permanência.

O Programa ELV ao considerar os apoios demandados pelos sujeitos com deficiência intelectual, contempla não apenas as dimensões escolares, mas também, visando o crescimento social, viabiliza as possibilidades reais da construção de projeto de vida desse estudante, com a valorização das aprendizagens informais, não formais e formais adquiridos em sua trajetória de vida.

A Comissão Europeia, em seu *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida* (2000), define que a aprendizagem formal, ocorre em instituições de ensino e formação e resulta na obtenção de diplomas e qualificações reconhecidos; já a aprendizagem não formal ocorre fora do ambiente das instituições tradicionais de ensino e formação, não necessariamente conduzindo a certificados formais. Ela pode ocorrer no local de trabalho, por meio de atividades promovidas por organizações da sociedade civil (como organizações de juventude, sindicatos e partidos políticos) ou por meio de serviços complementares aos sistemas educacionais convencionais (como aulas de arte, música, esportes ou ensino particular para preparação de exames). Enquanto a aprendizagem informal é o acompanhamento da vida cotidiana. Ao contrário à aprendizagem formal e não formal, esse tipo de aprendizagem não é essencialmente intencional e, como tal, pode não ser reconhecida, mesmo pelos próprios sujeitos, como enriquecimento dos seus conhecimentos e aptidões (Comissão Europeia, 2000, p. 9).

Recorremos a Nascimento (2013, p. 87) para conceituar projeto de vida como:

> Aspirações, desejos de realizações, que se projetam para o futuro como uma visão antecipatória de acontecimentos, cuja base reside em uma realidade construída na interseção das relações que o sujeito estabelece com o mundo. Emerge da trama complexa de relações, de construção de saberes sobre si e sobre o mundo na medida em que significados são partilhados no cotidiano.

Enquanto as aspirações, segundo Bezerra (2017), conduzem o indivíduo a um estado que pode ser descrito como suspenso, uma vez que envolve o desejo de adquirir objetos não alcançados até então, ou de atingir um status não previamente pretendido. Nesse contexto,

as aspirações representam os desejos que se orientam para um fim, um objetivo que impulsiona as mudanças sociais e, por conseguinte, a transformação de sua identidade.

No que diz respeito à abordagem metodológica, é importante destacar que no projeto piloto a opção foi pela adoção de uma metodologia denominada "Metodologia de Reconhecimento de Saberes" (Martins; Bordignon; Aguiar, 2016). Essa abordagem, fundamentada no conceito de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, foi implementada pelo Serviço Social da Indústria (SESI) na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, ela se baseia nos quatro pilares da educação para o século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Bordignon (2016) explique que foram esses os pilares que deram origem à Metodologia de Reconhecimento de Saberes, cujo foco é a identificação, validação e certificação de competências.

Deste modo, tendo como base a proposta metodológica utilizada no projeto piloto, a implantação do Programa ELV seguiu o percurso metodológico estabelecido anteriormente. Contudo, no decorrer da execução da primeira etapa, proposta da metodologia, foi identificada a necessidade de ajustes nos procedimentos estabelecidos. A partir dessa constatação, outros ajustes foram sendo realizados, testados e validados pelas instituições participantes ao longo do processo de implantação.

Oliveira e Cavalcante (2022, p. 303) avaliam que:

> A metodologia adotada visa reconhecer, validar e certificar por meio de uma proposta pedagógica, os saberes adquiridos em relação aos projetos de vida de cada estudante com deficiência intelectual e tem o objetivo de verificar os saberes adquiridos ao longo da vida (formal, não formal e informal), a fim de compreender o que os jovens e adultos com deficiência precisam aprender e desenvolver em relação aos seus projetos de vida.

Para o desenvolvimento da proposta metodológica, a atuação de alguns atores, como o professor, a comunidade e a família, são fundamentais para a efetivação da proposta. Embora a atuação de cada um se concretize de forma diferente, cada ator deve atuar de forma a oportunizar o protagonismo do sujeito com deficiência intelectual, reconhecendo e valorizando seus saberes e sua trajetória de vida e a aquisição de novas aprendizagens. Assim, cabe ao professor a função de mediar o conhecimento, de atuar como apoiador formal dos sujeitos com deficiência intelectual, apoiando-os sempre que necessário, sem perder de vista que os apoios devem ser disponibilizados de modo adequado e pelo tempo suficiente. Além disso, o professor atua, também, na identificação de apoiadores naturais que auxiliarão os estudantes nas demandas relativas ao seu projeto de vida, dentro e fora do Programa ELV.

A comunidade, reconhecida no Programa ELV como parceira externa, tem a atribuição de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de novas habilidades relacionadas ao projeto de vida. Por fim, a família é apontada como peça fundamental no desenvolvimento do trabalho pedagógico e na construção dos caminhos em busca do projeto de vida desses sujeitos.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

O processo de implantação gradual do Programa ELV apontou para a necessidade de ajustes na proposta metodológica inicial, resultando na proposição de um fluxograma operacional. Esse fluxograma[4] foi elaborado pela equipe do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa, que coordenou a implantação do Programa ELV, tendo como base o referencial teórico "Metodologia de Reconhecimento de Saberes", com a finalidade de ilustrar de forma detalhada o processo operacional de desenvolvimento das etapas e procedimentos definidos na proposta do Programa ELV. O fluxograma é dividido em quatro etapas intituladas como *Identificação de Saberes*, *Desenvolvimento de Habilidades com os apoios*, *Reconhecimento e Validação de Saberes* e *Certificação de Saberes*.

A primeira etapa, denominada *Identificação de Saberes,* tem como objetivo acolher e conhecer o estudante e sua trajetória de vida, além de identificar suas aspirações e seus saberes informais, formais e não formais. Desta forma, essa etapa, a partir da escuta ativa dos sujeitos com deficiência intelectual, pretende identificar os saberes que os estudantes adquiriram ao longo da sua trajetória de vida, apontando, ainda, para aqueles saberes que devem ser conquistados com vistas à construção dos caminhos em relação ao projeto de vida. É, também nessa etapa, que o professor apoiará os estudantes na investigação e definição de seu projeto de vida, sempre respeitando seu protagonismo.

Esta etapa é dividida em quatro procedimentos: acolhimento, avaliação do estudante, investigação do projeto de vida e definição do projeto de vida. Para cada procedimento foram estabelecidos os instrumentos necessários à obtenção das respostas fundamentais para atender os objetivos propostos. O *acolhimento* é o momento de inserção do estudante no Programa ELV. Nesse momento inicial, cabe ao professor apresentar ao estudante e sua família a proposta do Programa, esclarecendo sobre a temporalidade máxima de dois anos, a realização das atividades nos parceiros externos, a importância do apoio da família na execução das atividades, bem como dos resultados esperados. É, ainda nesta fase, que o professor coleta os dados dos estudantes nos prontuários da instituição para subsidiar o conhecimento sobre o estudante.

O segundo procedimento, *avaliação do educando*, tem o objetivo de identificar os saberes formais, informais e não formais do estudante. A coleta dos saberes não formais é feita por meio da realização de entrevista semiestruturada, que também é utilizada para coletar al-

4 Os ajustes realizados na proposta metodológica foram consolidados no documento *Metodologia de trabalho para o Programa de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida*, que teve sua primeira edição publicada no ano de 2021, organizado por Israel e Diniz.

guns saberes informais. A aplicação da Escala de Avaliação da Autodeterminação[5] (Verdugo *et al*., 2014) tem como objetivo coletar os saberes informais e o Inventário de Habilidades Escolares (Pletsch, 2010), por meio da realização de atividades pedagógicas que visam coletar os saberes formais do estudante. Ainda neste momento, caso seja necessário, o professor pode realizar uma avaliação qualitativa do estudante, por meio da observação dele em vivências direcionadas, com o objetivo de aprofundar seu conhecimento em relação aos seus saberes informais.

A *investigação do projeto de vida*, terceiro procedimento, objetiva investigar o projeto de vida do estudante que será desenvolvido durante a permanência no Programa ELV. Nesse sentido, o primeiro passo é investigar as aspirações do estudante, por meio de uma entrevista semiestruturada a partir de um roteiro de aspirações que propõe dar sentido às aspirações antigas dos sujeitos com deficiência intelectual, além de contribuir para o surgimento de novas aspirações.

A experiência de implantação gradual do Programa ELV apontou que os desafios enfrentados pelos professores no processo de investigação do projeto de vida vão desde a indecisão do estudante sobre o seu do projeto de vida até a alteração do projeto de vida identificado inicialmente. O roteiro de investigação do projeto de vida foi o instrumento eficaz para apoiar o estudante na decisão acerca do seu projeto de vida. Assim, com a finalidade de aprofundar as ações de investigação do projeto de vida dos estudantes, os professores proporcionam conhecimentos voltados às suas inspirações de forma que o estudante possa aprofundar sua compreensão sobre seu projeto de vida. É salutar reforçar que esse procedimento busca proporcionar ao estudante novos conhecimentos e vivências acerca de suas aspirações, tendo como premissa o protagonismo do sujeito na escolha de seu projeto de vida.

Desta forma, o quarto procedimento, *definição do projeto de vida*, busca valorizar o protagonismo estudante e compreender seus desejos, suas necessidades e suas aspirações por meio da escuta qualificada. Como apontado anteriormente, as ações estabelecidas no procedimento investigação do Projeto de Vida são complementares no sentido de trazer elementos que auxiliem o professor na compreensão dos desejos do estudante. Nesse momento da etapa, o professor elabora o perfil inicial do estudante, registrando, além de seu projeto de vida, todos os saberes formais, informais e não formais coletados quanto às aspirações e as vivências realizadas com o sujeito com deficiência intelectual. Esse instrumento também contribui com o planejamento das atividades práticas que serão desenvolvidas na próxima etapa.

A segunda etapa, denominada *Desenvolvimento das Habilidades com os apoios*, visa desenvolver as habilidades do estudante em relação ao seu projeto de vida e, por isso, é considerada como etapa prática do Programa ELV. Para alcançar o objetivo desta etapa, a primeira ação é

5 Segundo Israel e Fioravante (2021, p. 22), "A autodeterminação refere-se à capacidade da pessoa de fazer escolhas, tomar decisões e assumir responsabilidades. Envolve pensar, fazer e avaliar. O sujeito autodeterminado sabe escolher, definir metas e alcançar objetivos pessoais".

estabelecer as habilidades necessárias para que o estudante avance na construção de seu projeto de vida. Além do projeto de vida definido pelo estudante, é essencial que o professor relacione essas habilidades com o mapa de aprendizagem.

O mapa de aprendizagem é um esquema conceitual que busca auxiliar os professores a visualizarem as possibilidades de aprendizagem dos estudantes por meio do desenvolvimento de habilidades que apontam para alguns itinerários formativos, isto é, para a construção de trajetórias educativas que os direcionam para os caminhos de seu projeto de vida. Deste modo, o mapa de aprendizagem consiste em uma "seleção de habilidades que promovam o aprofundamento das aprendizagens essenciais demandadas pela natureza do respectivo itinerário formativo" (Brasil, 2018).

Nesta etapa, o projeto de vida é apresentado para a família do estudante. É elaborado, conjuntamente com o estudante e sua família, o plano de apoio para a vida, e o professor elabora o planejamento mensal das atividades. O plano de apoio para a vida é um instrumento que objetiva descrever as habilidades centrais e secundárias com base nas habilidades identificadas e descritas a partir do mapa de aprendizagem. As habilidades são descritas no plano de apoio, por ordem de prioridade, de forma a identificar as principais informações relativas ao desenvolvimento da habilidade como, por exemplo, a identificação do apoio do estudante na execução das habilidades, o local de realização dessas atividades, o prazo estabelecido, dentre outras. Ainda nesta etapa, o portfólio é elaborado com vistas a registrar a realização das atividades centrais pelo estudante ao longo da etapa prática.

A terceira etapa, denominada *Reconhecimento e Validação de Saberes,* tem como objetivo reconhecer e validar as aprendizagens adquiridas pelo estudante após a realização da etapa prática. Desta forma, é feita uma nova avaliação do estudante, com aplicação dos procedimentos avaliativos estabelecidos na segunda etapa, *avaliação do educando*, de forma a elucidar os avanços dos estudantes nos saberes formais, informais, não formais e nas aspirações. Após as avaliações, o professor elabora o perfil final do estudante com vistas a consolidar os resultados das avaliações. Nesta etapa, ainda, deve-se reavaliar o plano de apoio para a vida e elaborar o plano de apoio para a vida após a ELV. O propósito central do plano de apoio à Vida após a ELV é descrever as habilidades que ainda precisam ser desenvolvidas e consolidadas pelo estudante após sua participação no Programa ELV. Ademais, neste instrumento é identificado o profissional ou familiar que atuará como apoiador do estudante; o que é fundamental para a continuidade da aprendizagem do estudante em relação ao seu projeto de vida e, consequentemente, para consolidar a garantia de que o estudante continue sua jornada rumo a sua transformação social.

A última etapa, denominada *Certificação de Saberes*, marca a conclusão da jornada do estudante no Programa ELV. Neste momento, são apresentados o plano de apoio para a vida após a ELV, o portfólio e a certificação de saberes adquiridos pelo estudante em relação ao seu projeto de vida.

A certificação no Programa ELV possui natureza social, cujo objetivo é comprovar que o estudante desenvolveu habilidades conceituais, socioemocionais e práticas por meio do reconhecimento e da validação dos saberes formais, não formais, informais e das aspirações. Desta forma, a certificação deve refletir e evidenciar os saberes adquiridos pelo estudante, bem como as mudanças sociais ocorridas durante sua permanência no Programa ELV.

Toda a trajetória metodológica no Programa ELV é planejada, com início, meio e fim, devendo ser concluída dentro de, no máximo, dois anos após a entrada do estudante no Programa. A partir da experiência com a implantação gradual e os ajustes feitos na proposta metodológica, constatou-se que esse prazo permite que o estudante adquira os saberes necessários ao seu projeto de vida, evidenciando, inclusive, sua transformação social, bem como o impacto do Programa ELV na sociedade em geral, como veremos na seção de resultados.

4. OS RESULTADOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA EM UM ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A experiência com o projeto piloto constatou que a proposta metodológica realizada com base no conceito de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, a partir da metodologia de Reconhecimento de Saberes, alcançou o objetivo proposto.

Houve um ganho emancipatório para a PcDI devido à promoção de novas oportunidades de aprendizagem e ao fato de haver uma escuta qualificada, valorizando e reconhecendo a sua voz frente à definição de seu projeto de vida (Oliveira; Cavalcante, 2022, p. 305).

Os resultados obtidos no projeto piloto são complementados pelos avanços alcançados durante a implementação gradual do Programa ELV nas instituições de ensino de Minas Gerais. Neste trabalho, optou-se por apresentar um estudo de caso para ilustrar o impacto do Programa ELV na vida de um indivíduo com deficiência intelectual.

O protagonista é um jovem de vinte e nove anos que concluiu o Ensino Fundamental em 2018. Ele reside em uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte e é identificado, neste estudo, pelas iniciais F.A.P. Diagnosticado com deficiência intelectual e necessidade de apoios intermitentes, F.A.P. requer auxílio em interações sociais (sendo às vezes repetitivo e insistente), na orientação comportamental (para se posicionar adequadamente em diferentes ambientes) e na comunicação oral (expressar-se de maneira compreensível).

Após ingressar no Programa ELV, F.A.P. manifestou o desejo de se tornar um garçom, pois desejava “servir as pessoas e conviver com elas”. Para investigar essa escolha de forma mais aprofundada, a professora promoveu uma experiência prática com um garçom profissional. Essa vivência permitiu a F.A.P. compreender claramente os aspectos positivos e desafios

associados à profissão. Durante o diálogo, ele teve a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre as responsabilidades e funções de um garçom, bem como a remuneração pelo trabalho realizado. Essa interação foi fundamental para ajudar F.A.P. na tomada de decisão sobre seu projeto de vida. Os resultados desse procedimento são destacados no Quadro 1.

Quadro 1 – Vivência promovida ao estudante

Vivência promovida	Prós	Contras	Entendimento final do estudante
Conversa com uma garçonete, que explicou ao estudante as funções de um garçom, como funciona seu trabalho, suas atribuições, o valor da remuneração pelo trabalho prestado, etc.	O estudante ficou muito feliz com a descoberta de que seria possível realizar seu sonho de ser garçom.	O estudante não identificou questões que fossem contra a realização de seu projeto de vida.	A partir da vivência, ficou evidente para o estudante que era realmente possível ser garçom e, assim, alcançar seu sonho.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir dessa experiência, a professora compartilha que: “Foi emocionante testemunhar a alegria do aluno ao compreender que ele poderia seguir a carreira de garçom e que as tarefas apresentadas pelo profissional eram alcançáveis”. No processo de desenvolvimento das habilidades relacionadas a esse projeto de vida de ser garçom, F.A.P. permaneceu na fase prática por nove meses. Seu plano de apoio durante o Programa ELV abrangeu várias competências, tais como: aprofundar o entendimento das responsabilidades e procedimentos de um garçom; aprimorar as habilidades básicas de gestão financeira para reconhecer o valor dos ganhos obtidos; familiarizar-se com plataformas de mídia social para promover seu trabalho e adquirir os itens necessários, como uniformes e aventais por meio de sites; circular pela cidade utilizando pontos de referência; reconhecer suas habilidades e limitações, entre outras.

Após apresentar o perfil do estudante, a experiência vivida no âmbito de seu projeto de vida e algumas das habilidades desenvolvidas, serão apresentados a seguir os resultados das avaliações iniciais e finais de F.A.P, com vistas a evidenciar o impacto no Programa ELV na vida dele e os progressos conquistados em seus conhecimentos formais, informais e não formais, assim como em suas aspirações.

Embora o Programa ELV não tenha como centralidade o desenvolvimento das aprendizagens formais, ao serem analisadas as avaliações iniciais e finais, responsáveis por reunir dados referentes aos conhecimentos formais, evidencia-se que o estudante aprimorou suas habilidades em leitura e escrita, bem como em raciocínio lógico; habilidades que, de certa forma, são fundamentais para o desempenho das atribuições relativas ao seu projeto de vida. A Tabela 1 apresenta os resultados da aplicação inicial e final do Inventário de Habilidades Escolares.

Tabela 1 – Resultados do Inventário de Habilidades Escolares

Inventário de Habilidades Escolares

Seções do Inventário	Total de respostas possíveis	Total de respostas obtidas SEM APOIO na avaliação inicial	Total de respostas obtidas SEM APOIO na avaliação final
Comunicação oral	04	02	02
Leitura e escrita	16	05	**06**
Raciocínio Lógico	23	18	**20**
Conhecimento de informática	02	02	01
Total de pontuação	**45**	**27**	**29**

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao ponderarmos os dados referentes aos conhecimentos não formais coletados por meio de entrevistas realizadas tanto no início quanto no final do processo, constatou-se a ausência de avanços significativos na aprendizagem por parte do estudante. Embora seu desejo fosse seguir a carreira de "garçom", a instituição não conseguiu viabilizar sua participação em uma capacitação que poderia ter impulsionado seu desenvolvimento profissional. Isso ocorreu devido às limitações do ambiente em que o estudante se encontra, onde não há oportunidades de formação disponíveis nesta área específica.

Diante dessa conjuntura, a instituição de ensino optou por uma abordagem alternativa para preencher a lacuna em sua formação profissional, implementando um programa de capacitação no próprio ambiente de trabalho. Essa estratégia proporcionou ao estudante a oportunidade de adquirir as habilidades práticas fundamentais para se tornar um profissional competente nesse campo. Nesse sentido, o Quadro 2 destaca a ausência de novas experiências e de participação social que poderiam ter contribuído para a aquisição de novos conhecimentos informais.

Quadro 2 – Dados das entrevistas

Dados coletados nas entrevistas com o estudante e sua família

Experiências que estudante possui:	Dados iniciais	Dados finais
Participação em grupos (capoeira, grupo de jovens)	Sim, participa ou participou	Sim, participa ou participou
Participação em atividades (oficinas)	Não	Não
Participação em conselhos (municipal ou estadual)	Sim, participa ou participou	Sim, participa ou participou
Experiência no mercado de trabalho	Sim, possui	Sim, possui
Participou ou participa de algum curso	Não	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No que se refere aos conhecimentos informais, que constituem o cerne do trabalho educacional do Programa ELV, os dados da avaliação final revelam avanços significativos por parte dos estudantes em comparação com os dados iniciais. Foram observadas melhorias do estudante em todas as áreas avaliadas pela Escala, com destaque especial para os progressos relacionados ao autoconhecimento e ao empoderamento do sujeito, demonstrando claramente que o Programa ELV permitiu ao estudante uma compreensão mais profunda de si mesmo e de suas habilidades e limitações, resultando no reconhecimento de sua capacidade de alcançar seus objetivos. A Tabela 2 apresenta o percentil[6] inicial e final alcançado pelo estudante na Escala de Autodeterminação.

Tabela 2 – Resultados da Escala de Autodeterminação

Escala de Autodeterminação

Seções da escala	**Percentil inicial**	**Percentil final**
Autonomia	95	98
Autogestão	94	97
Empoderamento	87	98
Autoconhecimento	84	97
Total	**95**	**99**

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As informações extraídas das entrevistas, que fornecem apontamentos sobre os conhecimentos informais, refletem os progressos nesse aspecto, uma vez que o estudante passou a gerenciar suas finanças e a realizar compras. Essas ações estão diretamente ligadas à autonomia e independência, aspectos que não foram identificados na entrevista inicial. No Quadro 3 estão dispostas as respostas obtidas nas entrevistas.

6 O percentil é uma medida estatística usada para avaliar a posição relativa de um valor em relação a um conjunto de dados. Ele divide um conjunto de dados em 100 partes iguais, cada uma representando 1% dos dados. O objetivo do percentil é fornecer informações sobre como um valor específico se compara com os demais valores do conjunto, indicando em que porcentagem ele se encontra.

Quadro 3 – Dados das entrevistas

Dados coletados em entrevistas com o educando e sua família

Seções da escala	Dados iniciais	Dados finais
Tem amigos(as)	Sim	Sim
Sai com amigos(as)	Sim	Sim
Anda sozinho(a) pela cidade	Sim	Sim
Usa transporte público	Sim	Sim
Cuida do próprio dinheiro	Não	**Sim**
Faz compras	Não	**Sim**
Faz tarefas domésticas	Sim	Sim
Cuida da higiene pessoal sozinho(a)	Sim	Sim
Escolhe suas roupas/comida	Sim	Sim
Utiliza computador	Não	Não
Utiliza celular	Sim	Sim
Resolve seus problemas sozinho(a)	Não	**Sim**

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No que concerne às aspirações, observa-se que dentro do universo de aspirações verificadas nota-se aumento nas aspirações no que diz respeito à vida profissional. No entanto, nota-se uma diluição das aspirações no que diz respeito às questões de consumo e financeiras e na esfera pessoal e de independência. Diante disso, pode-se inferir que à medida que o estudante desenvolveu uma compreensão mais aprofundada de si mesmo e do seu entendimento do mundo, suas escolhas em relação às aspirações tornaram-se mais conscientes, o que levou à mudança identificada nas aspirações verificadas. Os dados contidos na Tabela 3 representam a variação entre as aspirações verificadas com o estudante no início e no final de sua permanência no Programa ELV.

Tabela 3 – Coleta de dados do Roteiro de Aspirações

Dados coletados do Roteiro de Aspirações

Áreas do roteiro	Nº total de respostas possíveis	Total de aspirações iniciais	Total de aspirações finais
Consumo/financeiras	11	11	10
Vida pessoal e independente	12	10	7
Vida profissional	5	4	5
Total	**28**	**25**	**22**

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para compreender as mudanças na vida de F.A.P, foram analisadas as informações extraídas dos portfólios que destacam os resultados do Programa ELV.

> F.A.P sempre se apresentou muito proativo, com muita delicadeza e muito carisma, se mostrou o tempo inteiro disponível para a gente. Nesse período mostrou muito potencial. Precisa apenas desenvolver mais habilidades comuns de quem começa no trabalho, aprende aos poucos, pegar a casa com mais movimento, normal de qualquer tipo de trabalho. Quanto mais tempo você tem de serviço você vai pegando as regras da casa, o jeito de trabalhar. F.A.P tem todo talento necessário para realizar seu sonho de ser garçom. Falo isso porque tivemos várias pessoas que passaram por aqui, freelancers, fichados e ele [F.A.P] dá um show em vários que passaram por aqui nos treinamentos. Só temos a agradecer ao F.A.P, pois aprendemos muito com ele (Parecer descritivo, relato de um dos parceiros do Programa ELV, em 2022).

Segundo a professora:

> O aluno demonstrou um progresso altamente satisfatório na aquisição de habilidades necessárias para atuar como garçom, adquirindo maior autonomia e iniciativa no ambiente de trabalho, o que resultou em elogios dos gerentes, colegas garçons e clientes, devido à sua atitude educada e eficiente no atendimento. Durante sua participação no Programa ELV, envolveu-se em diversas atividades da comunidade, evidenciando maior confiança em si. Essas experiências ressaltaram sua competência na organização de eventos e sua habilidade no trato com as pessoas, características cruciais para o alcance de seu objetivo de se tornar um garçom (Parecer descritivo, relato da professora do Programa ELV, em 2022).

No momento, o estudante encontra-se empregado em um restaurante local, experimentando contentamento e satisfação por ter alcançado seu projeto de vida e por ter a oportunidade de servir as pessoas. Além disso, F.A.P expressa que fez novas amizades e relata que, por meio dos conhecimentos adquiridos durante o Programa ELV, sua vida foi profundamente transformada, dando origem a novos sonhos e aspirações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É desafiador o trabalho com pessoas com deficiência intelectual, especialmente quando incorporado ao conceito de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, pois requer a criação de novas formas de aprendizado, de acesso a experiências que impulsionam mudanças sociais, além da escuta ativa desses sujeitos que permite a plena expressão de sua cidadania.

Este estudo, embora seja uma visão micro dos resultados alcançados com indivíduos com deficiência intelectual, indica que é possível superar esses desafios quando os professores

acreditam no potencial desse sujeito e oferecem os apoios necessários para o seu pleno desenvolvimento.

Além disso, o estudo evidencia que esses sujeitos têm a capacidade de traçar seus próprios projetos de vida, desenvolver a consciência de si mesmos e compreender o mundo ao seu redor. Isso os capacita a se expressarem, construírem novas identidades e definirem seu papel na sociedade onde têm o direito de viver.

Nesse contexto, o Programa ELV provoca uma mudança no olhar sobre a pessoa com deficiência e apresenta uma proposta educacional que busca a emancipação desse sujeito, superando o paradigma educacional tradicional. Além disso, enfatiza a importância da escuta ativa dessas pessoas e do reconhecimento e certificação dos conhecimentos em consonância com seus projetos de vida, apontando para a importância da valorização dos saberes formais, não formais ou informais desse sujeito e sua verdadeira inserção na sociedade, enquanto sujeito de direito.

6. REFERÊNCIAS

BEZERRA, S. S. *O sentir do trabalho para pessoas com deficiência intelectual*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.

BORDIGNON, Genuíno. Educação ao Longo da Vida: reconhecimento e certificação de saberes. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. *Coletânea de textos CONFINTEA Brasil +6*: tema central e oficinas temáticas. Brasília: MEC. 2016.

BRASIL. *Base nacional comum curricular*. Brasília/DF: MEC. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida. Bruxelas, 30 out. 2000. Disponível em: https://dne.cnedu.pt/dmdocuments/Memorando%20sobre%20Aprendizagem%20Longo%20da%20Vida%20pt.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

ISRAEL, B. C. M. Conquistas e avanços do direito à Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida: novos rumos para a Educação Especial e EJA. *Revista Educação e Legislações* – CEE/MG, Belo Horizonte, ano I, n. 1, p. 18-28, nov. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QWwX3DpoPAICc3mhwG77X1xb-9CMfKYu/view. Acesso em: 21 set. 2023.

ISRAEL, B. C. M.; DINIZ, N. L. F. (org.). *Metodologia de trabalho para o Programa de Educação & Aprendizagem ao longo da vida (ELV)*. Belo Horizonte: Federação das APAEs de Minas Gerais, 2021. *E-book.* Disponível em: https://iepmg.i10bibliotecas.com.br/livro/349. Acesso em: 21 set. 2023.

MARTINS, M. H.; BORDIGNON, G.; AGUIAR, E. Reconhecimento de Saberes na Educação de Jovens e Adultos. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. *Coletânea de textos CONFINTEA Brasil +6*: tema central e oficinas temáticas. Brasília: MEC, 2016. p. 215-226

NASCIMENTO, P. I. Educação e Projeto de vida de adolescentes do ensino médio. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, n. 31, p. 83-100, maio/ago. 2013.

OLIVEIRA, M. do C. M.; CAVALCANTE, F. S. Z. A Educação e Aprendizagem ao longo da vida: uma proposta centrada nos projetos de vida de estudantes com deficiência intelectual. *In*: BORGES, A. A. P.; PLETSCH, D. (org.). *O aluno com deficiência na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022. p. 293-317.

OLIVEIRA, M. do C. M.; CAVALCANTE, F. S. Z.; (org.). *Educação & Aprendizagem ao Longo da Vida para a pessoa com deficiência intelectual*. Belo Horizonte: Federação das APAEs de Minas Gerais, 2020. *E-book*. Disponível em: https://iepmg.i10bibliotecas.com.br/livro/107. Acesso em: 21 set. 2023.

PLESTCH, M. D. *Repensando a inclusão escolar*: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: NAU/EDUR. 2010.

VERDUGO, M.A.; VICENTE, E.; FERNÁNDEZ-PULIDO, R.; GÓMEZ-VELA, M.; WEHMEYER, M.; BADIA, M.; GONZALEZ, F. Y.; CALVO, I. *Escala ARC-INICO de Evaluación de la Autodeterminación*: manual de aplicación y corrección. Salamanca: Publicaciones del INICO, 2014.

O TEATRO NO AMBIENTE ESCOLAR - REFLEXÕES DE UMA PRÁTICA DE ENSINO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG

Caio Márcio Rodrigues David[1]

Resumo:

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre uma prática de ensino aprendizado realizada pelo projeto "Teatro na escola", analisado a metodologia educacional e de montagem do grupo de teatral da Escola Estadual Benedito Ferreira Calafiori. A partir daí foi desenvolvido um estudo fazendo analogias com as metodologias e pesquisas de alguns autores, observando os efeitos educacionais, sociais e políticos. Este trabalho entra-se organizado e dividido em partes, sendo elas: Teatro na Escola e Pratica Teatral. A primeira parte fala sobre o Teatro na Escola e sua importância no âmbito educacional das instituições de ensino, ressaltando os pontos positivos e benéficos aos alunos e educadores. Augusto Boal, que desenvolveu o Teatro do Oprimido, é mencionado nesta parte.

Na segunda parte é relatada da Prática Teatral, que observa o desenvolvimento do projeto "Teatro na Escola" da Escola Estadual Benedito Ferreira Calafiori. Estão ressaltados a origem do projeto, desenvolvimento durante os anos, e metodologias teóricas e práticas e ensino aprendizagem. O trabalho termina com a apresentação das principais conclusões da pesquisa, síntese e apreciação acerca das potencialidades do Teatro na Escola como um instrumento de emancipação social.

Palavras-chave: Teatro, Educação, Teatro do Oprimido

1 Licenciado em Teatro pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro e em Artes Visuais pela Universidade de Franca; especialista em Teatro e Expressividade pela Universidade de Maringá. Mestre em Artes pela Universidade Federal de Uberlândia. Servidor efetivo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Professor de Arte e Teatro no Colégio Galileu de São Sebastião do Paraíso/MG. Diretor teatral na Oficina de Artes Cênicas Sebastião Furlan.

Abstract:

This work presents a reflection on a teaching-learning process carried out by the "Theatre at school" project, analyzing the educational and assembly methodology of the theater group at Escola Estadual Benedito Ferreira Calafiori. From there, a study was developed making analogies with the methodologies and research of some authors, observing the educational, social and political effects. This work is organized and divided into parts, namely: Theater at School and Theater Practice. The first part talks about Theater at School and its importance in the educational context of educational institutions, highlighting the positive and beneficial points for students and educators. Augusto Boal, who developed the Theater of the Oppressed, is mentioned in this part. The second part reports on Theater Practice, which observes the development of the "Theatre at School" project at the Benedito Ferreira Calafiori State School. The origin of the project, development over the years, and theoretical and practical methodologies and teaching and learning are highlighted. The work ends with the presentation of the main conclusions of the research, synthesis and assessment of the potential of Theater at School as an instrument of social emancipation.

Keywords: Theatre, Education, Theater of the Oppressed

1. INTRODUÇÃO

O teatro é uma das experiências mais significativas que um jovem pode ter na educação básica, seja por sua ludicidade ou pelo seu caráter político. A arte da representação apresenta inúmeros benefícios aos jovens, tais como o trabalho em equipe, o gosto pela leitura e a tomada de responsabilidade.

Este trabalho está organizado em duas grandes partes, sendo elas: Teatro na Escola e Pratica Teatral.

A primeira parte fala sobre o Teatro na Escola e sua importância dentro das instituições de ensino, ressaltando os pontos positivos e benéficos aos alunos e educadores. O Teatro do Oprimido – metodologia de educação teatral e um dos pontos chaves deste trabalho – é apresentado também finalizando esta parte.

No segundo capítulo trata da Prática Teatral, um relato de experiência que observa o desenvolvimento do projeto "Teatro na Escola" da Escola Estadual Benedito Ferreira Calafiori, sediada em São Sebastião do Paraíso – MG. Estão ressaltados a origem do projeto, desenvolvimento durante os anos, e metodologias teóricas e práticas e ensino aprendizagem. Ao final são apresentados os principais resultados acerca de um processo de ensino relatado.

O trabalho termina com a apresentação das principais conclusões do trabalho, síntese e apreciação acerca das potencialidades do Teatro na Escola como um instrumento de inclusão e emancipação social.

2. OBJETIVO

Este artigo mostra o teatro do oprimido como uma pratica potencialmente muito benéfica no universo escolar, sendo capaz de favorecer habilidades fundamentais para o crescimento integral do aluno, que por muitas vezes são negligenciadas pela grade curricular obrigatória do ensino básico escolar brasileiro.

O marco teórico da investigação é fundamentado na análise das metodologias do Teatro do Oprimido de Augusto Boal e teorias que fundamentam o Teatro na Escola.

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre uma pratica teatral do projeto "Teatro na Escola", na Escola Estadual Benedito Ferreira Calafiori. E observar os efeitos educativos, sociais e políticos que os métodos geraram nos participantes.

3. TEATRONA ESCOLA

O Teatro na escola é um instrumento pedagógico de importância fundamental na educação. Através do mesmo o aluno entra em contato e faz experimentações, sejam elas de: culturas, fatos históricos, atitudes, acontecimentos, comportamentos, entre outras situações. Tudo isso ajuda no processo de desenvolvimento de alguns aspectos humanos como a criatividade, a coordenação, a memorização e o vocabulário.

Diversos estudos mostram o teatro como um componente muito importante no processo do desenvolvimento humano. Por conta do seu caráter lúdico e a propositura do estado de jogo, torna-se uma peça fundamental nos processos de ensino-aprendizagem dos indivíduos.

Durante a preparação de um espetáculo, os alunos envolvem-se com diversas áreas das matérias escolares como a de línguas, educação física, música, artes visuais e até mesmo com matemática; permitindo-se testar suas aptidões. Além disso, o aluno pode aprimorar a memória, a determinação, o esforço e o apoio mutuo, fazendo com que, consequentemente, os participantes tornem-se cidadãos mais conscientes de seu papel na sociedade.

Teresa Iturbe afirma que:

> Ao longo do processo, em qualquer de suas fases, vão se desenvolvendo as diversas matérias transversais, criando atitudes que favorecem o diálogo, a coordenação, a apresentação oral mediante conversas, debates, colóquios, mesas redondas, ajudando os alunos no difícil aprendizado de escutar, ceder, debater, expor, fundamentar ideias, etc. (ITURBE, 2007, p.9)

Deste modo, percebemos que o teatro é uma arte que modifica o ser humano, atentando para as necessidades essenciais das relações interpessoais, além da compreensão do mundo e de suas estruturas ideológicas. Torna-se assim ideal que o indivíduo/aluno possa vivenciar os procedimentos iniciatórios ao teatro, desde seus primeiros anos escolares. É nesta fase inicial que começam a acontecer às primeiras relações de amizade e de socialização. Neste ponto podemos acentuar a importância da pratica teatral nos processos de cooperação e de estabelecimento de vínculos afetivos. Nisto baseia-se a importância do teatro quanto jogo e não apenas como resultado artístico, como a montagem de um espetáculo, mas como forma de enxergar o mundo. É fundamental pensar no teatro como experiência.

Lecionar o conteúdo disciplinar, recentemente, não é a única função da escola. Enquanto instituição formadora de cidadãos, ela deve viabilizar formas de acesso ao lazer, à cultura, às práticas esportivas; permitindo a integração mais efetiva dos alunos na sociedade. Nesse sentido, o teatro tem um papel importante na vida dos estudantes, uma vez que, sendo devidamente utilizado, auxilia no desenvolvimento da criança e do adolescente como um todo, despertando o gosto pela leitura e, principalmente, melhorando a aprendizagem dos conteúdos propostos na grade curricular da escola.

Além disso, sob a perspectiva de obra de Arte, o teatro também mexe e incomoda, no sentido filosófico, porque faz repensar e querer modificar a realidade instaurada. Ademais, possui caráter lúdico e constituinte como forma de lazer.

3.1. Teatro do Oprimido

O Teatro do Oprimido é método estético que sistematiza exercícios, jogos e técnicas teatrais que objetivam a *desmecanização* física e intelectual de seus praticantes, proporcionando experiências que contribuem para o crescimento integrado de jovens e adolescentes sob vários aspectos, ajudando no desenvolvimento de suas capacidades expressivas e artísticas. Este método foi criado pelo dramaturgo carioca Augusto Boal que, é uma das maiores figuras do teatro contemporâneo internacional.

Boal nasceu no Rio de Janeiro em 1931. Em 1950 vai para os EUA onde estuda Teatro na Universidade de *Comlubia* e, volta para o Brasil em 1956, onde se firma como diretor de teatro. Em 1964 se inicia o Regime Militar Brasileiro e, Augusto é preso e exilado em 1971. Ele prossegue sua carreira teatral no exterior, e durante esse período fora do país ele cria e sistematiza as técnicas e procedimentos do Teatro do Oprimido. Somente em 1984, com a anistia, retorna ao Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro, mas viajando para todo o mundo, onde aplica cursos e desenvolve atividades ligadas ao *oprimido.* Em 2009 ele falece de insuficiência respiratória.

De acordo com Boal: "O Teatro do Oprimido é o teatro na acepção mais arcaica da palavra: todos os seres humanos são atores, porque agem, e espectadores, porque observam. Somos todos *espect-atores*. O Teatro do Oprimido é uma forma de teatro, entre outras." (BOAL, 2007, p. s/n)

Boal ainda afirma que:

> A linguagem teatral é a linguagem humana por excelência, e a mais essencial. Sobre o palco, atores fazem exatamente aquilo que fazemos na vida cotidiana, a toda hora e em lugar. Os atores falam, andam, exprimem ideias e revelam paixões, exatamente como todos nós em nossas vidas no corriqueiro dia-a-dia. A única diferença entre nós e eles consiste em que os atores são conscientes de estar usando essa linguagem, tornando-se com isso, mais aptos a utiliza-la. Os não-atores, ao contrário, ignoram estar fazendo teatro, isto é, usando a linguagem teatral, assim como Monsier Jourdain, o personagem de O *burguês fidalgo* de Molière, ignorava estar falando em prosa, quando falava. (BOAL, 2007, p. s/n)

O método também tem por finalidade a conscientização política, onde o teatro torna-se o veículo para a organização, debate dos problemas, além de possibilitar com suas técnicas, a formação de sujeitos sociais que possam fazer-se veículo multiplicador da defesa por direitos e cidadania.

Entre as várias técnicas e metodologias do Teatro do Oprimido estão: Teatro Imagem, Teatro Jornal, Teatro Invisível, Teatro Legislativo e Teatro-Fórum.

O Teatro Imagem é um conjunto de técnicas que transformam questões, problemas e sentimentos em imagens concretas. Busca-se a compreensão e entendimento dos fatos através da linguagem das imagens sendo elas *"não verbais"* ou estatuas.

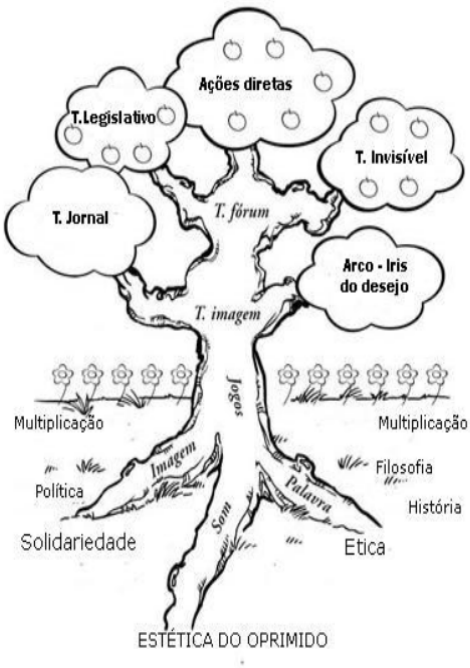
O Teatro Jornal é um conjunto de técnicas que dinamizam notícias de jornal, dando-lhes diferentes formas de interpretação e extraindo informações contidas nas entrelinhas.

Já o Teatro Invisível é uma técnica de representação de cenas cotidianas onde os espectadores são reais participantes do fato ocorrido, reagindo e opinando espontaneamente na discussão provocada pela encenação. Geralmente acontece quando ninguém sabe que ela ocorre, apenas o ator.

O Teatro Legislativo é uma experiência sociocultural que visa à produção de propostas: legislativas e/ou jurídicas, a partir da intervenção e participação do público em espetáculos de Teatro Fórum.

No Teatro Fórum, o método teatral, é uma pergunta feita pelo elenco aos espectadores. É representado um problema objetivo, através de personagens opressores, que entram em conflito por causa de seus desejos e vontades contraditórias. Nesta luta por seu objetivo, o oprimido, necessariamente, fracassa e os *esct-atores* devem ao representar suas alternativas para os problemas encenados, através da intervenção direta no espetáculo, substituindo o personagem oprimido.

Foto 1: Arvore do Oprimido



Fonte: Centro Teatro do Oprimido

As técnicas do Teatro do Oprimido podem ser utilizadas e aplicadas por qualquer grupo, pois permite a troca de informações, experiências e vivencias na medida em que os problemas vão aparecendo no decorrer da encenação.

4. PRÁTICA TEATRAL

O processo da intervenção social compete: identificar, construir ou reconstruir laços de significação para os grupos sociais, através da elaboração de estratégias, que forneçam e possibilitem aos participantes do processo encontrarem soluções para os problemas gerados pelo social. Neste caso, o Teatro do Oprimido vem como estratégia de significação para os participantes do projeto "Teatro na Escola".

4.1. O PROJETO

Desde 2011, os alunos da Escola Estadual *Benedito Ferreira Calafiori*, contam com o "Teatro na Escola". Projeto este criado por meu intermédio - então aluno da escola – e da professora de educação física Gislene Duarte Alves, sendo apoiado pelo atual diretor escolar da época: Alípio Mumic Filho.

Foto 2: Grupo de Teatro 2011

Fonte: Acervo Pessoal de Caio M. Rodrigues David

No ano de 2015, me licenciei em Artes e a escola trocou de direção; agora o projeto obtém o apoio do diretor José Luiz Gomes.

O objetivo do projeto é promover apresentações teatrais e através dos espetáculos, contribuir para a integração social e cultural dos alunos envolvidos. Sendo assim, o "Teatro na Escola", antes de ser um projeto artístico, é também um projeto social que busca formar cidadãos conscientes de suas atitudes na sociedade contemporânea, uma vez que através dos ensaios e apresentações teatrais o aluno entra em contato com acontecimentos fictícios, podendo assim, reformular seus pensamentos e atitudes.

> O ensaio é uma grande escola dos valores mais esquecidos de hoje: repetição, paciência, trabalho, depender dos outros, apoio mutuo, monotonia, perseverança, trabalhar para um futuro mais ou menos longo, e não para um momento iminente, esforço em troca de algo posterior e para todos, não "útil" e "material", não em troca de prêmios, dinheiro ou guloseimas, nem mesmo notas. Os jovens entendem que não é tão fácil nem tão maravilhoso ser artistas, que é preciso estudar e trabalhar e que nem sempre se obtém aquilo com que se sonhava. Nesses tempos em que o fácil, o sucesso sem esforço e o desejo de se igualar aos artistas e aos cantores da moda (ídolos atuais) imperam, o conhecimento dessas profissões "vistas de dentro" ajuda a valorizar o trabalho escondido. Todos esses valores aportam um bom grau de maturidade e responsabilidade, de conhecimento de todos. Os efeitos de todo esse trabalho são muito importantes para todos e, para alguns, realmente imprescindíveis. (ITURBE, 2007, p.11 e 12)

Entre 2011 e 2016 o grupo apresentou oito espetáculos. Todos eles foram gerados a partir de temas polêmicos e críticas a sociedade atual. No ano de 2015, a exemplo, foi apresentado o espetáculo mais polêmico e crítico: "Eaí?" que mostrava a rotina de um orfanato cujos donos exploraram crianças e adolescentes.

FOTO 3: Apresentação da Peça Teatral "Eai?"

Fonte: Acervo Pessoal de Caio M. Rodrigues David

4.2. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Participam do projeto, apenas os alunos da escola que tenham mais de 14 anos e que estejam matriculados no Ensino Médio. Não há seletiva e nem número limite de participantes.

A cada início de semestre é feita uma divisão de turmas de acordo com o número de alunos inscritos. Cada processo de montagem teatral dura cerca de quarto a cinco meses. Os alunos têm por semana uma média de 4 horas de aulas, divididas em dois dias da semana (duas aulas de duas horas). No primeiro mês os alunos passam por um profundo processo de conhecimento das técnicas teatrais. Neste momento eles entram em contato com o "Teatro do Oprimido", método teatral que visa *desmecanizar* os alunos, tanto fisicamente, quanto intelectualmente. A partir daí começa-se o trabalho de consciência corporal, tendo em vista melhorar a postura, a dicção e a movimentação do aluno.

Foto 4: Ensaio Teatral

Fonte: Acervo Pessoal de Caio M. Rodrigues David

Entre trinta e quarenta e cinco dias após o início das atividades de aprendizado teatral, se inicia o processo de montagem de espetáculo. Este momento é dividido em três partes: testes, ensaios e apresentações.

5. RESULTADOS

Durante os meses entre fevereiro e junho de 2016, foi produzido em comemoração aos cinco anos de existência do grupo, o espetáculo “Remix” – já feito em 2011. Nesse período os alunos entraram em contato com os métodos do Teatro do Oprimido.

No mês de fevereiro eles passaram por um processo de aprendizado teatral através dos jogos - Teatro Imagem, Teatro Invisível e Teatro Fórum – que contribuem para o desenvolvimento teatral em grupo. Nas primeiras semanas de março foram feitas leituras dramáticas e os testes teatrais de acordo com as afinidades dos alunos com os papeis.

A seleção dos personagens foi realizada durante 15 dias e, todos os alunos já tinham conhecimento da história e dos personagens. Foi escolhido um trecho uma cena de todos os personagens, fez copias e distribuiu entre os alunos interessados. Os alunos contracenaram entre si para a seletiva. Os testes foram julgados por convidados praticantes de teatro.

FOTO 5: Testes Teatrais

Fonte: Acervo Pessoal de Caio M. Rodrigues David

Realizados os testes, se iniciam os ensaios teatrais que, foram realizados durante três vezes na semana, de março a junho. Junto com os ensaios, as aulas entram mescladas com os jogos teatrais, visando continuidade dos aprendizados e fazendo analogias com a dramaturgia de “Remix”.

Teresa Iturbe explica que:

> Paralelamente, vão se desenvolvendo tarefas que facilitam a criação de *atitudes e valores*. Talvez o teatro seja uma das poucas atividades em que a memória recupera sua dignidade: aceita-se o esforço da memorização por parte dos alunos sem problema algum, exercitando, assim algo tão esquecido como difamando. A necessidade de "decorar", introduzir-se em seu papel e, sobretudo, ensaiar, ajudam a desenvolver a equipe. (ITURBE, 2007, p.11)

FOTO 6: Apresentação Teatral de "REMIX"

Fonte: Acervo Pessoal de Caio M. Rodrigues David

Após as apresentações foi feita uma roda de bate papo com os alunos, para que juntos pudessem levantar as considerações finais sobre todos o processo desde fevereiro até junho, quando se encerrou o ciclo com a apresentação.

Os pontos mais levantados pelos alunos foram:

- As possibilidades de vencerem seus próprios limites;
- Aprendizado com os erros em cena;
- Os benefícios do tempo de convivência com o grupo;
- Gratidão pela experiência;
- Aprender a conviver com o diferente;
- Reconhecimento do público.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os conceitos abordados no início deste artigo e as informações referentes aos trabalhos realizados pelo projeto “Teatro na Escola”, não há dúvidas quanto à importância do projeto como articulador social que alavanca a criticidade da sociedade (alunos), de forma essencial para o rompimento da lógica capitalista inserida nas manifestações artísticas.

Embora o teatro na educação seja ainda pouco explorado pelas escolas no Brasil, ele é, sem dúvida, uma atividade pedagógica que promove não só a inclusão, mas também a socialização dos alunos no ambiente escolar, de forma produtiva. Amplia o universo cultural e o desenvolvimento das diversas habilidades como a interpretação e produção de texto, a leitura oral, a criatividade, as inteligências, as relações intra e interpessoal e a sinestésica.

O teatro na escola tem também a potencialidade de motivar toda a comunidade, aproximando professores, funcionários, gestores e pais, já que em algum momento a colaboração deles será solicitada, seja para ajudarem a montar algo, emprestar o som, fazer a luz, ficar na bilheteria, ou simplesmente para assistirem às apresentações.

Além dos benefícios aos alunos da escola e a toda comunidade, o professor também faz parte dos contemplados, uma vez que ele ensina e aprende com todo o processo, podendo reconstruir significados da sua pratica enquanto docente, diante dos acontecimentos resultantes do processo.

Pelo docente, vários questionamentos podem ser feitos, como: “Por que apresentar um projeto com datas pré-estabelecidas sem conhecimento se vou atingir o que eu espero?”; “O processo é meu ou do aluno? “; “Meu aluno desfruta do processo?”; “Com datas pré-estabelecidas tenho tempo para refletir sobre o processo?”; “Meu aluno está significando o processo?”; “Será que sou vítima do meio escolar que quer apenas produtos finais para apresentação?”; “A ansiedade pelo produto final me faz pular etapas significativas do processo?”.

Entretanto, quanto a esse assunto, fica claro que há necessidade de um estudo mais aprofundado e um julgamento mais criterioso, que não cabem a esse artigo, pois se trata de um vasto campo para pesquisa e análise, sendo preciso, empreender outro trabalho acadêmico.

7. REFERENCIAS

ITURBE, Teresa. **Teatro para Representar na Escola**. São Paulo: Madras, 2007. 187 p.

BOAL, Augusto. **Stop! Cest Magique**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. 166 p.

BOAL, Augusto. Jogos para Atores e Não-Atores. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008. 368 p.

TEIXEIRA, Tânia Márcia Baraúna. **Dimensões Sócio Educativas do Teatro do Oprimido: Paulo Freire e Augusto Boal**. 2007. 335 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação e Sociedade, Universidad Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2007. Disponível em: https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/4657/tmbt1de1.pdf. Acesso em: 31 maio 2023.

LIMA, Nanci Brandão de. **O TEATRO COMO AÇÃO SOCIAL: Manifestações do teatro na cidade de São Paulo**. 2014. 28 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/artigo_o_teatro_como_aouo_social.pdf. Acesso em: 02 maio 2023.

EDUCAÇÃO BÁSICA E O USO DAS TDIC'S: UMA REALIDADE POSSÍVEL NAS AULAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Daiana Samara de Carvalho Reis[1]

Dirceu Antônio Cordeiro Júnior[2]

Resumo:

O presente artigo possui o objetivo de relacionar o processo de ensino aprendizagem e o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's). A utilização das TDIC's, podem contribuir para que o ensino de Ciências da Natureza aconteça de forma mais significativa e contemporaneizada na Educação Básica. Nessa perspectiva de proposta de pesquisa, foi realizado um levantamento dos documentos norteadores quanto a problemática envolvida, apontando ainda caminhos para a utilização das TIDC no processo educacional e na formação de professores. Utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, baseada nos documentos legais, tais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entre outros. Contribuindo para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem nas aulas e na formação docente.

Palavras-chave: TDIC; Educação básica; Documentos Legais.

Abstract:

This article aims to relate the teaching-learning process and the use of Digital Information and Communication Technologies (TDIC's). The use of TDIC's can contribute to the teaching of Natural Sciences to happen in a more significant and contemporary way in Basic Education. In this research proposal perspective, a survey of the guiding documents was carried out regarding the problem involved, also pointing out ways for the use of TIDC in the educational process and in teacher training. A bibliographical research methodology was used, based on legal documents, such as the National Education Guidelines and Bases Law (LDB), the National Curricular Parameters (PCN), the National Curricular Guidelines (DCN) and the National Common Curricular Base (BNCC) among others. Contributing to the development of the teaching-learning process in classes and in teacher training.

Keywords: *TDIC; Basic education; Legal Documents.*

1 Mestra em Gestão, Planejamento e Ensino da Unincor. Professora do Núcleo de Gestão Pedagógica Regional da SRE-Varginha da rede Estadual de Minas Gerais. E-mail: daiana.carvalho@educacao.mg.gov.br

2 Professor Doutor e orientador do mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino da Unincor. E-mail: prof.dirceu.cordeiro@unincor.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A interação entre a educação e a implementação do uso das ferramentas educacionais, via TDIC's, pode contribuir para que o ensino de Ciências da Natureza aconteça de forma mais significativa e contemporaneizada no Ensino Básico da escola pública.

Neste cenário, o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao uso das TDIC's faz-se justificável e necessário, pois o mesmo traz aos alunos maior possibilidade de entenderem por exemplo, os processos laboratoriais, mesmo sem ter acesso a um em sua realidade, ou até mesmo tendo esse acesso, potencializando-o.

No presente estudo foi realizado um levantamento dos documentos norteadores da educação básica e o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's). Contudo, vale ressaltar que não há a intenção de mostrar um ato sendo melhor ou pior que o outro, mas sim a evolução do processo de ensino-aprendizagem no decorrer da evolução da própria sociedade.

Essa modalidade pode promover maior equidade entre os estudantes, dando chance de todos que possuem acesso à internet e um celular serem capazes de entender tais procedimentos e, talvez, despertar o gosto para as áreas das Ciências. Mesmo na ausência de tais artefatos, incentiva o investimento em políticas públicas para que os alunos possam tê-los, considerando sua relevância na contemporaneidade.

Nesse sentido, o presente artigo foi estruturado em três seções, conforme segue:

Na primeira seção, aborda o contexto do uso das TDIC's e os documentos normativos.

Na sequência, a segunda seção trata do uso das TDIC's e o ensino de Ciências da Natureza e a BNCC, estabelecendo possíveis reflexões nos papéis do professor e do aluno na educação básica e no ambiente de aprendizagem.

Por fim, finaliza-se o artigo, partindo da realidade escolar, com possibilidades de intervenção que enriqueçam as práticas pedagógicas dos professores de química e o processo de aprendizagem dos alunos, via TDIC's.

2. TDIC'S E OS DOCUMENTOS NORMATIVOS

Alguns documentos educacionais legais amparam e incentivam o uso pedagógico das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) em sala de aula, entre eles, cita-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre outros.

De acordo com a LDB, Lei 9.394/96, em seu artigo 35, o letramento/domínio científico e tecnológico é um direito do aluno, sobretudo aqueles letramentos que contribuem para a compreensão da teoria relacionada à prática e presidem a produção moderna.

> Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:
>
> IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
>
> Art. 35-A, parágrafo 8º.
>
> Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:
>
> § 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:
>
> I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
>
> II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.

O artigo, em seu contexto, descreve a importância do desenvolvimento educacional para o direcionamento de toda a sociedade e expõe as várias habilidades contempladas por meio da teoria e da prática, em modo presencial ou virtual. O uso das TDIC contempla, dessa forma, o seu uso em todo o processo, inclusive no letramento científico, o qual propicia ao estudante um entendimento mais esclarecedor sobre o componente curricular que estiver sendo trabalhado.

Sendo assim, serão contemplados os princípios científicos e tecnológicos de que a sociedade atual necessita. Permite-se, também, conhecer as formas de linguagem pertinentes às áreas tecnológicas e científicas, conforme respaldado no artigo 35 da LDB, aqui explanado. Corroborando a importância do desenvolvimento humano em todo o seu potencial para sua evolução, no artigo 205 da Constituição Federal consta

> [...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2019a, s./p.).

De fato, existe uma preocupação social e previamente estabelecida quanto ao desenvolvimento social, tecnológico e de capital. Nesse sentido, os demais documentos seguem a mesma linha de conduta.

No texto, a BNCC (BRASIL, 2017) traz como competências gerais da Educação Básica o exercício da curiosidade intelectual e a abordagem própria das ciências, incluindo, assim, a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções – inclusive tecnológicas – com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

O documento aborda, ainda, a compreensão, a utilização e a criação de TDIC de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017).

3. POSSIBILIDADES DO USO DAS TDIC NO EIXO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA DE ACORDO COM A BNCC

A contextualização dos conhecimentos da área de Ciências da Natureza supera a simples exemplificação de conceitos com fatos ou situações cotidianas; a aprendizagem deve valorizar a aplicação dos conhecimentos além do muro da escola, chegando ao seu cotidiano, favorecendo o protagonismo dos estudantes desde o seu letramento científico até o enfrentamento de questões sobre consumo, energia, segurança, ambiente e saúde, entre outras (BRASIL, 2017). Sendo assim, é pertinente a reflexão e o uso das TIDC no processo educacional e para propor práticas com os alunos associadas à formação do professor.

A necessidade de usar bem a tecnologia é marcada na Competência 5 da BNCC: nos componentes curriculares das Ciências da Natureza, aqui mais especificamente a Química, ela surge como instrumento para investigar e também como meio de produzir informações e conhecimento (BRASIL, 2017). Nessa perspectiva trazida pelo documento norteador, devem ser propostas metodologias que analisem fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas relações entre matéria e energia, para, assim, propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e/ou global.

> Nesta competência específica, os fenômenos naturais e os processos tecnológicos são analisados sob a perspectiva das relações entre matéria e energia, possibilitando, por exemplo, a avaliação de potencialidades e de limites e riscos do uso de diferentes materiais e/ou tecnologias para tomar decisões responsáveis e consistentes diante dos diversos desafios contemporâneos. Dessa maneira, podem mobilizar estudos referentes a: estrutura da matéria; transformações químicas; leis ponderais; cálculo estequiométrico; princípios da conservação da energia e da quantidade de movimento; ciclo da água; leis da termodinâmica; cinética e equilíbrio químicos; fusão e fissão nucleares; espectro eletromagnético; efeitos biológicos das radiações ionizantes; mutação; poluição; ciclos biogeoquímicos; desmatamento; camada de ozônio e efeito estufa; entre outros (BRASIL, 2017, p. 256).

Entende-se como metodologia de prática pedagógica a articulação de uma teoria, compreensão, interpretação e a prática em sua realidade buscando a relação entre escola e sociedade. Além da competência 5 da BNCC, vale aqui explanar as demais competências que cabem ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizado em Ciências da Natureza.

A Competência Geral 1 propõe a construção do saber por parte de um estudante ativo, que consegue compreender e reconhecer a importância do que foi aprendido, somado ao refletir sobre como ocorre a construção do conhecimento, trabalhando a autonomia desse indivíduo para estudar e aprender (BRASIL, 2017).

Nas Ciências da Natureza, segundo Leite, a experimentação, a contextualização e o uso de situações-problema são bastante utilizados para o desenvolvimento dessa competência, valorizando a utilização da prática do conhecimento. A seguir, são explanadas as habilidades que englobam essa competência em consonância com a pesquisa realizada.

Figura 1 - Habilidades da BNCC

- **(EM13CNT101)** Analisar e representar, com ou sem o uso de dispositivos e de aplicativos digitais específicos, as transformações e conservações em sistemas que envolvam quantidade de matéria, de energia e de movimento para realizar previsões sobre seus comportamentos em situações cotidianas e em processos produtivos que priorizem o desenvolvimento sustentável, o uso consciente dos recursos naturais e a preservação da vida em todas as suas formas.
- **(EM13CNT102)** Realizar previsões, avaliar intervenções e/ou construir protótipos de sistemas térmicos que visem à sustentabilidade, considerando sua composição e os efeitos das variáveis termodinâmicas sobre seu funcionamento, considerando também o uso de tecnologias digitais que auxiliem no cálculo de estimativas e no apoio à construção dos protótipos.

Fonte: Brasil (2017).

Na Competência Geral 2, o desenvolvimento do raciocínio e a busca por soluções são os pontos fortes, incluindo-se a capacidade de investigação do conhecimento, o que faz essa competência se conectar com todos os componentes curriculares, inclusive com Ciências da Natureza, que têm em curiosidade e investigação palavras-chave para a aprendizagem da disciplina (BNCC, 2017). Expõem-se, agora, as habilidades que englobam essa competência em consonância com a pesquisa realizada.

Figura 2 - Habilidades da BNCC

- **(EM13CNT201)** Analisar e discutir modelos, teorias e leis propostos em diferentes épocas e culturas para comparar distintas explicações sobre o surgimento e a evolução da Vida, da Terra e do Universo com as teorias científicas aceitas atualmente.
- **(EM13CNT202)** Analisar as diversas formas de manifestação da vida em seus diferentes níveis de organização, bem como as condições ambientais favoráveis e os fatores limitantes a elas, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais (como *softwares* de simulação e de realidade virtual, entre outros).

Fonte: Brasil (2017).

Figura 3 - Habilidades da BNCC

- **(EM13CNT205)** Interpretar resultados e realizar previsões sobre atividades experimentais, fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas noções de probabilidade e incerteza, reconhecendo os limites explicativos das ciências.

Fonte: Brasil (2017).

Já na Competência específica 3, desenvolvem-se, de modo articulado, as competências 1 e 2, os estudantes apropriam-se de procedimentos e práticas das Ciências da Natureza, como o aguçamento da curiosidade sobre o mundo, a construção e avaliação de hipóteses, a investigação de situação-problema, a experimentação com coleta, análise e compreensão de dados, que proporcionam autonomia quanto ao uso da linguagem científica, da forma de expressão de um conhecimento mais específico (BRASIL, 2017).

Dados esses que vão de encontro ao pensamento de Freire, pois o aluno passa a ter autonomia em seu processo de aprendizagem. A seguir, são apresentadas as habilidades que englobam essa competência em consonância ao tema proposto.

Figura 4 - Habilidades da BNCC

- **(EM13CNT301)** Construir questões, elaborar hipóteses, previsões e estimativas, empregar instrumentos de medição e representar e interpretar modelos explicativos, dados e/ou resultados experimentais para construir, avaliar e justificar conclusões no enfrentamento de situações-problema sob uma perspectiva científica.
- **(EM13CNT302)** Comunicar, para públicos variados, em diversos contextos, resultados de análises, pesquisas e/ou experimentos, elaborando e/ou interpretando textos, gráficos, tabelas, símbolos, códigos, sistemas de classificação e equações, por meio de diferentes linguagens, mídias, tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), de modo a participar e/ou promover debates em torno de temas científicos e/ou tecnológicos de relevância sociocultural e ambiental.
- **(EM13CNT303)** Interpretar textos de divulgação científica que tratem de temáticas das Ciências da Natureza, disponíveis em diferentes mídias, considerando a apresentação dos dados, tanto na forma de textos como em equações, gráficos e/ou tabelas, a consistência dos argumentos e a coerência das conclusões, visando construir estratégias de seleção de fontes confiáveis de informações.

Fonte: Brasil (2017).

Além de tudo que é citado na BNCC, a legislação brasileira delibera sobre processos educacionais no ensino em diversos atos, inclusive de química, conforme disposto na próxima sessão:

4. POSSIBILIDADES DO USO DAS TDIC NO ENSINO DE QUÍMICA DE ACORDO COM OS DOCUMENTOS NORMATIVOS

Outros documentos se fazem pertinentes na discussão do uso das TDIC no ensino como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regulamenta o sistema de ensino do país, e documentos orientadores, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). O PCN 2000 traz em seu discurso como o desenvolvimento do conteúdo de Química, componente curricular de ciências da natureza, e as TDIC podem corroborar na formação dos indivíduos.

> O aprendizado de Química pelos alunos de Ensino Médio implica que eles compreendam as transformações químicas que ocorrem no mundo físico de forma abrangente e integrada e assim possam julgar com fundamentos as informações advindas da tradição cultural, da mídia e da própria escola e tomar decisões autonomamente, enquanto indivíduos e cidadãos. Esse aprendizado deve possibilitar ao aluno a compreensão tanto dos processos químicos em si quanto da construção de um conhecimento científico em estreita relação com as aplicações tecnológicas e suas implicações ambientais, sociais, políticas e econômicas. Tal a importância da presença da Química em um Ensino Médio compreendido na perspectiva de uma Educação Básica (BRASIL, 2000, p. 31).

Em consequência desses objetivos, o Ensino Médio se estrutura no ensino de Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas aplicações, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática (BRASIL, 2000).

Para atender as competências dessas áreas de ensino, há algumas especificidades que levam a subdivisões em disciplinas e conteúdos, hoje reconhecidos como componentes curriculares. No caso das Ciências da Natureza no Ensino Médio, divide-se nos componentes curriculares de Biologia, Física, Química e áreas afins, sendo que o aprofundamento desses conhecimentos deve sempre estar conectado aos desenvolvimentos sociais e tecnológicos.

A Química, como ciência, inspira a pesquisa, assim como o ensino, proporcionando um sistema de produção e constatação de informações e conhecimentos, podendo ser aplicados em seu cotidiano (BRASIL, 2017). As Orientações Educacionais Complementares ao ensino básico brasileiro traçam competências gerais triangulando a investigação e a compreensão; com a representação e comunicação; além da contextualização sociocultural, potenciali-

zando, assim, uma conexão interdisciplinar entre áreas de conhecimento e as necessidades contemporâneas (BRASIL, 2019b).

No documento orientador dos PCN+ Ensino Médio Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais, documento que discute questões como acesso e permanências nas escolas, explica-se:

> Nas diretrizes e parâmetros que organizam o ensino médio, a Biologia, a Física, a Química e a Matemática integram uma mesma área do conhecimento. São ciências que têm em comum a investigação da natureza e dos desenvolvimentos tecnológicos, compartilham linguagens para a representação e sistematização do conhecimento de fenômenos ou processos naturais e tecnológicos. As disciplinas dessa área compõem a cultura científica e tecnológica que, como toda cultura humana, é resultado e instrumento da evolução social e econômica, na atualidade e ao longo da história (BRASIL, 2019b, p. 20).

Nessa perspectiva, o ensino de Química baseia-se em diversos segmentos metodológicos, didáticos e pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem. Para o entendimento dos conceitos químicos, são indispensáveis os procedimentos de experimentação.

> A experimentação é um dos principais alicerces que sustentam a complexa rede conceitual que estrutura o ensino de Química. Ele não é o único, uma vez que se encontra entrelaçado com outros, como o construído pela história da Química e o construído pelo contexto sociocultural de que o estudante faz parte (LISBÔA, 2015, p. 198).

Porém, existem desafios quanto à estrutura das escolas e aos processos metodológicos do ensino de Química na realidade das instituições brasileiras, pois se trata de uma ciência resultante de observação, experimentação e racionalidade, dado que exige uma compreensão micro e macroscópica da matéria para a compreensão dos fenômenos. Essa prática de experimentação em sala de aula ainda é bem limitada na realidade do Ensino Médio, pois as estruturas escolares geralmente são inadequadas e possuem pouco ou nenhum material, além de não contar com um técnico que prepare o ambiente para tais práticas acontecerem, deixando o papel do professor sobrecarregado por exercer todas essas funções sem a infraestrutura necessária (LISBOA, 2015).

Dessa maneira, com as condições explanadas, o ensino do conteúdo de Química e dos componentes afins fica estático e com uma abordagem extremamente abstrata, pois se dispõe muitas vezes somente de livros didáticos para integrar o processo de ensino-aprendizagem. E para haver uma aprendizagem significativa segundo Ausubel é necessário a experimentação.

Dando sequência aos documentos legais, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN 2013) para o Ensino Médio apontam as dimensões da formação humana, sendo elas o trabalho, a cultura, a ciência e inclusive a tecnológica. Considera-se, então, que a formação humaniza-

da é imprescindível dentro dos processos de aprendizagem, pois admite que o sujeito esteja em constante evolução e respeite os seus espaços e tempos.

Esses documentos norteadores que trazem uma visão do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em prol do desenvolvimento da aprendizagem são pontos de apoio para o desenvolvimento de metodologias e projetos mais específicos para cada ambiente escolar.

Após a fundamentação das possibilidades de aplicação das TDIC nas aulas de Química, apresenta-se, na sequência, parte do documento orientador interno de uma instituição de ensino pública, o qual serviu como norteador para reflexão.

5. DOCUMENTO ORIENTADOR INTERNO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PÚBLICA DE MINAS GERAIS

Dando sequência a esses documentos, porém agora abordando uma visão mais específica e delimitada dentro de uma instituição pública, faz-se uso do Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual contém orientações construídas em conjunto com professores, alunos e comunidade escolar. Considera-se o Projeto Político Pedagógico (PPP) um documento oficial e normativo de cada escola regulamentado em todo território nacional. Segundo Moran (2014), um bom projeto pedagógico prevê o equilíbrio entre tempos de aprendizagem pessoal e colaborativa, por isso, ele deve ser construído com toda comunidade escolar.

A instituição procura entender a diversidade de vivência dos alunos, promovendo diálogos entre os estudantes e os professores. Em relação ao espaço físico, não há laboratório de ciências, o laboratório de informática tem computadores insuficientes em relação ao número de estudantes e muitos desses equipamentos encontram-se ultrapassados ou sem condições de uso (MINAS GERAIS, 2019).

Com relação ao uso das tecnologias em sala de aula, considera-se que alguns profissionais não possuem desejo de fazê-lo, sendo que há desinteresse e insegurança, e alguns se dizem despreparados por falta de formação docente, cogitando, ainda, a falta de produtos tecnológicos em quantidade suficiente e internet de qualidade para toda a escola. Considera-se, então, que há um processo de construção diante do quadro apresentado (MINAS GERAIS, 2019).

Nessa perspectiva, e com a apropriação dos textos que norteiam a Educação Básica nacional, visa-se contribuições quanto à formação pedagógica e ao desenvolvimento da percepção do processo de aprendizagem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou promover a discussão do embasamento legal e direcionamento na formação de professores, afim de fornecer subsídios para promover o processo de aprendizagem de forma significativa.

Com o intuito de contribuir com o uso de tecnologia no processo educacional, o uso das TDIC, no ensino de Ciências da Natureza, traz aos estudantes e professores novas possibilidades, tais como: maior interação entre conteúdo e prática, baixo custo e fácil acesso. O que permite além da prática virtual a reaplicação do conteúdo com fidelidade em um laboratório físico ou em ambiente propício, onde o aluno pode se tornar protagonista da sua prática.

Fica então, explícita a necessidade de promover práticas que atendam o aprendizado de Ciências da Natureza, especialmente o componente curricular de química de forma significativa e efetiva, considerando que as TIDC possuem recursos suficientes para atender a aprendizagem e os estudos com qualidade.

Por fim, seguem as referências bibliográficas utilizadas para a execução do presente artigo.

7. REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David P., NOVAK, Joseph D., HANESIAN, Helen. **Psicologiaeducacional.** Tradução Eva Nick. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação transformadora:** uma abordagem teórico-prática. São Paulo: Penso, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: www.basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 07 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Conselho Nacional de Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Documento homologado pela Portaria nº 1.570,**

publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78631-pcp015-17-pdf/file. Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar**, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais** para o Ensino Fundamental. Brasília, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEITE, Bruno Silva. A experimentação no ensino de química: uma análise das abordagens nos livros didáticos. **Educación química**, v. 29, n. 3, p. 61-78, 2018.

LISBOA, Júlio Cezar Foschini. QNESc e a seção experimentação no ensino de química. **Química Nova na Escola**, v. 2, pág. 198-202, 2015.

MINAS GERAIS. **Projeto Político Pedagógico (PPP).** E.E. Américo Dias Pereira. Três Corações, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, p. 31.

RISCO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: https://www.dicio.com.br/risco/. Acesso em: 25 set. 2021.

O ADENTRAR DA CULTURA POPULAR NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Dalila da Cruz Silva[1]

Jussara Maria da Silva[2]

Marcolina Alves Pereira Silva[3]

Resumo:

Este artigo, relato de caso, tem como finalidade narrar o adentrar da cultura popular nas escolas estaduais e municipais da cidade de Machado, Sul de Minas Gerais, a partir de 1997. Uma prática pedagógica responsável pelo resgate das congadas da cidade, que a ressignificou, trazendo um saber que vai além dos livros, um saber ancestral que transcendeu ao tempo e ao espaço e possibilitou aos alunos conhecerem e valorizarem a sua cultura. Cultura popular, vivenciada pelo povo negro que foi escravizado e que, hoje, além do espaço da igreja e das praças ocupa a sala de aula.

Palavras-chave: Congada. Resgate. Cultura. Ancestralidade

Abstract:

This article, a case report, aims to narrate the entry of popular culture into state and municipal schools in the city of Machado, South of Minas Gerais, from 1997 onwards. A pedagogical practice responsible for rescuing the city's congadas, which gave it new meaning , bringing knowledge that goes beyond books, an ancestral knowledge that transcended time and space and enabled students to know and value their culture. Popular culture, experienced by black people who were enslaved and who, today, in addition to the space of the church and squares, occupy the classroom.

Keywords: Congada. Rescue. Culture. Ancestry

1 Licenciada em Letras, em Pedagogia e em Gestão Escolar (Supervisão/Orientação, Administração e Planejamento). Especialização em Metodologia da Língua Portuguesa. Mestrado em Educação. Atualmente, Professora de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

2 Licenciada em Língua Portuguesa e Inglesa e em Gestão Escolar (Supervisão/Orientação, Administração e Planejamento). Especialização em Metodologia da Língua Portuguesa. Mestrado em Educação.Atualmente, exerce o cargo de Diretora de Escola Estadual da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

3 Licenciada em Matemática, Física e Pedagogia. Especialização em Supervisão Escolar e em Planejamento de Ensino. Mestrado em Educação. Atualmente, exerce o cargo de Especialista em Educação Básica em escola estadual na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como intenção narrar uma experiência pedagógica vivenciada por nós, professoras da rede pública estadual da cidade de Machado, estado de Minas Gerais. O que nos motiva a contar esta experiência é a possibilidade de vivenciar o adentrar da cultura popular no espaço escolar – a festa do congo. A congada é um movimento de resistência presente na comunidade machadense há 107 anos.

Durante muitos anos, a grande preocupação dos ternos de congo era dar continuidade a essa tradição milenar, ligada à ancestralidade. Mas como levá-la adiante, já que os congadeiros mais experientes estavam adoecendo, e muitos jovens da comunidade não tinham despertado ainda o interesse em perpetuar esta cultura? Diante disso, no ano de 1997, foi elaborado um projeto interdisciplinar, que propunha levar para as escolas municipais de Machado (MG) as congadas, com o intuito de resgatar essa tradição popular. A primeira escola a desenvolver essa proposta foi a Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro. E hoje, com exceção das escolas privadas, todas as demais instituições de ensino do município já vivenciam esta experiência.

A escola, como espaço de construção de conhecimento, de vivências, foi o local propício para resgatar as congadas, mostrando aos alunos a importância dela para toda a comunidade machadense. Percebemos que o trabalho desenvolvido aflorou nos alunos o sentimento de pertencimento e de coletividade, fator primordial para não deixar morrer essa cultura popular que vem sendo transmitida de geração em geração. Um saber experienciado no seio do clã familiar e levado a este coletivo de estudantes, fazendo-os reconhecer o espaço escolar como o seu lugar, lugar de recriar suas identidades e dar a eles visibilidade.

2. DESENVOLVIMENTO

O adentrar da congada, da festa do congo, nas escolas do município ganha relevância pelo fato de abrir espaço para uma série de debates sobre a força da cultura popular, da resistência do povo negro que viveu a barbárie da escravização e que convive com o preconceito racial e resiste ao tempo. Estes jovens dançantes do congo, hoje, reescrevem sua história. Uma história de luta por moradia, saúde, educação e respeito a diversidade. A congada é elemento principal da festa de São

Benedito. É sinônimo de resistência, é a comemoração da colheita farta. É uma festa inclusiva e familiar.

A festa de São Benedito é uma manifestação popular tradicional (HOBSBAWN; RANGER, 1997), que está presente na memória da população machadense. O terno de congo, durante muitas décadas, teve como espaço somente as ruas, as praças e a igreja da cidade. A partir

do ano de 1997, por conta de um projeto multidisciplinar, ele passou a fazer parte da Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, na tentativa de resgatar as tradições folclóricas locais e inserir a comunidade escolar nessa iniciativa. É papel da escola, ser agente de transformação, em especial por meio da cultura, pois ela permite a conscientização e a concretização de um ideal de beleza, de harmonia e de afloração das subjetividades. Portanto, cumpre a ela respeitar e valorizar a congada, a dança, a música e tudo o que ela representa. Estudar a congada significa conhecer a identidade de um povo, o saber de um povo, que se desvela por meio da música e da dança. Permitir que a congada esteja na escola se configura como um repensar as práticas pedagógicas, o agir e o pensar.

As ilustrações a seguir mostram momentos singulares da E.E. Iracema Rodrigues- Machado (MG) e da E.E. Gabriel Odorico – Machado (MG).

Congada da E.E. Iracema Rodrigues - Machado - M.G
Arquivo da escola

Congada da E.E. Gabriel Odorico
Arquivo da escola

Falar da cultura na escola é reverenciá-la como arte contemporânea. Arte que transcendeu o tempo, rompeu limites, ao caminhar e ser trabalhada dentro do espaço escolar. Um valor que se aprende implicitamente com o conteúdo científico, mas não de forma declarada.

A escola, na perspectiva da construção da cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e propiciar às crianças, pertencentes aos diferentes grupos sociais, o acesso ao saber e ao patrimônio cultural de sua região. Tais ideias vão ao encontro do pensamento de Itaqui e Villagrán (1998, p.17): “Resgatar o cotidiano, os elementos que constituem e fazem o ser e o agir, a cultura e os bens patrimoniais – naturais e sociais – devem ser uma das preocupações básicas da educação formal para a construção do sentido de cidadania”.,

Como muito bem pontuam os autores, cabe valorizar o patrimônio cultural dos municípios e a identidade cultural de seus habitantes.

A feitura do Terno de congo nas escolas favoreceu ao corpo docente e discente fazer reflexões significativas quanto aos processos de ensino e aprendizagem. Para o corpo docente, exceto para aqueles que já gostavam da cultura da congada, foi difícil compreender e aceitá-la dentro do espaço escolar, pois até então, na visão desses profissionais, a escola estaria deixando de lado trabalhar a cultura escolar imposta pelo currículo, como o folclore por exemplo. Currículo formalizado em práticas educacionais ultrapassadas que homogeneízam os estudantes, tratando de forma igual os desiguais, o que por si só se configura como uma forma de exclusão. E para o corpo discente foi uma oportunidade para conhecer mais sobre as tradições de sua comunidade

É impossível pensar a congada no espaço escolar sem pensar no currículo como saber, como poder e como identidade. Estudar a congada representa conhecer a identidade de um povo, o que até então não era entendido como saber. Saber de um povo que se significa por meio da música e da dança. Permitir que a congada ocupe a escola resulta rever as práticas pedagógicas, o agir e o pensar. Afirma Silva (1999, p.148) que o currículo "é uma questão de saber, poder e identidade", fazendo ainda uma relação entre as teorias críticas e pós-críticas. As teorias pós-críticas nos ensinam que o poder está em toda parte e que é multiforme. As teorias críticas não nos deixam esquecer, entretanto, de que algumas formas de poder são visivelmente

mais perigosas e ameaçadoras do que outras. Não se pode conceber o currículo de forma ingênua e desvinculada de relações sociais e de poder.

Para Goodson (1995, p. 67), a história do currículo deve estar centrada na história social, ou ainda, na epistemologia social do conhecimento escolar, preocupada com os determinantes sociais e políticos desse conhecimento, pois ele não se constitui de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos. Como Goodson (1995, p. 78) argumenta:

> [...] o que está prescrito não é necessariamente o que é apreendido, e o que se planeja não é necessariamente o que acontece. Todavia, como já afirmamos, isto não implica que devamos abandonar nossos estudos sobre prescrição, como formulação social, e adotar, de forma única, o prático. Pelo contrário, devemos procurar estudar a construção social do currículo tanto em nível de prescrição quanto em nível de interação.

Devemos nos atentar para a relevância de conhecer e entender o que vem a ser currículo prescrito e currículo como prática. Caso se estude somente o currículo prescrito há riscos, que podem ser evitados, quando se distingue currículo prescrito e currículo como atividade em sala de aula, ou seja, currículo ativo. Sabendo que o currículo prescrito tem por base o que podemos definir como os principais ingredientes do curso de estudos, ou seja, os conteúdos apresentados para estudo, um vínculo entre currículo e prescrição foi forjado desde muito cedo e, com o passar do tempo, fortaleceu-se, ganhando poder "para determinar o que devia se processar em sala de aula" tanto quanto para diferenciar. "Isto significa que

até mesmo as crianças que frequentavam a mesma escola podiam ter acesso ao que representava 'mundos' diferentes através do currículo a elas destinado" (GOODSON, 1995, p. 33, grifo do autor). O currículo dá origem aos objetivos da educação escolar e traz um conjunto de ações adequadas às suas propostas, abrangendo um leque de possibilidades de temas para trabalhar no processo ensino-aprendizagem. Em suma, o currículo organiza o conhecimento escolar.

As práticas educacionais precisam se ligar às importantes configurações da cultura, as quais exigem compreender os múltiplos caminhos para entrever o processo de aquisição do conhecimento. É por meio do conhecimento da cultura de seus estudantes e das relações dessa cultura com a sociedade, que a escola poderá evitar o avanço dos preconceitos e dos estigmas segregatórios.

Segundo Hall (2003), será uma luta cultural que, naturalmente, assume diversas formas: incorporação, distorção, resistência, negociação, recuperação.

O ser humano vem se tornando um pouco mais tolerante quanto às questões raciais e religiosas, porém é um processo ainda em evolução. Houve avanços, mas as divergências e as rejeições, ao se trabalhar com os saberes da cultura popular, ainda existem.

Com isso a escola ainda se mantém receosa em abordar a temática da cultura local, fundamentada na cultura popular. Para a sua inserção no ambiente escolar e para que ela seja um ponto significativo na vida das pessoas, é preciso que os professores tenham uma leitura de mundo mais qualificada e mobilizadora. Na sua maioria, os docentes de todas as áreas detêm uma visão acadêmica aprendida no seu tempo de estudante, e eles, em geral, pouco se interessam por voltarem seus olhares para o contexto cultural, social, político e econômico vivido pelos menos favorecidos. É crucial que eles se aproximem mais das histórias de vida dos seus alunos, do local onde vivem, do entorno escolar. É a escola chegando até o aluno.

Trabalhar com a cultura envolve oposições e embates, como por exemplo levar para a escola essa manifestação afro-brasileira, o que pode resultar em conflitos quanto a questões religiosas, à mudança de paradigma e até mesmo às práticas pedagógicas. Como bem lembra Hall (2003), a cultura popular é organizada em torno da contradição: as forças populares *versus* o bloco do poder.

Se os professores perceberem a força do trabalho contextualizado com a vivência dos alunos, conferindo significados a essas aprendizagens, teremos encontrado uma forma de inclusão e inovação curricular. Abandonaremos, segundo a visão de Freire (1985, p.72), a educação voltada exclusivamente para proteger o poder das elites e manter o povo submisso. Relembrando que a Lei n.º 10 639 (que veio a alterar a Lei n.º 9394/96), desde 2003 determina que as escolas públicas e particulares brasileiras ofertem a disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, cujo conteúdo programático deve incluir diversos aspectos da história e da cultura que formaram a população brasileira: os índios e os africanos (BRASIL, 2003). Todavia, embora seja um grande desafio desenvolver novas práticas educacionais que valorizem as múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro, cum-

pre proteger a memória e todas as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, por sítios históricos e por paisagens culturais, como também aquelas representadas nos saberes, nas línguas, e em diversos outros aspectos, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo, como por exemplo as congadas. A essa porção da herança cultural dos povos dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial. Manique e Proença (1994, p.27) pontuam que:

> Os estudos de história local revelam-se extremamente motivadores para os alunos porque lhes permitem realizar atividade sobre temas que lhes despertam o interesse, pela sua relação com o passado de que ainda reconhecem os mais variados vestígios. A motivação deve, contudo, ultrapassar a satisfação da simples curiosidade, para fomentar verdadeiro trabalho de investigação.

Para os autores, é motivador para os alunos o estudo de história, quando eles identificam elementos que os auxiliem na compreensão das suas relações sociais em sua comunidade e sabem respeitar as tradições e os costumes locais, como vemos nas ilustrações a seguir.

Congada da E. Estadual Gabriel Odorico
Acervo da Escola

Congada da E. Estadual Iracema Rodrigues
Acervo da Escola

As professoras responsáveis pelas aulas no Projeto Escola de Tempo Integral tiveram papel importante para concretizá-lo, primeiro pelas ligações que algumas mantinham com a tradicional festa de São Benedito de Machado (MG); e segundo, pelo entendimento do manifesto de resistência dos alunos ao currículo oficial. Assim motivadas, elas foram em busca de respaldo metodológico para embasar a realização dele; pesquisaram a cultura afro-brasileira; selecionaram literatura sobre o assunto e procuraram obter informações sobre os Ternos da cidade na cidade de Machado-MG, focando especificamente o Terno do Boi, o que resultou na formação do Terno da Escola Estadual Iracema Rodrigues.

Apesar dessa ideia exitosa, as professoras revelaram em seus relatos que vivenciaram situações de incertezas e dúvidas quanto à viabilidade de uma atividade que, especificamente, era pouco valorizada e tinha a aprovação de poucos no espaço da escola. Entretanto, por entenderem ser a escola, a família e a sociedade responsáveis pela elaboração e pela transmissão de conhecimentos, por reconhecerem a valorização da cultura do outro e a formação da personalidade social dos indivíduos, todas as suas hesitações caíram por terra. A escola deve, portanto, fornecer a seus estudantes elementos para que reconstruam suas identidades. Ter identidade é sentir-se parte de um grupo, de uma comunidade. É uma questão política, pois se trata de romper com os esquemas de dominação impostos pela classe dominante.

A escola na contemporaneidade é local de diversas subjetividades, inscritas na história de vida dos estudantes, sendo, portanto, naturalmente o ambiente propício para aprendizagens que incluam as culturas populares.

Analisando os resultados da efetivação do projeto multidisciplinar, percebemos que, com a entrada do conhecimento da cultura afrodescendente no espaço da escola, formou-se um público interessado em suas próprias raízes, não envergonhados, mas orgulhosos delas, protagonistas com espírito aberto o suficiente para redescobrir e valorizar a cultura guardada na memória de seus pais e avós.

Em sendo assim, a cultura popular poderá ser reconhecida e respeitada, poderá alcançar o patamar da legitimidade de que hoje goza a cultura da elite, na escola ou fora dela.

A criação do Terno do Boi na Escola Estadual Iracema Rodrigues, as congadas das escolas estaduais Gabriel Odorico e Paulina Rigotti de Castro contribuíram para ocupar e revitalizar novos espaços na escola, que favoreceram aprendizagens significativas no contexto cultural dos estudantes e de suas famílias.

Portanto, foram vivenciadas situações de resultados positivos ao rendimento escolar e as subjetividades dos estudantes.

Conforme relatos das professoras houve melhora na frequência escolar e, como consequência, a redução de evasão. Houve planejamento das aulas, buscando integrar os saberes da cultura popular ao cotidiano da escola.

Outro fator positivo a ser considerado é a influência do projeto educacional para minorar as disparidades étnico-sociais discriminatórias, permitindo aos diferentes participantes o uso da voz, da imagem, do sincretismo religioso da congada para divulgar a importância de recriar a história desse povo que foi escravizado.

Na história dos Ternos de Congo, as hierarquias são respeitadas, não por imposição de leis, mas sim, pela tradição, historicidade e moralidade que envolve a estrutura das congadas desde a sua origem.

Diante de tais caracterizações, a capacidade de integração social dos diferentes corpos favoreceu a ampliação do diálogo entre as pessoas da congada e as da escola, fator essencial para a socialização eficaz almejada pelos educadores para com os estudantes dos ternos da escola.

Eles aprenderam a ouvir por meio das colocações de pessoas experientes, familiares ou não, que se dispuseram a contar sobre as raízes que dão suporte ao povo brasileiro, uma vez que o negro está nas origens do Brasil, dos mais sofridos. Também é o povo que mais contribuiu com a cultura brasileira em todas as áreas. Isso requer uma viabilidade maior da socialização.

Por meio dessas tensões, conflitos e embates é que se tornam cada vez mais importantes o estudo e o entendimento das diferentes culturas para que não se percam as identidades culturalmente readquiridas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viabilizar a entrada dos tambores no espaço escolar para dar a conhecer uma tradição milenar as congadas, que há 107 anos existe na cidade de Machado, deu lugar ao lúdico e ao prazeroso para este coletivo de estudantes. Para a população da cidade esta cultura é grandiosa é “cultura popular”.

Ainda nos surpreende o fato de essa cultura se estabelecer lado a lado com o currículo oficial da escola, mas que, para além do oficial, não se torna currículo, apesar das leis que regulamentam o trabalho com a cultura afro-brasileira no espaço escolar. Cultura do povo, grandiosa, impactante que quebra a rotina escolar, se transforma em cultura ancestral, política, diversificada em seus participantes, que fabricam no espaço escolar, fora da sala de aula, nos pátios e corredores, saberes e competências, revelando sujeitos até então invisibilizados. Sujeitos com papéis definidos, neste coletivo, pela bagagem sobre o fazer do congo que trazem de casa. Sujeitos criativos, com iniciativa, que respeitam hierarquia e se refazem, se reconstroem. Vivem uma prática cultural significativa. Portanto, para os professores que acolhem e entendem a relevância desta cultuara, o congo é uma esfera de luta

em construção, em forma de resistência.

O congo, ao adentrar o espaço escolar, traz para o currículo da elite o currículo abraçado pelos subalternos com toda a sua plenitude, com poder de mudança social. O currículo oficial é expressão do desejo dominante que estabelece diferenças e constrói hierarquias. O congo é diverso e aceita todos os que chegam.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 10 639,** de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.Brasília, 2003. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4. Acesso em: 01 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

GOODSON, Ivor F. **Currículo:** teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALL, Stuart. **Da Diáspora – Identidades e mediações culturais.** Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBSBAWM, Eric; J. RANGER Terence (org.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação patrimonial:** a experiência da quarta colônia. Santa Maria: Pallotti, 1998.

MANIQUE, António Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. **Didática da história patrimonial local.** Lisboa: Texto, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL “SÃO GERALDO” DE COROMANDEL-MG

Débora Carine Maziero Silva[1]

Resumo:

O presente estuda visa analisar as práticas pedagógicas organizadas em uma escola do campo no período de isolamento imposto pela pandemia da Covid-19. Trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa que faz um estudo de campo na Escola Estadual “São Geraldo”, localizada no município de Coromandel-MG. Para tratar os conteúdos de forma mais parecida com a vivência na sala de aula presencial, inúmeras adaptações e adequações didático-pedagógicas foram realizadas, visando à participação de todos e apoiando-se principalmente em ferramentas digitais para uma melhor aprendizagem. Foram enfrentadas inúmeras dificuldades que fazem parte da realidade em uma escola localizada no campo, sendo as maiores: as condições desiguais de suporte e acesso às tecnologias e a pouca assistência dada pelas famílias aos seus filhos em relação aos conteúdos escolares. Como resultado, a partir da mobilização de toda a equipe escolar todos os alunos foram alcançados de forma individualizada, utilizando os recursos e ferramentas digitais disponíveis para a garantia da continuidade do processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Escola do Campo. Práticas Pedagógicas. Distanciamento Social.

1 Professora de Educação Básica pela SEE/MG. Graduada em Geografia (2019). Mestranda pelo Mestrado Profissional em Ensino para a Educação Básica pelo Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí. Email: deboracarinemaziero@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0009-0001-9240-868.

Resumen:

El presente estudio tiene como objetivo analizar las prácticas pedagógicas organizadas en una escuela rural en el período de aislamiento impuesto por la pandemia de Covid-19. Se trata de una investigación descriptiva con enfoque cualitativo que realiza un estudio de campo en la Escuela Estatal "São Geraldo", ubicada en el municipio de Coromandel-MG. Con el fin de tratar los contenidos de forma más parecida a la experiencia en el aula presencial, se llevaron a cabo numerosas adaptaciones y adaptaciones didáctico-pedagógicas, buscando la participación de todos y apoyándose principalmente en herramientas digitales para un mejor aprendizaje. Se enfrentaron numerosas dificultades que forman parte de la realidad en una escuela ubicada en el campo, siendo las mayores: las condiciones desiguales de apoyo y acceso a las tecnologías y la poca asistencia brindada por las familias a sus hijos en relación a los contenidos escolares. Como resultado, a partir de la movilización de todo el equipo escolar, se llegó a todos los estudiantes de manera individual, utilizando los recursos y herramientas digitales disponibles para garantizar la continuidad del proceso de enseñanza-aprendizaje.

Palabras clave: Escuela de campo; Prácticas pedagógicas; Distanciamiento social.

1. INTRODUÇÃO

Em tempos de incertezas e distanciamento social, noticiários via rádio, jornal, TV, internet, repassavam informações e dados sobre o novo contexto que se encontrava a humanidade, surgindo assim um grande debate sobre a pandemia e os problemas estruturais que ela evidenciou em nossa sociedade. Não menos importante, e de grande preocupação, a área da educação foi readaptada e passou por mudanças repentinas.

No contexto brasileiro, a maioria das secretarias de educação procedeu com a organização de atividades escolares para garantir a continuidade do aprendizado dos estudantes de maneira remota. O Parecer nº 5/2020 emitido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) posicionou-se no sentido de que as atividades pedagógicas conduzidas à distância seriam válidas para o cumprimento da carga horária mínima anual. Essas atividades puderam ser trabalhadas por meio de recursos digitais, como videoaulas e plataformas virtuais de ensino, além de serem veiculadas por meio de programas televisivos ou radiofônicos. Além disso, o Parecer também endossou a prescrição da utilização de materiais didáticos impressos, acompanhados de orientações pedagógicas, que foram distribuídas aos estudantes e/ou seus responsáveis. No âmbito estadual a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) institucionalizou o REANP/MG por meio da Resolução SEE nº 4310/2020. O REANP propôs que os processos fossem executados essencialmente por meios digitais, indicando a necessidade de se manter e reforçar a interação do professor com os alunos e entre os alunos, por meio do uso de tecnologias digitais e, em algumas situações, empregando materiais impressos.

Nesse sentido, houve uma preocupação ainda maior quando se trata de uma escola rural, uma vez que esta localidade, historicamente, possui recursos restritos, principalmente no que tange o acesso às tecnologias da informação e comunicação, ferramenta que se tornaria essencial para o ensino durante as aulas remotas. Existe sobre a educação do campo a omissão de investimentos advindo da compreensão de que o campo é inferior a cidade, reconhecendo tanto os sujeitos campesinos quanto sua cultura como inferiores. (CALDART, 2004). Leite também nos mostra que:

> A educação rural no Brasil, por motivo sociocultural, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão "Gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade". (2002, p. 14).

Dados do Censo Escolar de 2022, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), através do portal QEdu[2] gerenciado pela Fundação Lemann e Meritt demonstram as diferenças existentes nas escolas rurais e urbanas do estado de Minas Gerais em relação a disponibilidade de recursos digitais e tecnológicos nessas escolas. Os números revelam, por exemplo, que apenas 23% das escolas rurais possuem laboratório de informática comparados a 53% das escolas urbanas. 72% das escolas rurais possuem acesso à internet. Em áreas urbanas o número chega a 97%. Além disso, enquanto 92% das escolas urbanas possuem acesso à internet banda larga, nas escolas rurais 57% possuem acesso à internet dessa mesma natureza.

A escola é um equipamento social indispensável. Na Constituição Federal de 1988, o artigo 205 ressalta que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. " Se a educação é um direito de todos e todas, é necessário questionar como se deu este processo de educação "remota", tendo em vista a situação das escolas do campo, características pelas suas distâncias dos centros urbanos, infraestrutura precária e com poucos recursos tecnológicos (QUILIÃO e SANTI, 2020).

Desse modo, a mudança do espaço e da rotina escolar apresentou vários desafios para todos os envolvidos no processo de ensino. Um deles foi transformar o mundo da sala de aula presencial em um ambiente virtual, onde os professores e alunos passaram a se comunicar através das redes sociais disponíveis. Professores sem o conhecimento, treinamento e ferramentas digitais, tiveram que trocar os quadros e carteiras por telas e aplicativos, se reinventando e transformando suas casas em cenários para as aulas em prazo recorde. Não obstante, com a proposta de aulas não presenciais vieram o medo e a insegurança de ressignificar as práticas pedagógicas em meio a condições desiguais de suporte às tecnologias e assim dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem, evitando maiores prejuízos.

Outro desafio foi fazer com que a família participasse de forma integral nesse processo, para que a implementação do ensino remoto fosse efetiva. Nesse sentido, a pandemia reforçou que a sociedade, a escola e as famílias precisam caminhar juntas e trouxe à tona as limitações do ensino remoto, que não depende apenas do acesso à tecnologias e à internet, mas também exercem grande pressão sobre as famílias, que apesar de apresentar-se como uma oportunidade para desenvolver habilidades, estabelecer rotinas e uma aproximação maior com o processo de aprendizagem dos filhos, entretanto estas oportunidades nem sempre são favoráveis em ambientes mais carentes (OLIVEIRA, GOMES e BARCELLOS, 2020).

Diante do exposto, faz-se o seguinte questionamento: como foram organizadas as práticas pedagógicas dos professores da Escola Estadual "São Geraldo", localizada em área rural, no contexto da pandemia da Covid-19?

2 Disponível em: http://www.qedu.org.br/

Para responder tal questionamento, objetivou-se analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola citada. Portanto, este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou as principais dificuldades vivenciadas e possibilidades criadas pelos professores e gestores nesse período de adequação à nova realidade social e educacional.

Descreve-se a realidade da Escola Estadual "São Geraldo", escola situada na zona rural do Distrito de Lagamar dos Coqueiros, município de Coromandel-MG, que teve sua dinâmica alterada, sendo as tecnologias digitais de informação e comunicação o único elo de ligação entre professores e alunos, exigindo de toda a equipe escolar uma readaptação a nova realidade imposta e o grande desafio de fazer com que todos os estudantes tivessem acesso ao processo educativo no momento de isolamento.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho constitui uma pesquisa descritiva pois pretende apresentar as observações realizadas durante o período de isolamento ocasionado pela pandemia do Covid-19 em uma escola rural. Nesse sentido, as pesquisas descritivas têm como objetivo básico descrever as características de populações e de fenômenos. Muitos dos estudos de campo, bem como de levantamentos, podem ser classificados nessa categoria (GIL, 2002).

Ao mesmo tempo, este estudo também constitui um estudo de campo. Para Heerdt e Leonel (2006, p. 82), "é um tipo de pesquisa que procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade". Segundo Gil (2002, p. 53), "no estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo".

A abordagem deste estudo é qualitativa, que de acordo com o diálogo estabelecido entre Lüdke e André (2018, p. 21) esse tipo de abordagem vai ao encontro do sentido de inteligência do pesquisador "[...] isso porque a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, pois é nessa fase que se constrói as hipóteses que nortearão a própria pesquisa e possibilitarão a formulação descritiva necessária para a construção de um novo conhecimento".

Minayo (2003) diferencia a pesquisa qualitativa e quantitativa da seguinte maneira:

> A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2003, p. 22).

A observação participante foi a técnica utilizada na coleta de dados, pois a pesquisadora acompanhou e participou de todo o processo, uma vez que é professora atuante no lócus da pesquisa. A observação participante consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste (MARCONI e LAKATOS, 2017).

Para Neto (2004), a observação participante "se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos" (NETO, 2004, p. 59).

Ainda para o autor:

> A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (NETO, 2004, p. 60).

O lócus da pesquisa foi a Escola Estadual "São Geraldo", uma escola do campo do município de Coromandel, observada durante o período de isolamento do Covid-19, iniciado em março de 2020 e finalizado em novembro de 2021. Coromandel é um município do Estado de Minas Gerais, possui aproximadamente 28.000 habitantes e localiza-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, distante 507 Km da capital Belo Horizonte. As principais atividades econômicas do município são as indústrias de calcário e laticínios, além da extração de diamantes e a produção voltada ao agronegócio.

A escola localiza-se no distrito de Lagamar dos Coqueiros, que tem uma população estimada de 2.000 habitantes distante 42km da cidade, sendo 12km pavimentados e 30km sem pavimentação. O distrito se destaca na produção de leite e seus derivados, café, soja, milho e também na exploração de diamantes, tornando-o um polo agrícola de destaque no Município. A escola é mantida pela Secretaria de Estado de Educação, possuindo em média 30 servidores e uma clientela de 160 estudantes nos turnos da manhã e tarde, sendo a maioria de baixo nível socioeconômico. São em média 80 estudantes do 1º ao 5º ano (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), 45 estudantes do 6º ao 9º ano (Ensino Fundamental – Anos Finais) e 35 estudantes do 1º ao 3º ano (Ensino Médio). Os estudantes são filhos de agricultores que moram nas fazendas ou no Distrito onde a mesma está localizada.

3. AÇÕES DESENVOLVIDAS

Primeiramente foi realizado um levantamento e atualização dos dados de todos os alunos pela equipe da escola. A ação iniciou-se através de ligações feitas pelo Diretor, Secretária e Assistentes para atualização dos números de telefone de cada aluno, pai e/ou responsável. Através do contato, foi realizada uma breve explicação de como seria a organização e o processo de regime especial de atividades não presenciais (REANP).

Posteriormente os dados e orientações foram repassados aos professores, e assim, discentes e docentes elaboraram através de uma pesquisa nomeada de "Tabela de Conectividade" qual seria a ferramenta para comunicação e ensino de cada componente curricular. A maioria optou pelo contato através do aplicativo *WhatsApp*, por se tratar de uma ferramenta de fácil acesso e manuseio.

O contato foi realizado de forma direta e contínua por toda equipe escolar, havendo um monitoramento especial do Diretor e Especialista da Educação Básica, auxiliando e incentivando pais e alunos em todo processo de ensino remoto, sendo chamado de "Busca Ativa".

Todas as experiências positivas e negativas foram relatadas em Reunião de Módulo II semanalmente, sendo avaliados os pontos de melhoria e possíveis erros a serem evitados e corrigidos.

Além disso, para garantir que todos os alunos da escola recebessem o material e participassem do processo de ensino remoto, considerando sua forma de acesso, e através do levantamento realizado, os mesmos foram divididos em 3 (três) categorias:

Quadro 1 – Meios de disponibilização do material de estudo

Categoria	**Material disponibilizado**
Aluno sem nenhum acesso à internet e dispositivos	Impresso (Plano de Estudo Tutorado disponibilizado pela SEE/Atividades complementares elaboradas pelos professores da escola)
Aluno com acesso parcial à internet e dispositivos	Impresso (Plano de Estudo Tutorado disponibilizado pela SEE/Atividades complementares elaboradas pelos professores da escola/Acompanhamento pelos grupos de *WhatsApp*/Aplicativo Conexão Escola e outras mídias)
Aluno com acesso à internet e dispositivos	Digital (Plano de Estudo Tutorado disponibilizado pela SEE/Atividades complementares elaboradas pelos professores da escola/Aplicativo Conexão Escola/Acompanhamento pelos grupos de *Whatsapp*/Videoaulas e audioaulas produzidas pelos professores)

Fonte: Da autora.

Ressalta-se também que todo material impresso foi distribuído pelo transporte escolar municipal e pelo Diretor em seu veículo particular, por se tratar de escola do campo e os alunos morarem em lugares distantes e de difícil acesso. Já o conteúdo digital foi enviado através das ferramentas digitais pelos professores e por meios já citados anteriormente. O livro didático também foi entregue juntamente com o material impresso e utilizado pelos professores e alunos durante o processo como atividades complementares.

Nas turmas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais as sugestões de atividades disponíveis surgiram através do projeto "Formação de Leitor", que já estava sendo desenvolvido em sala de aula. O objetivo era estimular a leitura de forma prazerosa e não obrigatória, cujo foco é aguçar o imaginário e ampliar o vocabulário dos alunos.

Na articulação das atividades propostas foram enviados nos grupos de *WhatsApp* os vídeos disponibilizados no Aplicativo Conexão Escola por meio do programa "Se Liga na Educação". Assim, seguindo as orientações das professoras e com auxílio da família, os alunos criam seus próprios vídeos dando continuidade ao que foi proposto e realizando as atividades pedidas.

No componente de Educação Física, as propostas foram enviadas aos alunos através de vídeos e áudios explicativos pela professora, sempre de acordo com as habilidades trabalhadas na semana. Assim, os alunos construíram brinquedos, executaram as brincadeiras e jogos propostos, enviando posteriormente os vídeos de realização das atividades à professora.

A leitura também tem um papel fundamental no processo de ensino aprendizagem, enriquece o vocabulário de quem lê e contribui para o desenvolvimento educacional e pessoal do indivíduo. Sendo assim, ações foram desenvolvidas pela bibliotecária da escola para dar continuidade a esse processo.

Através dos grupos de *WhatsApp* foram disponibilizados semanalmente vídeos de histórias e links de leituras de acordo com a faixa etária e etapa dos alunos e vídeos complementares que complementaram o desenvolvimento das atividades propostas no Plano de Estudo Tutorado.

A alternativa encontrada pela professora de Ensino Religioso foi a seguinte: através do programa *Powerpoint* foi criada uma apresentação de slides que continham os conceitos pertinentes às habilidades do componente. Logo após a apresentação ter sido criada, a professora utilizou o programa *Ocam* para explicar toda a apresentação e seu conteúdo.

Posteriormente o vídeo foi enviado para o canal do *Youtube*, criado pela professora para facilitar no processo de ensino remoto, e o link enviado no grupo de *WhatsApp* para os alunos acessarem e assistirem a aula. A apresentação de slides também foi disponibilizada no grupo da turma e as dúvidas que surgiriam eventualmente foram sanadas.

No Ensino Médio, um exemplo exitoso foi a utilização do aplicativo *Tik Tok* como ferramenta educacional, fazendo despertar o interesse dos alunos ao aliar o conteúdo aos aplicativos utilizados pelos jovens na era digital demonstrando que ele pode e deve ser aplicado também fora dos muros da escola.

Para realização do trabalho proposto, foi solicitado aos alunos do segundo ano do Ensino Médio no componente de Filosofia como atividade complementar a apostila de estudos, que produzissem seus próprios vídeos (gravação, edição) de acordo com a frase enviada pela professora, de autoria de filósofos estudados durante o ciclo de aprendizagem, através de um *Challenge*, modelo de vídeo curto ganhou notoriedade nas redes sociais, inserido principalmente no universo jovem.

Os vídeos produzidos e com a devida autorização foram publicados no perfil do *Instagram* da Escola, que também foi criado com o intuito de facilitar a comunicação, interação e divulgação de conteúdo durante o processo de ensino remoto.

A participação dos alunos não foi massiva, visto algumas dificuldades já apresentadas anteriormente, porém os que se propuseram a fazer demonstraram dedicação e produziram vídeos de qualidade, alcançando muitas visualizações e consequentemente a disseminação do conteúdo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das ações realizadas, pode-se observar que apesar das dificuldades encontradas e as possibilidades existentes em uma escola rural, os objetivos propostos foram alcançados de maneira satisfatória. Com os recursos disponíveis, professores e alunos se adequaram a essa nova realidade, viabilizando a continuidade do processo de ensino-aprendizagem.

A disponibilização de vídeos e áudios realizados pelos professores possibilitou uma interação mais efetiva com os estudantes, facilitando assim o entendimento das atividades diárias. As atividades lúdicas trabalhadas nos vídeos permitiram fixar o conteúdo por meio da brincadeira, sem o peso da cobrança.

As devolutivas dos alunos através dos vídeos foram de extrema importância para a autonomia dos mesmos, além de aproximar a família na realização das atividades.

Aos alunos que não possuíam nenhum acesso as tecnologias digitais, apesar das diferenças de da oferta dos materiais de estudo não ficaram totalmente a margem do seu processo de ensino-aprendizagem, pois recebiam as apostilas impressas, porém a comunicação e a interação foram afetadas. Os alunos não tiveram a ajuda dos professores, os quais não puderam sanar dúvidas e fazer questionamentos. Nota-se aqui então a importância dos recursos e tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, que ficou longe de ser o ideal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divisão de responsabilidades e o engajamento de toda a equipe escolar foi fator determinante para que todo o processo acontecesse e gerasse bons resultados. Dentro de todas as limitações impostas, a equipe escolar conseguiu atuar de forma flexível e individualizada.

Apesar da realidade da escola do campo ser distinta, e muitos alunos não terem condições de acesso aos meios digitais, foi possível alcançar os objetivos propostos e garantir o acesso a aprendizagem de maneira geral. Portanto, é essencial que a escola acolha e inclua a todos sem classificar e rotular, pois apenas garantir o acesso e igualdade não é suficiente para direcionar o desenvolvimento das habilidades e do conhecimento, faz se necessário respeitar a individualidade do aluno engajado no processo educacional, suas especificidades e condições socioeconômicas.

A realização de ações com o uso das tecnologias e vídeos como recurso didático pôde contribuir com o trabalho docente e como agente enriquecedor na aprendizagem dos alunos. Através das propostas de atividades realizadas foi possível perceber uma aproximação entre professores e alunos, garantindo assim uma aprendizagem significativa.

Outro aspecto positivo, apesar das condições e imposições, foi a inserção das tecnologias digitais de informação e comunicação. É importante elevarmos as tecnologias como peça fundamental para aprendizagem, inserindo como objetos que auxiliam o ensino pelo fato de serem mais atrativas, não apenas em momentos de crises. Pode-se perceber que através desse processo de transformação e inovação, o modelo tradicional de ensino sozinho não consegue mais suprir todas as necessidades do ensino-aprendizagem dos estudantes da contemporaneidade.

Este período desafiador ressaltou a importância da flexibilidade e inovação no campo educacional e um olhar mais atento às questões antigas que assolam as escolas do meio rural e que foram evidenciadas pela pandemia. Embora tenha surgido de forma inesperada, a transição para o ensino remoto provocou discussões sobre o papel das tecnologias emergentes no futuro da educação. À medida que a sociedade se adapta a novas realidades, é fundamental que as abordagens pedagógicas continuem a evoluir, mantendo o compromisso com a eficácia do ensino e do acesso equitativo à aprendizagem, de maneira que nenhuma modalidade de ensino fique à margem desse progresso.

6. REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. **Educação do campo:** notas para uma análise de percurso. Trabalho, educação e saúde, v. 7, p. 35-64, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30/08/2023.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 05/2020**: Reorganização do calendário escolar em razão da pandemia da COVID-19. Brasília: 28 de abr. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em:30/08/2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HEERDT, M. L.; LEONEL, V. **Metodologia científica**: livro didático. 2. ed. rev. Palhoça: UnisulVitual, 2006.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2018.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 4310/2020: dispõe sobre normas para a oferta de regime especial de atividades não presenciais. Cidade Administrativa: 17 abr. 2020. Disponível em:https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Resolucao%20SEE_N_4310.pdf. Acesso em: 30/08/2023.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, J. B. A.; GOMES, M.; BARCELLOS, T. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 108, p. 555-578, 2020.

QUILIÃO, P. L. et al. **Inclusão digital em escolas do campo: uma avaliação baseada em dados secundários**. E-book IV CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 709-723. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/73879>. Acesso em: 30/08/2023.

INTEGRANDO COMPLIANCE E GOVERNANÇA PARA FOMENTAR A INOVAÇÃO EDUCACIONAL

Eduardo Tadeu Maggi[1]

Resumo:

Este artigo tem por objetivo apresentar a relevância de incorporar os princípios de conformidade e gestão no contexto escolar, como um meio de contribuição para a inovação educacional. Vou abordar como a aplicação eficaz desses conceitos pode criar um ambiente favorável para a adoção e implementação de práticas inovadoras, beneficiando tanto os professores quanto os alunos. Para uma compreensão empírica, ainda, um estudo de caso é apresentado, exemplificando na prática a interação entre supervisão, governança e inovação nas escolas, destacando os resultados positivos alcançados. Ao fazê-lo, enfatizaremos a necessidade de uma abordagem holística à gestão escolar, que integra de maneira adequada os aspectos de conformidade, gestão e inovação.

Palavras chave: Conformidade. Inovadoras. Governança. Gestão Escolar.

Abstract:

This article aims to present the relevance of incorporating the principles of compliance and management in the school context, as a means of contributing to educational innovation. I will address how the effective application of these concepts can create a favorable environment for the adoption and implementation of innovative practices, benefiting both teachers and students. For an empirical understanding, a case study is presented, exemplifying in practice the interaction between supervision, governance and innovation in schools, highlighting the possible results. In doing so, we will emphasize the need for a holistic approach to school management that appropriately integrates aspects of compliance, management and innovation.

Keywords: Compliance. Innovative. Governance. School Management.

1 Analista de Sistemas / MBA em compliance e governança Corporativa. Membro da equipe de Tecnologia e Inovação do Conselho Estadual de Educação

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, presenciamos uma transformação fundamental na educação, impulsionada por avanços tecnológicos, novas abordagens pedagógicas e mudanças sociais. Essas mudanças, conhecidas como mudanças de paradigma na educação, têm impacto direto no aprendizado dos alunos e nas práticas de ensino dos professores. Este artigo explora como a integração de *compliance* e governança desempenha um papel essencial na promoção da inovação educacional, garantindo que as mudanças ocorram de maneira ética e eficaz. Aqui estão alguns exemplos de mudanças de paradigma na educação:

- Da Educação Tradicional para a Educação Ativa e Construtivista: Passamos de um modelo educacional tradicional, caracterizado pela mera transmissão passiva de informações, para uma abordagem centrada no aluno, na qual os estudantes desempenham um papel ativo em sua própria aprendizagem. Isso inclui práticas como a aprendizagem baseada em projetos, o ensino colaborativo e o uso da tecnologia para pesquisas e exploração.

- Da Aprendizagem Presencial para a Aprendizagem Online e Híbrida: A revolução digital, com o advento da internet e das tecnologias de comunicação, trouxe uma profunda transformação na educação. Isso possibilitou que os alunos acessassem recursos educacionais e participassem de cursos online, resultando em uma mudança substancial na maneira como as pessoas adquirem conhecimento e interação com instrutores e colegas.

- Da Avaliação Baseada em Testes para Avaliação Baseada em Competências: Muitos sistemas educacionais estão fazendo a transição de uma abordagem de avaliação centrada em exames padronizados para uma abordagem que avalia as habilidades e competências dos alunos de forma mais holística. Isso inclui a utilização de portfólios, projetos práticos e avaliações baseadas no desempenho como métodos de avaliação.

- Da Homogeneidade para a Personalização: À medida que as escolas regulam as diferentes necessidades dos alunos, incluindo estilos de aprendizagem, interesses e níveis de habilidade variados, estão adotando abordagens mais personalizadas. Isso implica a adaptação do currículo, a integração de aprendizagem adaptativa e a oferta de flexibilidade de aprendizagem.

- Do Foco no Conhecimento para o Desenvolvimento de Habilidades do Século 21: Em um mundo em constante transformação, impulsionado pela tecnologia e globalização, a educação evolui para priorizar o desenvolvimento de habilidades cruciais, como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação eficaz e colaboração, indo além da mera memorização de fatos.

- Da Hierarquia na Sala de Aula para a Aprendizagem Colaborativa: O modelo tradicional de sala de aula, com o professor como autoridade central, está evoluindo para ambientes mais colaborativos, onde os alunos trabalham juntos em projetos e exploram tópicos de modo mais independente.

- Da Ênfase na Nota para o Aprendizado Contínuo: Há uma ênfase crescente no processo de aprendizagem ao longo da vida, onde a educação não se limita apenas à escola, mas se estende ao longo da carreira de uma pessoa, com foco na aquisição contínua de conhecimento e habilidades.

- Do quadro-negro para o aprendizado com Inteligência Artificial (IA): Embora o quadro tradicional tenha suas vantagens, como a interação entre professor e aluno, a educação integrada por IA oferece personalização, acessibilidade, flexibilidade e recursos de apoio direto avançado. Uma abordagem híbrida que combina o melhor dos dois mundos pode ser a mais eficaz, permitindo que os educadores utilizem a IA como uma ferramenta para melhorar o ensino tradicional.

> "ChatGPT é um programa de computador projetado para entender e responder à linguagem humana de maneira natural e semelhante à humana. Pense nele como um assistente virtual ou um chatbot que pode entender e responder à linguagem escrita ou falada. Ele foi treinado em um grande conjunto de dados de texto da internet e pode ser usado para várias tarefas, como responder perguntas, traduzir idiomas e até escrever textos criativos. Por exemplo, ele poderia ser usado na educação para criar um sistema inteligente de tutoria que entenda e responda às perguntas dos alunos, ou no atendimento ao cliente para ajudar as pessoas com suas dúvidas" (Oliva Aline)

Essas mudanças de paradigma na educação refletem uma busca constante por abordagens mais eficazes e relevantes para preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo. Eles também confirmam a importância de adaptar a educação às necessidades individuais e às demandas em constante evolução da sociedade.

A busca pela inovação na educação destaca-se cada vez mais como um meio essencial para atender às demandas de um mundo em constante transformação. A incorporação de tecnologias avançadas, como a realidade virtual e aumentada, aliada a abordagens pedagógicas inovadoras, como a aprendizagem baseada em projetos e a integração de conhecimentos na educação básica através da abordagem STEAM (Science, Technology, Engineering, Art, Mathematics), promovem uma mudança de paradigma que permite aos alunos aplicarem o que aprenderam nas aulas de forma prática e eficaz. A ideia é unir as cinco áreas do conhecimento para resolver um problema proposto de forma criativa, inovadora e funcional, abordagem essa que contribui para o enfrentamento dos desafios contemporâneos na educação, integrando disciplinas, considerando a transdisciplinaridade e ajudando o aluno a desenvolver competências importantes, como a criatividade, o pensamento crítico, a comunicação

e a colaboração. Essa adaptação contínua dos currículos emerge como pilar essencial para contribuir com o progresso educacional.

O propósito primordial deste estudo consiste em exemplificar as diretrizes e políticas que favoreçam a promoção da transparência, integridade, responsabilidade e conformidade legal no âmbito educacional. Esses princípios formam os alicerces fundamentais para assegurar a excelência da educação, salvaguardar os direitos dos alunos e demais envolvidos, e fomentar a confiança no seio do sistema educacional.

> (...) A inovação, tanto na esfera da mudança como na esfera da reforma, foi classificada, pelos artigos, de diferentes modos (pedagógica, institucional, imposta, voluntária). No entanto, apresentaram uma preocupação de origem comum: os efeitos da inovação no nível macro. Tais efeitos apareceram relacionados à criação de novas ideias pedagógicas, materiais didáticos, tecnologias de informação, técnicas de ensino e diversas alterações do ambiente escolar. Nessa perspectiva, a inovação educacional se coloca como uma estratégia que parte do centro do sistema escolar, logo, um mecanismo a mais de ordenação pedagógica e social. (Tavares, Fernando Gomes de Oliveira. (2019).

Entretanto, é crucial ressaltar que a busca incessante pela inovação não deve comprometer valores éticos assim como os princípios de transparência e responsabilidade. Nesse contexto, ganha relevância a presença indispensável do compliance e da governança como instrumentos orientadores. Esses princípios são os que garantem que o caminho rumo à inovação seja trilhado de maneira íntegra e sustentável.

Para melhor compreensão da temática central, os conceitos de compliance, governança e inovação educacional serão analisados a seguir.

2. COMPLIANCE NA INOVAÇÃO EDUCACIONAL

O compliance refere-se à conformidade com leis, regulamentações e normas internas e externas. Na educação, o cumprimento garante que as práticas inovadoras estejam em linha com os princípios éticos e legais. Por exemplo, a inserção de tecnologias de aprendizagem digital deve considerar a privacidade dos dados dos alunos de acordo com as regulamentações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Faz-se necessário que cada instituição avalie quais são as normas que regem o modelo de ensino oferecido. Os órgãos responsáveis pela educação são:

- **Ministério da Educação (MEC).** É o braço do governo responsável pela elaboração e execução da Política Nacional de Educação (PNE). Todo o sistema educacional brasileiro, desde a educação infantil até a profissional e a tecnológica, está sob responsabilidade desse ministério.

- **Conselho Nacional de Educação (CNE).** É um órgão de grande importância no contexto educacional de um país. Ele desempenha um papel fundamental na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais em nível nacional. Esse conselho é geralmente composto por um grupo de especialistas, educadores e profissionais experientes no campo da educação e sua missão principal é fornecer orientações, pareceres e recomendações ao governo e ao sistema educacional como um todo.

- **Secretaria de Estado de Educação (SEE**). É um órgão do governo estadual responsável pela gestão e coordenação da educação pública em um Estado específico dentro de um país. Suas funções e competências podem variar de acordo com a legislação e as políticas educacionais de cada estado, mas, em geral, as Secretarias Estaduais de Educação desempenham várias responsabilidades essenciais na administração do sistema educacional.

- **Conselho Estadual de Educação (CEE).** É um órgão de deliberação coletiva do sistema estadual de ensino, de natureza participativa e representativa, exerce funções de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento ao Secretário de Estado da Educação nas questões que lhe são pertinentes, supervisionar, regular e aconselhar o sistema educacional estadual, garantindo a qualidade e a conformidade com as leis e regulamentos educacionais.

- **Superintendências Regionais de Ensino (SRE).** Têm por finalidade exercer, em nível regional, as ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação e de articulação e integração Estado e Município em consonância com as diretrizes e políticas educacionais.

- **Secretaria Municipal de Educação (SME).** É um órgão de administração pública municipal que desempenha um papel fundamental na gestão da educação em um município específico dentro de um país. Suas funções e responsabilidades variam de acordo com a legislação e as políticas educacionais de cada município

- **Conselho Municipal de Educação (CME).** É um órgão colegiado existente em nível municipal, responsável por avaliar, deliberar e fiscalizar questões relacionadas à educação no âmbito do município. O papel do CME varia de acordo com as legislações municipais e a realidade de cada localidade.

3. GOVERNANÇA E INOVAÇÃO

A governança nas escolas envolve uma definição clara de responsabilidades, tomada de decisões transparente e supervisão adequada. No contexto da inovação, a governança garante que os processos de desenvolvimento curricular e a adoção de novas metodologias sejam realizados de maneira estruturada e responsável. Por meio de novas ferramentas tecnológicas, a governança previne a fragmentação desordenada de iniciativas inovadoras e promove a utilização eficiente de recursos. A seguir será apresentada a interação entre compliance, governança na inovação educacional e os benefícios que isso traz para o aprimoramento do sistema educacional como um todo.

4. PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO ATRAVÉS DO COMPLIANCE E GOVERNANÇA

A interligação entre compliance, governança e inovação manifesta-se de maneira sinérgica e fundamental. Enquanto o compliance oferece uma base ética e legal para a inovação, a governança fornece a estrutura necessária para o desenvolvimento bem-sucedido dessas práticas. Ao incorporar elementos de conformidade e governança em suas iniciativas inovadoras, as instituições educacionais fazem a proteção contra os riscos, mas também fortalecem a confiança na comunidade escolar, estabelecendo um ambiente propício para exploração, experimentação e aquisição de conhecimento.

> (...) o processo de ensino e aprendizagem pode ser amplamente beneficiado com a utilização das tecnologias, que são potentes catalisadoras deste processo. O docente, de posse delas, poderá ampliar o seu repertório de como ensinar, as suas estratégias, repensar as abordagens pedagógicas usadas e criar novas e desafiadoras situações de aprendizagem. Por outro lado, o aluno poderia: variar o ritmo de sua aprendizagem melhorar seu desempenho com relação à apropriação do conhecimento, alterar sua disponibilidade e sua relação com o processo de aprendizagem (até mesmo na sua interação com o docente) e desenvolver-se de maneira mais completa para enfrentar os obstáculos e incertezas do mundo do trabalho. (ARRUDA, 2012, p. 36)

5. ESTUDO DE CASO: IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Projeto Interdisciplinar: "Desenvolvimento de um Jogo Educativo sobre Ecossistemas Locais".

Objetivo: Os alunos do ensino médio trabalharão em equipes para criar um jogo educativo que ensine sobre os ecossistemas locais, integrando conceitos de ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática (STEAM).

Passos do Projeto:

- Pesquisa e Conformidade: antes de iniciar o projeto, a escola conduzirá uma pesquisa para identificar os padrões curriculares e legislações educacionais relevantes. Isso incluirá diretrizes para conteúdo acadêmico e questões de conformidade relacionadas à privacidade dos alunos, segurança online e acessibilidade.

- Formação e Preparação: os professores e alunos recebem treinamento sobre as melhores práticas de uso da tecnologia e ferramentas STEAM de acordo com as diretrizes de conformidade.

- Equipes Interdisciplinares: os alunos serão divididos em equipes interdisciplinares, cada uma composta por membros com habilidades STEAM diferentes. Isso promove a colaboração e a aplicação prática de conhecimentos em diversas disciplinas.

- Desenvolvimento do Jogo: cada equipe receberá a criação de seu jogo educativo. Os alunos usarão ferramentas de programação, design gráfico, matemática para equilibrar o jogo e conceitos científicos para garantir que o conteúdo seja educativo e preciso.

- Revisão de Conformidade: durante o processo de desenvolvimento, as equipes revisarão seus jogos em relação às diretrizes de conformidade. Isso envolverá avaliações de segurança online, revisão de conteúdo e acessibilidade para garantir que o jogo atenda a todas as regulamentações.

- Testes e Ajustes: os jogos serão testados por outros alunos e professores para que sejam identificadas áreas de melhoria. As equipes farão ajustes com base no feedback recebido.

- Apresentação e Avaliação: as equipes apresentarão seus jogos em uma feira de ciências ou evento educacional. Um painel de professores avaliará os jogos com base em critérios de conformidade, aprendizagem STEAM e eficácia educacional.

- Implementação na Sala de Aula: os jogos educativos aprovados serão integrados ao currículo da escola, proporcionando aos alunos uma maneira envolvente de aprender sobre os ecossistemas locais enquanto atendem aos padrões de conformidade.

- Monitoramento Contínuo: a escola continuará a monitorar o uso dos jogos, garantindo que eles permaneçam em conformidade com as diretrizes regulatórias e, se necessário, a realizar atualizações.

Este estudo de caso exemplifica como a integração do STEAM com um sistema de conformidade pode ser empregado para construir uma experiência educacional enriquecedora, baseada em regulamentos, ao mesmo tempo em que capacita os alunos a aplicarem seus conhecimentos de maneira prática em projetos de grande relevância. Esta abordagem inovadora proporciona aos estudantes uma compreensão mais profunda dos conceitos teóricos e das aplicações do mundo real, promovendo o aprendizado interdisciplinar e preparando-os para enfrentar desafios do mundo real com confiança.

O projeto "Desenvolvimento Sustentável na Escola", controlado pelo compliance, representa uma abordagem poderosa para a educação interdisciplinar e o compromisso com a conformidade regulatória. Ao longo deste projeto, buscamos alcançar uma série de resultados pretendidos que vão além da sala de aula, impactando positivamente tanto os alunos quanto a comunidade escolar. Estes são os principais resultados que almejamos:

- Aprendizado Holístico: Os alunos adquirem uma compreensão profunda e holística das questões de desenvolvimento sustentável, integrando conceitos de ciências, matemática, tecnologia, arte e ética. Isso ajuda a formar cidadãos mais informados e responsáveis.

- Conscientização e Engajamento: O projeto estimula a conscientização sobre a importância da sustentabilidade e o papel que cada indivíduo desempenha nesse contexto. Os alunos se tornam defensores ativos do meio ambiente e da responsabilidade social.

- Habilidades transferíveis: os alunos adquirem habilidades práticas, como coleta e análise de dados, resolução de problemas complexos e trabalho em equipe, que são transferíveis para suas vidas futuras e carreiras.

- Inovação e Criatividade: a abordagem Steam permite que os alunos explorem sua criatividade ao propor soluções sustentáveis, promovendo a inovação e o pensamento crítico.

- Conformidade Educacional: ao incorporar a conformidade com as diretrizes curriculares e regulamentos da escola, o projeto demonstra que a inovação e a criatividade podem coexistir harmoniosamente com a conformidade regulatória, fornecendo um exemplo prático para outras iniciativas.

- → Impacto na Comunidade: a aplicação de soluções sustentáveis na escola não apenas beneficia os alunos, mas também tem resultados positivos na comunidade escolar, no meio ambiente e na comunidade local. Isso contribui para a criação de um ambiente mais saudável e consciente.

- → Compartilhamento de Boas Práticas: a divulgação dos resultados do projeto pode inspirar outras escolas a adotarem abordagens semelhantes, espalhando os benefícios da educação Steam e da sustentabilidade.

- → Compromisso Contínuo: o projeto não é uma iniciativa única; ele estabelece um compromisso contínuo com a sustentabilidade e a aprendizagem interdisciplinar. Os alunos e a escola continuam a buscar maneiras de melhorar e expandir suas práticas sustentáveis.

Na última análise, o uso do Steam nas escolas, controlado pelo compliance, não envolve apenas a conformidade com os objetivos educacionais mas também fomenta metas de sustentabilidade, ilustra como as instituições de ensino podem se comprometer com melhorias em sua comunidade. Esse projeto exemplifica a capacidade de transformação na educação, capacitando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo real por meio do desenvolvimento de competências, aquisição de conhecimentos e a internalização de um profundo senso de responsabilidade ambiental e social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela inovação na educação surge como uma demanda crucial para capacitar os estudantes frente aos desafios do futuro. Contudo, tal busca necessita ser sustentada por estruturas sólidas de conformidade e governança, a fim de garantir que a inovação transcorra dentro de parâmetros éticos, legais e práticos. As instituições de ensino têm a responsabilidade de promover um ambiente que fomente a inovação responsável, preservando os interesses dos alunos, dos educadores e de todas as partes envolvidas no complexo processo educacional.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACICH, L.; HOLANDA, L. (orgs.). STEAM em sala de aula: a aprendizagem baseada em projetos integrando conhecimentos na educação básica. Porto Alegre: Penso, 2020.

ARRUDA Planejamento de aula e uso de tecnologias da Informação e Comunicação: percepção de docentes do Ensino Médio. São Paulo 2012

BR Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades de administração pública. Versão

COMISSÃO EUROPA Plano de Ação para a Educação Digital (2021-2027): Redefinir a educação e a formação para a era digital. Des https://novosalunos.com.br/a-importancia-da-inovacao-no-ensino-e-aprendizagem-dos-alunos/ .

OLIVA ALINE Inteligência Artificial (IA) na educação: Impacto e Exemplos https://www.questionpro.com/blog/pt-br/inteligencia-artificial-na-educacao-2/ Acesso em 10/09/23

TRANSFORMAÇÕES IMPULSIONADAS POR IA: O PAPEL DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS, CHATGPT E A PROGRAMAÇÃO NO NOSSO DIA-A-DIA

Gabriel Lucas Soares dos Santos[1]

Resumo:

A ascensão das tecnologias de Inteligência Artificial (IA), exemplificada pelo ChatGPT, transformou profundamente a forma como vivemos, trabalhamos e interagimos com a tecnologia. Os benefícios da automatização impulsionada pela IA são amplos e multifacetados, proporcionando eficiência, segurança e inovação em diversos setores. Este artigo explora o impacto multifacetado da IA destacando o papel do ChatGPT, e aprofunda-se nas vantagens da automatização impulsionada pela programação e tecnologia em nosso cotidiano. Além disso, sublinha a crescente importância de compreender os princípios da programação para prosperar em uma sociedade cada vez mais orientada pela tecnologia. A adaptabilidade, a aprendizagem contínua e uma abordagem ética são cruciais para o sucesso no mundo em constante evolução de hoje.

Palavras-chave: Transformações, Inteligências, ChatGPT, Programação, Automatização.

Abstract:

The rise of Artificial Intelligence (AI) technologies, exemplified by ChatGPT, has profoundly reshaped the way we live, work, and interact with technology. The benefits of automation driven by AI are extensive and multifaceted, providing efficiency, security, and innovation across various sectors. This article explores the multifaceted impact of AI, emphasizing the role of ChatGPT, and delves into the advantages of automation powered by programming and technology in our daily lives. Furthermore, it underlines the growing importance of understanding programming principles to thrive in an increasingly technology-driven society. Adaptability, continuous learning, and an ethical approach are pivotal for success in today's ever-evolving world.

Keywords: Transformations, Intelligences, ChatGPT, Programming, Automation.

1 Formado em design, marketing de conteúdo, manutenção de computadores, redator 4x e atuo como desenvolvedor júnior focado em C#. Cursando análise e desenvolvimento de sistemas, com estágio em andamento no Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

A inteligência artificial (IA) é uma área da computação que experimentou avanços notáveis nas últimas décadas, redefinindo radicalmente a forma como interagimos com a tecnologia. À medida que a IA se torna mais integrada em nosso cotidiano, suas implicações e influências se tornam cada vez mais profundas e abrangentes. Neste artigo, investigaremos minuciosamente as implicações das IAs, com destaque especial para o ChatGPT, e como a programação e a tecnologia estão se tornando partes essenciais de nossas vidas cotidianas.

A importância desse tema não pode ser subestimada, uma vez que a IA e suas aplicações estão moldando nossa sociedade de maneiras sem precedentes. Desde a automação de tarefas rotineiras até o aprimoramento da tomada de decisões em campos como medicina e finanças, a IA está se tornando um componente integral de nossa infraestrutura tecnológica. Compreender o impacto da IA e sua interação com a programação é fundamental para indivíduos, empresas e governos, pois isso impulsiona a inovação, a eficiência e a competitividade em um mundo cada vez mais orientado para a tecnologia.

À medida que exploramos o papel da IA em nossas vidas, também mergulharemos nas complexas questões éticas e sociais que surgem. Questões de privacidade, equidade e responsabilidade se tornam mais prementes à medida que confiamos nas IAs para tomar decisões que afetam nossas vidas diárias. Portanto, este artigo não apenas examina os benefícios da IA e da automatização, mas também destaca a necessidade de abordar essas questões de forma responsável e ética.

Ao longo deste artigo, discutiremos como a IA está transformando a medicina, a indústria, a educação e outros setores, e como os indivíduos podem se preparar para um futuro cada vez mais orientado pela tecnologia. Em um mundo em constante evolução, a compreensão das IAs e da programação é um ativo valioso que impulsiona a inovação e a adaptação bem-sucedida às mudanças tecnológicas.

2. O SURGIMENTO DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS E O CHATGPT

O campo da inteligência artificial (IA) possui raízes profundas na história da computação, mas sua evolução recente tem sido notável, impulsionada pelo aumento exponencial na capacidade de processamento de dados e pelo desenvolvimento contínuo de algoritmos de aprendizado profundo. À medida que os sistemas de IA se tornaram mais capazes de analisar grandes volumes de dados e aprender com eles, o potencial da IA para transformar nossa sociedade se tornou cada vez mais evidente.

Um marco significativo nessa trajetória é a criação do ChatGPT, um modelo de linguagem baseado em IA desenvolvido pela OpenAI. Este modelo utiliza técnicas avançadas de aprendizado profundo para compreender e gerar texto em linguagem natural. O ChatGPT tem sido amplamente implementado em diversas aplicações, desde assistentes virtuais a tradutores automáticos, transformando completamente a maneira como nos comunicamos e interagimos com a tecnologia.

A capacidade do ChatGPT de compreender e gerar texto em linguagem natural é um avanço notável na IA. Isso permite que ele não apenas responda a comandos específicos, mas também participe de conversas contextuais, tornando-o uma ferramenta versátil para uma variedade de aplicações. Sua habilidade em compreender nuances de linguagem e contexto torna-o especialmente valioso para tarefas de atendimento ao cliente, onde a interação natural e a resolução eficiente de problemas são essenciais.

É importante destacar que o impacto do ChatGPT não se limita apenas à melhoria da comunicação entre humanos e máquinas. Ele também se destaca na execução eficiente de tarefas de processamento de linguagem natural, como respostas automáticas a perguntas frequentes e resolução de problemas comuns. Essa capacidade tem uma influência transformadora nas operações de empresas e organizações, resultando em uma experiência mais ágil e personalizada para os usuários.

No contexto da educação, o ChatGPT também desempenha um papel fundamental. A tecnologia de IA tem revolucionado a maneira como os estudantes acessam informações e aprendem. Com a ajuda do ChatGPT, os estudantes podem obter respostas instantâneas para suas dúvidas, explorar tópicos complexos de maneira mais interativa e até mesmo receber assistência em seus trabalhos acadêmicos. A capacidade do ChatGPT de compreender e explicar conceitos em linguagem simples torna-o um aliado valioso para educadores e alunos.

Além disso, o ChatGPT pode ser utilizado na criação de chatbots educacionais que auxiliam os estudantes em suas jornadas de aprendizado. Esses chatbots podem fornecer explicações personalizadas, exercícios práticos e até mesmo sugerir recursos de estudo com base nas necessidades individuais de cada aluno. Isso não apenas melhora a eficácia do ensino, mas também torna a educação mais acessível a um público diversificado.

Zulfi Al Hakim, um estrategista de marketing digital, observou que

> “À medida que nos tornamos mais dependentes da tecnologia e da comunicação digital, há uma necessidade crescente de máquinas que possam compreender e responder à linguagem humana de uma forma significativa. O ChatGPT representa um avanço significativo nesta área e o seu potencial para melhorar a comunicação e a compreensão entre indivíduos e grupos não deve ser subestimado.” (BOER TECHNOLOGY, 2023, p.1)

Em resumo, o ChatGPT é um exemplo notável de como a inteligência artificial está transformando a educação e a forma como interagimos com a tecnologia. Sua capacidade de compreensão de linguagem natural e sua versatilidade o tornam uma ferramenta poderosa para educadores, alunos e instituições de ensino. À medida que a IA continua a evoluir, podemos esperar que o ChatGPT desempenhe um papel cada vez mais importante na educação do futuro.

3. A AUTOMATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO IMPULSIONADA POR INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS

A automatização impulsionada por Inteligências Artificiais (IAs) está desempenhando um papel transformador na sociedade, oferecendo uma série de benefícios significativos que afetam positivamente diversos setores. No campo da educação, essa revolução tecnológica está redefinindo a maneira como os processos de aprendizado são conduzidos, otimizando a eficiência e melhorando a qualidade do ensino.

No setor educacional, a IA está se tornando uma aliada fundamental na identificação de estudantes em risco de evasão escolar. Sistemas de IA podem analisar dados acadêmicos e comportamentais para identificar sinais de alerta precoce, permitindo que as instituições de ensino intervenham de forma proativa e ofereçam suporte aos alunos antes que seja tarde demais.

Em salas de aula e ambientes educacionais, a IA está sendo amplamente adotada para personalizar o aprendizado. Ela possibilita a criação de programas de estudo adaptativos que se ajustam ao ritmo e às necessidades individuais de cada aluno. Essa abordagem personalizada melhora a eficácia do ensino, garantindo que os alunos recebam o apoio necessário para superar desafios específicos e avançar em seu próprio ritmo.

Além disso, a IA está revolucionando a avaliação e o feedback dos alunos. Sistemas de IA podem analisar o desempenho dos estudantes em tempo real, identificando áreas de dificuldade e sugerindo intervenções personalizadas. Isso não apenas auxilia os professores na identificação de alunos que precisam de assistência adicional, mas também permite que os próprios estudantes monitorem seu progresso de maneira mais eficaz.

A IA também está sendo usada para criar ambientes de aprendizado mais envolventes e interativos. Chatbots educacionais, baseados em tecnologia semelhante ao ChatGPT, podem responder a perguntas dos alunos, fornecer informações adicionais sobre tópicos de estudo e até mesmo simular diálogos para praticar habilidades linguísticas. Essa abordagem mais interativa torna o processo de aprendizado mais dinâmico e estimulante.

Em resumo, a automatização na educação impulsionada por Inteligências Artificiais está transformando a forma como os alunos aprendem e os educadores ensinam. A capacidade da IA de personalizar o aprendizado, fornecer feedback detalhado e criar ambientes educacionais mais envolventes está revolucionando o setor educacional, preparando os estudantes para um futuro no qual a colaboração com a IA será essencial. À medida que a tecnologia continua a evoluir, podemos esperar que a IA desempenhe um papel cada vez mais importante na educação do futuro.

4. PROGRAMAÇÃO E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO E NO DIA A DIA

A programação e a tecnologia se tornaram elementos onipresentes em nossas vidas cotidianas, moldando profundamente a maneira como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor. Desde os smartphones que usamos para comunicação até os eletrodomésticos inteligentes que tornam nossas casas mais eficientes, a presença da tecnologia é evidente em todos os aspectos de nossa existência. A compreensão dos princípios da programação tornou-se uma habilidade crucial para tirar o máximo proveito dessas inovações e para permitir que os indivíduos interajam de maneira mais eficaz com a crescente infraestrutura tecnológica.

Na educação, a programação e a tecnologia desempenham um papel transformador. As plataformas de aprendizado online oferecem acesso a uma vasta gama de recursos educacionais, tornando a aprendizagem mais acessível e flexível do que nunca. Alunos podem acessar aulas, materiais de estudo e recursos interativos de qualquer lugar do mundo, ampliando suas oportunidades de educação.

A programação também está se tornando uma habilidade fundamental para as gerações futuras. Escolas em todo o mundo estão incorporando a programação em seus currículos para preparar os alunos para os desafios tecnológicos do século XXI. Isso capacitando-os a compreender e moldar o mundo digital que os cerca.

Conforme destacado por Alexandre Ianusckiewicz Marques, Gestor do Centro de Inovação da Educação Básica Paulista - CIEBP,

> “A programação não é apenas uma habilidade técnica, é uma ferramenta que permite nossos alunos a se tornarem criadores, solucionadores de problemas e inovadores desde tenra idade.” (LINKEDIN, 2023. p. 1)

Tudo isso demonstra como a programação e a tecnologia estão intrinsecamente ligadas às nossas vidas diárias e à nossa educação, capacitando as pessoas a personalizar suas experiências, simplificar tarefas cotidianas e se preparar para um mundo cada vez mais tecnológico. À medida que a tecnologia continua a evoluir, a compreensão da programação se torna uma habilidade ainda mais valiosa para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que o futuro nos reserva. A educação e a tecnologia estão entrelaçadas, impulsionando o aprendizado e a inovação em nossas vidas diárias.

5. TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO E NO TRABALHO

A Inteligência Artificial (IA) está causando transformações profundas e significativas na educação e no mercado de trabalho, redefinindo a maneira como adquirimos conhecimento e desempenhamos nossas funções profissionais. Essas mudanças têm o potencial de democratizar o acesso à educação e remodelar a natureza dos empregos em todo o mundo.

A IA tem impulsionado o crescimento de plataformas de e-learning e tutores virtuais, tornando o aprendizado mais acessível e flexível. Alunos de todas as partes do mundo agora têm a oportunidade de adquirir conhecimento em uma ampla variedade de tópicos, independentemente de sua localização geográfica. Isso democratiza o acesso à educação, permitindo que pessoas de diversas origens alcancem níveis educacionais mais elevados e se engajem na aprendizagem ao longo da vida.

Universidades renomadas, como o MIT e Stanford, oferecem cursos online gratuitos que permitem que pessoas de todo o mundo adquiram habilidades avançadas em áreas como ciência da computação e inteligência artificial. Esses cursos online estão revolucionando a educação superior, oferecendo oportunidades de aprendizado de alta qualidade para um público global.

Eventualmente, todos os alunos entrarão no mercado de trabalho. Dito isto, a automação impulsionada pela IA está redefinindo a natureza de muitos empregos. Tarefas rotineiras estão sendo automatizadas, o que libera esses futuros trabalhadores para se concentrarem em tarefas mais criativas e estratégicas. No entanto, essa mudança também requer uma adaptação constante. Eles precisam adquirir habilidades tecnológicas adicionais e se preparar para um ambiente de trabalho em constante evolução.

Em setores como manufatura, os operadores de máquinas, por exemplo, agora precisam monitorar e ajustar os sistemas de IA que controlam a produção, em vez de realizar tarefas manuais repetitivas. Isso destaca a importância da aprendizagem contínua e da atualização de habilidades para acompanhar as demandas de um mercado de trabalho cada vez mais tecnológico.

Conforme observado por Tiago Guitián dos Reis, Fundador da Suno Research,

> "A tecnologia também está sendo usada para ajudar a tomar decisões em áreas como recrutamento, avaliação de desempenho e gestão de equipes. Isso significa que os profissionais precisam se adaptar a uma nova forma de trabalhar, onde a IA é uma parte essencial do processo de trabalho." (LINKEDIN, 2023, p. 1)

Essas transformações na educação e no mercado de trabalho, impulsionadas pela IA, estão redefinindo como as pessoas se educam e como desempenham seus papéis profissionais. A capacidade de se adaptar e abraçar as oportunidades oferecidas pela tecnologia é fundamental para prosperar em um mundo em constante evolução.

6. ÉTICA E DESAFIOS DA IA

À medida que a Inteligência Artificial (IA) se torna uma parte cada vez mais integral de nossas vidas, surgem preocupações éticas e desafios complexos que exigem nossa atenção e reflexão. O avanço rápido da IA levanta questões cruciais relacionadas à privacidade, vieses algorítmicas e à tomada de decisões automatizadas que estão sendo debatidas amplamente na sociedade.

Uma das preocupações éticas mais prementes é a questão da privacidade. Com a coleta massiva de dados pessoais para treinar algoritmos de IA, surgem preocupações sobre como esses dados são usados e compartilhados. É fundamental garantir que os indivíduos tenham controle sobre suas informações pessoais e que haja medidas rigorosas de segurança para proteger esses dados contra acessos não autorizados.

Outro desafio ético importante diz respeito aos vieses algorítmicos. Os algoritmos de IA podem aprender preconceitos presentes nos dados de treinamento, o que pode resultar em decisões discriminatórias em áreas como contratação, empréstimos financeiros e justiça criminal. A sociedade enfrenta o desafio de desenvolver algoritmos mais justos e transparentes, bem como de criar regulamentações que evitem a perpetuação de vieses prejudiciais.

É crucial que a sociedade aborde essas questões de forma responsável e ética, garantindo que a IA seja usada para o bem-estar de todos. Já existem debates em andamento sobre o uso ético da IA, incluindo discussões sobre como garantir a transparência nas decisões tomadas por algoritmos. Isso é particularmente relevante em áreas sensíveis, como empréstimos financeiros e justiça criminal, onde as decisões automatizadas podem ter impactos profundos na vida das pessoas.

Conforme ressaltado por Moisés Nascimento, Diretor de Tecnologia e líder da área de Dados e Analytics do Itaú Unibanco,

> "Para que a IA seja realmente capaz de contribuir com a solução desses problemas, é preciso que as ferramentas sejam treinadas de forma a levar em conta a diversidade e as particularidades da população, além de garantir que as ferramentas não reproduzam preconceitos e vieses presentes na sociedade, mas sim que promovam a igualdade e a inclusão. No entanto, é importante lembrar que – assim como a sociedade – a tecnologia também está em constante evolução e a análise e correção de vieses deve ser um processo contínuo." (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2023, p. 1)

Abordar os desafios éticos da IA é essencial para garantir que essa tecnologia avançada beneficie a humanidade como um todo, promovendo o progresso sem prejudicar os direitos individuais e a equidade na sociedade. Essa é uma tarefa complexa, mas crucial, à medida que continuamos a integrar a IA em nossas vidas cotidianas.

7. IA NA MEDICINA E CIÊNCIA

A Inteligência Artificial (IA) desempenha um papel vital e revolucionário na medicina e na ciência, promovendo avanços significativos que beneficiam a saúde da humanidade e a compreensão do mundo que nos cerca. A aplicação de algoritmos de aprendizado de máquina na área da medicina tem se mostrado particularmente promissora.

Na medicina, a IA é utilizada de maneira impressionante para analisar imagens médicas, como radiografias e tomografias. Essa capacidade de processamento de imagem permite a detecção precoce de doenças, como câncer e patologias cardíacas, aumentando a taxa de sucesso no tratamento e melhorando os resultados clínicos. A IA também é uma ferramenta poderosa para identificar padrões em grandes volumes de dados de pacientes, auxiliando os profissionais de saúde a tomar decisões informadas e personalizadas.

Além disso, a IA está acelerando a pesquisa científica de maneiras impressionantes. Ela é usada para analisar vastas bibliotecas de dados genéticos e químicos, ajudando a identificar novos compostos químicos para medicamentos e a otimizar experimentos em laboratórios. Projetos como o Folding@home demonstram o potencial da IA na ciência. Esse projeto utiliza a computação distribuída para simular o dobramento de proteínas, contribuindo significativamente para a pesquisa sobre doenças complexas, como Alzheimer e COVID-19.

Mauricio Grohs, VP regional da UiPath para o Brasil, destacou que

> "A saúde, sem dúvida, é um deles. Essa tecnologia é particularmente útil nessa área porque tem revelado um enorme potencial de revolucionar a maneira como médicos e instituições trabalham para diagnosticar, tratar e até mesmo prevenir doenças." (Grohs, 2023, p.1)

Essas aplicações da IA na medicina e na ciência estão revolucionando a forma como entendemos e tratamos doenças, além de acelerar o ritmo das descobertas científicas. A capacidade da IA de processar dados em larga escala e identificar padrões ocultos está mudando fundamentalmente a face da pesquisa médica e científica, trazendo esperança para o desenvolvimento de tratamentos mais eficazes e a resolução de questões científicas complexas.

8. IA NA INCLUSÃO SOCIAL

A Inteligência Artificial (IA) desempenha um papel significativo na promoção da inclusão social em várias frentes. Ela oferece soluções que têm o potencial de reduzir desigualdades, tornar a tecnologia mais acessível e melhorar a qualidade de vida de grupos marginalizados. Abaixo, exploramos como a IA contribui para a inclusão social:

Acessibilidade para Pessoas com Deficiência: A IA é utilizada para desenvolver tecnologias assistivas que facilitam a vida de pessoas com deficiência. Por exemplo, sistemas de reconhecimento de voz permitem que pessoas com deficiência visual usem computadores e dispositivos móveis de forma eficaz. Além disso, a IA está sendo usada para traduzir a linguagem de sinais em texto ou fala, melhorando a comunicação entre surdos e ouvintes.

Saúde e Diagnóstico Médico: A IA desempenha um papel crucial na área da saúde, ajudando no diagnóstico precoce de doenças. Algoritmos de IA podem analisar grandes conjuntos de dados médicos, como exames de imagem, para identificar anomalias. Isso não apenas melhora a precisão dos diagnósticos, mas também permite tratamentos mais eficazes e, portanto, contribui para a inclusão social, garantindo que todos tenham acesso a cuidados médicos de qualidade.

Educação Personalizada: A IA é usada em sistemas de ensino personalizado que se adaptam às necessidades individuais dos alunos. Isso é especialmente benéfico para estudantes com deficiências de aprendizado, permitindo que eles recebam o apoio de que precisam para ter sucesso academicamente.

Tradução de Idiomas: Plataformas de tradução automática baseadas em IA tornam a comunicação entre pessoas que falam diferentes idiomas mais acessível. Isso é essencial em um mundo cada vez mais globalizado, pois ajuda na inclusão de pessoas de diferentes culturas e origens linguísticas.

Assistentes Virtuais e Acessibilidade Digital: A IA impulsiona assistentes virtuais, como ChatGPT, que podem ser configurados para oferecer suporte a pessoas com dificuldades de leitura ou escrita. Eles podem ler em voz alta, responder a perguntas e até mesmo auxiliar na navegação na web, tornando a tecnologia mais inclusiva.

Detecção de Vieses e Discriminação: A IA também é usada para detectar vieses e discriminação em algoritmos e processos, ajudando a promover a equidade. Essa aplicação da IA visa identificar e corrigir preconceitos que podem perpetuar desigualdades sociais, como discriminação de gênero ou racial.

Apoio a Idosos e Pessoas em Situação de Vulnerabilidade: Robôs baseados em IA estão sendo desenvolvidos para auxiliar idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade em suas atividades diárias. Eles podem fornecer companhia, assistência na medicação e até mesmo alertar em casos de emergência, melhorando a qualidade de vida e fornecendo suporte a indivíduos que podem estar em risco de isolamento social.

Emprego e Treinamento: A IA também pode contribuir para a inclusão no mercado de trabalho, ajudando na correspondência de habilidades com oportunidades de emprego e fornecendo treinamento personalizado para adquirir novas habilidades.

É importante notar que, embora a IA ofereça oportunidades significativas para a inclusão social, também apresenta desafios, como preocupações com privacidade e vieses algorítmicos. Portanto, a aplicação responsável e ética da IA é fundamental para garantir que ela verdadeiramente promova a inclusão social e beneficie a todos na sociedade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inteligência Artificial (IA), representada aqui pelo ChatGPT, está desempenhando um papel verdadeiramente revolucionário em nossa sociedade, redefinindo fundamentalmente a maneira como interagimos com a tecnologia e como conduzimos nossas vidas cotidianas. A ascensão meteórica das tecnologias de IA, exemplificada pela impressionante evolução do ChatGPT, tem sido o catalisador de uma transformação profunda e multifacetada que abrange diversos setores.

Ao longo deste artigo, exploramos minuciosamente os diversos aspectos e implicações dessa revolução tecnológica, com um foco especial na educação. Começamos destacando o papel do ChatGPT como um exemplo emblemático da IA que molda nossa realidade. Observamos como a automatização impulsionada pela IA permeia nossa sociedade, proporcionando eficiência, segurança e inovação. No entanto, para que possamos abraçar plenamente essa nova era, é imperativo que entendamos os princípios da programação e nos preparemos para uma sociedade cada vez mais orientada pela tecnologia.

A capacidade de adaptação a novas tecnologias torna-se crucial na educação. A rápida evolução da IA exige que educadores e alunos estejam dispostos a aprender continuamente e a enfrentar os desafios éticos que ela apresenta. É vital que, à medida que a IA se integra cada vez mais em nossas vidas, abracemos uma abordagem responsável e ética na educação, garantindo que essa tecnologia seja usada para o benefício de toda a sociedade.

No entanto, à medida que contemplamos o futuro, é importante reconhecer que nossa jornada com a IA está apenas começando. À medida que a IA continua a avançar e a se integrar mais profundamente em nosso cotidiano, devemos adotar uma mentalidade de constante evolução e adaptação na educação. Os benefícios e desafios da IA nos acompanharão à medida que exploramos novos horizontes tecnológicos.

A IA já está se expandindo para áreas como medicina e ciência, acelerando descobertas e avanços que beneficiarão a saúde da humanidade e nosso entendimento do mundo que nos cerca. Seu impacto nas áreas da educação e do mercado de trabalho também está redefinindo como adquirimos conhecimento e desempenhamos funções profissionais na educação, abrindo novas portas para o aprendizado contínuo e a adaptação em um mundo tecnologicamente orientado.

Além disso, não podemos ignorar as complexas questões éticas que surgem à medida que a IA se torna mais integral em nossas vidas, especialmente na educação. Questões de privacidade, vieses algorítmicos e tomada de decisões automatizada exigem uma abordagem cuidadosa e responsável por parte da sociedade e das instituições educacionais. Garantir que a IA seja uma força positiva na educação requer um esforço coletivo para estabelecer padrões éticos claros e regulamentações que promovam a igualdade, a transparência e a responsabilidade.

À medida que navegamos por essa era de transformações impulsionadas pela IA, é fundamental reconhecer que somos os arquitetos de nosso próprio futuro tecnológico, especialmente na educação. Com uma compreensão sólida dos benefícios e desafios da IA, estamos bem equipados para enfrentar os obstáculos que surgem em nosso caminho e para aproveitar ao máximo o potencial dessa inovação na educação, moldando um futuro mais brilhante e eficiente para os educadores e alunos. A educação e a tecnologia estão entrelaçadas, impulsionando o aprendizado e a inovação em nossas vidas cotidianas e no futuro da educação.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Zulfi Al Hakim. ChatGPT: A Revolution in Natural Language Processing. Boer Technology, Bogor West Java, 3 de maio de 2023. Disponível em: https://btech.id/news/chatgpt-a-revolution-in-natural-language-processing/. Acesso em: 21/08/2023.

Jung Hwan Heo. Ethical Review in the Age of Artificial Intelligence. The AI Ethics Journal, Los Angeles, 16 de Julho de 2021. Disponível em: https://www.aiethicsjournal.org/10-47289-aiej20210716-4. Acesso em: 21/08/2023.

Paulo Henrique Pereira. Para especialista, inteligência artificial trará muitos benefícios à humanidade. Edição do Brasil, Belo Horizonte, 5 de Maio de 2023. Disponível em: https://edicaodobrasil.com.br/2023/05/05/para-especialista-inteligencia-artificial-trara-muitos-beneficios-a-humanidade/. Acesso em: 21/08/2023.

Saúde Business by Informa Markets. Automação aliada à IA generativa pode transformar a prestação de serviços em saúde. Saúde Business, São Paulo, 21 de Julho de 2023. Disponível em: https://www.saudebusiness.com/ti-e-inovacao/automacao-aliada-a-ia-generativa-pode-transformar-prestacao-de-servicos-em-saude. Acesso em: 22/08/2023.

Secureway Inovação e Segurança. “Inteligência Artificial: Qual é a Relação Entre Automação e Segurança?”. Secureway, São Paulo, 2022. Disponível em: ttps://secureway.com.br/inteligencia-artificial-qual-e-a-relacao-entre-automacao-e-seguranca/. Acesso em: 22/08/2023.

Alexandre Ianusckiewicz Marques. A ética na era digital: Educando alunos para serem cidadãos digitais responsáveis e éticos. Linkedin, São Paulo, 2023. Disponível em: https://pt.linkedin.com/posts/alexandreimarques_empatia-tecnologia-digital-activity-7090299823706271744-U_hO. Acesso em: 10/09/2023.

Tiago Guitián dos Reis. “Como se adaptar às mudanças causadas pela IA no ambiente de trabalho?”. Linkedin, São Paulo, 9 de Março de 2023. Disponível em: https://pt.linkedin.com/pulse/como-se-adaptar-%C3%A0s-mudan%C3%A7as-causadas-pela-ia-ambiente-tiago#:~:text=Mantenha%2Dse%20atualizado%20sobre%20a,ou%20eventos%20relacionados%20%C3%A0%20IA. Acesso em: 10/09/2023.

Moisés Nascimento. Papel social da Inteligência Artificial. Diário do Comércio, Belo Horizonte, 26 de Julho de 2023. Disponível em: https://diariodocomercio.com.br/opiniao/papel-social-da-inteligencia-artificial/#gref. Acesso em: 10/09/2023.

ANÁLISE DOS PROCESSOS COGNITIVOS E DOS NÍVEIS DE CONHECIMENTO UTILIZADOS NAS AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS APLICADAS AOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Kátia Liliane Alves Canguçu[1]

Resumo:

O presente artigo se propôs a examinar as avaliações diagnósticas aplicadas aos estudantes da educação básica da rede mineira de educação no ano de 2019. E teve por objetivo geral analisar quais os processos cognitivos e o nível de conhecimento que foram mais utilizados na referida avaliação à luz da Taxonomia revisada de Bloom. A escolha da referência bibliográfica deve-se que para Krathwolh (2002) essa Taxonomia se constitui numa ferramenta que torna possível, também, orientar a escolha de metodologias e materiais de ensino e a elaboração de itens de avaliação para medir o domínio de uma determinada habilidade. A metodologia adotada na pesquisa foi de natureza quali-quantitativa mediante estudo quantitativo dos estudantes que responderam a avaliação e uma análise qualitativa dos processos cognitivos e níveis de conhecimento para compor o perfil da avaliação mediante os indicadores presentes nas questões das provas.

Os resultados apontam que nas avaliações diagnósticas estão mais presentes os processos cognitivos mais básicos como memorização, compreensão e aplicação e os mais complexos como análise, aplicação e criação foram muito pouco utilizados. Os níveis de conhecimento mais requeridos foram Saber Fazer e Saber Descrever para todos os anos de escolaridade, ambos também são os mais elementares. O que é preocupante porque são justamente os processos cognitivos (uso do conhecimento) que são considerados os objetivos mais importantes da educação e ajudam a definir o alinhamento curricular uma vez que implica uma forte ligação entre o que deve ser ensinado, o currículo, os materiais de ensino e a avaliação.

Palavras chaves: níveis de conhecimento, processos cognitivos e avaliação.

1 Analista Educacional da Secretaria de Estado de Educação e Conselheira do Conselho Estadual de Educação, e-mail katialiliane@yahoo.com.br / katia.cangucu@educacao.mg.gov.br

Abstract:

The present article proposed to examine the diagnostic evaluations applied to basic education students of the Minas Gerais education network in the year 2019.From Bloom's Revised Taxonomy. The choice of bibliographic reference is due to the fact that, for Krathwolh (2002), this Taxonomy constitutes a tool that also makes is possible to guide the choice of methodologies and teaching materials and the elaborations of evaluation items to measure the domain of a certain skill. The methodology adopted in the research was of a qualitative and qualitative nature through a quantitative study of the students who answered the evaluation and a qualitative analysis of the cognitive processes and levels of knowledge to compose the profile of the evaluation though the indicators present in the questions of the tests. The results indicate that diagnostic evaluations are more present, the most basic cognitive processes such as memorization, understanding and application and the more complex ones such as analysis, application and creation were very little requested. What is worrisome because it is precisely the cognitive processes (use of knowledge) that are considered the most required levels of knowledge were Knowing How to Do and Knowing How to Describe for all years of schooling, both are the most elementary. It is precisely the cognitive processes (use of knowledge) that are considered the most important objectives of education and help to define curriculum alignment since it implies a strong connection between what should be taught, the curriculum, teaching material and assessment.

Key words: levels of knowledge, cognitive processes and evaluation.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação escolar faz parte do processo didático e pedagógico do sistema educacional em todas as etapas de ensino, da educação básica até a pós-graduação. Mas, para os fins pedagógicos não deve ser vista somente um processo burocrático, ou para ser utilizada como fator de classificação dos estudantes (os melhores ou os piores) ou ainda como instrumento punitivo, segundo Freitas (1995). Os resultados obtidos por essas avaliações devem subsidiar a prática pedagógica, recuperando as habilidades que os estudantes ainda não consolidaram e também como ferramenta para rever a sua metodologia de ensino. Nesse sentido, Vasconcelos (1994) se refere ao processo avaliativo em sentido amplo:

> A Avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhamento da pessoa em seu processo de crescimento (p.43)

Tradicionalmente, as avaliações aplicadas na escola dividem-se em: diagnóstica, formativa ou somativa. A diagnóstica, para aferir as habilidades e competências adquiridas pelos estudantes até aquela etapa de escolaridade; a formativa ajuda a acompanhar os avanços e as dificuldades que forem se manifestando ao longo do processo educacional, ainda em tempo de tomar providências para sanar as dificuldades apresentadas e a somativa que acontece geralmente ao final de um trabalho desenvolvido (unidade, bimestre, semestre). Essa última preocupa-se com o resultado final ou produto alcançado, de acordo com Luckesi (2002).

As avaliações diagnósticas, formativas e somativas podem ser utilizadas nas escolas, elaboradas e aplicadas pelos próprios professores e também podem ser em larga escala, para aferição das habilidades e competências alcançadas pelos estudantes de um dado sistema de ensino, seja ele público ou privado. As avaliações diagnósticas e formativas servem como estratégias para que o professor ou o gestor escolar, tanto individualmente - por turmas e escola, quanto na gestão de sistema de ensino, identifiquem o que os estudantes ainda não aprenderam ou não consolidaram e traçar novas metodologias de ensino visando recuperar o não aprendido no tempo hábil. A avaliação somativa, principalmente para fins classificatórios ou de ranqueamento, objetiva apontar indicadores para a criação de políticas públicas, nesse caso o gestor do sistema é quem mais se beneficia com esses indicadores.

No Estado de Minas Gerais, por meio do Sistema Mineiro de Avaliação Escolar - Simave, anualmente estes três tipos de avaliação são utilizados. A Diagnóstica é aplicada geralmente, entre os meses de fevereiro e março, para verificar as habilidades consolidadas nos estudantes no ano anterior ao que o estudante está regularmente matriculado. A Avaliação Intermediária (Formativa) é aplicada em meados do mês de agosto, para aferir as habilidades e competências que os estudantes adquiriam ao longo do ano de escolaridade em que estão matriculados. As duas abrangem toda a rede, atualmente com mais de 3.400 (três mil e

quatrocentas) escolas estaduais e todos os estudantes matriculados em todos os anos de escolaridade, do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) ao Ensino Médio. E a Avaliação Somativa, que é aplicada entre os meses de outubro e novembro, de forma censitária a todos os estudantes do terceiro (3º), quinto (5º) e nono (9º) anos do Ensino Fundamental e do terceiro (3º) ano do Ensino Médio. Os três tipos de avaliação aferem as habilidades e competências adquiridas em Língua Portuguesa e Matemática.

Este estudo teve por objetivo geral analisar quais os processos cognitivos e o nível de conhecimento que foram mais comumente requeridos na avaliação diagnóstica, do ano de 2019. E os objetivos específicos são categorizar as habilidades contidas nos descritores observando o verbo de ação que indica o processo cognitivo e o nível de conhecimento em cada ano de escolaridade e nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática; analisar o perfil da prova por meio do exame da distribuição do processo cognitivo e nível de conhecimento por ano de escolaridade e por disciplina avaliada e analisar os resultados obtidos pelos estudantes por nível de ensino em Língua Portuguesa e em Matemática dos estudantes avaliados.

Nossa hipótese de pesquisa pauta-se que uma das razões para que os estudantes saiam melhor nas avaliações aplicadas nos anos iniciais do ensino fundamental (5º ano), sejam as do próprio sistema como Simave ou as do governo federal como Saeb[2], e não saiam tão bem nas avaliações dos anos finais do ensino fundamental (9º) e as do ensino médio (3º ano), é porque nestes anos são requeridos Processos Cognitivos e Níveis de Conhecimento mais complexos dos que nas avaliações dos anos iniciais do fundamental. Caso esta hipótese se confirme, aponta no sentido de que o método de ensino e as intervenções pedagógicas devam corrigir este cenário afim de melhorar os resultados cognitivos, atitudinais e das competências para os anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

2. DESENVOLVIMENTO

No processo educacional a definição dos objetivos de aprendizagem significa definir as intencionalidades pedagógicas, a escolha do conteúdo, as estratégias e como avaliar se esses objetivos foram alcançados. Segundo Vaughan (1980), esse planejamento dos objetivos instrucionais, cognitivos, atitudinais e das competências deveria ser feito no início da disciplina ou conteúdo, para direcionar não só para o educador, mas também para os educandos, quais compromissos pedagógicos devem ser alcançados. Mas infelizmente, nem sempre estes estão bem delimitados para os professores e para os estudantes. Nesse sentido, o educador

2 A Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que mantém a característica de levantamento de dados gerais do Brasil e das Unidades da Federação a partir de uma amostra representativa de escolas de grande porte, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), mais conhecida como Prova Brasil, aplicado de forma censitária em todas as escolas públicas, urbanas e rurais, com o mínimo de 20 alunos matriculados nos 5º e 9º anos do ensino fundamental.

pode até ter expectativas onde deseja chegar com os estudantes, mas não ter claro o planejamento de ensino e como este será avaliado ao final. Definindo o quê, porque e como se pretende ensinar, o processo de avaliação fica mais claro para os professores e estudantes.

Para além disto, os objetivos educacionais deveriam estar alinhados a um nível de desenvolvimento cognitivo compatível com a maturidade e o nível educacional dos estudantes. As estratégias pedagógicas deveriam favorecer com que esses objetivos sejam alcançados. Alguns educadores esquecem que é mais fácil e adequado atingir altos graus de abstração de um conteúdo a partir do estímulo e do desenvolvimento cognitivo linear, ou seja, a partir de conceitos mais simples para os mais elaborados, e/ou do concreto/real para o abstrato (FERRAZ e BELOTH, 2010). Dessa forma, a definição clara e estruturada dos objetivos instrucionais, considerando a aquisição dos conhecimentos direciona de forma mais assertiva o processo de ensino, para a escolha das estratégias pedagógicas, a delimitação do conteúdo e os instrumentos de avaliação de modo a favorecer uma aprendizagem mais duradoura. Nesse contexto, a taxonomia proposta por Bloom (1956) vem a contribuir para que os educadores atinjam com mais clareza os objetivos educacionais.

De acordo com Lomena (2006), a Associação Norte Americana de Psicologia em 1948 criou uma força tarefa para discutir, definir e criar uma taxonomia[3] dos objetivos dos processos educacionais. Bloom e seus colaboradores Englehart, Furst e Krathwohl (1956) definiram que o primeiro passo em direção a execução da responsabilidade atribuída a eles seria a divisão do trabalho de acordo com o domínio específico de desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor. Embora todos estes três domínios (cognitivo, afetivo e psicomotor) tenham sido amplamente discutidos e divulgados, o domínio cognitivo é o mais conhecido e utilizado. Muitos educadores se apoiam nos pressupostos teóricos desse domínio para definirem em seus planejamentos educacionais, objetivos, estratégias e método de avaliação (FERRAZ e BEHOLT, 2010). Os processos cognitivos podem ser entendidos como meios pelos quais o conhecimento é adquirido ou construído e usado para resolver problemas com que as pessoas se deparam cotidiana ou eventualmente. São estes os seis processos cognitivos utilizados: memorização, compreensão, aplicação, análise, avaliação e criação. Alguns autores preferem utilizar verbos no infinitivo, como está no texto original da Taxonomia de Bloom revisada[4], para representar essas categorias e substituindo memorização e compreensão por lembrança e entendimento: lembrar, entender, aplicar, analisar, avaliar e criar. A escolha do verbo no infinitivo está relacionada ao modo como comumente são elaborados os objetivos educacionais pelo professor. Conforme a Taxonomia de Bloom revisada, esses processos cognitivos estão estruturados na Tabela 1.

3 Para saber mais sobre o significado de Taxonomia favor consultar Ferraz e Beholt (2010) e Lomena (2006).

4 David R. KRATHWOHL, D.R. A Revision of Bloom's Taxonomy: An Overview https://teaching.yale-nus.edu.sg/wp-content/uploads/sites/25/2016/02/A-Revision-of-Blooms-Taxonomy_An-Overview.pdf

Tabela 1 – Processos Cognitivos e seus significados	
Memorização	Lembrar ou memorizar: relacionado a reconhecer e reproduzir ideias e conteúdos. Reconhecer requer distinguir e selecionar uma determinada informação e reproduzir ou recordar está mais relacionado à busca por uma informação relevante memorizada.
Compreensão	Entender ou compreender: relacionado a estabelecer uma conexão entre o novo e o conhecimento previamente adquirido. A informação é entendida quando o aprendiz consegue reproduzi-la com suas "próprias palavras", isto é, quando ele consegue "explicar para si mesmo".
Aplicação	Aplicar: Relacionado a executar ou usar um procedimento numa situação específica e pode também abordar a aplicação de um conhecimento numa situação nova.
Análise	Analisar: Relacionado a dividir a informação em partes relevantes e irrelevantes, importantes e menos importantes e entender a inter-relação existente entre as partes.
Avaliação	Avaliar: Relacionado a emitir juízos, realizar julgamentos baseados em critérios e padrões qualitativos e quantitativos ou de eficiência e eficácia.
Criação	Criar: Significa explorar novas possibilidades, colocar elementos junto com o objetivo de criar uma nova visão, uma nova solução, estrutura ou modelo utilizando conhecimentos e habilidades previamente adquiridos. Envolve o desenvolvimento de ideias novas e originais, produtos e métodos por meio da percepção da interdisciplinaridade e da interdependência de conceitos.

Fonte: Krathwold (2016)

Os processos cognitivos estão organizados em uma estrutura hierárquica, mas não tão rigidamente quanto na Taxonomia original. Na versão revisada, a exigência de uma hierarquia rígida foi relaxada para permitir que as categorias se sobreponham umas às outras. No entanto, quando se considera o ponto central de cada um dos processos cognitivos, a sequência dos mesmos respeita o princípio da progressão da complexidade - do simples para o complexo e do concreto para o abstrato. Isso significa que, para adquirir uma nova habilidade pertencente ao próximo nível, o estudante deve ter adquirido e dominado a habilidade de nível anterior. Nesse sentido, a taxonomia proposta não é apenas um esquema para classificação, mas uma possibilidade de organização hierárquica dos processos cognitivos de acordo com níveis de complexidade crescente e objetivos do desenvolvimento cognitivo desejado e planejado. No entanto, esse esquema tem alguma flexibilidade porque há casos em que é preciso, primeiro, saber fazer com sucesso, antes de compreender a ação realizada, por exemplo. A taxonomia de Bloom (revisada) foi o sistema escolhido para descrever os processos cognitivos envolvidos no desenvolvimento das habilidades indicadas na matriz curricular adotada no Estado de Minas Gerais e que também podem ser utilizadas nas avaliações diagnósticas, intermediárias e somativa.

Essa taxonomia, segundo Krathwohl (2002), se constitui numa ferramenta que torna possível, também, orientar a escolha de metodologias e materiais de ensino e a elaboração de itens de avaliação para medir o domínio de uma determinada habilidade. Bloom(1956) desenvolveu um sistema que se propunha servir como uma linguagem para facilitar a comunicação entre pessoas, disciplinas e graus de ensino; uma base para atribuir sentido específico a metas educacionais amplas; uma base para estabelecer padrões de um determinado curso ou currículo escolar; um meio para definir o grau de congruência de objetivos educacionais, atividades e avaliação da aprendizagem de uma unidade ou de um curso e uma maneira de contrastar um leque de possibilidades educacionais com os limites de extensão e profundidade de um determinado curso, conteúdo ou matriz curricular.

A versão original da Taxonomia de Bloom propunha seis grandes categorias do domínio cognitivo: *conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação*. As categorias foram ordenadas das mais simples para as mais complexas, do concreto para abstrato. O domínio de uma categoria mais simples era considerado como um pré-requisito para o domínio da próxima, de maior complexidade. Nessa versão original estavam colocadas no mesmo nível (mesma dimensão) categorias de naturezas diferentes, como o *conhecimento,* que englobava conteúdo, e o processo cognitivo de *lembrar*. As demais categorias se referiam especificamente aos processos cognitivos (*compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação).* Na taxonomia revisada, esse aspecto foi mudado, criando-se duas dimensões: *conhecimentos* e *processos cognitivos*. Essa mudança é importante, pois separa os conhecimentos (conteúdos) dos processos cognitivos. São justamente os processos cognitivos (uso do conhecimento) que são considerados os objetivos mais importantes da educação. Neste artigo trataremos somente dos processos cognitivos.

Essa taxonomia permite também analisar o grau de alinhamento curricular de uma disciplina ou de um determinado curso. Isto é, permite responder duas questões fundamentais: aquilo que estamos ensinando está sendo avaliado? E aquilo que estamos avaliando é o que estamos ensinando? O alinhamento curricular implica uma forte ligação entre habilidades e avaliação, habilidades e atividades/materiais de ensino, avaliação e atividades/materiais de ensino. Para escrever as habilidades utilizamos verbos que estão associados aos diversos processos cognitivos. Esses verbos serão apresentados no Quadro 1.

A coluna de verbos mostra os verbos principais, colocados em negrito, conforme a taxonomia de Bloom revisada. Os demais verbos dessa coluna descrevem componentes dos processos cognitivos principais. Os verbos correlatos foram incluídos para captar nuances das disciplinas, isto é, para atender as variantes da linguagem utilizada pelas diversas disciplinas do currículo.

Quadro 1 – Verbos para descrever as habilidades, segundo a taxonomia de Bloom revisada

PROCESSOS COGNITIVOS	VERBOS	VERBOS CORRELATOS
Memorização	**Lembrar**	
Reconhecimento	Reconhecer	Identificar,
Recordação	Recordar	Recuperar, Reproduzir, Nomear, Localizar
Compreensão	**Compreender**	
Interpretação	Interpretar	Traduzir, Representar, Equacionar, Observar, Formular
Exemplificação	Exemplificar	Ilustrar
Classificação	Classificar	Categorizar, Descrever, Relacionar, Caracterizar, Reorganizar
Comparação	Comparar	Contrastar, Ordenar, Associar, Estabelecer correspondência
Inferência	Inferir	Extrapolar, Interpolar, Predizer, Deduzir
Síntese	Sintetizar	Resumir
Explicação	Explicar	
Aplicação	**Aplicar**	
Execução	Executar	Calcular, Determinar, Operar, Simplificar, Estimar
Implementação	Implementar	Solucionar, Empregar, Resolver, Utilizar
Análise	**Analisar**	
Diferenciação	Diferenciar	Discriminar, Distinguir, Focalizar, Selecionar, Pesquisar
Organização	Organizar	Encontrar coerências, integrar, Esboçar, Estruturar, Adequar, Provar, Demonstrar
Atribuição	Atribuir	Determinar o ponto de vista, Concluir, Corrigir
Avaliação	**Avaliar**	
Verificação	Verificar	Coordenar, Detectar, Monitorar, Testar, Pesquisar
Crítica	Criticar	Julgar, Posicionar-se
Criação	**Criar**	
Geração	Gerar	Formular hipóteses
Planejamento	Planejar	Projetar
Produção	Produzir	Construir, Elaborar, Retextualizar, Esboçar

Fonte: Elaboração própria inspirada na obra de Krathwold (2016)

Além dos processos cognitivos originados da Taxonomia de Bloom, para esse artigo também foram analisados os tipos de conhecimento que mais foram utilizados na avaliação diagnóstica. Esse tipo de conhecimento foi retirado do modelo de análise das avaliações do ENEM e estão divididos em três tipos: Saber Descrever, Saber Fazer e Saber Explicar, descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Descrição dos tipos de conhecimento

Tipo de conhecimento	Descrição
Saber Descrever	Envolve essencialmente competências responsáveis pela reprodução de conhecimentos já construídos para o reconhecimento de fatos ou de representações de problemas comuns. Refere-se a operações mentais de repetição por semelhança ou diferença e realiza principalmente operações por correspondência aos dados observáveis. Neste grupo encontram-se as ações e operações mentais que possibilitam a apreensão das características e propriedades permanentes e simultâneas de objetos comparáveis, e vão gradativamente propiciando a construção dos conceitos. Fazem parte desse Grupo as seguintes competências cognitivas: observar, identificar, reconhecer, indicar, apontar, localizar, descrever, discriminar, constatar, representar graficamente e representar quantidades. São competências do Grupo I
Saber Fazer	Apoia-se nas competências do Grupo I, mas incorpora qualidades diferentes de operações mentais, pois envolve competências responsáveis por realizar transformações e não simples correspondências dos esquemas de assimilação às propriedades dos objetos de conhecimento. Neste grupo, encontram-se ações mentais mais coordenadas que pressupõem o estabelecimento de relações entre os objetos. São competências que, em geral, permitem atingir o nível da compreensão e a explicação, mais que o saber fazer, pois supõem alguma tomada de consciência dos instrumentos e procedimentos utilizados, possibilitando sua aplicação a outros contextos. Fazem parte desse Grupo II, as seguintes competências cognitivas: classificar, seriar, ordenar, conservar, compor e decompor, fazer antecipações, calcular por estimativa, medir, interpretar.
Saber Explicar	Inclui ações e operações de transformação que coordenam vários esquemas de assimilação. Esta coordenação é responsável pelo planejamento e escolha de estratégias para resolver problemas em situações pouco familiares e mais originais do que as do Grupo II. No Grupo III, encontram-se ações e operações mentais mais complexas, reflexivas e abstratas que envolvem a utilização de raciocínio hipotético dedutivo. Estas competências tornam possível a aplicação de conhecimentos construídos em situações diferentes e a resolução de problemas inéditos. Fazem parte desse Grupo III, as seguintes competências: analisar, aplicar relações ou conhecimentos, fatos e princípios, avaliar, criticar, analisar e julgar, explicar causas e efeitos, apresentar conclusões, levantar suposições, fazer prognósticos, fazer generalizações indutivas e construtivas, justificar.

Fonte: Elaboração própria

A metodologia adotada na pesquisa foi de natureza quali-quantitativa dividida em dois momentos. Primeiramente, dedicando-se ao estudo quantitativo dos estudantes que responderam a avaliação, que está alinhado à definição de Fachin (2003). Para esse autor um estudo quantitativo ocorre quando a coleta de dados é realizada através de questionários que apresentam variáveis distintas, cujas análises são geralmente apresentadas através de tabelas e gráficos. Já para Richardson (1999) a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo uso da quantificação, tanto na coleta, quanto no tratamento das informações, utilizando-se de técnicas estatísticas. No segundo momento foi feita uma análise de caráter mais qualitativa do perfil da avaliação, das habilidades descritas nas avaliações e dos processos cognitivos e os

níveis de conhecimento. O enfoque qualitativo adotado nesse estudo, caracteriza-se pelo fato do pesquisador ser o instrumento-chave, ser considerado fonte direta dos dados e não requerer o uso de técnicas e métodos estatísticos, que está alinhado com o pensamento de Godoy (1995). E também com o de Stake (2011) quando esse afirma que o pesquisador de caráter mais qualitativo busca assegurar ao leitor que o propósito da investigação não é alcançar a generalização, mas fornecer exemplos situacionais à experiência do leitor.

3. INSTRUMENTOS DA PESQUISA

As Avaliações Diagnósticas para as escolas da rede estadual mineira são aplicadas desde o ano de 2017, usualmente entre os meses de fevereiro e março para todas as escolas. São avaliados os estudantes de todos os anos de escolaridade nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. O objetivo é verificar as habilidades e competências que os estudantes ainda não consolidaram no ano anterior de escolaridade e subsidiar as intervenções pedagógicas, previstas no calendário escolar. A Avaliação Diagnóstica é disponibilizada em arquivo de PDF, para cada ano de escolaridade e por disciplina. As avaliações podem ser aplicadas impressas em sala de aula ou *on line* via laboratório de informática da escola. Para as escolas que preferem aplicar as avaliações impressas, os professores das disciplinas avaliadas lançam os resultados dos estudantes nominalmente na plataforma do Simave. Para as *on line*, quando o estudante finaliza a avaliação o resultado é migrado para a plataforma. Quando se encerra o período das Avaliações Diagnósticas, os resultados são compilados e liberados por estudantes, turmas e escolas para consulta dos professores e gestores escolares, para que seja desenvolvido o plano de recuperação desses estudantes denominado de Intervenção Pedagógica.

Para atender aos objetivos desta pesquisa foram examinadas as Avaliações Diagnósticas, de Língua Portuguesa e de Matemática, de todos os anos de escolaridade das escolas pertencentes à Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B[5]. Analisando primeiro a quantidade de questões por prova de cada ano de escolaridade e por conteúdo, descrito na Tabela 2.

5 A rede de educação do estado de Minas Gerais é dividida administrativamente em 47 Superintendências Regionais de Ensino - SREs que abrangem todas as escolas da rede. A região metropolitana de BH possui 3 SREs denominadas: Metropolitanas A, B e C, que juntam somam quase 500 escolas distribuídas nos mais de 30 municípios da região metropolitana, além de Belo Horizonte.

Tabela 2 – Quantidade de questões por disciplina e ano de escolaridade		
Ano de Escolaridade	Número de questões por conteúdo	
	L Portuguesa	Matemática
3° EF	20	20
4° EF	20	20
5° EF	21	22
6° EF	22	22
7° EF	26	25
8° EF	26	25
9° EF	26	26
1° EM	26	26
2° EM	26	26
3° EM	26	26

Tabela 3 – quantitativo de estudantes que realizaram as avaliações por ano de escolaridade e disciplina		
Ano de escolaridade	L Portuguesa	Matemática
3° EF	3.595	3.598
4° EF	3.598	3.582
5° EF	4.099	3.890
6° EF	7.528	7.723
7° EF	6.030	6.300
8° EF	4.740	5.345
9° EF	4.926	5.182
1° EM	13.260	13.060
2° EM	10.017	9.780
3° EM	8.367	8.670
Total	66.160	67.130

Fonte: SIMAVE/SEEMG,2019

A Tabela 3 apresenta o quantitativo de estudantes que responderam a Avaliação Diagnóstica, detalhado por ano de escolaridade e por disciplina da SRE Metropolitana B. Em alguns casos não há uma correspondência exata entre o quantitativo de estudantes respondentes da disciplina Língua Portuguesa e de Matemática, porque elas são aplicadas em dias distintos e somente para os estudantes presentes na escola no momento da avaliação. Os dados dessas primeiras análises foram de caráter mais quantitativo e apontam que a população pesquisada é bastante robusta.

A próxima etapa de análise, de caráter mais qualitativo, visa analisar o perfil das Avaliações Diagnósticas, observando o ano de escolaridade e a disciplina avaliada, para identificar o Processo Cognitivo e o Nível de Conhecimento, para isto, foram analisados os descritores[6] presentes nas questões das avaliações. O verbo presente na redação do descritor, entregue no Relatório dos Resultados da Avaliação Diagnóstica, neste caso da SRE Metropolitana B, indica qual Processo Cognitivo e qual Nível de Conhecimento estão sendo requeridos, conforme o Quadro I (página 7).

4. PERFIL DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA– PROCESSOS COGNITIVOS

A análise dos Processos Cognitivos, descrito nas Tabelas 3 e 4, apontam a distribuição dos indicadores, das habilidades e competências presentes nas Avaliações Diagnósticas por ano de escolaridade e por disciplina.

6 Os descritores indicam quais habilidades devem ser trabalhadas na disciplina e estão alinhados com a Matriz dos Conteúdos Básicos Comuns – CBC que subsidiam o que os professores devem trabalhar em cada ano de escolaridade.

Tabelas 3 e 4 com distribuição de itens de avaliação por disciplinada

DISTRIBUIÇÃO DE ITENS AVALIAÇÃO DE MATEMATICA							
	PROCESSO COGNITIVO						
Ano	Memorização	Compreensão	Aplicação	Avaliação	Análise	Criação	Total
3o ANO EF	7	7	4	0	0	0	**18**
4 ANO EF	6	6	3	0	0	0	**15**
5 ANO EF	9	5	5	0	0	0	**19**
6 ANO EF	10	1	5	0	0	0	**16**
7 ANO EF	3	5	9	1	1	0	**19**
8 ANO EF	5	1	16	0	0	0	**22**
9 ANO EF	4	2	19	0	0	0	**25**
1 ANO EM	1	2	18	1	0	0	**22**
2 ANO EM	6	3	15	0	0	0	**24**
3 ANO EM	8	1	15	1	0	0	**24**
TOTAL	**59**	**33**	**109**	**2**	**1**	**0**	**204**

DISTRIBUIÇÃO DE ITENS AVALIAÇÃO DE LINGUA PORTUGUESA							
	PROCESSO COGNITIVO						Total
Ano	Memorização	Compreensão	Aplicação	Avaliação	Análise	Criação	
3o ANO EF	12	4	0	0	2	0	**18**
4 ANO EF	11	2	0	0	2	0	**15**
5 ANO EF	10	3	0	0	0	0	**13**
6 ANO EF	9	5	0	0	2	0	**16**
7 ANO EF	0	0	0	0	0	0	**0**
8 ANO EF	2	2	10	0	1	2	**17**
9 ANO EF	3	2	12	0	1	2	**20**
1 ANO EM	3	1	9	0	0	1	**14**
2 ANO EM	6	2	6	0	1	0	**15**
3 ANO EM	2	3	8	0	1	0	**14**
TOTAL	**58**	**24**	**45**	**0**	**10**	**5**	**142**

Fonte: Arquivo pessoal

Na avaliação de *Matemática*, ilustrada na Tabela 3, é possível perceber que os processos cognitivos: memorização, aplicação e compreensão, foram os mais requeridos em todos os anos de escolaridade. Os três últimos processos (mais complexos) tiveram um quantitativo bem inferior em relação aos três primeiros. O esperado seria um crescente dos processos cognitivos dos mais elementares para os mais complexos. Como visto nos primeiros anos de escolaridade, a memorização é o processo cognitivo mais cobrado, seguido pela compreensão. Nos três anos do ensino médio, os processos cognitivos mais esperados seriam avaliação, análise e criação e uma quantidade inferior dos três primeiros processos. Pode-se perceber nas Tabelas que não foi o que apareceu. E sim uma grande quantidade de itens (questões de prova) cobrando a aplicação, principalmente no 8º e 9º anos do ensino fundamental, o que está até dentro do aceitável, em compensação a avaliação com somente 2 itens, análise com 1 item e criação não teve nenhum item.

E na avaliação de Língua Portuguesa, ilustrado na Tabela 4, é possível perceber que os processos cognitivos, memorização, aplicação e compreensão, que são os mais elementares, foram os mais requeridos. Os três últimos processos, que por hierarquia são os mais complexos, tiveram um quantitativo bem inferior em relação aos três primeiros. Como esperado nos primeiros anos de escolaridade, a memorização é o processo cognitivo mais cobrado, seguido pela compreensão. Nos três anos do Ensino Médio, os processos cognitivos mais esperados seriam avaliação, análise e criação devido a idade média dos estudantes e a maturidade cognitiva dos mesmos, por outro lado, uma quantidade bem inferior da memorização, compreensão e aplicação. Pode-se perceber na Tabela 4- que não foi o que aconteceu. E sim, uma grande quantidade de itens (questões de prova) cobrando a memorização e a aplicação com 58 e 45 itens respectivamente. Enquanto que a avaliação não teve nenhum item, análise com 10 e criação tiveram 5.

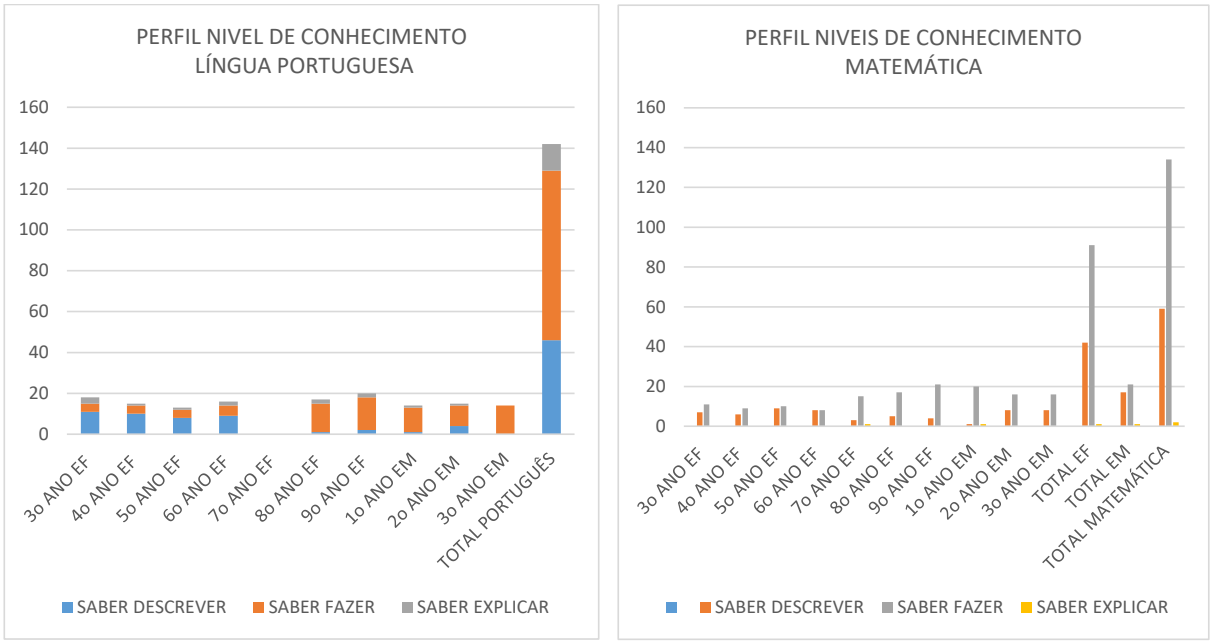
Finalizando a análise dos Processos Cognitivos pode-se perceber que tanto na Avaliação Diagnóstica de Língua Portuguesa, quanto na de Matemática, os Processos Cognitivos mais elementares, foram os mais requeridos. Em Língua Portuguesa a memorização foi o mais utilizado em todos os anos de escolaridade e em Matemática foi a aplicação, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental e em todos os anos do Ensino Médio. O esperado

era que memorização e compressão fosse mais explorado nos anos iniciais do ensino fundamental, avaliação e aplicação nos anos finais do ensino fundamental e análise e criação mais explorados no ensino médio.

5. PERFIL DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA – NÍVEIS DE CONHECIMENTO

A análise dos Níveis de Conhecimento das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática em cada ano de escolaridade está ilustrada nos Gráficos I e II, apresentados a seguir.

Gráficos I e II com a distribuição dos níveis de conhecimento por disciplina



Fonte: Arquivo pessoal

A distribuição dos Níveis de Conhecimento das avaliações de Língua Portuguesa, no Gráfico I, aponta que houve mais prevalência do nível de conhecimento *Saber Fazer* nos anos finais do Ensino Fundamental e em todo o Ensino Médio. O Saber Fazer é um dos Níveis de Conhecimento dos mais elementares. São competências que, em geral, permitem atingir o nível da compreensão e a explicação, pois supõem alguma tomada de consciência dos instrumentos e procedimentos utilizados, possibilitando sua aplicação a outros contextos. Fazem parte desse as seguintes competências cognitivas: classificar, seriar, ordenar, conservar, compor e decompor, fazer antecipações, calcular por estimativa, medir, interpretar.

E nos anos iniciais do Ensino Fundamental a prevalência foi do nível de conhecimento *Saber Descrever*, que envolve essencialmente competências responsáveis pela reprodução de co-

nhecimentos já construídos para o reconhecimento de fatos ou de representações de problemas comuns. Refere-se a operações mentais de repetição por semelhança ou diferença e realiza principalmente operações por correspondência aos dados observáveis. O 7º ano não houve análise por falta de dados.

O nível de conhecimento *Saber Explicar* foi identificado nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesse nível encontram-se ações e operações mentais mais complexas, reflexivas e abstratas que envolvem a utilização de raciocínio hipotético dedutivo. Estas competências tornam possível a aplicação de conhecimentos construídos em situações diferentes e a resolução de problemas inéditos. A análise dos níveis de conhecimento das Avaliações Diagnósticas de Matemática, ilustrada no Gráfico II, aponta que o Saber Fazer aparece em todos os anos de escolaridade com maior prevalência a partir do 7º ano do Ensino Fundamental e nos anos do Ensino Médio. O mesmo aconteceu com o Saber Descrever que apareceu nos anos iniciais do Ensino Fundamental e reapareceu nos 2º e 3º anos do Ensino Médio. Já o Saber Explicar surge em um número muito inferior. Visando ilustrar os argumentos adotados no artigo, abaixo transcrevemos os resultados dos estudantes de 5º e 9º do ensino fundamental e 3º do ensino médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática na Avaliação do tipo Somativa realizada pelo SIMAVE no ano de 2019 para as escolas da rede mineira de educação. Optamos por escolher todas as avaliações do mesmo ano para ter coerência nas argumentações.

Tabela 5 - Padrão de Distribuição por Desempenho

	Língua Portuguesa				**Matemática**			
Ano	Baixo	Interm.	Recom.	Avançado	Baixo	Interm.	Recom.	Avançado
5º EF	10,4	23,4	33,6	32,6	13,4	31,7	36,9	18,1
9º EF	21	46,5	27,1	5,5	30,2	51,7	14,8	3,3
3º EM	37,1	35,5	23,6	3,9	58,5	33,9	4,3	3,3

Fonte: SIMAVE 209/SAE/SB/SEEMG

Como pode ser observado na Tabela 5, com os resultados dos padrões de desempenho aferidos nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, o padrão Baixo vai aumentando exponencialmente do 5º do Ensino Fundamental para o 3º do Ensino Médio. Por outro lado, nos padrões Recomendado e Avançado vão diminuindo do 3º ano do EM para o 5º do EF. Isto porque nos padrões recomendado e avançado cobra-se conhecimentos consolidados. Se as fragilidades no ensino fundamental não são corrigidas no tempo certo elas impedem que os estudantes avancem para os níveis mais hierarquizados e complexos do conhecimento e dos processos cognitivos. Pelo ilustrado na Tabela 5, sugere que a nossa hipótese de pesquisa está confirmada, bem como os argumentos a favor de se trabalhar com a proposta da Taxonomia de Bloom com a hierarquização dos Processos Cognitivos mediante o avanço nos anos escolares

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as análises feitas nas Avaliações Diagnósticas pode-se perceber que, tanto os Processos Cognitivos quanto os Níveis de Conhecimento, presentes nas avaliações são os mais elementares. A proposta da Taxonomia de Bloom era uma hierarquização desses Processos Cognitivos: dos mais elementares para os mais complexos mediante o avanço nos anos escolares. Partindo da consolidação das habilidades de um Processo Cognitivo para os demais. Ou seja, nos anos iniciais do Ensino Fundamental os níveis de memorização e compreensão seriam os mais requeridos até para consolidar os próximos: aplicação e análise nos anos finais do Ensino Fundamental e avaliação e criação no Ensino Médio. Esses Processos Cognitivos hierarquizados devem estar associados à prática docente no planejamento da disciplina (metodologia de trabalho e de avaliação), contemplando as habilidades descritas no Currículo Básico Comum -CBC.

Nossa hipótese de pesquisa foi que se com o foco for mais centrado nos processos mais elementares, os docentes também trabalhariam mais centrados nesses processos e quando os estudantes da rede participarem de avaliações que cobram os processos mais complexos ficam prejudicados por não terem tido esta progressão bem consolidada.

Concluímos que a taxonomia revisada de Bloom favorece uma visão mais ampla do processo de ensino que inclui, não somente a aquisição de conhecimento, mas também a capacidade de usá-lo em situações novas e variadas. A proposta de ensino ideal deveria ser que todo desenvolvimento cognitivo seguisse uma hierarquia de forma que os estudantes fossem capazes de aplicar e transferir os conhecimentos adquiridos. Mas, para que isto efetivamente aconteça é imprescindível o planejamento docente coerente e estruturado, com objetivos bem definidos, bem como das estratégias pedagógicas e dos instrumentos de avaliação, a fim de aferir o que foi aprendido pelos estudantes e traçar a melhor metodologia para recuperar as habilidades não consolidadas. Esclarecemos que a taxonomia revisada de Bloom não pode ser confundida como metodologia de ensino e sim como um instrumento para que educadores possam melhor planejar seus objetivos instrucionais e seu processo de ensino, atuando de forma coerente, visando melhor efetivar o processo de aprendizagem.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOM, B. S. et al. Taxonomy of educational objectives. New York: David Mckay,1956. 262 p. (v. 1)

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERRAZ, A. P. e BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. Gest. Prod., São Carlos, V. 17, nº2, p 421-421, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da Organização do Trabalho pedagógico e da Didática. 7ª Ed. Campinas – SP, Papirus Editora, 1995.

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul. /ago. 1995.

KRATHWOHL, D.R. A Revision of Bloom's Taxonomy: An Overview https://teaching.yale-nus.edu.sg/wp-content/uploads/sites/25/2016/02/A-Revision-of-Blooms-Taxonomy_An-Overview.pdf

LOMENA, M. Benjamin Bloom. Disponível em: <http://www.everything2.com/index.pl?node_id=143987>.Acesso em: 10 de setembro de 2019.

LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

STAKE, R. E. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, Relatório do Resultado da Avaliação Diagnóstica da SRE Metropolitana B. SEE/SIMAVE, 2019.

VASCONCELOS, Celso dos S. Concepção Dialética-Libertadora do processo de Avaliação Escolar. São Paulo, Libertad, 1994.

VAUGHAN, C. A. Identifying course goals: domains and levels of learning. Teaching Sociology, v. 7, n. 3, p. 265-279, 1980.

VERBOS DE AÇÃO

PROCESSO COGNITIVO	NÍVEL CONHECIMENTO	VERBO DE AÇÃO
Criação	Saber explicar	Abstrair
Análise	Saber explicar	Analisar
Compreensão	Saber explicar	Antecipar
Aplicação	Saber fazer	Aplicar
Criação	Saber fazer	Aprimorar
Memorização	Saber descrever	Apontar
Compreensão	Saber fazer	Associar
Análise	Saber explicar	Atribuir
Criação	Saber fazer	Atualizar
Avaliação	Saber explicar	Avaliar
Aplicação	Saber fazer	Calcular
Compreensão	Saber descrever	Caracterizar
Compreensão	Saber fazer	Categorizar
Compreensão	Saber fazer	Classificar
Compreensão	Saber fazer	Comparar
Compreensão	Saber explicar	Compensar
Análise	Saber fazer	Compor
Compreensão	Saber explicar	Compreender
Compreensão	Saber fazer	Conceituar
Análise	Saber explicar	Concluir
Compreensão	Saber fazer	Confrontar
Compreensão	Saber fazer	Conservar
Análise	Saber descrever	Constatar
Aplicação	Saber fazer	Construir
Criação	Saber fazer	Construir
Compreensão	Saber explicar	Contextualizar
Compreensão	Saber fazer	Contrastar
Avaliação	Saber fazer	Coordenar
Análise	Saber fazer	Corrigir
Criação	Saber explicar	Criar
Avaliação	Saber explicar	Criticar
Análise	Saber fazer	Decompor
Compreensão	Saber explicar	Deduzir
Análise	Saber explicar	Demonstrar
Compreensão	Saber descrever	Descrever
Avaliação	Saber descrever	Detectar
Aplicação	Saber fazer	Determinar
Análise	Saber fazer	Diagnosticar
Análise	Saber fazer	Diferenciar

PROCESSO COGNITIVO	NÍVEL CONHECIMENTO	VERBO DE AÇÃO
Análise	Saber descrever	Discriminar
Análise	Saber descrever	Distinguir
Criação	Saber fazer	Elaborar
Aplicação	Saber fazer	Empregar
Compreensão	Saber explicar	Entender
Compreensão	Saber fazer	Equacionar
Análise	Saber descrever	Esboçar
Análise	Saber descrever	Esquematizar
Compreensão	Saber fazer	Estabelecer correspondência
Avaliação	Saber fazer	Estimar
Análise	Saber explicar	Estruturar
Aplicação	Saber fazer	Executar
Compreensão	Saber fazer	Exemplificar
Compreensão	Saber explicar	Explicar
Compreensão	Saber explicar	Extrapolar
Criação	Saber fazer	Fazer
Análise	Saber descrever	Focalizar
Compreensão	Saber explicar	Fundamentar
Criação	Saber explicar	Generalizar
Criação	Saber explicar	Hipotetizar (formular hipótese)
Memorização	Saber descrever	Identificar
Compreensão	Saber descrever	Ilustrar
Criação	Saber explicar	Imaginar
Aplicação	Saber fazer	Implementar
Análise	Saber fazer	Incluir
Análise	Saber descrever	Indicar
Análise	Saber explicar	Induzir
Compreensão	Saber explicar	Inferir
Criação	Saber explicar	Inovar
Análise	Saber fazer	Integrar
Compreensão	Saber explicar	Interpolar
Compreensão	Saber fazer	Interpretar
Avaliação	Saber explicar	Julgar
Compreensão	Saber explicar	Justificar
Memorização	Saber descrever	Lembrar
Memorização	Saber descrever	Listar
Memorização	Saber descrever	Localizar
Análise	Saber descrever	Mapear
Aplicação	Saber fazer	Medir
Criação	Saber explicar	Modelar
Criação	Saber fazer	Modificar

PROCESSO COGNITIVO	NÍVEL CONHECIMENTO	VERBO DE AÇÃO
Avaliação	Saber fazer	Monitorar
Memorização	Saber descrever	Nomear
Compreensão	Saber descrever	Observar
Aplicação	Saber fazer	Operar
Compreensão	Saber fazer	Ordenar
Análise	Saber fazer	Organizar
Compreensão	Saber descrever	Perceber
Análise	Saber fazer	Pesquisar
Criação	Saber explicar	Planejar
Compreensão	Saber explicar	Predizer
Análise	Saber fazer	Problematizar
Criação	Saber fazer	Produzir
Criação	Saber explicar	Projetar
Análise	Saber explicar	Provar
Aplicação	Saber fazer	Realizar
Memorização	Saber descrever	Reconhecer
Memorização	Saber descrever	Recordar
Memorização	Saber descrever	Recuperar
Criação	Saber fazer	Reelaborar
Compreensão	Saber fazer	Relacionar
Compreensão	Saber fazer	Reorganizar
Compreensão	Saber descrever	Representar
Memorização	Saber descrever	Reproduzir
Aplicação	Saber fazer	Resolver
Aplicação	Saber fazer	Retextualizar
Compreensão	Saber fazer	Reunir
Análise	Saber fazer	Selecionar
Compreensão	Saber fazer	Seriar
Aplicação	Saber explicar	Simplificar
Aplicação	Saber explicar	Sintetizar
Aplicação	Saber fazer	Solucionar
Avaliação	Saber fazer	Testar
Compreensão	Saber fazer	Traduzir
Criação	Saber fazer	Transformar
Aplicação	Saber fazer	Usar
Aplicação	Saber fazer	Utilizar
Avaliação	Saber fazer	Verificar

FILOSOFIA E CINEMA: TRABALHANDO COM FILMES FILOSÓFICOS NO ENSINO MÉDIO

Leandro Aparecido Lopes[1]

Resumo:

O presente texto reflete sobre o ensino de Filosofia no Ensino Médio e o trabalho com filmes para a formulação de conceitos pelos alunos dentro das problemáticas filosóficas. É debatido a relação entre Filosofia e Educação e a proposta de uma metodologia para o trabalho com filmes. A possibilidade do emprego do filme como um importante recurso metodológico e didático para a aprendizagem da filosofia no Ensino Médio é discutido durante todo o trabalho, demonstrando a importância de utilizar e abarcar todos os materiais e formas no ensino aprendizado da Filosofia. A metodologia do estudo orienta-se pela pesquisa exploratória e bibliográfica com base em pressupostos teóricos na construção de quadros teóricos como referenciais para a pesquisa.

Palavras-chave: Filosofia e Educação; Cinema e Filosofia; Ensino de Filosofia.

Summary:

The present study reflects on the teaching of Philosophy in High School and the use of films for the formulation of concepts by students within philosophical problematics. The relationship between Philosophy and Education is discussed and a methodology for working with films is proposed. The possibility of using film as an important methodological and didactic resource for learning philosophy in high school is discussed throughout the work, demonstrating the importance of using and embracing all materials and forms in the teaching and learning of Philosophy. The methodology of the study is guided by exploratory and bibliographic research based on theoretical assumptions in the construction of theoretical frameworks as references for research.

Keywords: Philosophy and Education; Cinema and Philosophy; Teaching of Philosophy.

1 Professor de Filosofia e História da Rede Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais. Atualmente diretor da Escola Estadual José Soares de Araújo em Itamogi-MG. Mestrando do PGDPLAT – UFSJ. O texto é resultado das reflexões do curso de Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio realizado em 2018 pela UFSJ.

1. INTRODUÇÃO

O cinema contribui para a experiência das pessoas na "competência para ver", ou seja, uma disposição socialmente valorizada para analisar e compreender a história contada. Para Bourdieu (1996), esta competência depende das experiências culturais, escolares e da afinidade com as artes. Isto significa que, conforme as experiências socioculturais do indivíduo vão sendo vividas e construídas, são dimensionadas as "formas de ver" deste, colocando em destaque os produtos culturais.

O cinema possibilita que a imaginação, associada a emoção, sejam vivenciadas. O caminho percorrido pela "Sétima Arte" permite compreender não somente o passado, mas, principalmente o presente, e, por meio de referências, projetar o futuro utópico ou distópico (BARROS, 2011).

A atividade filosófica se encontra associada principalmente à pesquisa e investigação muito especializada, sendo considerada uma atividade exclusivamente acadêmica, complexa e distante do universo dos discentes. Isto ocorre devido a Filosofia ser vista como uma especialidade da investigação humana. Contudo, dentro do mundo grego antigo, a Filosofia era vista como uma atividade do conhecimento humano.

A Filosofia, como um conjunto de investigações humanas, não deve ser encarada como uma atividade de especialistas no ambiente escolar, mas sim, um modo de conduzir a vida e interpretar o mundo do jovem aluno. Quem se entregava a atividade filosófica procurava não apenas conhecer, mas viver de uma determinada forma, entregando-se ao conhecimento, buscando-o (CERLETTI, 2013). Ao compreender o sentido etimológico da palavra Filosofia: aquele que ama o saber, amigo do saber, o professor de Filosofia, desperta o estudante para o mundo, podendo o conduzir de forma racional e autônoma.

O presente texto se justifica por ser necessário discutir no ambiente escolar o uso de filmes para o enriquecimento dos debates sobre a leitura de mundo e a compreensão do espaço de inserção da escola e dos discentes. Outro motivador é a Lei 13.006/14 que instituiu a exibição de filmes nacionais nas escolas. Os impactos da Lei, permite a comunidade escolar realizar experiências com filmes que muitas vezes não circula nas salas de cinema e nem sempre estão disponíveis nos *streamings.* Também diminui a carência que existe no contato com produções nacionais, com releituras e interpretações da sociedade brasileira.

O texto aqui apresentado utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica e orienta-se pela pesquisa exploratória com base em pressupostos teóricos de autores como Alves (2001), Barros (2011), Brasil (2023), Cerletti (2013), Reina (2014) entre outros, na busca da construção de quadros teóricos como referenciais para a pesquisa. A pesquisa caracteriza-se em uma abordagem qualitativa de forma a realizar uma releitura sobre textos que discutem o ensino de Filosofia, Filosofia e Cinema e uma metodologia para o trabalho com filmes em sala de aula.

O desenvolvimento do texto discute, em 3 tópicos, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção, são discutidos em linhas gerais o fazer filosófico no ensino médio e o papel da Filosofia na educação. A segunda seção discorre a Filosofia e o Cinema, discutindo sobre as possibilidades da sétima arte na sala de aula. A terceira seção apresenta uma proposta metodológica para o uso de filmes na sala de aula.

2. O FAZER FILOSÓFICO NO ENSINO MÉDIO

A filosofia para Ferraro (2013) é uma exigência, necessidade pessoal e social, pois, os filósofos sempre representaram um obstáculo social e contribuíram para a crítica das relações do estado presente. Cerletti (2013) afirma que o conhecimento filosófico é uma relação com o saber e se singulariza em cada pessoa. A filosofa aspira o saber, indagando e tentando responder (e responder-se) às interrogações que (lhe) são significativas.

A filosofia, com frequência, é vista como algo estéreo e inacessível para os que não são especialistas devido as suas ferramentas "inalcançáveis". Por outro lado, as artes, são consideradas mais "próximas" das pessoas. De tal modo, o docente encontra em uma encruzilhada para desmitificar, desmitizar o mundo junto aos discentes, e, necessita buscar uma aproximação da filosofia e suas práticas.

A análise filosófica no ambiente escolar desempenha um papel essencial na (re)construção, (des)materialização e (re)organização de soluções destinadas a cultivar uma consciência crítica nos estudantes, capacitando-os a enfrentar a dominação e a opressão existente nas interações sociais cotidianas. Essas formas de dominação se manifestam através de ideologias, convenções e alienações que permeiam nossa sociedade. Por meio do estudo da filosofia, emerge uma proposta crítica que lança luz sobre as contradições inerentes ao sistema capitalista. No entanto, é fundamental destacar que a abordagem tradicional muitas vezes falha em fomentar a reflexão, tornando imperativo a utilização de métodos pedagógicos mais alinhados com os princípios da reflexão filosófica.

Segundo Gallo (2013, p. 212) "o ensino de filosofia não pode ser abarcado por uma didática geral, não pode ser equacionado unicamente com uma questão pedagógica porque há algo de específico na filosofia". É preciso a construção de "conceitos mundo". O saber filosófico é o hiato entre o não-filósofo e o filósofo. O docente deve fazer-se como não-filósofo e junto com aos discentes, (re)descobrir o ato filosófico. A sala de aula deve ser um laboratório, uma verdadeira "oficina de conceitos", manipulando termos, palavras, construções imaginarias, mundanas e visões. Ao fazer experiências com conceitos, constrói-se significância ao conhecimento do discente, permitindo a edificação de sua visão do mundo a sua volta.

O docente deve cultivar a investigação e a formação filosófica de forma contínua e interdisciplinar, priorizando o pensamento filosófico sobre os temas estudados e (re)ligando-os com o tempo e o espaço. O educando, educador e a escola estão inseridos no universo do discente, sendo preciso criar uma reflexão da prática social, econômica, cultural, ideológica e política próxima a ele.

A Filosofia é marcada pelo "espanto", reflexão que nasce da dúvida, da incógnita. O ser humano consciente da própria ignorância em relação às coisas, se torna amigo da sabedoria, formando assim o seu conceito mundo. Movido pela curiosidade e realidade das coisas, o indivíduo sai em busca da sabedoria. Sem atitude crítica, o ser humano torna-se incapaz de discernir por si mesmo o que é verdadeiro do que é falso. Segundo Platão (2001), a atitude crítica, a base da filosofia, nasce do *Thauma*, ou seja, do espanto, da surpresa, da admiração em relação às coisas. A reflexão filosófica não se contenta com explicações simples ou imediatas, mas busca a raiz dos problemas, sendo sistemática de forma a alcançar as leis gerais que estruturam a realidade.

O docente de filosofia encontra três Eixos para realizar a discussão filosófica em sala de aula: o Histórico, Temático e o Eixo Problemático (CERLETTI, 2013). No Eixo Histórico, os conteúdos de filosofia seguem uma cronologia histórica. Contudo, os riscos do ensino se tornarem enciclopédico, repetindo nomes de filósofos, pensamentos e datas sem reflexão, leva ao detrimento do exercício filosófico como atividade, não potencializando no educando o senso crítico e autônomo perante o mundo.

No Eixo Temático são trabalhados pelo professor temas de natureza filosófica, como a liberdade, a morte, o trabalho, a política, entre outros. Pode-se utilizar uma abordagem histórica, de forma a apresentar o conceito e seu desenvolvimento. Este eixo aproxima da realidade vivenciada pelos discentes, analisando o mundo em que estão inseridos. Desta forma, pode-se refletir as temáticas que os alunos escolhem de forma mais urgente. O docente instiga o estudante a pensar por si mesmo, apoiando-se nos filósofos para construir seu próprio pensamento, utilizando de aulas expositivas, seminários, estudos de textos, pesquisas orientadas, debates em grupo, filmes. Porém, o eixo temático pode reduzir-se a uma transmissão de conteúdos filosóficos, sem uma reflexão ou experiência filosófica pelo discente.

No trabalho com o Eixo Problemático, os conteúdos são organizados de forma a problematizar os temas e conceitos da Filosofia. Ao selecionar temas, elencar conceitos e abordar a história dos pensadores, essa abordagem engloba as duas anteriores, permitindo tanto o acesso aos temas filosóficos mais relevantes quanto à história da filosofia. No entanto, ela também vai além delas, pois torna a filosofia uma ação, uma atividade, já que se organiza em torno do que motiva e impulsiona o filosofar: o problema.

É mais importante vivenciar e experimentar um problema do que simplesmente resolvê-lo. As soluções são geradas pelo próprio problema, através de arranjos de seus componentes singulares. Isso permite que o estudante construa, elenque e estipule uma solução presente no problema por meio de seus componentes. A cada experimentação singular do problema,

novas soluções podem ser geradas. É a multiplicidade e a valorização da vivência do estudante, da visão de mundo sendo construída e reformulada. A aprendizagem é um processo contínuo e dinâmico, sendo o estudante protagonista de sua própria jornada educacional.

Essa experiência é necessariamente singular, assim como os componentes do conceito e do problema. O ato de pensar gerado não se resume à sua repetição ou reconhecimento, pois não se trata de uma imagem dogmática do pensamento, mas sim de um pensamento sem imagem.

Discutir filosofia no ambiente escolar é uma maneira eficaz de ajudar o discente a compreender os problemas que deram origem aos conceitos filosóficos. Ao experimentar os problemas como uma experiência sensível, os alunos são mobilizados e instigados a pensar por si mesmos. Isso abre caminho para o desenvolvimento do pensamento próprio, que é estimulado pela experiência do problema.

Ao se debater filosofia na escola, os alunos têm uma valiosa oportunidade para explorar diversas perspectivas e abordagens destinadas à resolução de problemas. Isso não apenas contribui para o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas, mas também fomenta o pensamento criativo e inovador. Além disso, as discussões filosóficas cultivam competências cruciais de comunicação e argumentação, bem como a capacidade de colaborar e trabalhar em equipe. A vivência direta dos problemas como uma experiência sensível é uma abordagem eficaz para envolver os alunos e estimular a formulação de suas próprias reflexões.

3. FILOSOFIA E CINEMA

O cinema tem suas raízes nas práticas de representação visual e fotográficas que foram sendo desenvolvidas a partir do século XIX, e que estão atreladas ao entretenimento. A partir de pesquisas científicas no campo da fotografia e da física, ocorreu o desenvolvimento de instrumentos ópticos capazes de reproduzir movimentos fotográficos. O cinema tem uma história complexa e diversificada, em especial “quanto a descoberta do cinema, enquanto arte e negócio, pois os aparatos que a sétima arte envolve não surgiram de modo repentino” (SOUZA, 2017, p. 4).

As primeiras imagens registradas em filme são creditadas aos irmãos franceses Lumière, Auguste (1862-1954) e Louis (1864-1948), que adquiriram o direito de patente sobre o cinematógrafo, sendo apresentadas no dia 28 de dezembro de 1895 aos frequentadores do Grand Café, em Paris. Esta primeira apresentação teve como propósito divulgar o invento voltado para o entretenimento. Segundo Duarte (2009, p. 21) os inventores não quiseram comercializar o aparelho, decidiram eles mesmos explorá-lo. A imprensa convidada não compareceu na estreia, mas o “boca a boca” permitiu que a novidade se espalhasse e a exibição inicial fosse concorrida.

Na ocasião, os Lumière realizaram a primeira projeção pública de filmes curtos com cerca de 50 segundos cada um, utilizando o equipamento criado por eles e que levaram a plateia de espectadores ao espanto. Entre as películas apresentadas os espectadores apreciaram a saída dos operários de uma fábrica, um bebê sendo alimentado por seus pais, um jardineiro olhando plantas, uma partida de cartas, a demolição de um muro, e, diversos registros da vida cotidiana.

O filme "L'Arrivée d'un train à La Ciotat" (A chegada de um trem na estação) causou grande alvoroço entre os espectadores que, pela primeira vez, assistiam a uma projeção de imagens. A cena do trem surgindo na tela e avançando em direção à câmera, com a imagem da locomotiva aumentando de tamanho, deixou o público atônito. Devido à novidade da experiência, muitos na plateia acreditaram que o trem iria sair da tela e invadir a sala de projeção, atropelando-os.

O cinema desde sua origem é um entretenimento de massa, sendo utilizado para o lazer, mas também como propagador ideológico, em especial entre os conflitos que tomaram corpo na primeira metade do século XX – a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Nesta perspectiva, o cinema foi e continua sendo um potente aparelho de formação ideológica, que se usado de forma inadequado pode resultar em algo catastrófico.

Para Deleuze (1985), o cinema é uma criação que exerce o pensamento de forma criativa e construtiva, pensando o mundo não por escrito, mas por meio das imagens. Conforme Fernandes e Almansa (2020, p. 6), "com o tempo e o trabalho persistente, uma espécie de intimidade se instala entre as crianças, a linguagem, a história e a magia do cinema". A magia criativa, do movimento de Deleuze, proporciona nos educandos a possibilidade de criação de discussões, reinterpretações do mundo por meio das lentes do cinema.

Para o pensador Theodor Adorno, as técnicas cinematográficas não são apenas como uma fetichização da arte, mas também como um instrumento que poderia levar as massas à alienação (STAM, 2003). Ao examinar a artificialidade das narrativas, a construção dos enredos e as emoções evocadas, percebe-se que esses elementos, elaborados por meio de imagens, movimentos e sons, tinham a intenção de instrumentalizar o cinema com propósitos ideológicos, a serviço da indústria cultural e do capital alienante. Isso ficou particularmente evidente durante o Terceiro Reich, quando Paul Joseph Goebbels, o ministro da propaganda do Partido Nazista, empregou o cinema de maneira incisiva para mobilizar os alemães em favor da causa nazista. Nesse período, surgiram diversas obras cinematográficas que ilustram essa manipulação ideológica, como "O Eterno Judeu" (1940), dirigido por Fritz Hippler, que propagou uma imagem extremamente negativa do povo judeu, e "O Triunfo da Vontade" (1935), dirigido por Leni Riefenstahl, que construiu uma narrativa enaltecendo Adolf Hitler e a causa nazista.

O cinema, ao longo de sua história foi utilizado como meio político e ideológico, mas constitui um excelente instrumento de crítica social. Em diversos países, inclusive no Brasil, ocorreu o desenvolvimento de movimentos cinematográficos que construíam uma crítica política, social, cultural e econômica frente ao cenário vivenciado pela população (STAM, 2003). No caso do Brasil, o chamado Movimento Cinema Novo Brasileiro, os filmes, estavam carregados de crítica social, o que é contraditório ao movimento ao cinema mundial dos anos de 1950 e 1970 que tinha um apelo comercial.

O filme não é um "sujeito" inanimado como qualquer objeto, pois, a história contada pode ganhar outra dimensão, como um caráter ideológico. O cinema com apelo comercial, como no caso estadunidense, recorre ao caráter alienador das massas, por meio de um entretenimento sem um propósito de reflexão crítica, de discussão ideológica, política, econômica ou cultural (REINA, 2014).

O cinema desenvolve, como um tipo específico de arte, um processo de aprendizagem que é mobilizado por meio dos sentimentos e da afetividade, pois, permite diferentes formas de perceber e estar no mundo. Compreensão e apreensão sobre a realidade é instigada a uma ressignificação com a narrativa fílmica. Este processo permite uma reelaboração de ser e estar na sociedade, de "imaginação criativa" e de rompimentos de paradigmas.

Refletir sobre o ensino de Filosofia, é compreender a necessidade de conectar às indagações da experiência cotidiana, e, com base nelas, construir os conceitos e os princípios do pensamento filosófico. Esse movimento fundamental, promove a indagação e o estranhamento diante dos atos, sentidos e ideias corriqueiras perante a percepção imediata e a vivência mais comum. Essa perspectiva supera a noção de Filosofia como conhecimento erudito e distante das preocupações mundanas, dos anseios individuais e dos conflitos sociais. O ensino de filosofia, pressupõe um vínculo indissociável com o mundo ao nosso redor e, assim sendo, associa-se às demais disciplinas com as quais os alunos entra em contato durante o Ensino Médio. Trabalhar com filmes, permite a imaginação, e, com a vivência dos discentes, a formação de uma interpretação e aquisição de posicionamento perante a indústria cultural.

Os Três Eixos de trabalho em sala de aula da filosofia, que permitem o uso de filmes, são ferramentas valiosas para o ensino. O Eixo Histórico oferece uma contextualização sócio-histórica do filme, possibilitando um trabalho interdisciplinar com disciplinas como História, Geografia e Sociologia. O Eixo Temático abrange os grandes temas da Filosofia, promovendo a interdisciplinaridade. O Eixo Problemático, por sua vez, segue o estilo da Maiêutica, favorecendo o desenvolvimento por meio do diálogo e argumentação. Utilizando as regras lógicas do pensamento e mantendo a coerência, esses eixos auxiliam na construção de uma educação mais adequada, voltada para a formação de indivíduos críticos e autônomos.

A função educativa da Filosofia é desenvolver no jovem uma atitude investigativa, ou seja, fazer uma profunda análise do mundo, de si próprio e do ser humano em geral e ainda desenvolver a razoabilidade (capacidade de produzir acordos, consensos sobre uma verdade, mesmo que provisórios, apesar de termos interesses e condições socioculturais diversas), mantendo, assim, uma situação de diálogo, livre de coerção e apesar da diversidade (CARVALHO, 2013).

> Na educação vivemos uma valorização excessiva das notas, dos números, da quantidade de atividades, do consumo de ideias, da estabilidade dos resultados e da rapidez, em detrimento de dar-se às experiências, de compreender e acolher a experiência desde sua relação com a vida e o mundo, de demorar-se, abrir-se, expor-se, criar (FERNANDES E ALMANSA 2020, p. 6).

A Filosofia, como um ato educativo, é a busca pela essência do saber e pela construção de uma compreensão da realidade. É fundamental que o professor promova a reflexão e o debate em sala de aula, evitando discursos justificatórios impostos e vazios. O educador deve estar atento aos determinantes econômicos e sociais que impedem a teorização pedagógica e reproduzem uma escola de relações entre dominantes e dominados. É preciso engajar a escola em uma perspectiva transformadora.

O cinema criou uma linguagem para contar as inúmeras narrativas do mundo, fazendo parte do imaginário das pessoas. São diversos olhares, formas de pensar, agir e sentir. Como Barthes (2011, p. 19) afirma:

> a narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopéia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura, no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, na conversação

As narrativas e imagens presentes em nossas culturas, sendo reafirmadas e fornecidas pela mídia. Com os mitos, lendas, histórias entre outros recursos que são trabalhados pelo cinema, constituímos uma cultura industrial que se organiza com base no modelo de produção de massa.

4. METODOLOGIA PARA FILMES

O Educador ao repensar o processo de construção da identidade profissional, com vistas a atuar de forma mais significativa no processo de ensino-aprendizagem, tem a possibilidade de orientar, acompanhar, instruir através da tecnologia, sem se esquecer de que todo instrumento tecnológico deve estar a serviço do ser humano, na promoção de seu crescimento em todas as suas possibilidades e limitações.

De acordo com Moran (2000), cada professor pode encontrar sua própria maneira de integrar as novas tecnologias e os procedimentos metodológicos. No entanto, além de aprender a explorar todas as possibilidades oferecidas pelas tecnologias, é igualmente importante que o educador domine as formas de comunicação interpessoal, grupal e audiovisual-telemática.

O professor tem à sua disposição diversas metodologias para enriquecer o ensino, e uma delas é o uso de filmes. No entanto, é fundamental compreender que o filme não deve ser simplesmente empregado como um recurso para ilustrar ou chamar a atenção para um problema. Em vez disso, ele deve ser encarado como um objeto conceitual com a capacidade de estimular a reflexão dos alunos em relação a conceitos e até mesmo de promover a criação de novos conceitos por meio da análise filosófica aplicada ao cinema. Dessa forma, os filmes podem desempenhar um papel semelhante ao dos textos filosóficos na estimulação do pensamento crítico e na expansão do repertório conceitual dos estudantes.

O uso de filmes permite abordar problemas complexos de maneira simples e dinâmica por meio das imagens. No entanto, é importante ressaltar que o filme não deve ser usado de maneira aleatória ou indiscriminada. Em vez disso, deve ser adaptado ao contexto educacional. Ele não substitui uma lição, mas deve ser visto como um meio educacional para enriquecer o processo de aprendizagem (REINA, 2014).

Barros (2011, p. 193) afirma que

> Uma metodologia adequada à análise fílmica necessita ser complexa. Deve tanto examinar o discurso falado e a estruturação que se manifesta externamente sob a forma de roteiro e enredo, como analisar os outros tipos de discursos que integram a linguagem cinematográfica: a visualidade, a música, o cenário, a iluminação, a cultura material implícita, a ação cênica – sem contar as mensagens subliminares que podem estar escondidas em cada um destes níveis e tipos discursivos, para além do subliminar que frequentemente se esconde na própria mensagem falada e passível de ser traduzida em componentes escritos.

Para uma análise fílmica adequada, é necessário considerar vários aspectos da linguagem cinematográfica. Além do discurso falado e da estruturação do roteiro e enredo, outros elementos como a visualidade, a música, o cenário, a iluminação, a cultura material implícita e a ação cênica devem ser analisadas. A existência de mensagens subliminares escondidas em cada um desses níveis e tipos discursivos, incluindo na própria mensagem falada, também

deve ser levada em conta. Uma análise fílmica completa deve levar em consideração todos esses aspectos para compreender plenamente o filme. Isso pode ser útil ao discutir a importância de uma abordagem abrangente na análise de filmes em sua tese. Além disso, o uso de filmes na sala de aula deve ser uma atividade colaborativa de análise e construção. Professor e alunos devem não somente assistir ao filme, mas também construir uma análise comparativa com o conteúdo estudado por meio das imagens, sons, discursos e ideologias expostas.

Fonseca (2016), citando Pacheco (2016, p. 92), afirma que o cinema como instrumental serve para ilustrar as aulas, mas não podemos reduzir o seu papel e suas potencialidades, pois, "o cinema é um projeto, que engloba diferentes e infinitos projetos. Através da visualização de um filme pelos educandos, o educador pode estimular muitas práticas, reflexões e trabalhar sentimentos. (...) Didatizar ou 'escolarizar' o cinema é compartimentar o incompreensível".

De acordo com Reina (2014), o trabalho com filmes pode ser dividido em três etapas distintas: a Apropriação (que envolve a exibição do filme), a Ressignificação (que se concentra no debate e na discussão das ideias e conceitos visuais presentes no filme) e a Reapropriação (que implica na criação de uma nova concepção e compreensão, a partir da reflexão sobre os conceitos e ideias discutidos após a exibição do filme).

Contudo, Lima *et. al.* (2021, p. 316) assevera que é preciso diferenciar a experiência cinematográfica e seu vínculo com a realidade,

> pois na esfera científica, há um compromisso em sustentar uma correspondência entre suas proposições e o comportamento de sistemas naturais, históricos e sociais. Ao contrário disso, as narrativas ficcionais não têm limites para o processo criativo, podendo gerar situações que deturpam a ordem dos fenômenos naturais e, por isso, seriam impossíveis na realidade concreta.

Na Apropriação, deve-se preparar para a exibição do filme, com um breve comentário sobre a obra fílmica, pois, durante a exibição do filme, o aluno irá se apropriar dos conceitos para a Ressignificação, onde, em um debate, todos terão a oportunidade em discutir a obra fílmica e os conceitos presentes, já estudados previamente, e com a exibição do filme, discutidos. Na Reapropriação, professor e alunos, de acordo com a discussão e a "experiência mundo" poderá ter uma ressignificação para cada um.

Trabalhar com filme na escola, é preciso que exista o envolvimento e a consciência de que se vai lidar com o inesperado e o conflito, pois em cada um de nós, educadores e educandos, temos portanto, outras experiências. Ao utilizar o filme, é preciso que busque "extrapolar o tema estudado" em suas possibilidades, construindo um ambiente escolar diverso, plural, onde o direcionamento do professor procure um contexto e respeitoso.

O cinema é um meio dinâmico de apropriação da informação e estreitamento de relações interpessoais. Ele proporciona conhecimentos e saberes através da interação com o outro e com o mundo. Além disso, desempenha um papel importante ao proporcionar contato, mesmo que virtual, com a beleza e a arte, aproximando e conectando o espectador a um

universo de informações, cores e imaginações. O cinema mostra-se como uma ferramenta poderosa para adquirir conhecimento e estabelecer conexões interpessoais.

A escolha do filme que será utilizado na sala de aula, deve ser cuidadosa e elaborada, pois, a discussão que se desenvolverá em seguida a exibição, deve trazer em sua trama, provocações que "possibilitam uma análise e reflexão mais rica e com mais possibilidades" (Alves, 2001, p. 93).

O cinema contribui na formação social das pessoas. Os filmes, ainda, têm múltiplas informações: trama principal, discursos, psicologia dos personagens, cenários, contextos históricos e políticos que vem carregados de ideologias, lutas sociais, tramas entre personagens e poder.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como Chauí afirma, "como o livro, o cinema tem o poder extraordinário, próprio da obra de arte, de tornar presente o ausente, próximo o distante, distante o próximo, entrecruzando realidade e irrealidade, verdade e fantasia, reflexão e devaneio." (CHAUÍ, 2001). Por meio dos filmes, entra-se em contato com uma realidade (re)imaginada, (re)pensada, (re)visitada, e, junto do discente, em um diálogo filosófico, produz os "conceitos mundo". Ao conduzir o debate, o docente, por meio da "Maiêutica Socrática", permite uma compreensão mais próxima da vivência do aluno.

Ensinar Filosofia no Ensino Médio é uma arte. O professor tem acesso a uma série de metodologias e métodos, mas com uma juventude cada vez mais conectada, é preciso buscar formas de atingir os objetivos estabelecidos na Lei n. 9.394/96, em seu artigo 35, inciso III, "o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico" (BRASIL, 2023).

A proposta do uso de Filmes no Ensino Médio visa auxiliar aos professores de como trabalhar os mais variados tópicos filosóficos. O cinema é um "agente histórico", como uma representação do mundo e que acaba de instigar e/ou interferir na imaginação e pensamentos por diversas maneiras – pela formação de opinião pública, influências na construção cultural ou ideológica (REINA, 2014).

A obra de Goldschmidt, intitulada "Tempo Histórico e Tempo Lógico", ocupa um lugar de destaque devido à sua importância na abordagem da leitura e interpretação de textos filosóficos. Desde seu início, o autor ressalta a necessidade de compreender o contexto histórico que envolve a produção textual, conectando a obra às ideias, ao contexto e à motivação que a originaram. Essa abordagem é essencialmente dialética, o que significa que o discurso filosófico se constrói por meio de movimentos sucessivos, que geram teses que podem ser formuladas, abandonadas ou superadas ao longo do tempo. Esse processo de

transição de uma tese para outra constitui o que Goldschmidt denomina de “tempo lógico”. Em uma análise estruturalista, o autor busca reconstruir o sentido e o significado de um texto, considerando-o como um produto do seu próprio período histórico, com todas as suas nuances e estruturas sociais. Portanto, ele é visto como um reflexo do tempo e da época em que foi concebido.

Como afirma o pensador Douailler (apud GALLO, 2013, p. 206), a filosofia é sempre um “(re) começo”. O ato de filosofar nos proporciona a constante oportunidade de reconsiderar, refletir sobre o que é dito e o que permanece não dito. Na filosofia, temos o luxo de nos permitir o “e se...”, o que nos permite elaborar conjecturas, imaginações e formulações teóricas acerca da natureza humana e de sua experiência no mundo. Embora não tenhamos a capacidade de oferecer respostas definitivas a todas as questões fundamentais da filosofia, podemos traçar trilhas que nos levam a explorar diversas vertentes do pensamento.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Adélia. Filmes na escola: uma abordagem sobre o uso de audiovisuais (vídeo, cinema e programas de TV) nas aulas de Sociologia do ensino médio. UNICAMP: Campinas, 2001. Dissertação (mestrado).

BARROS, José D’Assunção. “Cinema e história: considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas.” Comunicação & Sociedade, Ano 32, n. 55, jan./jun. 2011.

BARTHES, Roland. Análise estrutural da narrativa. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BRASIL. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 02 de set. de 2023.

CARVALHO, Marcelo. CORNELLI, Gabriele. Ensinar filosofia: volume 2. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.

CERLETTI, Alejandro A. A Formação Docente no Ensino de Filosofia. In. Filosofia e Formação. Cuiabá: Central de texto, 2013. Vol 1.

CHAUÍ, Marilena. Universo das artes. In: CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 12 ed. São Paulo: Ática, 2001.

DELEUZE, G. Cinema 1: A Imagem-Movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

DUARTE, Rosália. Cinema & Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FERNANDES, Rosana; ALMANSA, Sandra. A Aula, O Cinema: Exercício E Invenção. Saberes Y Prácticas: Revista De Filosofía Y Educación, v. 5, n. 2, 2020

FERRARO, Giuseppe. Nem ser, nem não-ser: um diálogo entre Parmênides e Nagarjuna. In: Andityas Soares de Moura Costa Matos. (Org.). Filosofias gregas e orientais: A radicalidade das origens e o desafio do diálogo atual. Belo Horizonte: Initia Via, 2013.

FONSECA, Mirna Juliana Santos. Cinema na escola pra quê? Educação e Cultura Contemporânea, v. 13, p. 32-55, 2016.

GALLO, Sílvio. O ensino de Filosofia e o pensamento conceitual. In: CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele. Ensinar filosofia. v. 1. Cuiabá: Central de Texto, 2013.

GOLDSCHMIDT, V. Tempo lógico e tempo histórico na interpretação dos sistemas filosóficos. In: A religião de Platão. Trad. Ieda e Osvaldo Porchat. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

LIMA, Guilherme Da Silva; PAGLIARINI, Cassiano Rezende; AGUIAR JR., Orlando Gomes. Ciência, Arte e Filosofia: Mobilizando Discursos no Uso Educativo do Cinema numa Atividade Não Formal. Investigações em Ensino de Ciências, v. 26, n. 1, p. 305-323, 2021.

MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PLATÃO. Teeteto. Tradução Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora UFPA, 2001.

REINA, Alessandro. Filosofia e cinema: o uso do filme no processo de ensino-aprendizagem da filosofia. Dissertação (Dissertação em filosofia) – UFPR. Curitiba, 2014.

SOUZA, Thiago Cavalcante de. Desenvolvimento e cultura: breves considerações sobre a formação histórico-econômica da indústria cinematográfica. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2017, Niterói. Anais. Niterói: ABPHE, 2017. v. 12. p. 1-15.

STAM, Robert. Introdução à Teoria do Cinema. Campinas, Papirus, 2003.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO, DESAFIOS DA REGULAÇÃO

Luciano Sathler Rosa Guimarães[1]

Resumo:

Na chamada *Era da Inteligência Artificial*, é preciso reimaginar a escola hoje e estabelecer imediatamente os caminhos de sua mudança, para construir um futuro também específico e coletivamente elaborado, que tenha como fundamentos a justiça social e o bem comum. Os modelos educacionais tradicionais, ainda predominantes, refletem a sociedade, o mundo do trabalho e a tecnologia existente no Século XVII. Não era economicamente viável ter um professor para cada estudante, disponibilizar uma biblioteca em cada casa, ou um material didático exclusivo para cada aluno. Hoje, com a Inteligência Artificial (IA), isso já é possível. À medida que as tecnologias de IA se tornam predominantes, a regulamentação e a elaboração de diretrizes de certos aspectos das próprias ferramentas são essenciais para garantir a sua utilização ética e responsável.

Os professores devem ser incluídos nessa construção de um marco regulatório. A nosso ver, é recomendável que cada Conselho Estadual de Educação se adiante para elaborar diretrizes com orientações de uso da IA nas escolas e instituições de ensino superior. Afinal, será necessário que diferentes perfis de estudantes e professores possam ser conscientizados, bem como ensinados a usarem e a desenvolverem IA, para se evitar que a população se torne apenas composta por usuários passivos dessas tecnologias.

1 *Doutor em Administração pela FEA/USP. Membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. Membro do Conselho Deliberativo do CNPq. Membro do Conselho de Educação e Treinamento da FIEMG. Membro do Conselho Científico da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED. Vice-Presidente de Soluções Educacionais da SUCESU Minas. CEO da CertifikEDU Microcertificações com Blockchain e Inteligência Artificial (http://blog.certifikedu.com)*

Abstract:

In the so-called Age of Artificial Intelligence, it is necessary to reimagine the school today and immediately establish the paths for its change, to build a future that is also specific and collectively elaborated, which is based on social justice and the common good. Traditional educational models that are still prevalent reflect society, the world of work and existing technology in the 17th century. It was not economically viable to have a teacher for each student, to provide a library in each house or to have exclusive teaching material for each student. Today, with Artificial Intelligence, this is already possible. As AI technologies become more prevalent, regulation and policy making of certain aspects of the tools themselves are essential to ensure their ethical and responsible use. Teachers must be included in this construction of a regulatory framework. In our view, it is recommended that each State Board of Education move forward to develop guidelines with guidelines for the use of AI in schools and higher education institutions. After all, it will be necessary for different profiles of students and teachers to be made aware of, as well as taught to use and develop AI, to prevent the population from becoming just passive users of these technologies.

Palavras-Chave: Inteligência Artificial. Inovação Educacional. Competências Digitais.

1. INTRODUÇÃO

A inteligência Artificial (IA) é a nova energia elétrica.

Essa frase tem sido repetida por especialistas em todo o mundo para tentar tangibilizar o impacto dessas tecnologias, que inauguram um novo paradigma científico, laboral e da convivência na sociedade. Assim como a energia elétrica alterou profundamente os meios de produção, a economia e os hábitos, a Inteligência Artificial vem alterar ainda mais rápida e profundamente o Mundo do Trabalho e as relações sociais.

Na chamada ***Era da Inteligência Artificial***, a proposta a ser discutida é reimaginar a escola hoje e estabelecer imediatamente os caminhos de sua mudança, para que se construa um futuro também específico e coletivamente elaborado, que tenha como fundamentos a justiça social e o bem comum.

Antes de termos conseguido alcançar sequer o preconizado no ***Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova***, de 1932, vemo-nos diante de uma transformação profunda e acelerada, intensiva em tecnologia, que leva a humanidade a um ponto inédito em sua história, graças à convergência da computação e à conectividade com a biologia.

Anísio Teixeira e seus companheiros que assinaram o Manifesto já consideravam que a educação deveria sempre utilizar em seu proveito o que há de mais moderno em termos de tecnologia.

> *"Mas, ao mesmo tempo que os progressos da psicologia aplicada à criança começaram a dar à educação bases científicas, os estudos sociológicos, definindo a posição da escola em face da vida, nos trouxeram uma consciência mais nítida da sua função social e da estreiteza relativa de seu círculo de ação. Compreende-se, à luz desses estudos, que a escola, campo específico de educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas "uma instituição social", um órgão feliz e vivo, no conjunto das instituições necessárias à vida, o lugar onde vivem a criança, a adolescência e a mocidade, de conformidade com os interesses e as alegrias profundas de sua natureza. A educação, porém, não se faz somente pela escola, cuja ação é favorecida ou contrariada, ampliada ou reduzida pelo jogo de forças inumeráveis que concorrem ao movimento das sociedades modernas.*
>
> *Mas, além de atrair para a obra comum as instituições que são destinadas, no sistema social geral, a fortificar-se mutuamente, a escola deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possível,* ***todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio****, com que a ciência, multiplicando-lhe a eficácia, acudiu à obra de educação e cultura e que assumem, em face das condições geográficas e da extensão territorial do país, uma importância capital. À escola antiga, presumida da importância do seu papel e fechada no seu exclusivismo acanhado e estéril, sem o indispensável complemento e concurso de todas as outras instituições sociais, se sucederá a* ***escola moderna aparelhada de todos os recursos*** *para estender e fecundar a sua ação na solidariedade com o meio social, em que então, e só então, se tornará capaz de influir, transformando-se num centro poderoso de criação, atração e irradiação de todas as forças e atividades educativas* (TEIXEIRA, 1932, os grifos são nossos).

A escola concebida no Século XVIII foi definida em um tempo, no espaço e na sua forma de organização. É o modelo ainda predominante nos dias de hoje. Nela, os estudantes são agrupados por idade e em diferentes níveis para serem instruídos por adultos. Os professores, ao contrário dos profissionais, em muitas ocupações que privilegiam o intelecto, não estão no comando e têm pouca autonomia. A escolaridade e o processo de aprendizagem são concebidos como instrução. O paradigma subjacente é o do ensino, e não o da aprendizagem. Não existiam ainda as neurotecnologias, que abriram possibilidades inéditas de conhecer mais sobre os processos físicos e fisiológicos relacionados à aprendizagem por meio da neurociência.

Uma das concepções, ainda hoje predominantemente praticada, é a de que todos os estudantes devem aprender os mesmos conteúdos, ao mesmo tempo, do mesmo jeito e da forma mais passiva e disciplinada possível.

Alunos estudam temas e disciplinas, muitas vezes, desconectados de suas vidas, o que não privilegia a capacidade de analisar e de resolver problemas, de compreender situações complexas, pensar criticamente, ser criativo, ser adaptável, trabalhar com outras pessoas, nem promover as estratégias do aprender a aprender por toda a vida.

Não era economicamente viável, no Século XVII, ter um professor para cada estudante, disponibilizar uma biblioteca em cada casa ou um material didático exclusivo para cada aluno. Hoje, com a IA, isso já é possível.

Estamos na ***Sociedade da Informação***, conceito que ressalta um novo paradigma técnico-econômico que tem como base não mais a transformação proporcionada pela disseminação do acesso à energia elétrica ou da máquina a vapor, que marcaram a ***Sociedade Industrial***, mas a centralidade da informação, cujo volume de produção, armazenamento, velocidade de disseminação e impactos na automação de processos produtivos propiciados pelos avanços tecnológicos afetam, inclusive, a forma como as pessoas aprendem.

A mudança do paradigma do ensino rumo ao paradigma da aprendizagem pede a reformulação dos problemas e soluções modelares relacionados à ação da escola, para que as realizações científicas reconhecidas estejam alinhadas às demandas da ***Sociedade da Informação***.

Incluem-se nessa revolução científica os professores, gestores, equipes administrativas, políticos e tecnocratas formuladores de políticas públicas, pesquisadores, formadores de docentes, estudantes e demais comunidades comprometidas com o *locus* educacional.

Em tempos de convergência digital, as pessoas aprendem, de formas diferentes, a onipresença das telas no cotidiano; e a atenção crescente dada aos conteúdos e interações, que aquelas proporcionam, mudam a maneira como o cérebro percebe e processa a informação.

Nesse contexto, é plausível imaginar que o advento da internet, das redes sociais, dos *games* e as mudanças na indústria do entretenimento, geradas pela convergência digital, impactem o aprender, tanto com efeitos positivos quanto negativos. Todas essas tecnologias passam a ser diretamente transformadas com a chegada da *Inteligência Artificial Generativa*.

2. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Os programas de inteligência artificial generativa (IA) despertaram a atenção do público no final de novembro de 2022, com o lançamento do ChatGPT, que se tornou o aplicativo de crescimento mais rápido da história.

Com o poder de imitar as capacidades humanas para produzir resultados como texto, imagens, vídeos, música e códigos de software, as aplicações de IA causaram agitação, no momento em que o entusiasmo em torno dessas tecnologias parecia diminuir nos últimos anos.

A IA está presente em nosso cotidiano há muito tempo. Fazer pesquisa em um buscador online, usar um transporte ou pedir comida por um aplicativo, interagir com televisão que se conecta à internet, maratonar filmes ou séries em um serviço de *streaming* são alguns exemplos da presença da Inteligência Artificial nos nossos lares e escritórios.

Essas amplas capacidades de processamento de informação e produção de informação têm potenciais implicações de grande envergadura para a educação, uma vez que reproduzem o pensamento de ordem superior que constitui a base da aprendizagem humana.

À medida que as ferramentas de IA são, cada vez mais, capazes de automatizar alguns níveis básicos de escrita e criação de obras de arte, forçam a elaboração de políticas públicas e de diretrizes de uso nas instituições educacionais a partir das implicações na construção de conhecimento.

É preciso revisitar o que devemos aprender, as razões pelas quais aprendemos e como a aprendizagem acontece, considerações críticas para a educação nesta nova fase da era digital.

De acordo com a Unesco (2023, p. 8), a *Inteligência Artificial Generativa* é uma tecnologia de IA que gera conteúdo automaticamente em resposta a *prompts* escritos em interfaces de conversação em linguagem natural.

A invés de simplesmente fazer a curadoria de páginas existentes da *web*, aproveitando o conteúdo existente, a *Inteligência Artificial Generativa* produz um novo conteúdo, que pode estar em formatos que abrangem todas as representações simbólicas do pensamento humano: textos escritos em linguagem natural, imagens (incluindo as de fotografias até pinturas digitais e desenhos animados), vídeos, músicas e códigos de software.

A *Inteligência Artificial Generativa* é treinada com dados coletados de páginas da *web*, conversas em redes sociais e outras mídias *online*. Gera seu conteúdo ao analisar estatisticamente as distribuições de palavras, *pixels* ou outros elementos nos dados que processou, ao identificar e repetir padrões comuns.

Embora a *Inteligência Artificial Generativa* possa produzir novos conteúdos, não pode gerar novas ideias ou soluções para desafios do mundo real, uma vez que não compreende os objetos do mundo real ou as relações sociais que sustentam a linguagem.

Por mais que possa ajudar professores e investigadores a gerar textos úteis e outros resultados para apoiar o seu trabalho, não é necessariamente um processo simples. Podem ser necessárias várias iterações de um *prompt* antes que o resultado desejado com a IA seja alcançado. Uma preocupação é que as crianças e os jovens estudantes, por serem, por definição, menos especializados do que os docentes, possam, sem saber e sem envolvimento crítico, aceitar resultados que sejam superficiais, imprecisos ou mesmo prejudiciais.

Ainda que a *Inteligência Artificial Generativa* possa aumentar as capacidades humanas na realização de determinadas tarefas, é preciso ampliar a formação, a conscientização e a cidadania das pessoas para que essas possam participar mais ativamente do controle democrático das empresas que dominam o desenvolvimento e comercialização nos segmentos de IA.

Isso levanta a questão da regulamentação, em particular no que diz respeito ao acesso e utilização de dados nacionais, incluindo dados sobre instituições e indivíduos locais, bem como dados gerados no território dos países.

É necessário um arcabouço legal apropriado para que as agências governamentais locais possam obter formas de supervisionar e responsabilizar o uso dessas tecnologias para garantir a sua governança como um bem público.

Os pesquisadores, professores e alunos devem estar conscientes da falta de regulamentação adequada que proteja a propriedade intelectual e a privacidade de instituições e indivíduos, para que respondam às questões legais desencadeadas pela *Inteligência Artificial Generativa*.

É preciso estar ciente de que os sistemas de *Inteligência Artificial Generativa* funcionam como caixas pretas, incompreensíveis para os usuários, e que, consequentemente, é difícil, se não impossível, saber por que razão é que determinado conteúdo foi criado.

A falta de explicação de como os produtos são gerados tende a prender os usuários na lógica definida pelos parâmetros desenhados nas plataformas utilizadas, que podem refletir valores e normas culturais ou comerciais específicos que distorcem implicitamente o conteúdo produzido.

Cabe aos desenvolvedores e fornecedores de modelos de *Inteligência Artificial Generativa* terem a responsabilidade primária de abordar continuamente os preconceitos nos conjuntos de dados e resultados desses modelos.

No entanto, os usuários precisam saber que a saída do texto representa apenas o mais comum ou visão dominante do mundo no momento em que os seus dados de formação foram produzidos e que alguns deles são problemáticos ou tendenciosos, podendo reproduzir, por exemplo, preconceitos racistas, sexistas ou de outros cunhos excludentes.

Além das controvérsias comuns a todos os modelos de *Inteligência Artificial Generativa,* a IA pode ser usada para alterar, manipular imagens ou vídeos existentes para gerar imagens falsas, difíceis de serem distintas das reais. Torna-se cada vez mais fácil a criação desses *deepfakes* e das chamadas *fake news*, bem como a prática de atos antiéticos, imorais e criminosos, como a difusão de desinformação, a promoção do discurso de ódio e a incorporação de ros-

tos de pessoas, sem o seu conhecimento ou consentimento, em filmes totalmente falsos e, por vezes, comprometedores.

3. A ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO

A elaboração de um arcabouço legal para as tecnologias de IA é algo complexo e de grande dificuldade. As maiores empresas que dominam o desenvolvimento e comercialização da IA estão hoje sediadas nos EUA e na China. A velocidade das mudanças tecnológicas é muito mais acelerada do que a capacidade de órgãos legislativos, do Poder Executivo e Judiciário na promulgação e aplicação de leis, decretos e outras regulamentações.

No Brasil, está em tramitação o Projeto de Lei nº 2338, de 2023, por iniciativa da Presidência do Senado Federal. No texto original proposto, a educação mereceu um destaque especial como uma das áreas de alto risco, o que pede uma regulamentação específica pelo respectivo órgão competente.

Isso significa que o Ministério da Educação vai precisar regulamentar o uso da IA, após a promulgação da Lei pelo Congresso Nacional. Destacamos, a seguir, alguns trechos do Projeto de Lei que tocam direta ou indiretamente o tema da educação – os grifos são nossos.

> *"Art. 2º O desenvolvimento, a implementação e o uso de sistemas de inteligência artificial no Brasil têm como fundamentos:*
>
> *X – o acesso à informação e à* ***educação****, e a conscientização sobre os sistemas de inteligência artificial e suas aplicações.*
>
> *Art. 16. Caberá à autoridade competente regulamentar os sistemas de inteligência artificial de risco excessivo.*
>
> *Art. 17. São considerados sistemas de inteligência artificial de alto risco aqueles utilizados para as seguintes finalidades:*
>
> *II –* ***educação e formação profissional, incluindo sistemas de determinação de acesso a instituições de ensino ou de formação profissional ou para avaliação e monitoramento de estudantes.****"* (SENADO FEDERAL, 2023)

Diante da urgência e da complexidade do tema, foi estabelecida pelo Congresso Nacional a *Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil – CTIA*. De acordo com o projeto de lei, o poder público não poderá usar sistemas de inteligência artificial para avaliar e classificar os cidadãos com base no seu comportamento social, ou sua personalidade, para controlar o acesso a bens e serviços públicas.

Já o uso de câmeras para a identificação de pessoas em espaços públicos só será permitido se houver lei federal específica para isso, além de autorização judicial para busca de vítimas de crimes ou pessoas desaparecidas, para a localização de suspeitos de crimes cuja pena máxima de reclusão seja superior a dois anos, ou em situações de crime em flagrante.

Além disso, o projeto já classifica como sendo de alto risco — e, portanto, sujeitos a regras mais rígidas — os sistemas de inteligência artificial que vierem a ser utilizados em determinadas atividades tipicamente governamentais, ou que podem ser realizadas, conforme o caso, tanto pelo poder público como pela iniciativa privada, como: controle de trânsito; gestão de abastecimento de água e eletricidade; acesso à educação e avaliação de estudantes; acesso a serviços públicos; administração da justiça; gestão de serviços de emergência, como bombeiros e assistência médica; investigação criminal e segurança pública; controle de fronteiras; e avaliação individual de risco de cometimento de crimes, de traços de personalidade e de comportamento criminal.

O projeto estabelece normas específicas para a contratação de sistemas de inteligência artificial pelo poder público, além das regras gerais aplicadas a todos os sistemas, como a garantia de correção de erros e vieses e de não discriminação.

Antes de contratar, será obrigatório promover audiências e consultas públicas sobre o uso pretendido e sobre os dados a serem utilizados. Também será obrigatório registrar quem usou o sistema e como, e garantir que os dados provenham de fontes seguras. Conforme o projeto, caso o sistema venha a ser considerado de alto risco e não seja possível eliminar ou mitigar esses riscos, seu uso pelo poder público não será permitido.

A fiscalização e a regulação dos sistemas de inteligência artificial serão responsabilidade de uma autoridade competente a ser indicada pelo Poder Executivo. Caberá a essa autoridade criar as normas de regulamentação da lei, zelar pela proteção aos direitos fundamentais, estimular a adoção de boas práticas no setor e aplicar sanções administrativas no caso de descumprimento da lei.

A autoridade competente prevista no texto também poderá autorizar o funcionamento da *sandbox* regulatória, isto é, do ambiente regulatório experimental, em que os sistemas de inteligência artificial poderão funcionar temporariamente sem ter que cumprir todos as regras legais, com intuito de teste.

À medida que as tecnologias de IA se tornam predominantes, a regulamentação de certos aspectos das próprias ferramentas é essencial para garantir a sua utilização ética e responsável pelos estudantes. Isso inclui privacidade de dados, preconceitos e alucinações e autonomia do educador.

Os professores, com o seu profundo conhecimento das necessidades e vulnerabilidades dos alunos, podem fornecer informações valiosas sobre o estabelecimento de políticas de privacidade de dados. Eles também podem defender a transparência nos sistemas de IA que ajudam os alunos a interpretar criticamente as informações geradas.

A nosso ver, é recomendável que cada Conselho Estadual de Educação se adiante para elaborar diretrizes com orientações de uso da IA nas escolas e instituições de ensino superior, o mais alinhadas possível ao *mens legis* do Projeto de Lei em tramitação.

E que sejam formados comitês com a inclusão de docentes e gestores educacionais para participarem das discussões relacionadas à elaboração dessas diretrizes, o que já cumprirá um papel importante na maior conscientização sobre a IA.

Afinal, será necessário que diferentes perfis de estudantes e professores possam ser conscientizados, bem como ensinados a usarem e a desenvolverem IA, para que se evite que a população se torne apenas composta por usuários passivos dessas tecnologias.

4. REFERÊNCIAS

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº 2338, de 2023. Brasília: Senado Federal, 2023.

TEIXEIRA, Anísio. *et. al*. **O manifesto dos pioneiros da Educação Nova**: A reconstrução educacional no Brasil, ao povo e ao governo. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1932.

UNESCO. **Guidance for generative AI in education and research**. Paris: Unesco, 2023. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386693> acesso em 06/09/2023.

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: POLÍTICAS PÚBLICAS, CENÁRIOS E DESAFIOS

Marcelo da Silva Teixeira[1]

Resumo:

Este percurso discursivo propõe uma breve análise sobre políticas públicas e desafios históricos e contemporâneos da educação. A partir da observação de documentos oficiais, bem como alguns artigos elaborados por várias autoridades em educação. Este texto discute sobre algumas realidades educacionais, como desigualdades sociais e exclusão escolar, verificadas em pesquisas de importância internacional como forma de refletir sobre problemas educacionais brasileiros de outrora e os decorrentes do pós-pandemia da Covid 19 (SARS – CoV – 2/Covid-19). Concluiu que, a educação enquanto política pública complexa possui enorme relevância social, pois, possibilita aos seres humanos uma melhor integração social pela superação da pobreza ou pelo encorajamento na desenvolução de habilidades que permitem expectar e realizar por meio do desenvolvimento de capacidades que habilitam o indivíduo no enfrentamento dos desafios impostos pela vida. Assim, a qualidade na educação se torna tarefa árdua a ser alcançada, mas possível quando tratada com a devida atenção e articulada de forma intersetorial.

Palavras-chave: educação brasileira; políticas públicas; qualidade; desafios; intersetorialidade das políticas públicas.

1 Marcelo da Silva Teixeira, professor na Escola Estadual Antônio Luiz, e-mail: marcelo.silva.teixeira@educacao.mg.gov.br. Professor licenciado em Letras, Pedagogia e Educação Física, especialista em Gestão Educacional e Inclusão e Diversidade. Professor efetivo do Estado de Minas Gerais, mestrando em Educação pela Universidade Vale do Sapucaí – PPGEduCS e bolsista do Projeto Trilhas do Futuro Educadores do Governo do Estado de Minas Gerais.

Resumen:

Este recorrido discursivo propone un breve análisis de las políticas públicas y los desafíos históricos y contemporáneos de la educación. A partir de la observación de documentos oficiales, así como de algunos artículos elaborados por varias autoridades en educación. Este texto discute algunas realidades educativas, como las desigualdades sociales y la exclusión escolar, verificadas en investigaciones de importancia internacional como una forma de reflexionar sobre los problemas educativos brasileños de del pasado y los resultantes de la pos pandemia de Covid 19 (SARS – CoV – 2/ Covid-19). Se concluyó que la educación, como política pública compleja, tiene enorme relevancia social, ya que permite a los seres humanos lograr una mejor integración social superando la pobreza o fomentando el desarrollo de habilidades que les permitan esperar y lograr mediante el desarrollo de capacidades que les permitan el individuo al enfrentar los desafíos de la vida. Así, la calidad en la educación se convierte en una tarea ardua de alcanzar, pero posible cuando se trata con la debida atención y se articula de manera intersectorial.

Palabras clave: educación brasileña; políticas públicas; calidad; desafíos; interseccionalidad de las políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A educação, na perspectiva da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 6º (sexto) faz parte do conjunto de direitos sociais, ou seja, direitos imprescindíveis ao desenvolvimento do cidadão e da nação:

> São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Em consonância com a Carta Magna, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394 de 1996 em seu artigo 1º (primeiro) conceitua educação destacando que:

> A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Ademais, a LDB por meio do seu artigo 2º (segundo) acrescenta que:

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma, é possível notar que os mais variados atores sociais projetam no processo de escolarização suas intenções e expectativas, por se tratar de uma estratégia dedicada ao repasse dos conhecimentos acumulados ao longo do processo de evolução humana e ligados tanto à formação para o exercício do pensamento crítico, quanto ao protagonismo que busca patamares para uma história de vida mais digna, bem como, à garantia do bem-estar social e à estruturação de uma sociedade mais justa e evoluída.

A educação faz parte do conjunto de elementos sociais que permite a evolução pessoal e social, ou seja, na perspectiva de Sen (2010), a educação, pelo conhecimento, amplia as liberdades e essas são necessárias ao ser humano para o seu desenvolvimento e o da sociedade.

A educação brasileira sempre foi uma preocupação e, em vários momentos históricos e atuais, esteve e está presente nas principais discussões, seja no campo das ciências sociais, (antropologia, sociologia, ciência política, etc.), seja nas ciências humanas (filosofia, psicologia, etc.), ou dos grandes discursos políticos partidários que, independente da motivação, deram à educação um lugar de prestígio e ênfase.

É sabido e sempre discutido que a educação concretizada por meio da escola é uma importante estratégia social, pois essa impacta diretamente a vida humana e o modo com o qual a sociedade se estabelece e se transforma. Assim, a educação, enquanto política pública, se tornou em um território rodeado de interesses (povo, governo e iniciativa privada) pelo fato de estar, intrinsecamente, vinculado às relações de poder.

Numa análise sobre o poder e intervenção humana, Raffestin (1993, p.30), estabelece uma diferenciação entre espaço (seja na geografia ou no discurso) e território. O autor destaca que espaço antecede ao território por não existir a ação humana e, "o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder". Assim, a educação (o currículo, a escola, a didática e o processo de ensino e aprendizagem) não é um espaço vazio, pelo contrário, é um território impregnado de humanidade, de interesses e expectativas. Por ser esse território que estrategicamente influencia a trajetória pessoal e social da nação, a elaboração e implementação de políticas públicas se torna tarefa árdua.

Ademais, Libâneo (2016, p. 40) destaca:

> Os dilemas sobre objetivos e formas de funcionamento da escola são reincidentes na história da educação, no mínimo, devido ao fato de as práticas educativas em uma sociedade estarem vinculadas a interesses de grupos e às relações de poder em âmbitos internacional e nacional.

Ademais, a educação, esse território de poder, é entendida como um processo que possibilita aos seres humanos uma melhor integração social, seja pela transformação que decorre do exercício do pensamento crítico, pela profissionalização, pela capacitação para concorrência e melhor posicionamento no mercado de trabalho, pela superação da pobreza, pelo encorajamento na desenvolução de habilidades que permitem expectar e realizar objetivos sociais e pessoais, pelo desenvolvimento de capacidades que habilitam o indivíduo no enfrentamento de outros desafios e/ou concepções impostos pela vida, como reitera Pieri (2018, p.04).

> Contudo, os retornos individuais da educação não são os únicos relevantes para a sociedade. A educação básica gera retornos sociais que justificam investimentos públicos em larga escala nessa etapa. Diversos estudos recentes mostram que uma sociedade mais educada possui maiores taxas de invenção e assimilação de novas tecnologias e agentes econômicos mais produtivos; fatores determinantes para o crescimento econômico de longo prazo.

Desta forma, a função social da educação efetivada ao longo da vida acadêmica, com excepcional atenção na educação básica, é entendida por muitos como uma alternativa capaz de transformar realidades e romper com ciclos de opressão. Ao mesmo tempo que esta função, exercida pela escola, gera esperança, em muitos atores sociais, gera incômodo, preocupação e desconforto, pois ao longo da história desta nação, percebe-se que muitas situações impediram que o Brasil avançasse em um processo de escolarização mais isonômico e equitativo. Após muitos anos de inúmeras discussões sobre educação, a pergunta que não quer calar diante das inúmeras faces do poder sobre essa realidade: será que de fato há interesse em resolver os problemas e desafios próprios da educação pública brasileira?

2. DESENVOLVIMENTO

O Brasil enfrenta há décadas o desafio específico da desigualdade educacional, refletindo em disparidades graves de acesso, permanência e qualidade do ensino entre diferentes grupos sociais e regiões do país. Essas disparidades têm raízes históricas profundas, relacionadas a fatores socioeconômicos, culturais e políticos que perpetuam um ciclo de exclusão e marginalização no sistema educacional. Para Frigotto (2001), essa desigualdade é enraizada em estruturas históricas e políticas que perpetuaram a exclusão educacional de grupos marginalizados.

Além disso, outro desafio crucial tem sido a falta de investimento adequado na educação pública, o que envolve a infraestrutura das escolas, a capacitação dos professores e a qualidade dos materiais didáticos. Para Saviani (2009), a escassez de recursos tem prejudicado a efetivação do direito à educação no Brasil.

Ao analisar o passado e ao deparar com os desafios que estão postos, principalmente após a pandemia da Covid-19, pensar estratégias inteligentes e investir em educação se tornou premissa urgente para que este país progrida internamente como sociedade mais justa, igualitária e desponte ainda mais no cenário internacional. Além de superar os desafios internos, é importante pensar em uma educação que insira as pessoas no mundo. Ou seja, uma educação que proporcione a interação do local ao global, uma vez que a globalização, essa relação em rede, de fortes conexões, se tornou um imperativo no mundo moderno por possibilitar também geração de riqueza.

Diante do enorme poder transformador da educação, principalmente na vida dos indivíduos que necessitam superar a vulnerabilidade social, extrema pobreza e a violação dos direitos humanos e sociais, é que muitos são motivados a dissertar sobre a elaboração e implantação de políticas públicas educacionais mais eficientes e eficazes.

Contudo, ainda é possível perceber desafios de outrora ainda persistem. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educa-

ção em 1996, a educação passou a ganhar mais destaque e, as políticas públicas específicas desta área, ganharam maior atenção no cenário nacional. Entretanto, mesmo com esse avanço, ainda foi possível perceber as interrupções, situações que muitas vezes decorreram dos vários projetos de governo dos diferentes partidos políticos que já estiveram à frente do Governo do Brasil.

Saviani (2008, p. 11) destaca que:

> Observe-se que prevalece a tendência em nomear as reformas pelos seus proponentes, em geral ministros da pasta de instrução pública ou da educação, a indicar que cada um que chega ao poder procura imprimir sua marca, desfazendo o que estava em curso e projetando a idéia (sic) de que é com ele que, finalmente, o problema será resolvido.

Programas e projetos educacionais bem sucedidos sendo paralisados ao final das gestões do Executivo Federal, Estadual ou Municipal. É a descontinuidade de políticas públicas comprometendo possíveis avanços na educação pública (GÓES; MACHADO, 2013).

Na perspectiva de Paro (2001), a instabilidade política e a falta de consenso sobre educação de qualidade levaram a mudanças frequentes que dificultaram a implementação eficiente dessa política pública.

Os resultados, dados quantitativos do sistema escolar brasileiro acerca do acesso e do fluxo escolar verificados a partir do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)[2], destacam que o Brasil deu um grande passo na universalização do ensino fundamental. As informações obtidas mostram que o ensino fundamental brasileiro está praticamente universalizado para as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, uma vitória alcançada com décadas de atraso em relação a países de menor desenvolvimento econômico da América Latina.

Mesmo com esses avanços, o desafio atual torna a realidade da educação brasileira mais complexa, pois exige a articulação de soluções viáveis para os problemas de outrora e os que foram evidenciados e/ou intensificados após o momento de emergência de saúde pública internacional (SARS – CoV – 2/Covid-19), como mostra o documento da UNICEF – BRASIL (2021, p. 05):

> Então chegou a pandemia da Covid-19. E a desigualdade e a exclusão se agravaram ainda mais. Com escolas fechadas, quem já estava excluído ficou ainda mais longe de seu direito de aprender. E aqueles que estavam matriculados, mas tinham menos condições de se manter aprendendo em casa – seja por falta de acesso à internet, pelo agravamento da situação de pobreza e outros fatores – acabaram tendo seu direito à educação negado.

2 Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE - em uma amostra aleatória de domicílios de todas as Unidades da Federação com exceção da zona rural da Região Norte.

Além da luta por uma educação mais democrática, emancipadora, inclusiva e colaborativa, a academia, a crítica social e o judiciário brasileiro tem se dedicado ao enfrentamento das intenções nefastas que impedem que a educação brasileira avance à medida das necessidades históricas e as atuais. Além da interrupção e descontinuidade das políticas públicas em educação acima citada, vezes é possível deparar com verbas destinadas à educação serem cortadas e/ou sofrendo com o desvio de finalidade. Algo historicamente crônico (SAVIANI, 2008; GÓES; MACHADO, 2013).

Diante do exposto, a luta por melhores condições educacionais traz consigo uma sensação de cansaço que paira sobre a realidade de quem leciona, pesquisa e escreve a cerca deste assunto. Muito já foi analisado e discutido, mas os avanços tão almejados não são devidamente implementados à medida da necessidade. Os pesquisadores, por intermédio pesquisas, seminários, artigos e outros mecanismos de divulgação acadêmica, apontam possíveis soluções e tentam influenciar a elaboração de políticas públicas, contudo as intenções advindas das políticas partidárias, muitas vezes, se quer relevam tal conteúdo e, quando isso acontece, reinterpretam e/ou desvirtuam o que fora proposto (SAVIANI, 2008; GÓES; MACHADO, 2013).

Desse modo, a educação se tornou um campo de embate e de resistência, ora cansativo, ora que anda a passos lentos, ora que padece com o desinteresse do poder público, ora impactado pelo desvio de finalidade, mas jamais deixou de ser um espaço de esperança (Cortella, 2014). Mas, até quando a esperança carregará tamanha responsabilidade?

É entristecedor quando os indicadores internacionais comparam a situação educacional de outros países com a do Brasil, principalmente quando citam a riqueza econômica, cultural e criativa desta nação. Pieri (2018, p.16) sobre a realidade educacional brasileira demonstra que:

> No Brasil, há um percentual surpreendentemente alto de alunos que não concluem o ensino médio antes dos 25 anos de idade. 41% das pessoas abaixo de 25 anos não concluíram o Ensino Médio. No Chile, esse valor é de 14% e na Coréia do Sul cerca de 7,5%.

É possível perceber que um dos grandes desafios que ainda assola o Brasil está localizado na elaboração e efetivação das políticas públicas. Como aplicar, nessa terra de enorme extensão territorial e de diferentes realidades culturais e regionais, tudo aquilo que já foi escrito e planejado por meio das leis sancionadas? E as que ainda serão criadas e tramitadas no Congresso Nacional? Quais são os interesses mobilizadores e quais os impactos positivos sobre a vida do cidadão/contribuinte? Como os estados e os municípios interpretam a Lei Federal e as aplicam? São perguntas que anos e anos se repetem e não possuem respostas.

Sabe-se que as políticas públicas não surgem do senso comum, do acaso e da mera observação sobre a realidade. Secchi (2013, p. 2) destaca que:

> Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público, em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

A elaboração e a efetivação dessa exige critério, mais que uma observação necessária sobre o fim que se deseja. Requer do legislador (que muitas vezes mobilizado pelo discurso que decorre do jogo democrático, dos interesses internacionais, dos interesses das empresas privadas, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais) a consciência em conciliar estatística, conhecimento, necessidade, interesses, *lobby* e orçamento disponível para uma gestão pública mais objetiva e potente. Grande desafio.

Libâneo (2016, p. 40) expõe que:

> No âmbito das políticas oficiais, a pesquisa tem mostrado que as políticas educacionais aplicadas à escola nas últimas décadas têm sido influenciadas por orientações dos organismos internacionais, as quais produzem um impacto considerável nas concepções de escola e conhecimento escolar e na formulação de currículos.

Deste modo, no contexto educacional, o desafio em elaborar e implementar política pública se tornou um campo de tensões, principalmente quando se coloca, lado a lado, os interesses do povo, das elites, os comerciais e os políticos partidários. A constituição de uma política pública é muita dinâmica e árdua, ora é motivada pelos movimentos sociais (a exemplo o Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932), que tentam democratizar o acesso à educação e refletir sobre sua qualidade; ora é impulsionada pelo interesse internacional que, pela perspectiva capitalista e neoliberal, inserem o Brasil na pauta global de mercado, produção e competição e na educação práticas como terceirização e privatização. Secchi (2013, p. 3) destaca que "em geral, as políticas públicas são elaboradas dentro do aparato institucional-legal do Estado, embora as iniciativas e decisões tenham diversas origens".

Essas diversas origens, apontadas pelo autor, desafiam o processo de elaboração e aplicação da norma, pois há que se fazer enorme esforço em tentar conciliar os vários interesses.

Ao observar o processo que vai da elaboração até à implementação das leis educacionais brasileiras, a realidade que se percebe é bem descrita por Pieri (2018, p. 05):

> Entretanto, a despeito do aumento dos gastos por aluno nos últimos anos, que contou com expressiva contribuição da queda da população de crianças em idade escolar (fenômeno conhecido como bônus demográfico), houve a manutenção de altas taxas de evasão escolar e pouco avanço no aprendizado dos alunos. Isso tem acarretado em parcela expressiva dos estudantes brasileiros não concluem o ensino médio na idade certa e muitos alunos completam o ensino fundamental sem adquirir habilidades simples, como saber calcular o troco em uma transação ou compreender um parágrafo. Os estudantes que não adquirem as habilidades necessárias na idade certa, acabam acumulando um passivo educacional que dificilmente é revertido.

Ao revisitar o passado é possível compreender que desde o Brasil Colônia, o processo de escolarização aqui fundado, é marcado por vários interesses. Na formação do Brasil o interesse ora era da Coroa Portuguesa (elite), ora era da Igreja. Desde esse período até os dias atuais um dos grandes desafios está na difícil tarefa de convergir os interesses. Contudo, do passado aos dias atuais nota-se que a precarização e a ausência de investimento se tornou, de certo modo, ato contínuo, como alega Saviani (2008, p. 09):

> [...] a responsabilidade do Estado limitava-se ao pagamento do salário do professor e às diretrizes curriculares da matéria a ser ensinada, deixando a cargo do próprio professor a provisão das condições materiais relativas ao local, geralmente sua própria casa, e à sua infra-estrutura (sic), assim como aos recursos pedagógicos a serem utilizados no desenvolvimento do ensino.

Ainda nesse paralelo entre retroativo e hodierno é possível afirmar que após 201 anos de independência do Brasil ainda não foi possível concretizar a educação sonhada e defendida, mesmo com todo o avanço advindo do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB – 2006, problemas históricos persistem. Mesmo com o aumento de investimentos, ainda se permite em "terras Tupiniquins" uma educação limitada e pouco eficiente, especialmente quando se trata da educação pública destinada aos pobres, ou seja, daquele que mais precisa. Educação não é território isolado, a questão econômica familiar, as desigualdades sociais, a vulnerabilidade social, entre outros, interferem nessa conjuntura e atravessam o muro da escola. Pieri (2018, p. 17) demonstra um pouco desta situação quando trata da evasão no Ensino Médio:

> Uma possível explicação para o alto percentual de jovens fora da escola é que os jovens deixam a escola para trabalhar. De fato, os que estão fora da escola trabalham mais. O percentual de ocupados de 15 a 17 anos que frequentam a escola é de 12,6%. Já entre os que estão fora da escola, o valor sobe para 29,6%.

Mesmo com a instituição do Plano de Desenvolvimento da Educação em 2008 e com a tentativa de solucionar problemas antigos, no Brasil ainda persistem velhas realidades. Silva (2021, p. 325) demonstra que:

Depois de quase um século desde a estruturação de um sistema público de educação de abrangência nacional, o país ainda é marcado por níveis expressivos de exclusão escolar e desigualdades educacionais.

Não é senso comum, mas ainda é possível perceber no cotidiano da escola pública que as salas de aulas continuam superlotadas, o baixo índice de desempenho dos estudantes em disciplinas como português e matemática são alarmantes ao ponto de serem noticiados pelos principais veículos de comunicação, bem como, a desvalorização moral e financeira do profissional do magistério. Nesse sentido, Saviani (2008, p. 13) considera que:

> [...] o plano ataca aspectos já há muito diagnosticados como ligados ao fraquíssimo desempenho da educação escolar em nosso país: os baixos níveis de aprendizagem, a começar pela fase de alfabetização; o pouco empenho das administrações municipais na organização adequada das escolas; e os salários aviltantes a que estão submetidos os professores da educação básica, em sua esmagadora maioria.

Após a pandemia da Covid-19, na educação brasileira, intensificou o que não fora resolvido anteriormente. As desigualdades perseveram, a falta de acesso à escola resiste, principalmente para os que se encontram em vulnerabilidade social, como aponta UNICEF – BRASIL (2021, p. 51):

> Pnad-Covid 2020 estima que 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos declararam não frequentar a escola ou que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista

Assim, em concordância com Pieri (2018, p. 05) é necessário considerar que "melhorar a qualidade da educação é desafiador". Então, os argumentos levantados neste texto, além de refletir um pouco da realidade, visa sensibilizar o leitor para essa questão inadiável e urgente, que é pensar alternativas para melhorar a situação da educação brasileira. UNICEF – BRASIL (2021, p. 51) reitera:

> Se o Brasil, cada um de seus estados, cada município, cada escola, cada família, cada criança e cada adolescente pôde conviver com a exclusão até aqui, o cenário imposto pela pandemia a intensifica e exige medidas que busquem o seu enfrentamento.

Não se pode comprometer o futuro de milhares de crianças, jovens e adolescentes que dependem da escola, em especial a pública, permanecendo com os velhos métodos e práticas limitantes. É imprescindível a estruturação de um projeto de nação que, considere de fato uma escolarização mais igualitária, um processo de ensino e aprendizagem que seja relevante a todos, fundamentado na geração de riquezas e oportunidades, principalmente para os mais pobres, como conclamado pela UNICEF – BRASIL (2021, p. 51):

> A exclusão escolar, como registrado, tem como origem os contextos socioeconômicos e culturais, e as desigualdades sociais se reproduzem nas escolas. Limitações e demandas do cotidiano e também as vivências escolares são obstáculos ou motivos para que crianças e adolescentes em idade de escolarização obrigatória deixem de estudar.
>
> As recomendações apresentadas neste documento pretendem contribuir para a tomada de decisão de gestores e profissionais da educação, bem como de outras áreas que atuam na garantia de direitos de crianças e adolescentes, e ser uma convocação a toda a sociedade, de modo que todos estejam engajados para que cada criança e cada adolescente esteja na escola, aprendendo.

Assim, para tais situações educacionais serem tratadas com a devida atenção, que esforços sejam envidados para que essa realidade possa ser superada. Que não falte diálogo democrático, sensibilidade, inteligência, planejamento, vontade política, reconhecimento da urgência e comprometimento de todos os atores sociais que guardam relação com a temática, em especial os vinculados ao poder público.

Diante da complexidade que envolve os problemas educacionais do Brasil, é importante considerar que políticas públicas em educação sejam elaboradas e desenvolvidas a partir de uma perspectiva intersetorial, pois, os problemas sociais e educacionais exigem vários olhares, diversas abordagens e a aglutinação de múltiplos saberes e práticas para atender e solucionar problemas de forma integrada para promover uma vida com mais dignidade e oportunidades para o cidadão (Junqueira, 2008).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo relembrou o conceito de educação preconizado nos documentos oficiais do Governo Federal do Brasil para refletir a educação enquanto estratégia fundamental ao desenvolvimento pessoal, social e sua influência na superação da vulnerabilidade social. Merseth (2018, p.11) destaca que:

> Ao redor do mundo, legisladores, líderes da Educação, políticos locais, regionais e nacionais, famílias e comunidades parecem concordar em um ponto: o que acontece nas salas de aula, durante a Educação Básica, é significativo e influencia o que e como as crianças aprendem, e suas experiências na escola impactam decisivamente não apenas seu futuro, mas também o da sociedade em que vivem.

Além disso, discutiu-se sobre algumas importantes situações históricas que ainda não foram superadas no contexto da educação pública brasileira, bem como, situações advindas do pós-pandemia da Covid-19 que intensificaram negativamente dados estatísticos que revelam situações alarmantes no campo da exclusão escolar. UNICEF – BRASIL (2021, p. 30) afirma que:

> Há alta relação entre pobreza e exclusão da escola. Apenas 9,9% dos que estavam fora da escola e tinham de 4 a 17 anos em 2019 vivem em famílias com mais de um salário mínimo per capita; 90,1% vivem em famílias com renda familiar per capita menor que um salário mínimo.

Ademais, destacou-se ainda a influência dos vários interesses no processo de elaboração de políticas públicas educacionais, os desdobramentos e os problemas que decorrem dessas situações quando materializadas na escola pública.

Diante da complexidade que envolve a realidade educacional brasileira e da difícil tarefa sobre discutir e delinear a ideia de qualidade em educação, foi necessário relembrar brevemente a importância da intersetorialidade das políticas públicas, uma vez que os problemas educacionais do Brasil são inúmeros, diversos e demandam uma visão integrada (dialógica) para se alcançar soluções eficientes, ou seja, poder público, sociedade civil organizada e população unidos por uma educação pública mais eficiente.

4. REFERÊNCIAS

CORTELLA. Mario Sergio. *Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes* / Mario Sergio Cortella. -- São Paulo: Cortez, 2014.

FRIGOTTO, G. (2001). Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século. Revista Brasileira de Educação, 18, 15-39.

GÓES, Flávia. T.; MACHADO, Lucília. R. DE, S. Políticas educativas, intersetorialidade e desenvolvimento local. *Educação & Realidade*, v. 38, n. Educ. Real., 2013 38(2), p. 627–648, abr. 2013. [Acessado 03 março 2023]. Disponível em: https://shre.ink/cWp1

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e

do conhecimento escolar. Cadernos de pesquisa, v. 46, p. 38-62, 2016. [Acessado 03 novembro 2022]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtgY4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/

MERSETH. Katherine K. *Desafios reais do cotidiano escolar brasileiro: 22 dilemas vividos por diretores, coordenadores e professores em escolas de todo o Brasil* / coordenação Katherine K. Merseth ; organização Instituto Península. — São Paulo : Moderna, 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino:

uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Revista brasileira de educação, p. 5-23, 2005. [Acessado 03 novembro 2022]. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001504083

PARO, VH (2001). A estrutura da escola. São Paulo: Loiola.

PIERI, Renan. Retratos da educação no Brasil (cap. 3 e 4). Insper instituto de ensino e pesquisa. São Paulo. 2018. [Acessado 03 novembro 2022]. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wpcontent/uploads/2018/10/Retratos-Educacao-Brasil.pdf.

SAVIANI, Dermeval. (2009). A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados.

_____, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. Revista de Educação PUC-Campinas, n. 24, 2008. [Acessado 03 novembro 2022]. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-39932008000100002

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos / Leonardo Secchi. – 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Cássio. A Distopia do Mérito: desigualdades escolares no Ensino Médio brasileiro analisadas a partir do ENEM. Revista Trabalho Necessário, v. 19, n. 39, p. 325-329, 2021. [Acessado 03 novembro 2022]. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/48130

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

UNICEF – BRASIL. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ações Comunitárias – CENPEC. *Cenário da exclusão escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na educação*. Brasil: UNICEF, abril. 2021. [Acessado 03 novembro 2022]. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil

ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROFISSIONALISMO, SENSIBILIDADE E COMPROMETIMENTO DA DIREÇÃO E PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL PAULA ROCHA DURANTE O PANDEMIA.

Márcio Augusto Monteiro[1]

Resumo:

Este artigo busca demonstrar a qualidade do ensino em escolas da rede pública do estado de Minas Gerais e a capacidade de resiliência de seus profissionais por meio de observações realizadas pelo Especialista em Educação Básica na Escola Estadual Paula Rocha durante o período de isolamento social em função da Covid-19. Para isto, inicialmente são apresentadas características do ambiente virtual de apoio a aprendizagem desenvolvido pela equipe escolar e, em seguida, reflexões sobre as alterações propostas no planejamento inicial em função do constante "amadurecimento" dos profissionais.

Aparentemente, análises iniciais demonstram que as novas percepções dos profissionais são resultantes de seus esforços pela melhoria contínua dos serviços prestados, preocupação com a aprendizagem dos estudantes e se desenvolveram em um ambiente de intensa colaboração.

Palavras-chave: Resiliência. Ensino público de qualidade. Pandemia. Ambiente virtual de aprendizagem.

1 Especialista em Educação Básica, atualmente exerce a função de Analista Educacional na Diretoria Pedagógica da Superintendência Regional de Ensino da Metropolitana A (BH/MG). marcio.augusto.monteiro@educacao.mg.gov.br

Abstract:

This article seeks to demonstrate the quality of teaching in public schools in the state of Minas Gerais and the resilience capacity of its professionals through observations carried out by the Basic Education Specialist at Escola Estadual Paula Rocha during the period of social isolation due to the Covid-19. To this end, characteristics of the virtual learning support environment developed by the school team are initially presented and then reflections on the changes proposed in the initial planning due to the constant "maturing" of professionals. Apparently, initial analyzes demonstrate that the new perceptions of professionals are the result of their efforts to continually improve the services provided, concern for student learning and have developed in an environment of intense collaboration.

Keywords: Resilience. Quality public education. Pandemic. Virtual learning environment

5. INTRODUÇÃO

Fundada em 4 de julho de 1907 a Escola Estadual Paula Rocha[2] iniciou suas atividades como anexo da antiga escola Normal Delfim Moreira até 1925 quando transferiu-se para um novo prédio, no Largo do Rosário. Com arquitetura neoclássica e utensílios do início do século 20 o prédio foi tombado em 1938 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Fazendo parte do centro histórico de Sabará (Minas Gerais), o prédio foi interditado em 2012 devido à necessidade de manutenção em sua infraestrutura ficando em reforma até meados de 2022. Durante a reforma a instituição utilizou espaço cedido pela Escola Estadual Professor Zoroastro Viana Passos. Em 2020, período de análise deste artigo, a escola atendia cerca de 400 alunos distribuídos em 13 turmas do 5º ao 9º ano.

O ano letivo em 2020 foi marcado pela suspensão total das atividades nas escolas do estado de Minas Gerais após 21 dias de seu início devido à pandemia do novo Corona vírus. Neste cenário, em março de 2020, o Conselho Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais – CEE MG apresentou orientações[3] para reorganização das atividades escolares do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. Em abril deste ano, o Governo Federal editou Medida Provisória nº934[4] estabelecendo normas excepcionais para o ano letivo nos níveis da Educação Básica e da Educação Superior, decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública. Ainda neste mês, o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 5, tratou, em função da pandemia, da reorganização do Calendário Escolar e o cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual.

Simultaneamente, em Minas Gerais, o Comitê Extraordinário da Covid-19 determinou a volta às atividades em regime de teletrabalho e no dia 18 de abril foi publicada a resolução SEE nº 4.310 que institui o regime especial de Teletrabalho nas escolas estaduais da rede pública do estado de Minas Gerais. No mês seguinte, o CEE MG editou a Resolução CEE nº 474, de 08 de maio de 2020 dispondo sobre a reorganização das atividades escolares do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais.

Nesse contexto, a equipe pedagógica da Escola Estadual Paula Rocha se viu diante de um cenário desafiador para continuidade das ações por meio de estratégias de educação a distância: alunos do turno da manhã que tiveram pouco contato com professores, alunos do turno da tarde que se caracterizam, em sua maioria, por idades inferiores a 13 anos, alunos e

2 Localizada na Praça Melo Viana, S/Nº, Sabará, Minas Gerais, Telefone: (31) 3671 2270

3 Nota de Esclarecimento e Orientações nº 01/2020 disponível em https://drive.google.com/file/d/17XA8SZJh-Bx5m5gvjR-qOheW3AqvbWw2k/view acesso em 15se 2023.

4 Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo de instituições de ensino em função da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

professores sem experiências com ensino à distância. Ainda é preciso ressaltar a existência de outras variáveis que influenciam diretamente no acesso dos materiais pedagógicos tais como, por exemplo, condições sociais, culturais e econômicas das famílias dos estudantes.

Inicialmente, optou-se em delimitar a situação problema no eixo: Alunos e professores sem experiência com o ensino à distância. Assim, a estratégia utilizada teve como premissa desenvolver um ambiente virtual de aprendizagem - AVA o mais semelhante possível com a escola física. Em seguida foi preciso apresentar e capacitar a equipe para a utilização adequada da estratégia adotada e acompanhar os resultados. Importante citar que, paralelamente ao desenvolvimento do AVA, também foram utilizadas outras ações de iniciativa da escola que objetivaram a participação dos estudantes nas atividades propostas como, por exemplo, divulgação de informações em carro de som, rádio e jornais locais.

Para este artigo serão analisadas observações identificadas no AVA desenvolvido, nas reuniões semanais e diálogos com a equipe escolar. Verificou-se nestes momentos um nível de participação e engajamento que ultrapassou as expectativas iniciais demonstrando o profissionalismo, sensibilidade e comprometimento de toda equipe com o ensino de qualidade. Como consequência, evidenciou-se um natural processo de retroalimentação entre os atores envolvidos que resultou em constantes mudanças no projeto inicial transformando o momento extremamente desafiador em espaço de intensos aprendizados e repleto de colaboração.

6. DESENVOLVIMENTO

Segundo o Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017 que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) a educação à distância - EAD é a "modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos".

Muito estimulada em 2020 devido ao isolamento social a modalidade EAD, segundo Litto (2009), sofreu um significativo impulso para a expansão a partir da década de 60. Neste período até o início da década de 1980 houve a expansão do uso da televisão como meio de comunicação e para a finalidade "educativa". A partir da década de 1990, com a constante evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a EAD cresceu exponencialmente. Segundo a LDB o poder público incentivará programas de educação a distânciaem todos os níveis e modalidades de ensino.

Embora o eixo norteador do projeto foi a falta de experiência com ensino à distância de cerca de 400 alunos do ensino Fundamental e da maioria dos 23 professores não foi possível desconsiderar totalmente as outras variáveis. Dessa forma, conhecia-se os potenciais didáticos de ferramentas como, por exemplo, o Google Classroom, Microsoft Teams, Moodle, dentre outros, entretanto verificou-se como um fator limitante a utilização de e-mails. Segundo o suporte da Google a idade mínima para criação de e-mails é 13 anos[5]. Ainda nesse contexto, mesmo que não houvesse nenhum impedimento legal para a utilização de e-mails seria necessário, em função da idade e inexperiência desses alunos, um outro tipo de contato prévio para ensinar a criação e utilização de correio eletrônico.

Outro aspecto que nos parece ser importante tratar se refere ao fato de que projetos se caracterizam por serem instrumentos de transição entre estágios diferentes em que é preciso lidar com grande número de fatores internos e externos que influenciam no sucesso ou fracasso de um projeto. Diante de todas essas limitações, a equipe pedagógica identificou como necessidade básica para minimizar os impactos dessa inexperiência de alunos e professores a criação de um ambiente virtual que replicasse características comuns de uma escola física e que não houvesse nenhum tipo de custo para sua implementação. Esta estratégia encontra amparo na citação da Resolução CEE nº 474 de que, dentre outros, as instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais deverão, durante a pandemia, propor formas de realização de atividades escolares não presenciais por meio de regime remoto, podendo ser mediadas por tecnologias digitais de informação e comunicação ou por outras alternativas.

Assim, optou-se por desenvolver um espaço virtual de apoio para o regime de estudo não presencial por meio do Wix - plataforma gratuita com ferramentas e recursos de desenvolvimento de sites[6]. O site desenvolvido encontra-se disponível no endereço: http://bit.ly/escolapaularocha.

Para se atingir este objetivo, estudos relacionados à Design Instrucional se fizeram necessários. Barros e Santos (2003) denominam como “engenharia pedagógica” a metodologia do design instrucional demonstrando que esse processo se preocupa com o sistema de aprendizagem a ser elaborado, a identificação do problema de aprendizagem a ser solucionado, as mídias disponibilizadas, dentre outros. Batista e Menezes (2008) acrescentam que na EAD o processo de design instrucional possui a intenção de ser um processo criativo, que busca solucionar problemas para os processos de ensino.

De forma a estabelecer a impressão visual de semelhança entre os 2 ambientes “o virtual” e “o físico” buscou-se estruturar um desenho didático capaz, conforme Santos & Silva (2009), de distribuir estrategicamente o conjunto de conteúdos e de situações de aprendizagem

5 Informação disponível na página de suporte do Google disponível em https://support.google.com/families/answer/7103338?hl=pt-BR#:~:text=Voc%C3%AA%20pode%20criar%20uma%20Conta,o%20Chrome%20e%20o%20Gmail acesso em 09ago2020.

6 Outras informações sobre a plataforma Wix disponível em https://pt.wix.com/ acesso 09ago2020

com a finalidade de potencializar a construção coletiva da comunicação, do conhecimento, da docência, da aprendizagem e da avaliação. Nesta perspectiva o site foi estruturado em 3 níveis: Geral, Disciplina e Professor.

O nível Geral representa a entrada na escola virtual com informações sobre horário de aula, mural de avisos com projetos e notícias, espaço para tirar dúvidas e orientações gerais sobre os procedimentos para a adequada utilização desse ambiente. O nível Disciplina caracteriza-se pelo próximo passo do aluno, ou seja, após entrar na escola virtual e identificar o horário das aulas de seu turno ele deverá se direcionar para a disciplina correspondente. Nesse nível é possível acessar as aulas do Youtube e as apostilas. Por fim, no nível Professor o aluno estabelece o contato direcionado com o professor no horário determinado e tem acesso aos conteúdos postados em todas as aulas.

Como no início da implementação do Regime de Estudo não presencial o aplicativo Conexão utilizado para interação entre professores e alunos não estava em funcionamento a equipe de desenvolvimento do "espaço virtual" optou por inserir no site uma ferramenta de comentários que permitisse essa interação. Como forma de estimular a participação dos alunos foi definido que os professores entrassem em sua sala de aula virtual no horário de suas aulas e realizassem postagens no campo "comentários" demonstrando que estavam presentes naquele ambiente e convidando os alunos à participação.

O processo educativo neste modelo de aprendizagem estruturado para EAD é firmado nos princípios de autonomia, flexibilidade, comunicação multidirecional, aprendizagem independente e colaborativa. Para isso, torna-se necessário que novas relações sejam criadas entre os atores envolvidos de forma a permitir que o aluno se torne autônomo, competente: agente ativo do próprio conhecimento (Campos, 2007). Neste contexto, Litto (2009, p.7) cita que na EAD o estudante determina seu ritmo.

Segundo Seno (2007), para que a EAD alcance os resultados desejados é preciso uma transição cuidadosa e gradual do modelo formal de ensino. O autor cita sobre a necessidade do professor ter tempo e oportunidade de familiarização com as novas funções e tecnologias educativas. Diante desta perspectiva, para dar o devido suporte aos professores nessa demanda foi disponibilizado o contato diário com a direção da escola e equipe pedagógica via Whatsapp, e-mail e realizadas reuniões semanais de acompanhamento todas as sextas-feiras pelo Google Meet.

Uma série de modificações no site foram realizadas semanalmente como frutos dos diálogos dessas reuniões cujo um dos tópicos obrigatórios presentes foi "Com a fala o professor": espaço reservado para sugestões. Assim, o projeto inicial foi sendo adaptado continuamente a partir das novas necessidades identificadas em um processo de avaliação processual e reconstrução semanal. Nesta perspectiva de análise verifica-se uma estreita proximidade com aspectos inerentes ao gerenciamento de projetos.

Segundo Rodrigues (2010, p.20) gerenciamento de projetos se conceitua pela aplicação de habilidades, conhecimentos, ferramentas e técnicas às atividades do projeto para satisfazer seus requisitos exigindo que cada processo seja adequadamente associado e conectado. O autor agrupa os processos em 5 categorias: processos de iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e, por fim, o grupo de processos de encerramento. Embora os processos de gerenciamento de projetos são conceituados como etapas distintas eles se sobrepõem e interagem com diferentes intensidades em diversos momentos.

Apropriando-se das referências de gerenciamento de projetos verifica-se que os momentos de retroalimentação por meio de *feedbacks* dos professores, dúvidas apresentadas pelos estudantes e familiares, observações e, dentre outros, avaliações constantes da eficiência das ações desenvolvidas se caracterizam como etapas fundamentais, desejáveis e com potencial de promover adequações constantes no "espaço virtual".

No processo de Monitoramento e Controle, por exemplo, verifica-se que ao se identificar pontos positivos e os que necessitam de ajustes espera-se que as próximas ações sejam condizentes com o observado. Desta forma, pontos positivos devem ser potencializados e fragilidades minimizadas sendo possível inclusive identificar a inutilidade ou inviabilidade de determinada ação. Observa-se também que durante os processos de planejamento e execução existe a tendência de se desenvolver o amadurecimento sobre determinado conceito ou prática. Este fenômeno ocorre naturalmente devido as melhores compreensões ou novas percepções que acabam por realizar adaptações ou até mesmo alterações em propostas do processo de iniciação.

A partir destas considerações observa-se uma aproximação com o processo de compreensão apresentado por Piaget (1989). Segundo este autor, o contato com novas situações gera sempre novos processos de assimilação e acomodação que, consequentemente, promovem alterações na significação e ressignificação do objeto de análise. Inicialmente as informações novas são adquiridas e assimiladas pelo indivíduo que as "enxerga" conforme a capacidade de seus esquemas cognitivos. Como consequência são gerados outros esquemas que culminam em novas percepções devido a compreensões cada vez mais complexas.

As coisas e fatos, por meio da assimilação, são inseridas em um sistema de relações, adquirem significação, modificam o sistema de ideias e conceitos que o indivíduo já possui (Fontana,1997). Neste contexto, verifica-se que determinadas observações somente são possíveis a partir da construção de esquemas individuais capazes de analisá-los. Esquemas, segundo Fioravante (2010), são estruturas mentais hipotéticas onde os indivíduos se adaptam e organizam o meio em que vivem. Complementando esta definição Piaget (1989) demonstrou que a inteligência é uma atividade organizadora de relações, significações de objetos e, consequentemente, suas compreensões.

Como estratégia para acompanhar e potencializar estes constantes processos de assimilação e acomodação optou-se por utilizar a ferramenta PDCA: metodologia de gerenciamento de processos constituída pelas etapas planejar (plan), fazer (do), checar (check) e agir (act). Tendo-se como referência o ciclo PDCA, para controle e melhoria dos processos definiu-se o período de 2 meses para consolidar as avaliações. Como instrumentos para análise dos dados utilizou-se o controle de acesso ao site pelos professores e alunos, questionário de autoavaliação, observações e discussões durante as reuniões semanais, proposições de novas ações de inciativa dos professores e seminário de boas práticas.

Como forma de analisar qualitativamente e quantitativamente a participação tanto de professores quando de alunos em suas salas de aula no site utilizou-se um uma planilha com todas as informações de acesso: quem escreveu, horário e conteúdo da postagem. Para o questionário de autoavaliação foi desenvolvido um formulário com 32 questões que buscaram identificar o engajamento dos professores. Em relação as reuniões semanais e proposições de novas ações as discussões e propostas eram registradas e regularmente disponibilizadas. Por fim, o seminário de boas práticas se caracterizou por apresentações de estratégias escolhidas e adotadas pelos professores que foram identificadas por eles como ações com potencial de melhorias.

A análise de dados após os primeiros 2 meses de implementação do projeto permitiu verificar que todos os professores consideraram que o AVA desenvolvido possibilitou uma boa interação entre professores e alunos. Em relação aos comentários no site 63% dos professores informaram que realizaram regularmente e enviaram as correções dos exercícios para serem postadas. Atividades complementares foram enviadas por 52% dos professores. Todos os professores estavam envolvidos em projetos interdisciplinares.

Dentre os argumentos apresentados pelos que não realizaram as ações citadas acima a maioria justificou-se em função da baixa participação dos alunos. Sobre esse aspecto, uma das perguntas do questionário de autoavaliação referia-se à disponibilização de imagens ou vídeos como forma de aproximação com os alunos: 84% dos professores informaram que disponibilizariam uma foto e 79% fariam um vídeo para auxiliar em campanhas para mobilização dos alunos.

Conforme citado, constantemente foram sendo necessárias adequações no projeto inicial do AVA em função de, dentre outros, observações, novas propostas e avaliações dos atores envolvidos. A princípio, identifica-se que essa dinâmica ocorreu como desdobramento do profissionalismo, sensibilidade e competência da equipe. Como resultado se desenvolveu um natural processo de retroalimentação repleto de colaboração que resultou em intensos aprendizados. Como exemplos de adequações na estratégia inicial podem-se citar: criação no site de espaço para divulgação de notícias; criação de e-mail único de acesso comum a todos os professores para recebimentos das atividades realizadas pelos alunos; criação de regras de nomenclatura para o envio das atividades corrigidas; elaboração de projetos inter-

disciplinares[7] e de inclusão de espaço para divulgação deles no site; criação de estratégias para atendimento educacional especializado; elaboração de 2 volumes da revista Educação & Educadores com artigo de autoria dos professores, relatos e registros das ações desenvolvidas; identificação e criação de materiais para mobilização dos alunos estimulando-os à participação das atividades; desenvolvimento de uma "biblioteca virtual" e de mural para disponibilização de atividades desenvolvidas conforme planejamento da SEE (Secretaria de Estado da Educação) ou de iniciativa dos professores.

Estes exemplos demonstram como desejável e positivo são às adequações no projeto inicial evidenciando o distanciamento entre o prescrito e o executado em um projeto conforme discutido por SCHWARTZ (2008). Nesse estudo, o autor considera a ação a ser executada como "matéria estrangeira" quando fatores externos e não previstos são inseridos no sistema.

Um outro aspecto que merece destaque foi a modificação nos debates das primeiras reuniões para as do final do primeiro ciclo de 2 meses de projeto: nas primeiras as discussões ficavam muito relacionadas a baixa participação dos alunos justificando a intenção de não desenvolver as ações propostas. Já nas reuniões a partir do final do primeiro ciclo verificou-se que as ações estavam sendo realizadas e, aparentemente, foram construídos estímulos positivos para a execução dessas ações independente da participação imediata dos alunos.

A busca dos professores pela capacitação relacionada ao uso de tecnologia também merece destaque. Acostumados com seus planos de aula e estratégias didáticas o estímulo a sair dessa zona de conforto para descobrir novas ferramentas os tornou profissionais com postura diferentes. Isto ficou evidenciado na forma como passaram a realizar as discussões nas reuniões, apresentar propostas e disponibilizar materiais para postagem no site como, por exemplo, criaram Avatar, vídeos, projetos, dentre outros.

Por fim, embora existam possibilidades de adequações, o objetivo de criar um ambiente virtual atrativo com semelhanças com o espaço físico foi atingido. Nesse novo espaço de trabalho introduziu-se imagens, GiFs, vídeos e links, a interação entre professores e alunos foi possível de ser realizada e a estrutura do site buscou estimular a "navegação" nessa escola virtual contribuindo com a construção do conhecimento pelos alunos.

7 Foram cadastrados 5 projetos envolvendo todos os professores: (1) Como você está enfrentando a pandemia do novo coronavírus; (2) Consciência Negra; (3) Resgatando valores; (4) Valorização da Cultura Negra - A História do Maculelê e (5) Projeto Pequeno Príncipe.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de isolamento social devido a pandemia da Covid-19 proporcionou uma série de desafios em todos os setores da sociedade. Na educação, para a continuidade das ações de ensino e aprendizagem houve um movimento de certa forma obrigatório em direção as estratégias utilizadas na educação a distância. Entretanto, para que se alcance os resultados propostos nesta modalidade de ensino verificam-se algumas exigências mínimas como, por exemplo, acesso a recursos como internet e equipamentos e, dentre outros, compreensão sobre a utilização de tecnologias de informação e comunicação.

Neste cenário, tanto a equipe escolar quanto os estudantes não tiveram o tempo necessário para se preparar diante da realidade imposta pela pandemia. A compreensão sobre utilização de softwares, aplicativos e e-mails se fez durante o uso destes causando, muitas vezes, situações de desconforto e desânimo devido a inexistência de capacitações prévias.

Mesmo diante de tantas situações adversas, a equipe escolar da Escola Estadual Paula Rocha demonstrou uma capacidade de resiliência e ética profissional que ficaram evidenciadas pelas diversas estratégias desenvolvidas neste período. Suas ações tinham como objetivo contribuir com a construção do conhecimento dos estudantes por meio da prestação de serviços de admirável qualidade.

Estes profissionais se caracterizam como agentes influenciadores que promoveram adequações no projeto inicial, se apresentaram dispostos ao aprendizado e colaboraram para o resultado satisfatório do ambiente virtual de aprendizagem desenvolvido em um claro movimento de construção da autonomia e promoção da cidadania ativa.

8. REFERÊNCIAS

BARROS, N. & Santos, N. **Engenharia pedagógica: a convergência tecnológica da Engenharia com a Pedagogia. In: COBENGE 2003**: XXXI Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. Disponível em http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2003/artigos/EAD932.pdf

BATISTA, M. L. F. da S., & Menezes, M. dos S. **O design gráfico e o design instrucional na Educação a Distância. In: Design, arte e tecnologia**. Bauru, 2008. Disponível em http://portal.anhembi.br/sbds/pdf/7.pdf

CAMPOS, Fernanda C. A... [et al.]. **Fundamentos da educação a distância, mídias e ambientes virtuais.** Juiz de Fora: Editar, 2007.

DURAFFORG, Jacques. **O trabalho e o ponto de vista da atividade. In SCHWARTZ, Yves e DURRIVE, Lous** (org.) Trabalho e ergologia. Entrevistas sobre a atividade humna. Niteroi: EduFF, 2007. Seção I, Cap. 2, 47-82

FIORAVANTE, D. P. T. **Psicologia da educação II**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010

FONTANA, R.; CRUZ, M. N. **Psicologia e trabalho pedagógico.** São Paulo: Atual, 1997.

LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo : Pearson Education do Brasil, 2009.

MINAS GERAIS, **Resolução CEE Nº 474, de 08 de maio de 2020.** Dispõe sobre a reorganização das atividades escolares do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, devido à pandemia COVID-19, e dá outras providências.

MINAS GERAIS, **Resolução SEE nº 4310, de 17 de abril 2020.** Dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais, e institui o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida.

RODRIGUES, R: **Gerenciamento de Projetos**. São Paulo: Grupo Ibmec Educacional, 2010

SANTOS, E., & Silva, M. (2009). **Desenho didático para educação online**. Em Aberto, Brasília, v. 22(79), p. 105-120. Disponível em http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1437/1172

SENO, Wesley Peron. **Capacitação docente para a educação a distância sob a óptica de competências: um modelo de referência**. 2007. 221 f. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 24ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TRANSFORMAÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PÓS-PANDEMIA DO COVID-19: ADAPTAÇÃO, TECNOLOGIAS E POSSÍVEIS NOVOS PARADIGMAS PARA O ENSINO DO PRESENTE E DO FUTURO

Marcus Vinicius Neves Araujo[1]

Elves Botéri[2]

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da história, a sociedade tem enfrentado inúmeras transformações impulsionadas por eventos e situações diversas. Revoluções industriais e tecnológicas revolucionaram os modos de produção e a forma como nos relacionamos com o mundo ao nosso redor. Além do mais, guerras, epidemias e ditaduras moldaram a maneira como vivemos e como nos organizamos como sociedade. Censuras ideológicas influenciaram a liberdade de expressão e o acesso à informação.

Nesse contexto, o advento da pandemia de COVID-19 representou um marco histórico com consequências amplas e profundas. O vírus se disseminou rapidamente, impactando todos os setores da sociedade em escala global. A economia sofreu abalos significativos, com o fechamento de empresas e a perda de empregos. As relações sociais e de trabalho foram redefinidas, com o distanciamento físico e a adoção massiva do trabalho remoto. A educação foi afetada de forma contundente, com o fechamento de escolas e a necessidade de buscar alternativas para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem.

1 Licenciado em Geografia. Especialização em Psicopedagogia e Educação Infantil. Mestrado em Educação. Doutorando em Educação. Atualmente, membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, atuando na Câmara de Ensino Fundamental, Câmara de Planos e Legislação e Comissão de Ética, e pesquisador membro do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Uberaba.

2 Licenciado em Letras - Português/Inglês. Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Mestrando em Educação. Atualmente, desenvolve pesquisa na área de Filosofia Brasileira do Período Colonial. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura, filosofia da linguagem, filosofia da educação, escrita, coerência e coesão.

No âmbito educacional, as medidas de quarentena e distanciamento social levaram à adoção do ensino a distância (EAD) como uma alternativa viável para garantir a continuidade das atividades escolares. As escolas tiveram que se adaptar rapidamente, buscando soluções tecnológicas e pedagógicas para proporcionar aos alunos uma experiência educacional satisfatória. No entanto, é importante ressaltar que essa transição não foi isenta de desafios, uma vez que surgiram preocupações quanto à qualidade do ensino oferecido de forma remota, à falta de acesso equitativo à tecnologia e a dificuldade de engajamento dos alunos nesse novo formato.

Dadas as circunstâncias, torna-se imperativo reestruturar o processo educacional, priorizando a colaboração e construção coletiva. É fundamental desenvolver práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras visando otimizar a qualidade do ensino, estimular o engajamento discente e promover diálogos construtivos.

A capacitação de docentes na educação básica é de suma importância, pois são centrais no processo de ensino-aprendizagem. Conforme Santos (2020), a interação docente-discente é vital para a eficácia das aulas e o crescimento dos alunos.

No âmbito da pandemia de COVID-19, os desafios docentes ampliaram-se. A migração para modalidades remotas ou híbridas impulsionou uma rápida adaptação a tecnologias educacionais e reajuste das práticas pedagógicas. A disparidade no acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), especialmente entre alunos de instituições públicas, ressaltou as desigualdades existentes e a urgência de soluções que assegurem inclusão e qualidade educacional.

Diante desses desafios, é fundamental refletir sobre a formação dos professores no contexto do surto de COVID-19. É preciso identificar as lacunas e necessidades de capacitação, oferecer suporte e recursos adequados para que os professores possam se adaptar às novas demandas e desenvolver competências digitais necessárias para o ensino online. Além disso, é importante promover espaços de troca e colaboração entre os professores, incentivando a construção coletiva de práticas pedagógicas inovadoras.

É necessário também considerar as perspectivas pós-pandemia. O cenário educacional certamente será impactado pelas experiências vividas durante esse período. Será importante refletir sobre os aprendizados adquiridos e as transformações necessárias no campo da educação. Isso inclui repensar a utilização das tecnologias no ensino, fortalecer a valorização do trabalho dos professores, estimular a participação dos alunos de forma ativa e autônoma, e fomentar a construção de uma cultura de aprendizagem contínua e adaptativa.

Nesse contexto, este estudo visa analisar as modificações na formação docente após a pandemia, abordando adaptações, inovações tecnológicas e potenciais paradigmas emergentes na educação. Adicionalmente, enfatiza-se os desafios docentes e a necessidade de valorizar tal profissão para assegurar qualidade e inclusão educacional. Acredita-se que esta reflexão forneça insights para refinamento da prática pedagógica e auxilie na evolução de um sistema educacional mais eficiente e equilibrado.

2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: NOVOS DESAFIOS?

Na formação dos professores, é imprescindível considerar os cinco aspectos destacados por Nóvoa (2011). O primeiro aspecto refere-se ao conhecimento adquirido e desenvolvido por meio da prática, reconhecendo a importância da experiência e da reflexão sobre a própria atuação como fonte de aprendizado.

O segundo aspecto é aprender com os mais experientes, ou seja, valorizar a cultura profissional presente na comunidade educativa. Os professores podem se beneficiar do compartilhamento de saberes e experiências dos colegas mais experientes, fortalecendo a construção coletiva de conhecimentos e práticas pedagógicas.

O tato pedagógico é o terceiro aspecto ressaltado, que considera os aspectos mais subjetivos da docência, como a habilidade do professor em estabelecer relações significativas com os alunos e comunicar-se de forma eficaz. Trata-se de um conjunto de competências socioemocionais essenciais para o exercício da profissão.

O quarto aspecto é o trabalho em equipe e a participação no desenvolvimento do projeto pedagógico da escola. A colaboração entre os professores, a troca de ideias e a participação ativa na construção das políticas e práticas educacionais são fundamentais para promover uma educação de qualidade e alinhada aos princípios da escola.

Nesta perspectiva, o compromisso com a inclusão social e a convivência com a diversidade cultural é o quinto aspecto destacado. Os professores devem estar comprometidos em criar ambientes educativos acolhedores e inclusivos, que valorizem a diversidade de experiências e perspectivas dos alunos, contribuindo para uma educação equitativa e respeitosa.

Além do mais, considerar esses cinco aspectos na formação de professores é essencial para prepará-los para os desafios da sala de aula, promover uma atuação pedagógica mais eficaz e contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos. Essas dimensões complementares abrangem tanto o conhecimento teórico quanto as habilidades práticas, fortalecendo a formação de professores comprometidos e qualificados para enfrentar as demandas educacionais contemporâneas.

Neste sentido, considerarmos os aspectos levantados pelo autor e sua aplicação na formação de professores no contexto atual da pandemia, podemos identificar certa convergência com a proposta do ensino a distância. Embora essa modalidade de ensino apresente desafios, ela abrange todos os elementos discutidos pelo autor mencionado anteriormente. Almeida (2010, p. 72), embasada nos estudos de Casamayor (2008), reflete sobre o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) na formação de professores, destacando que:

> [...] a utilização das TDICs na formação docente promove a conexão entre teoria e prática, possibilita a interação com profissionais experientes por meio de comunidades virtuais de aprendizagem, favorece a reflexão sobre a prática pedagógica e, por fim, estimula a colaboração e a construção coletiva do conhecimento.

Nesta perspectiva, o uso das TDICs na formação de professores proporciona uma oportunidade de estabelecer uma conexão efetiva entre a teoria e a prática, permitindo que os futuros educadores interajam com profissionais experientes por meio de ambientes virtuais de aprendizagem. Além disso, as TDICs fomentam a reflexão sobre a prática pedagógica e incentivam a colaboração e a construção coletiva do conhecimento.

Dessa forma, diante do contexto desafiador imposto pela pandemia, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação surgem como uma ferramenta que pode contribuir para a formação de professores, auxiliando-os a desenvolver competências essenciais para o ensino a distância. A utilização adequada dessas tecnologias possibilita a superação de barreiras geográficas e a promoção de interações significativas, fortalecendo o processo de aprendizagem e preparando os professores para os desafios educacionais contemporâneos.

Ainda segundo os autores supracitados, faz-se necessário ressaltar que é relevante considerar que a utilização dessas tecnologias na formação implica, em essência, os mesmos componentes presentes em qualquer processo formativo a distância, como a presença de professores e alunos, estratégias didáticas, conteúdo e sistema de avaliação. No entanto, a diferença reside na gestão desses elementos e na exploração das potencialidades pedagógicas oferecidas pelas tecnologias de suporte, o que caracteriza a Educação a Distância (EaD) online como uma modalidade formativa inovadora.

No entanto, para que essas condições sejam verdadeiramente alcançadas, é preciso ir além do mero domínio tecnológico ou teórico. É necessário estabelecer uma integração significativa entre esses dois aspectos, combinando a experiência prática no ambiente online com a fundamentação teórica e a vivência em sala de aula. Conforme apontado por Almeida (2010), a formação de professores para atuar em novos espaços, tempos e culturas, como é o caso da formação online e do ensino a distância (EAD), envolve uma complexidade substancial. Essas mudanças exigem uma reconfiguração das concepções, valores, práticas e até mesmo crenças dos profissionais da educação.

Desta forma, o contexto contemporâneo impõe a necessidade de imersão em uma nova cultura, que demanda uma revisão e reestruturação do pensamento docente em consonância com os desafios e possibilidades dos tempos atuais. No entanto, antes de contextualizarmos essas questões com a pandemia do COVID-19, é fundamental refletir sobre as demais crises enfrentadas na formação de professores de forma mais ampla. Muitas dessas crises persistem no âmbito da formação docente e precisam ser abordadas de maneira significativa para promover uma educação de qualidade.

Portanto, diante dos desafios impostos pela formação de professores, em especial na era digital e no contexto do ensino remoto, é imprescindível que as instituições de ensino e os educadores repensem suas abordagens e práticas. É necessário promover uma formação docente atualizada e adequada às demandas contemporâneas, que contemple a aquisição de competências tecnológicas, o desenvolvimento de habilidades pedagógicas para o ambiente online e a reflexão constante sobre as transformações na educação. Somente assim será possível preparar os professores para enfrentar os novos desafios e promover uma educação de qualidade, inclusiva e significativa.

Ao analisarmos o processo histórico de profissionalização docente e suas transformações desde o século XVIII, podemos perceber, conforme identificado por Nóvoa (2000), a existência de uma crise na profissão docente, evidenciando os desafios enfrentados pelos professores ao longo dos anos. Dentre esses desafios, é de suma importância destacar a desmotivação pessoal, que pode ser provocada pela falta de valorização da profissão, tanto por parte dos órgãos administrativos quanto nas relações com os alunos e a comunidade. Baixos salários, falta de investimentos na educação e outros fatores também podem contribuir para essas situações de desmotivação.

A desvalorização da profissão docente e os obstáculos enfrentados pelos professores ao desempenharem seu papel podem comprometer a qualidade do ensino, bem como o desenvolvimento e o engajamento dos alunos. A desmotivação pessoal pode afetar negativamente o desempenho dos professores, resultando em menor dedicação, falta de entusiasmo e, consequentemente, impactando a aprendizagem dos estudantes. É necessário reconhecer e enfrentar esses problemas, promovendo uma valorização efetiva dos profissionais da educação, melhorando as condições de trabalho, oferecendo salários justos e investindo na formação e desenvolvimento contínuo dos professores. Somente assim será possível reverter a desmotivação e construir uma educação de qualidade, que valorize a importância do trabalho dos professores e seu impacto na sociedade como um todo.

Ao analisar a profissão docente no contexto brasileiro, podemos aplicar o modelo proposto por Nóvoa (2000) para compreender o processo histórico dessa profissão. Identificamos uma expressiva insatisfação geral entre os professores, motivada, em grande parte, pela falta de investimento e valorização por parte dos órgãos responsáveis pelas políticas educacionais. No Brasil, especialmente no ensino básico, os professores enfrentam uma desvalorização financeira significativa, com baixos salários e jornadas excessivas de trabalho. Muitas vezes, eles levam trabalho para casa, acumulando responsabilidades que podem contribuir para a desmotivação e insatisfação profissional.

Um aspecto que evidencia essa situação é o fato de a atividade docente ser considerada uma segunda ocupação. Nóvoa (2000, p. 24) ressalta a necessidade de incentivar uma maior identificação pessoal dos professores com o ambiente de trabalho e aumentar o tempo de presença nas escolas. O objetivo é promover a profissão docente como atividade principal, não apenas como complemento salarial ou uma segunda opção de carreira, vulgarmente conhecida como “bico”.

Essa realidade impacta negativamente a qualidade do ensino, pois a desvalorização e a falta de reconhecimento podem gerar desmotivação e desengajamento dos professores. É fundamental que sejam implementadas políticas que valorizem efetivamente os professores, proporcionando salários dignos, melhores condições de trabalho e oportunidades de desenvolvimento profissional. Somente assim será possível reverter essa situação e fortalecer a profissão docente, garantindo uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Ao analisar o processo histórico e de desenvolvimento da profissão docente, podemos identificar suas origens no contexto religioso. Até o século XVIII, os padres e religiosos detinham o conhecimento necessário para lecionar, assumindo a responsabilidade pela educação. No entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, com a intervenção do Estado, ocorreram mudanças significativas nesse cenário.

Uma dessas mudanças foi a substituição dos professores religiosos, que eram designados pela Igreja, por professores laicos, passando a ser responsabilidade do Estado. Essa transformação foi motivada pela necessidade de uma educação mais secular e pela busca de maior controle estatal sobre o processo educacional. A formação dos professores também passou por adaptações, deixando de ser restrita ao conhecimento religioso e incorporando uma base mais ampla de conhecimentos e habilidades pedagógicas.

Com a secularização da educação, a profissão docente foi se consolidando como uma função essencial na sociedade, assumindo o papel de transmitir conhecimentos e formar cidadãos. A partir desse momento, a formação e o papel dos professores foram sendo regulamentados e ampliados, buscando atender às demandas educacionais de cada época e refletindo as mudanças sociais, culturais e políticas ocorridas ao longo do tempo.

O autor também menciona uma série de outros problemas relacionados à profissão docente ao longo dos anos, incluindo a questão da formação dos professores e como essa formação tem sido desenvolvida e avaliada, as dinâmicas das associações profissionais docentes, o desenvolvimento dos conhecimentos e técnicas dos profissionais docentes, entre outros.

É evidente que esses problemas estão interligados e, ao analisarmos a conjuntura atual, especialmente no contexto brasileiro, é de extrema importância destacar a falta de preparo de uma grande parcela de professores para atuar em sala de aula. Além disso, a desvalorização do profissional docente, as possíveis desmotivações pessoais e profissionais que eles enfrentam e a falta de investimentos no setor da educação são aspectos notáveis.

Os problemas destacados ao longo dessa análise histórica parecem persistir, embora possam apresentar novas facetas, continuando a desafiar o campo educacional e seus agentes. É necessário um esforço conjunto para enfrentar essas questões, com o objetivo de melhorar a formação dos professores, valorizar sua profissão, promover a motivação e oferecer os recursos adequados para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Somente assim poderemos avançar na construção de um sistema educacional mais eficaz e equitativo.

3. DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DURANTE A PANDEMIA COVID-19

Ao pensar a formação de professores no contexto online e sua relação com a pandemia de COVID-19, é importante reconhecer que a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) traz consigo desafios e oportunidades. A transição repentina para o ensino remoto evidenciou a necessidade de repensar e reinventar as práticas educativas, assim como as formas de preparar os professores para atuarem nesse novo cenário.

De acordo com Almeida (2010), é importante considerar que, embora as TDICs possibilitem a informatização do ensino, é necessário ter cuidado para não fragilizar a concepção de educação. O autor ressalta a importância de evitar a passividade do aluno e a mecanização do processo de ensino e aprendizagem. Portanto, ao incorporar as TDICs na formação de professores, é fundamental buscar uma abordagem que promova a participação ativa dos alunos, estimulando sua capacidade de construir conhecimento e colaborar com seus pares.

A utilização das TDICs nas salas de aula, seja presencialmente ou virtualmente, requer uma reflexão cuidadosa sobre o papel do professor e do aluno nesse processo. Embora as tecnologias ofereçam recursos e possibilidades de acesso a informações e conhecimentos diversificados, é essencial garantir que a concepção de educação não se fragilize nesse processo. O ensino não pode se limitar a uma mera informatização, com o aluno passivamente recebendo conteúdos pré-determinados e o professor se tornando apenas um mediador tecnológico.

É fundamental promover uma abordagem pedagógica que valorize a participação ativa dos estudantes, incentivando a construção do conhecimento, a colaboração e a autonomia. Isso implica em repensar os papéis do professor e do aluno, explorando as potencialidades das TDICs como ferramentas de apoio ao processo educativo, e não como substitutas do papel do professor.

Além disso, a formação dos professores para o ensino online requer uma combinação equilibrada de conhecimentos tecnológicos, pedagógicos e didáticos. É preciso capacitar os educadores para utilizar as TDICs de maneira eficiente e criativa, integrando-as ao planejamento e desenvolvimento das aulas, assim como ao acompanhamento e avaliação dos alunos.

Nesse sentido, é importante estabelecer um diálogo constante entre teoria e prática, possibilitando que os professores adquiram não apenas habilidades técnicas, mas também uma compreensão sólida dos fundamentos pedagógicos que embasam o uso das TDICs na educação. Dessa forma, a formação de professores no contexto online se torna um processo contínuo, que requer atualização constante e reflexão sobre as práticas adotadas.

Adicionalmente, é crucial considerar as desigualdades de acesso às tecnologias digitais por parte dos alunos. A pandemia evidenciou a necessidade de garantir a inclusão digital, especialmente para os estudantes que não possuem os recursos necessários para acompanhar as aulas online. A formação de professores deve contemplar estratégias para lidar com essas disparidades, buscando alternativas que permitam a todos os alunos participarem ativamente do processo de ensino e aprendizagem, independentemente de suas condições tecnológicas.

Diante desses desafios, a formação de professores no contexto online requer um olhar atento e uma abordagem integrada, que considere tanto os aspectos tecnológicos quanto os pedagógicos. É necessário promover uma cultura de aprendizado contínuo, investir em recursos e estratégias de formação docente e fomentar a colaboração entre os profissionais, de modo a enfrentar os desafios e explorar as oportunidades proporcionadas pelo ensino remoto e pelas TDICs na educação.

Um problema adicional a ser considerado é a alta taxa de evasão nos cursos de Licenciatura. Almeida (2010) destaca estudos realizados por Jesus (2007) que analisaram um curso de formação de professores de inglês realizado a distância. O autor identificou processos de (re)culturação, reestruturação e reorganização, ou seja, a necessidade de desenvolver novos valores, crenças e normas que envolvem uma nova forma de profissionalismo para os docentes. Entre esses elementos, foram observadas práticas de saudações iniciais e de encerramento, bem como comentários sobre acontecimentos do cotidiano.

Além das mudanças observadas na reestruturação do curso, é importante destacar os desafios enfrentados pelos alunos ao longo do processo de formação. No início, as interações iniciais revelaram um clima de apreensão, incerteza e até mesmo insegurança por parte dos estudantes. A transição para o ambiente online exigiu uma adaptação rápida e o domínio de novas habilidades tecnológicas, o que gerou uma certa resistência e ansiedade.

No entanto, à medida que o curso progredia e os participantes se familiarizavam com as ferramentas e dinâmicas do ambiente virtual, os discursos foram se transformando. Surgiram relatos de satisfação e confiança por parte daqueles que conseguiram superar as dificuldades iniciais. A sensação de estar mais confortável com a modalidade de ensino a distância e o domínio das tecnologias utilizadas contribuíram para um sentimento de segurança e realização.

Por outro lado, a reorganização das rotinas e o gerenciamento do tempo no ambiente online se mostraram como desafios adicionais para os estudantes. A falta de compreensão do espaço social do curso, incluindo as expectativas de interação e participação, dificultou o engajamento pleno dos alunos. Essa falta de familiaridade com a dinâmica do ambiente virtual, aliada a outros fatores externos, contribuiu para uma maior evasão ao longo do curso.

Sendo assim, é importante reconhecer e valorizar aqueles que perseveraram e conseguiram se adaptar à nova realidade. Eles demonstraram um forte senso de dedicação, comprometimento e resiliência, que se manifestaram em suas rotinas de trabalho. Esses alunos encontraram maneiras de estabelecer uma rotina de estudos eficiente, gerenciando seu tempo de forma adequada e superando os desafios inerentes ao contexto de formação online.

Esses relatos evidenciam a importância de oferecer suporte adequado aos alunos durante a formação de professores no contexto da pandemia. O apoio institucional, o planejamento cuidadoso das atividades e o estabelecimento de uma comunidade de aprendizagem colaborativa podem contribuir para minimizar os obstáculos enfrentados e promover uma formação mais efetiva e satisfatória para os futuros professores.

Embora o estudo de Jesus (2007) não tenha sido realizado especificamente no contexto da pandemia do COVID-19, sua relevância não pode ser negligenciada ao refletirmos sobre a atual situação. O ensino online, que anteriormente era considerado uma opção viável, tornou-se uma imposição generalizada na educação. Embora as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) tenham evoluído ao longo dos anos, o ensino online ainda se mantém nos mesmos moldes, o que levanta não apenas questões e preocupações sobre sua eficácia, mas também sobre o ensino a distância como uma imposição em vez de uma alternativa.

A antiga situação de ensino online forçado, devido às restrições da pandemia, nos leva a repensar as práticas educacionais e explorar novas abordagens para tornar essa modalidade de ensino mais efetiva. É fundamental avaliar como o ensino online pode ser aprimorado e adaptado para atender às necessidades dos alunos e promover um processo de aprendizagem mais envolvente e significativo. Além disso, devemos considerar os desafios enfrentados pelos professores na transição para o ensino online e buscar estratégias de suporte e capacitação adequadas para garantir sua efetividade no ambiente virtual.

Nesse sentido, é importante repensar o ensino a distância não apenas como uma solução temporária, mas como uma oportunidade de inovação e melhoria contínua na educação. Devemos explorar novas possibilidades oferecidas pelas tecnologias educacionais e repensar o papel do professor como mediador do conhecimento no ambiente online. A formação de professores no contexto da pandemia do COVID-19 requer uma abordagem abrangente e reflexiva, buscando superar os desafios e aproveitar as oportunidades que surgem nesse novo cenário educacional.

4. NOVAS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA OS PROFESSORES NO PÓS-PANDEMIA

A pandemia do coronavírus provocou uma revolução na educação, exigindo uma rápida adaptação dos professores ao ensino remoto. No entanto, à medida que a sociedade se recupera e as escolas começam a reabrir, surge a necessidade de refletir sobre as competências necessárias para os professores no pós-pandemia. Afinal, o cenário educacional foi profundamente transformado e novas habilidades se tornaram indispensáveis para enfrentar os desafios que surgiram.

Em primeiro lugar, destaca-se a competência tecnológica. Durante a pandemia, os professores foram forçados a dominar ferramentas digitais e plataformas de ensino online. Essa habilidade não deve ser abandonada no pós-pandemia, pois a integração da tecnologia na sala de aula se tornou essencial para o sucesso do processo de aprendizagem. Os professores precisam ser capazes de utilizar recursos digitais de maneira eficiente, promovendo o engajamento dos alunos e oferecendo experiências educacionais enriquecedoras. E de acordo com a Profª. Drª. Maria Assunção Flores (2022), é importante ressaltar que o uso das tecnologias não significa automaticamente inovação ou transformações práticas. É preciso pensar qual o papel do aluno e do professor no próprio contexto de ensino e aprendizagem e ir para além da dimensão tecnológica, além daquilo que constitui ser professor.

Além disso, a capacidade de adaptação e flexibilidade se tornou fundamental. A pandemia mostrou que os planos de aula podem ser interrompidos abruptamente, e os professores precisam estar preparados para lidar com imprevistos. Ser flexível significa ser capaz de ajustar o planejamento, repensar estratégias e encontrar soluções criativas para os desafios que surgem. A resiliência também é uma característica essencial, pois os professores precisam se adaptar a novas realidades e superar obstáculos com determinação.

No contexto pós-pandemia, também se torna crucial a competência socioemocional. A saúde mental dos alunos foi profundamente afetada pelo isolamento social e pelas incertezas causadas pela pandemia. Os professores devem estar preparados para lidar com as emoções dos alunos, oferecendo apoio e orientação adequados. Além disso, é importante que os educadores cultivem em si mesmos a inteligência emocional, para que possam gerenciar seu próprio bem-estar e transmitir segurança aos estudantes.

Adicionalmente, a competência na área de literacia digital é fundamental. A era digital exige que os professores sejam capazes de avaliar criticamente a informação, compreender os princípios de privacidade e segurança online, além de promover a alfabetização digital entre os alunos. Os professores devem ser capazes de ajudar os estudantes a distinguir informações confiáveis das falsas, incentivando o pensamento crítico e a tomada de decisões informadas.

Por fim, a busca constante por atualização e aperfeiçoamento profissional se torna imprescindível no pós-pandemia. A educação está em constante evolução, e os professores devem acompanhar as novas tendências, metodologias e abordagens pedagógicas. Participar de cursos, workshops, conferências e grupos de estudo são formas de se manter atualizado e aprimorar suas práticas de ensino.

5. INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Os estudos apresentados pela Profª. Drª. Maria Assunção Flores, no XXI ENDIPE, Uberlândia (2022), trouxeram dois aspectos com implicações para a formação inicial dos professores que estão relacionadas inicialmente às naturezas das tarefas didáticas e de aprendizagem para aprender e ensinar e ensinar e aprender onde observamos o papel da instigação na formação do professor.

De outro lado, temos a questão da avaliação que demonstram que durante o período de confinamento e ensino a distância ocorreram modos distintos de pensar a formação. Isto traz algumas implicações nos métodos de avaliação fazendo com que surjam métodos diversificados para além do habitual e alguns desafios – dentro do contexto pós pandemia - nos modos de avaliação nas escolas através dos recursos multimodais.

A integração de tecnologia na formação de professores tem se mostrado uma necessidade premente na era digital em que vivemos. A tecnologia permeia todos os aspectos da sociedade contemporânea e, consequentemente, também afeta a educação. Assim, é essencial que os programas de formação de professores incorporem a tecnologia como um componente central, capacitando os educadores a utilizar de forma eficaz as ferramentas digitais em suas práticas pedagógicas.

Em primeiro lugar, é fundamental proporcionar aos futuros professores uma base sólida de conhecimentos tecnológicos. Isso inclui familiarizá-los com as principais plataformas e aplicativos educacionais, bem como com as melhores práticas de uso dessas tecnologias em sala de aula. Os professores precisam compreender como utilizar recursos digitais de maneira eficiente, promovendo a interação, a colaboração e o engajamento dos alunos. Além disso, é necessário que eles estejam atualizados sobre as novas tendências e inovações tecnológicas que surgem constantemente.

Além do domínio técnico, a formação de professores deve enfatizar a integração pedagógica da tecnologia. Não basta apenas saber usar as ferramentas digitais, é preciso compreender como elas podem ser aplicadas de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem. Os futuros educadores devem aprender a selecionar e adaptar recursos tecnológicos de acordo com os objetivos de aprendizagem, as características dos alunos e as demandas

do currículo. A tecnologia deve ser vista como uma ferramenta para potencializar o ensino, aprimorar a personalização da aprendizagem e desenvolver habilidades do século XXI.

A integração da tecnologia na formação de professores não se resume apenas ao uso de dispositivos e aplicativos. Ela deve estar alinhada a uma visão educacional que valorize a aprendizagem centrada no aluno, a criatividade, o pensamento crítico e a resolução de problemas. Os futuros educadores devem ser incentivados a explorar diferentes abordagens pedagógicas que integrem a tecnologia de forma significativa, proporcionando aos alunos experiências de aprendizagem autênticas e relevantes.

É importante destacar que a formação de professores na integração de tecnologia não deve negligenciar as competências tradicionais da docência, como a capacidade de planejar, avaliar e criar um ambiente de aprendizagem positivo. A tecnologia é uma ferramenta que pode potencializar essas competências, mas não as substituir. Portanto, a formação de professores deve equilibrar o desenvolvimento tecnológico com a promoção de habilidades e conhecimentos essenciais para a prática docente de qualidade.

Deste modo, a integração de tecnologia na formação de professores é indispensável para preparar os educadores para os desafios e oportunidades da era digital. Os futuros professores devem adquirir conhecimentos tecnológicos sólidos, compreender a integração pedagógica da tecnologia, refletir criticamente sobre seu uso, promover a colaboração entre educadores e buscar o desenvolvimento profissional contínuo nessa área. A formação de professores na integração destas tecnologias é um investimento fundamental para proporcionar uma educação de qualidade e preparar os alunos para o mundo digital em constante transformação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do panorama educacional contemporâneo, a complexidade advinda da pandemia e das alterações sociais instiga uma profunda reflexão, demandando uma abordagem holística e meticulosamente planejada. Tal cenário sublinha a premente necessidade de robustecer a cultura organizacional das instituições educacionais, almejando um ambiente intrinsecamente acolhedor, participativo e propício ao crescimento pleno de cada stakeholder educacional.

Esta cultura organizacional não apenas molda o ethos laboral, mas também serve como catalisadora da motivação docente e engajamento discente. Ao cultivar valores de autonomia, reciprocidade, diversidade e evolução contínua, pavimenta-se o caminho para uma gestão escolar eficaz e a consecução das metas educativas.

Consequentemente, as instituições educacionais, armadas com sua autonomia multifacetada, são instigadas a perseguir uma gestão autônoma, centralizada na edificação coletiva de práticas e diretrizes pedagógicas. Esta visão implica uma constante readequação às demandas emergentes, com um olhar perspicaz para soluções inovadoras que visam uma educação de vanguarda, capacitando discentes para os intrincados desafios do século em curso.

A perturbação causada pela COVID-19 reconfigurou o terreno educacional, lançando docentes em um turbilhão de adaptações. Esta reviravolta amplifica a imperatividade da capacitação docente, preparando-os para um mundo digital em incessante metamorfose, reforçando assim, tacitamente, a indispensabilidade de uma formação contínua e reflexiva.

As metamorfoses educacionais contemporâneas culminam em uma dedução irrefutável: a capacitação docente deve ser perene, colaborativa e intrinsecamente reflexiva. Tal capacitação perpétua objetiva habilitar educadores a prover instrução de excelência, alinhada às demandas e anseios discentes da presente era digital. Essa realidade pressupõe uma reconsideração profunda da formação docente, a qual necessita ser calibrada para dotar os educadores de competências, saberes e posturas essenciais, permitindo-lhes não apenas enfrentar, mas também capitalizar sobre os desafios e oportunidades da sociedade atual.

Os professores desempenham um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, pois estão constantemente envolvidos na relação e interação com seus alunos. Desse modo, investir na formação contínua dos professores é essencial para aprimorar suas habilidades pedagógicas, adaptá-las às novas tecnologias e promover práticas de ensino mais eficazes.

Portanto, o desafio que se coloca diante de instituições de ensino, educadores e formuladores de políticas educacionais é o de investir na renovação substancial da formação de professores.

A qualidade da educação no mundo digital depende, em grande parte, da qualidade da formação dos professores. O investimento na capacitação de educadores é uma medida estratégica que não apenas atende às demandas da sociedade contemporânea, mas também prepara as gerações futuras para enfrentar os desafios e colher os benefícios de um mundo cada vez mais digital e interconectado.

Este estudo evidencia a transformação no campo educacional face às demandas de uma sociedade intensamente digitalizada. Salienta-se a primazia das competências tecnológicas, adaptativas e socioemocionais para professores no cenário pós-pandemia, bem como a imperatividade de uma formação que integre a tecnologia não somente como instrumento, mas como recurso pedagógico pertinente.

7. REFERÊNCIAS

DE ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Transformações no trabalho e na formação docente na educação a distância on-line. **Em Aberto,** v. 23, n. 84, 2010.

FLORES, Maria Assunção. **Didática e os novos saberes estruturantes da docência: resistências, proposições e possibilidades.** XXI ENDIPE, Uberlândia, 26/11/2022. Video de duração de 100m. [Live]. Disponivel em https://www.youtube.com/watch?v=x5d1WA96ZoQ . Acesso em 26/05/2023.

JESUS, Dánie Marcelo de. Reculturação, reestruturação e reorganização temporal de professores-alunos no ambiente digital. **Hipertextus,** Pernambuco, v. 6, n. 1, p. 2-18, jan. 2011. Disponível em: http://www.hipertextus.net/volume6.html. Acesso em: 20 jul. 2020.

NÓVOA, A. **Profissão docente.** (Entrevista concedida ao repórter Paulo de Camargo). Revista Educação, São Paulo, n. 154, set. 2011. Disponível em: https://revistaeducacao.com.br/2011/09/10/profissaodocente/. Acesso em: 20 jul. 2020

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. Porto, Portugal: Porto Editora, 2000, p.

15-34.

SANTOS, CLAITONEI SIQUEIRA. Educação escolar no contexto de pandemia. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 1, n. 30, p. 44-47, 2020.

USO DE *CHATBOTS* NA EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA EXECUÇÃO DO PLANO PILOTO DO PROJETO CRYPTO NA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIÃO CERQUEIRA

Pedro Henrique Almeida Cortat de Paula[1]

Resumo:

Este relato de experiência aborda a implementação do Plano Piloto do projeto Crypto em 2023, pela empresa Weni, na Escola Estadual Sebastião Cerqueira, com foco na mediação pelo professor de filosofia. O projeto Crypto utiliza Inteligência Artificial (IA) para desenvolver um *chatbot* educacional, com o propósito de oferecer suporte personalizado aos alunos e melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Explorou-se como o *chatbot* foi utilizado no contexto educacional e os resultados do seu impacto no desempenho dos alunos em comparação com aqueles que não o utilizaram. A partir disso, discutiu-se a eficácia da IA como suporte educacional, bem como as limitações e melhorias necessárias nesse tipo de aplicação.

Palavras-chave: chatbots, educação, filosofia.

1 Pedro Henrique Almeida Cortat de Paula, Mestrando na Universidade Federal de Juiz de Fora, Professor da Educação Básica da Escola Estadual Sebastião Cerqueira, pedro.cortat@ich.ufjf.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco relatar a experiência do Plano Piloto implementado pela empresa Weni, no âmbito do projeto Crypto, na Escola Estadual Sebastião Cerqueira em 2023, com a participação do autor enquanto professor de filosofia responsável pela mediação dos alunos e os produtos tecnológicos.

O projeto Crypto utiliza algoritmos de Inteligência Artificial (IA) para o desenvolvimento de um *chatbot* educacional. A finalidade deste relato de experiência é apresentar, de forma abrangente, o desenvolvimento, implementação e resultados desse programa piloto.

A justificativa para a realização deste trabalho reside na crescente relevância da IA e da tecnologia educacional como ferramentas complementares no processo de ensino e aprendizagem. O uso de *chatbots* no ambiente educacional tem o potencial de oferecer suporte personalizado aos alunos, fornecendo respostas contextualizadas e auxiliando na consolidação do conhecimento.

Os objetivos deste trabalho incluem explicar como foi o uso de *chatbots* do Plano Piloto do Crypto no processo de ensino e aprendizagem na Escola Estadual Sebastião Cerqueira, cujo objetivo foi avaliar o desempenho dos alunos que utilizaram o *chatbot* em comparação com aqueles que não o utilizaram, discutir a eficácia da IA como auxiliador educacional, e também identificar as limitações e melhorias desse tipo de ferramenta.

O projeto da Weni, empresa de Inteligência Artificial aplicada na comunicação, teve início em 2021, quando a mesma foi uma das selecionadas pelo programa de Inovação do Fundo das Nações Unidas para a Infância - o UNICEF, culminando no relatório utilizado como referência para o presente trabalho. Nas seções seguintes, será apresentado o funcionamento do programa piloto, sua aplicação e os resultados obtidos, além de considerações finais sobre o uso de *chatbots* educacionais como ferramentas promissoras no campo da educação.

2. USO DE CHATBOTS COMO AUXILIAR DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

2.1. Descrição do Plano Piloto do Projeto Crypto

No projeto Crypto, a Weni utilizou algoritmos “Content Intelligence” (Inteligência de Conteúdo) de Inteligência Artificial (IA) para o desenvolvimento do chatbots (WENI, 2023). Esta abordagem permite que o sistema formule respostas aos usuários com base no conteúdo selecionado de suas bases de conhecimento. Isto é, a IA pode ser alimentada com conteúdo

textual, como livros ou artigos, uma curadoria necessária no meio educativo para garantir que os discentes terão acesso a respostas embasadas e conteúdos pertinentes ao programa educacional.

Essas bases de conhecimento registradas foram segmentadas de acordo com os tópicos abordados pelo *chatbot*. O conteúdo normalmente ministrado nessas turmas foi dividido em módulos para que sua distribuição fosse organizada ao longo do período do programa piloto (quatro semanas). O que também permitia ao *chatbot* que fornecesse respostas contextualizadas aos alunos.

O *chatbot* interagia com os alunos enquanto eles faziam suas perguntas. Por exemplo, quando um aluno iniciava uma conversa com o *chatbot*, o mesmo era solicitado a selecionar a respeito de qual módulo desejava tirar dúvidas. Neste programa piloto, foram registrados quatro módulos de Filosofia, com conteúdo de introdução à filosofia e lógica argumentativa e informal.

Após a seleção do módulo, o *chatbot* exibia um menu, com tópicos pré definidos que estão cobertos nas bases de conhecimento registradas. O aluno poderia então escolher um dos tópicos e fazer uma pergunta sobre esse tema. A IA, por conseguinte, responderia unicamente com as informações disponíveis em seu banco de dados (e apenas elas).

O programa piloto funcionava através de duas jornadas: ativa e passiva (WENI, 2023). Na jornada ativa, o *chatbot* entra em contato com os alunos para enviar lições e tarefas para avaliação e consolidação do conteúdo. As lições são estruturadas em uma planilha, onde o professor fornece o link para a planilha e preenche as informações das colunas relacionadas às questões: número do item, enunciado, distratores, a resposta correta e um comentário sobre a resolução da questão. Essas informações são usadas para enviar atividades aos alunos. Depois de responderem a todas as perguntas de uma das lições os alunos recebem seus resultados e podem, a partir deles, ter uma noção do próprio desempenho e conhecimento.

Na jornada passiva, são os alunos que entram em contato com o *chatbot* por meio do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp, para fazer perguntas relacionadas aos módulos que estariam estudando. Na medida em que ficam registrados os dados do aluno, como nome completo, número do *Whatsapp* e número da turma são registrados, de forma a poder utilizar o *chatbot* a fim de fornecer apoio personalizado a cada aluno. Além disso, o *chatbot* foi projetado para fornecer respostas rápidas e eficientes às perguntas dos alunos e auxiliá-los em seu processo de aprendizado. Após a avaliação da resposta fornecida pela IA de conteúdo, o aluno pode fazer outras perguntas, se necessário. Caso contrário, a conversa é encerrada.

A hipótese inicial da Weni no desenvolvimento deste projeto piloto é que os estudantes que receberam acompanhamento da IA durante seus estudos apresentaram melhores resultados (WENI, 2023). Tal acompanhamento é de difícil execução para professores da educação básica com poucas aulas por turma, turmas cheias e que precisam pegar muitas turmas para obter uma carga horária adequada. E que pode se tornar exequível com o auxílio de *chatbots*.

Após desenvolver o *chatbot* Crypto, a Weni iniciou o processo de busca por uma instituição educacional parceira para implementar seu programa piloto. No início de 2023, a Escola Estadual Sebastião Cerqueira foi escolhida para a aplicação do projeto com amplo apoio da gestão e corpo docente. E, entre ambas as equipes, ficou acordado que os participantes do programa piloto seriam os estudantes do primeiro ano do ensino médio.

A série é composta por 4 turmas, totalizando aproximadamente 100 alunos. Ao estabelecer uma base para comparação, duas dessas turmas foram selecionadas aleatoriamente para utilizar o *chatbot* em seu cotidiano de estudos, enquanto as outras duas turmas não o utilizaram. Além disso, a disciplina escolhida para ser introduzida no *chatbot* foi Filosofia. Posteriormente, foram selecionados os conteúdos iniciais, que já seriam ensinados aos estudantes, para serem inseridos no *chatbot*.

A ideia do programa era disponibilizar o *chatbot* por um período de quatro semanas, durante o qual os alunos teriam acesso ao *chatbot* através de seus *Whatsapps* sempre que quisessem, para obter respostas às suas perguntas. Isto é, os alunos teriam aula de um conteúdo e poderiam revisá-lo e tirar dúvidas sobre o conteúdo através do *chatbot*. Pensando em dificuldades de acesso e conectividade, foi separado um dia para que cada turma pudesse usar os terminais e rede da Sala de Informática da Escola.

Dentro da Jornada Ativa, foi desenvolvido o módulo de inteligência artificial presente no *chatbot*, chamado "Avaliação de Desempenho". Neste módulo, ao longo das quatro semanas de aplicação do programa piloto, perguntas seriam enviadas para que os alunos respondessem diretamente no *chatbot*. Essas perguntas seriam relacionadas aos diferentes módulos estudados ao longo do curso e segmentadas de acordo.

Para testar essa premissa, foram comparados os desempenhos das quatro turmas de primeiro ano. Todas as turmas receberam as mesmas aulas, atividades e material didático. As turmas 1001 e 1002 não receberam acesso ao *Crypto*, fizeram suas atividades via Google Formulário, e puderam consultar a matéria via textos-aula no Google Drive da Turma. Já as turmas 1003 e 1004, receberam acesso às jornadas ativa e passiva anteriormente descritas. Permitindo, dessa forma, avaliar os desempenhos e verificar as hipóteses iniciais de trabalho.

2.2. Aplicação do Programa Piloto na Escola Estadual Sebastião Cerqueira

Durante a primeira semana do programa piloto, houve uma apresentação presencial para os alunos do primeiro ano do ensino médio na Escola Estadual Sebastião Cerqueira, onde o *chatbot Crypto* seria utilizado.

Nesse período, segundo relatório da Weni (2023), cerca de 100 alunos interagiram com o *chatbot*, enviando um total de 407 mensagens, enquanto o *chatbot* retornou com 728 mensagens. A maioria das interações estava relacionada ao Módulo 1, que correspondeu a aproximadamente 85% dos acessos.

Devido a problemas técnicos na escola, a jornada ativa do *chatbot*, não foi possível na primeira semana, mas foi replanejada para a semana seguinte. Com base nos dados e *feedback* coletados, a equipe de monitoramento da Weni identificou as melhorias necessárias, incluindo ajustes na linguagem do *chatbots* e desenvolvimento de um painel de controle (WENI, 2023).

A segunda semana do programa trouxe outras demandas ao programa piloto. Os alunos estavam empolgados usando o *chatbot*, mas ainda não haviam experimentado a jornada ativa do *Crypto*. Na segunda-feira desta semana, iniciou-se o envio de mensagens como parte da jornada ativa. Entretanto, novos desafios dificultaram uma primeira aplicação satisfatória.

Um erro organizacional ocorreu em relação à verificação de todos os alunos que receberam as atividades, tanto da turma 1003 quanto da turma 1004. Alguns alunos não receberam as perguntas e foi necessário enviar as atividades separadamente para cada um deles. Ademais, um erro do sistema relacionado à instabilidade durante a aplicação da jornada ativa do *Crypto* na plataforma Weni (2023), causou um leve atraso no início uniforme das atividades.

Na mesma semana, o segundo envio de mensagens foi executado, e os resultados foram efetivos devido à normalidade da plataforma e aos ajustes feitos pela equipe Weni. No entanto, o *Crypto* ainda não alcançou a autonomia e a qualidade desejadas por seus desenvolvedores, devido a um erro identificado por meio do feedback de um aluno (WENI, 2023). Este erro estava relacionado a alguns alunos não receberem a réplica após responderem à primeira pergunta. Uma vez que o erro técnico foi identificado, todas as perguntas foram reenviadas aos alunos.

Na terceira semana, os resultados do *Crypto* foram positivos, sem erros no envio de mensagens e os alunos respondendo às perguntas recebidas. Também foram obtidos dados relevantes sobre as interações dos alunos e a jornada passiva.

Um dos pontos levantados pela interpretação dos dados (WENI, 2023) mostra que nesta semana, o Módulo II foi o módulo mais acessado, representando 54,55% dos acessos, provavelmente sendo o módulo mais procurado pelos alunos para revisar os conceitos da última semana de aula. No total, foram executadas aproximadamente 1.750 trocas de mensagens (WENI, 2023).

Em suma, a terceira semana do programa piloto concentrou-se no refinamento e monitoramento da aplicação do *chatbot*, e análise de dados por parte da equipe Weni. Apesar do problema dos alunos sem dispositivos, os resultados do *Crypto* foram positivos, com alto envolvimento dos alunos.

Na quarta e última semana do programa não só os alunos fizeram suas consultas e atividades, mas também foi executada, por parte da Weni, uma entrevista com o professor orientador dos alunos para coleta de *feedbacks* qualitativo adicional sobre o programa, como também para receber dados dos alunos que participaram usando o Google Formulários para responder às perguntas.

Na entrevista, foi expressa satisfação com o programa e com o potencial que essa ferramenta pode oferecer. Alguns pontos indicados para melhoria foram: a necessidade de um guia para os professores inserirem seu conteúdo de aula na plataforma de modo que o *Crypto* pudesse trabalhar com o conteúdo de forma mais eficiente; a necessidade de vencer as limitações da plataforma, como o fato de fórmulas de lógica formal e exemplos variados, não serem reconhecidas pela IA do projeto piloto, impossibilitando a abordagem do conteúdo de lógica formal dentro do programa (provavelmente, assim como outros que envolvam fórmulas matemáticas); assim como a indicação do uso de ferramentas pedagógicas mais úteis, como os exemplos.

Outro ponto destacado, foi que alguns alunos relataram julgar algumas respostas pouco elaboradas. Isso se deve precisamente à limitação da IA do *Crypto* em fornecer respostas complexas, o que impactou na experiência geral, causando uma frustração nos alunos. De maneira geral, na entrevista foi reiterada a opinião que o impacto havia sido positivo e aprofundaremos nos dados do relatório (WENI, 2023) na próxima sessão.

2.3. Resultados do Plano Piloto

A análise dos resultados foi executada pela equipe da Weni utilizando os dados da plataforma do *chatbot*, assim como as respostas dos alunos que não tiveram acesso ao IA. Com base nos números de acertos e alunos envolvidos, foram realizadas análises comparativas entre aqueles que usaram o *Crypto* e aqueles que não usaram (WENI, 2023).

A tabela a seguir foi extraída do relatório da Weni, que compila comparativo entre os dois grupos:

	1º Atividade		2º Atividade		3º Atividade		4º Atividade	
	Estudante sem Chatbot	Estudante com Chatbot	Estudante sem Chatbot	Estudante com Chatbot	Estudante sem Chatbot	Estudante com Chatbot	Estudante sem Chatbot	Estudante com Chatbot
Número de Estudantes	62	34	65	40	53	39	50	39
Média	7	6,7	6	6	4,1	6,3	3,3	6,2
Diferença entre Médias	0,3		0		-2,2		-2,9	
Nota Máxima	10	10	10	10	10	10	10	10
Nota Mínima	2	0	0	1	1	0	0	1

Uma vez que nem todos os alunos que usaram a IA possuíam dispositivos móveis próprios e precisavam ser realocados para realizar as atividades via Google Formulários no laboratório de informática da escola, o grupo que não utilizou o *chatbot* foi expressamente maior em todas as atividades.

Como pode-se observar pela tabela, o grupo sem acesso ao *chatbot* começou em pequena vantagem de apenas 0,3 pontos sobre o grupo com acesso. Este dado foi apontado no relatório como evidência da homogeneidade entre os alunos das turmas. Na segunda semana do programa, a média das turmas foi a mesma,o que reitera esse ponto de partida homogêneo, uma vez que as duas primeiras atividades foram feitas na mesma semana.

Conforme o conteúdo se complexifica na terceira semana, a diferença entre os dois grupos se revela. As turmas que utilizaram o *chatbot* tiveram uma média mais alta do que aquelas que não tiveram este facilitador, com uma diferença de 2,2 pontos em favor dos que utilizaram. Entre as hipóteses levantadas no relatório, destaca-se que isso pode ter ocorrido devido ao aumento do tempo gasto usando o *Crypto*, o que pode ter ajudado na consolidação do conhecimento por meio da jornada passiva (WENI, 2023).

Na quarta atividade, a diferença entre as notas seguiu crescente, com um valor significativamente mais alto, para a turma que usou o *Crypto*. A diferença foi de 2,9 pontos entre elas, enquanto a turma que não o usou teve a menor média entre todas as atividades do programa piloto, com 3,3 pontos. Além disso, o relatório destaca que a turma que usou o *chatbot* teve uma média de pontuação acima de 6 em todas as atividades propostas no programa piloto, ao contrário da outra turma, a qual oscilou negativamente ao longo do programa.

Portanto, com base nessas informações, o relatório concluiu que as turmas 1003 e 1004, que usaram o *Crypto* durante todo o programa, tiveram um desempenho superior às turmas que não o usaram nas atividades 3 e 4, com uma diferença significativa na quarta atividade. Isto é, ainda que as turmas tenham iniciado o programa com médias similares, uma diferença de média foi estabelecida, conforme o uso da plataforma de IA auxiliava o processo de ensino e aprendizagem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos resultados aparentemente positivos, alguns destaques são necessários. Um dos principais pontos positivos do programa ao olhos dos professores da instituição foi o fato da inteligência de conteúdo permitir a curadoria do conteúdo a ser apresentado aos alunos, isso significa que os educadores poderiam filtrar conteúdos não relevantes ou perigosos.

Porém esse tipo de IA, na forma em que estava no início de 2023, teve diversas limitações ao longo do programa piloto, como respostas muito curtas e má interpretação das perguntas dos alunos. Apesar do interesse dos alunos na novidade, em alguns casos, as respostas aos usuários não atenderam às expectativas, gerando dúvidas e insatisfações. Esse tipo de frustração pode gerar desconfiança com a nova tecnologia nos alunos, e atrapalhar o processo de auxílio do Crypto na aprendizagem, porém tais situações foram explicadas no contexto do programa piloto (Que se trata do estágio inicial de testes, e que os alunos contribuíram com as melhorias ao identificar essas respostas limitadas ou confusas).

Parte dos erros estão relacionados à estrutura em que o conteúdo é registrado, de forma que é necessário reavaliar o uso de categorias para classificar o conteúdo por temas ou tópicos, além da organização da base de conhecimento, a fim de facilitar a busca por informações específicas. Outro problema relacionado ao conteúdo é que o *Crypto*, no estágio que se encontrava no início de 2023, não era capaz de trabalhar com fórmulas de lógica formal, ou apresentar exemplos aos alunos, mesmo se recebesse uma lista de exemplos insumos pelo professor. Elemento fundamental para a compreensão de conceitos filosóficos, disciplina teste do programa piloto na Escola Estadual Sebastião Cerqueira.

Outra limitação apresentada no programa, é a necessidade de o aluno-usuário ter um dispositivo móvel com o aplicativo *WhatsApp* instalado para participar das atividades. Apesar da parte da jornada passiva poder ser desenvolvida em qualquer terminal, a parte ativa dependia do aplicativo de mensagens instantâneas. Ainda que de uso comum no Brasil, é preciso considerar a realidade das escolas públicas do país, onde existem muitos casos de alunos que não possuem smartphones, ou aparelhos telefônicos capazes de suportar o *Whatsapp* de uso próprio e individual.

Além disso, um ponto de aprimoramento do *chatbot* seria a possibilidade de trabalhar com questões dissertativas. Visto que, na versão testada no programa piloto, apenas foi possível utilizar atividade objetivas, não sendo possível enviar ou receber atividades discursivas que envolvessem maior reflexão e argumentação. Como versa o próprio conteúdo usado no Plano Piloto, a argumentação e a atitude reflexiva são o elemento mais essencial da filosofia.

Apesar de ter sido uma intervenção inovadora, apoiando ambos os lados do processo de ensino e aprendizagem (oferecendo um tutor de pronto atendimento aos alunos, e um assistente organizacional ao professor) a aplicação do *Crypto* foi bem tradicional nesse programa piloto (revisar conteúdo lecionado, aplicar atividades e devolver resultados). Seria muito in-

teressante pesquisar os efeitos de desdobrar essa tecnologia desenvolvendo atividades de metodologia ativa e pesquisa em sala de aula, assim como adicionar elementos de interdisciplinaridade e ludificação no uso do *chatbot*.

Os resultados promissores indicam a necessidade de mais estudos e testes semelhantes para aprofundar essas análises e a expandir a potencialidade do programa de IA, de forma que mais alunos possam se beneficiar do uso desta tecnologia educacional. Programas similares, mas com maior duração, e envolvendo mais componentes curriculares, assim como mais turmas e escolas ofereceriam um resultado mais preciso dos efeitos desse tipo de tecnologia na educação.

Ademais, o programa piloto buscou avaliar a influência do uso da tecnologia no desempenho e apresentou resultados interessantes. A tecnologia do *chatbot* ajudou a melhorar o desempenho acadêmico de seus usuários, como analisado nos resultados obtidos, benefício passível de ser replicável e escalável a outros cenários. Sendo uma ferramenta educacional inovadora que oferece aos alunos uma experiência de aprendizado interativo e também de baixo custo. Dessa forma, também é necessário destacar que, o *chatbot* educacional se apresenta como uma opção viável e eficaz para alcançar esses objetivos.

4. REFERÊNCIAS

WENI, Playbook: Crypto Chatbot Pilot Program. · Alagoas, 2023. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:143417a6-f6c5-4776-9a9d-84a364b8cf06 Acessado em: 10 de Setembro de 2023.

TECNOLOGIAS INTEGRADAS À SALA DE AULA: HABILIDADES NO USO DAS FERRAMENTAS COLABORATIVAS NA EDUCAÇÃO

Renato Lopes[1]

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo explorar as diversas oportunidades de desenvolvimento de habilidades no âmbito da educação, voltadas para o uso de tecnologias e ferramentas colaborativas por todos os envolvidos no processo educacional. Com isso, entenderemos como funcionam as ferramentas colaborativas em um ambiente de sala de aula, permeadas pelas habilidades necessárias para o desenvolvimento de uma pedagogia integrada às tecnologias e à compreensão de algumas destas ferramentas, na prática docente, o que nos permitirá afirmar a importância do desenvolvimento de atividades colaborativas nas escolas com foco nos objetivos pedagógicos. Trará, ainda, uma compreensão de como é o trabalho colaborativo e o papel do professor diante destas novas propostas das práticas pedagógicas.

Este artigo foi elaborado por meio de uma revisão qualitativa, utilizando referências científicas em conjunto com materiais de sites, reportagens, relatórios. Nele perceberemos o papel relevante das ferramentas colaborativas no processo pedagógico da escola e na construção do conhecimento dos estudantes, assim como a necessidade de uma formação continuada dos professores para utilização deste recurso para a aprimorar suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Colaborativa. Tecnologias. Habilidades. Formação. Professores.

1 Graduação em Administração de Empresas. Especializações em Gerência e Tecnologia da Qualidade e Organização Pedagógica-Gestão Escolar, Licenciatura em Matemática, Políticas Públicas em Educação. Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. renato.lopes@educacao.mg.gov.br.

Abstract:

The aim of this work is to explore the various opportunities for developing skills in education, focusing on the use of technologies and collaborative tools by all those involved in the educational process. In doing so, we will understand how collaborative tools work in a classroom environment, permeated by the skills needed to develop a pedagogy integrated with technologies and an understanding of some of these tools in teaching practice, which will allow us to affirm the importance of developing collaborative activities in schools with a focus on pedagogical objectives. It will also provide an understanding of what collaborative work looks like and the role of the teacher when faced with these new proposals for teaching practices.

This article was drawn by means of a qualitative review, using scientific references together with material from websites, reports and reports. In it we will see the relevant role of collaborative tools in the school's pedagogical process and in the construction of students' knowledge, as well as the need for continuing training for teachers to use this resource to improve their pedagogical practices.

Keywords: *Collaborative. Technologies. Skills. Training. Teachers.*

1. INTRODUÇÃO

As tecnologias integradas à sala de aula têm se mostrado cada vez mais presentes no contexto educacional, trazendo consigo uma série de benefícios e oportunidades para alunos e professores. Com o avanço das ferramentas colaborativas, tornou-se possível explorar novas formas de aprendizagem, desenvolvendo habilidades essenciais para o século 21.

As ferramentas colaborativas referem-se a uma variedade de recursos e plataformas tecnológicas que facilitam a cooperação e a interação entre indivíduos ou grupos de pessoas em um ambiente virtual. Elas são projetadas para permitir que os usuários compartilhem informações, trabalhem juntos em projetos, comuniquem-se em tempo real e colaborem de maneira eficiente, independentemente da localização geográfica. Essas ferramentas podem incluir aplicativos de videoconferência, plataformas de compartilhamento de documentos, redes sociais empresariais, sistemas de gerenciamento de projetos e muito mais. O uso de ferramentas colaborativas na educação oferece uma abordagem dinâmica e interativa para o aprendizado, estimulando a participação ativa dos alunos e promovendo o trabalho em equipe, o que pode enriquecer significativamente a experiência educacional.

Neste sentido, o uso das ferramentas colaborativas na educação tem se mostrado uma estratégia eficaz para promover a interação entre os alunos, estimular a participação ativa e o trabalho em equipe. Através dessas tecnologias, é possível criar ambientes virtuais de aprendizagem, nos quais os estudantes podem compartilhar ideias, trocar experiências e construir conhecimento coletivamente.

Além disso, as ferramentas colaborativas permitem a realização de projetos em grupo, nos quais os alunos podem desenvolver habilidades como comunicação, negociação, liderança e resolução de problemas. Através da divisão de tarefas e da interação constante, os estudantes aprendem a trabalhar em equipe, valorizando as contribuições individuais e buscando soluções conjuntas.

Outro aspecto importante é a possibilidade de acesso a diferentes fontes de informação e recursos educacionais. Com as tecnologias integradas à sala de aula, os alunos podem pesquisar, analisar e selecionar informações relevantes, desenvolvendo habilidades de pesquisa e pensamento crítico. Além disso, a utilização de recursos digitais como vídeos, jogos educativos e simuladores, tornam as aulas mais dinâmicas e atrativas, favorecendo a motivação e o interesse dos estudantes pelo conteúdo.

Diante desse cenário, é fundamental que os professores adquiram habilidades no uso das ferramentas colaborativas, a fim de potencializar o seu uso em sala de aula. É necessário que os educadores estejam preparados para orientar os alunos na utilização dessas tecnologias, bem como para promover a reflexão crítica sobre o seu uso, estimulando o pensamento ético e responsável.

Dessa forma, a integração das tecnologias à sala de aula, aliada ao desenvolvimento de habilidades no uso das ferramentas colaborativas, representa uma oportunidade única de transformar o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais significativo, participativo e contextualizado. Cabe aos educadores e instituições de ensino explorarem todo o potencial dessas ferramentas, visando formar cidadãos críticos, colaborativos e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

2. DESENVOLVIMENTO

As tecnologias integradas à sala de aula têm se mostrado uma poderosa ferramenta para promover o desenvolvimento de habilidades nos alunos. O uso das ferramentas colaborativas na educação, em particular, tem se destacado como uma forma eficaz de estimular a colaboração e o trabalho em equipe. Ao utilizar essas tecnologias, os alunos são incentivados a compartilhar ideias, trocar experiências e construir conhecimento coletivamente. Essa abordagem não apenas promove a interação entre os estudantes, mas também desenvolve habilidades essenciais para o século XXI, como a comunicação, a negociação e a resolução de problemas.

Além disso, as ferramentas colaborativas proporcionam aos alunos acesso a uma variedade de recursos educacionais e fontes de informação. Com a tecnologia integrada à sala de aula, os estudantes podem pesquisar, analisar e selecionar informações relevantes, desenvolvendo habilidades de pesquisa e pensamento crítico. Aliás, a utilização de recursos digitais, como vídeos, jogos educativos e simuladores, torna as aulas mais dinâmicas e atrativas, estimulando a motivação e o interesse dos alunos pelo conteúdo.

Outro aspecto importante é o papel do professor como mediador do processo de aprendizagem. Ao utilizar as ferramentas colaborativas, os professores podem orientar os alunos na utilização adequada dessas tecnologias, promovendo a reflexão crítica sobre o seu uso e estimulando o pensamento ético e responsável. Portanto, os educadores podem criar ambientes virtuais de aprendizagem, nos quais os alunos interagem e colaboram, entre si, de forma segura e supervisionada.

Por fim, o uso das tecnologias integradas à sala de aula e das ferramentas colaborativas prepara os alunos para o mundo atual, no qual a colaboração e a habilidade de trabalhar em equipe são cada vez mais valorizadas. Ao desenvolverem essas habilidades, os estudantes estão se preparando para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e da sociedade em geral, onde a colaboração e o trabalho em equipe são essenciais para o sucesso.

Em suma, as tecnologias integradas à sala de aula e o uso das ferramentas colaborativas na educação são recursos que promovem o desenvolvimento de habilidades nos alunos, estimulando a colaboração, o acesso à informação e a participação ativa no processo de aprendizagem. Cabe aos educadores explorarem todo o potencial dessas ferramentas, capacitando os alunos para serem cidadãos críticos, colaborativos e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

A seguir, entenderemos as ferramentas colaborativas e como elas podem proporcionar um dinamismo nas práticas pedagógicas, com o desenvolvimento de habilidades no uso no processo educacional e de forma flexível.

2.1. Ferramentas Colaborativas

A cada dia surgem novas tecnologias voltadas para a educação no formato *online* com a possibilidade de colaboração. Mas, como são inúmeras ferramentas, fica inviável conhecer todas. Assim, é importante considerarmos a velocidade de criação destes recursos para desenvolvimento das práticas pedagógicas e foco nas mais adequadas ao grupo de estudantes os quais estivermos trabalhando e à proposta pedagógica.

> No entanto, existem as ferramentas que se destacam dentre outras pelos recursos oferecidos e facilidades de uso. É importante ressaltar que para fazer uso no contexto educacional não há necessidade de ter um conhecimento aprofundado em cada uma delas. O foco da utilização para o contexto educacional deve ser para o uso dos recursos que atendam aos objetivos de desenvolvimento das propostas pedagógicas. (Netto, 2018, p.02)

A propositura das ferramentas colaborativas na educação é gerar ambientes de colaboração, nos quais a construção do conhecimento ocorre com a participação dos estudantes e professores em uma perspectiva aberta e sem fronteiras, com as TDICs contribuindo para o processo cognitivo no desenvolvimento da aprendizagem.

Portanto, não é necessário o conhecimento aprofundado de todas as ferramentas colaborativas, mas sim conhecê-las e entender qual é o seu papel no processo pedagógico. O ponto fundamental é identificar a mais adequada para o grupo específico de estudantes e os objetivos que se pretende alcançar em determinado conteúdo. Segundo Netto (2018, p. 03) “o uso das ferramentas colaborativas sem um verdadeiro planejamento e propósito pedagógico não tem potencial para gerar inovação e criatividade, por isso o trabalho dedicado de professores e equipes de educadores torna-se essencial”.

2.1.1. O que é trabalho colaborativo

O trabalho colaborativo é uma abordagem essencial para o sucesso em diversos contextos, desde o ambiente corporativo até a educação e projetos sociais. Trata-se da prática de indivíduos ou grupos unirem seus esforços, habilidades e conhecimentos em prol de um objetivo comum. Essa colaboração promove a sinergia, permitindo que ideias se fundam, resolvam-se problemas de forma mais criativa e tarefas sejam concluídas de maneira mais eficiente. Além disso, o trabalho colaborativo fomenta a troca de perspectivas e a aprendizagem contínua, à medida que as pessoas se engajam em um processo de construção coletiva, fortalecendo relações e construindo uma base sólida para o progresso em sociedade

> Na colaboração, por outro lado, ao trabalharem juntos, os membros de um grupo se apoiam, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo, estabelecendo relações que tendem à não-hierarquização, liderança compartilhada, confiança mútua e co-responsabilidade pela condução das ações. Damiani (2008, p.03)

Para desenvolvermos habilidades nas práticas pedagógica em rede com a utilização das ferramentas colaborativas, faz-se necessário entendermos o que seja esse processo colaborativo na escola.

> O sucesso ou fracasso das experiências de aprendizagem colaborativa depende principalmente da participação dos integrantes; professor- aluno; aluno - aluno são fundamentais para alcançar os objetivos de aprendizagem. Além disso, as tecnologias digitais estão formalizadas e oferecendo cada vez mais possibilidades de aprendizagem. Pode-se afirmar que, os ambientes de aprendizagem começaram a crescer e expandir à medida que essas tecnologias expandiram possibilidades de comunicação e interação. Portanto, mudanças constantes nas tecnologias e as inovações nos ambientes de aprendizagens podem preparar profissionais para trabalhar e atuar em diversas atividades ou funções e suas capacidades, na prestação de serviço em benefícios da sociedade. (Carneiro, 2020, p. 203-213)

2.2. Papel do professor diante do trabalho colaborativo

Neste momento, em que os meios digitais têm proporcionado acesso às informações em larga escala e de modo facilitado, os professores precisam desenvolver estratégias pedagógicas para esse novo formato de ensino e aprendizagem, principalmente de forma colaborativa. Segundo Netto (2018, p.03) “as tecnologias digitais facilitam a comunicação e a criação de conteúdo e este contexto propicia uma prática de ensino e aprendizagem colaborativa, que favorece o protagonismo e a autoria dos estudantes”.

Para isso, é necessário que exista um processo de formação continuada dos professores que permita a apropriação dos conceitos e terminologias, para que as práticas pedagógicas se alinhem aos objetivos de aprendizagem previstos na escola.

> Para que os professores ressignificam a sua prática é preciso que a teorizem. E este movimento de teorizar a prática não se efetiva somente com treinamentos, palestras, seminários, aulas expositivas, mas muito mais, usando há uma relação dinâmica com a prática deste professor a partir de uma reflexão coletiva, autorreflexão, pensamento crítico e criativo, via educação continuada. É preciso desencadear estratégias de formação processuais, coletivas, dinâmicas e contínuas. Refletir com os demais professores e compartilhar erros e certos, negociar significados e confrontar pontos de vista surge como algo estimulador para uma prática pedagógica comprometida. (RAUSCH e SCHLINDWEIN, 2001, p. 121).

Conforme nos apresenta o art. 205, da Constituição Federal do Brasil, "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Portanto, as políticas educacionais devem se adequar, conforme nos traz o currículo referência de Minas Gerais.

> A tarefa essencial da política educacional de incluir e fazer uma escola de qualidade para todos e todas exige dar oportunidades aos profissionais da educação de fazer a análise crítica, inovadora e permanente de sua prática, considerando a formação continuada a partir das necessidades locais, em consonância com as diretrizes da rede. (CRMG,2020, p. 24)

Portanto, segundo Netto (2018, p.03) "há uma tendência de mudança coletiva de atuação e, em parceria, professores e estudantes precisam buscar um processo de organização para acessar informação, analisar e gerar conhecimento". Em um formato colaborativo.

Os professores e toda comunidade educacional precisam se organizar para os novos desafios que surgem pela frente.

> São lançados novos desafios ao professor. Um desses desafios é o de esses recursos, adquirindo suporte teórico e metodológico a fim de que o professor consiga utilizá-los de forma investigativa, assumindo uma postura de contínuo pesquisador. Nesse sentido, é importante que a formação de professores, em sua fase inicial e continuada, proporcione situações em que os professores sejam levados a investigar novas alternativas de trabalho com o uso de tecnologia em sala de aula, no sentido de aproximar as concepções construídas no campo teórico com experiências vivenciadas na prática. (Costa e Lins, 2010, p. 455-456)

Os desafios enfrentados pelos professores diante das novas tecnologias colaborativas e sua formação são multifacetados e exigem uma abordagem abrangente. Primeiramente, a rápida evolução tecnológica demanda que os educadores estejam constantemente atualizados, o que pode ser uma tarefa desafiadora em si. Além disso, a integração eficaz dessas ferramentas em sala de aula requer um novo conjunto de habilidades pedagógicas, incluindo a capacidade de promover a colaboração entre os alunos de forma significativa. A equidade digital também é uma preocupação, pois nem todos os estudantes têm acesso igualitário

a dispositivos e conectividade confiável. Os professores precisam encontrar maneiras de superar essas disparidades. Por fim, o equilíbrio entre o uso das tecnologias colaborativas e métodos de ensino tradicionais é um desafio delicado, pois ambos têm seu valor. Portanto, a formação contínua e o apoio institucional são essenciais para ajudar os educadores a enfrentar esses desafios de forma eficaz.

2.3. Exemplos de Ferramentas Colaborativas

Neste ponto, iremos conhecer algumas das formas de ferramentas colaborativas integradas às práticas docentes em sala de aula. A educação moderna está passando por uma transformação digital significativa, e os educadores estão explorando novas maneiras de envolver os alunos e facilitar o aprendizado por meio da tecnologia. Essas ferramentas colaborativas proporcionam oportunidades emocionantes para promover a interatividade, a comunicação eficaz e a colaboração entre estudantes, permitindo que o processo educacional seja mais dinâmico e adaptável às necessidades individuais de aprendizado. À medida que nos aventuramos nesse território educacional digital, é crucial explorar e compreender essas ferramentas para capacitarmos nossos alunos a prosperar em um mundo cada vez mais conectado e tecnologicamente orientado.

Autoria e colaboração em rede: Segundo Netto (2018, p.03) “onde professores e estudantes são coautores no ensino e aprendizagem, em um processo de construção do conhecimento”.

Colaboração em rede de aprendizagem: Segundo Netto (2018, p.03) “interação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, valorizando o conhecimento prévio e as experiências, promovendo uma colaboração, são mais eficientes para gerar uma aprendizagem significativa”.

Estratégias pedagógicas em rede: Segundo Netto (2018, p.03) “possibilidades de organização de estratégias pedagógicas, envolvendo recursos tecnológicos no propósito de colaboração e autoria”.

Ferramentas de colaboração online: Segundo Netto (2018, p.02) “São muitas as opções de ferramentas tecnológicas que possibilitam a colaboração on-line”.

Avaliação e *feedback*:

A avaliação envolve a definição clara de objetivos, critérios e procedimentos adequados, de forma que o resultado sirva para a melhoria do processo. Quanto ao feedback, nesse contexto, considera-se o devido retorno aos envolvidos no ensino e na aprendizagem, para que possam orientar ou readequar as suas condutas e compreensões. (Netto, 2018, p.02)

Veja algumas ferramentas colaborativas que podem ser integradas à sala de aula para potencializar o desenvolvimento de habilidades nos alunos:

Blogger: é um serviço do Google com ferramentas para edição e gerenciamento de blogs indicado para usuários que nunca tenham criado um blog ou que não tenham muito familiaridade com a tecnologia.

Coogle: ferramenta on-line que permite a criação e o compartilhamento de mapas mentais de forma on-line diretamente do navegador.

Edmodo: É uma plataforma para o gerenciamento da aprendizagem. Pode ser considerada um Ambiente Virtual de Aprendizagem e o seu uso pode ser feito totalmente on-line, sem necessidade de instalações em servidores locais.

GoConqr: Excelente ferramenta para indicar aos alunos para criarem seus materiais de estudo de forma individual ou em grupo. Para os professores favorece na disponibilidade de materiais digitais que podem ser adotados para complementar os conteúdos de ensino.

Google Drive: Este é um serviço de armazenamento de arquivos on-line que possibilita compartilhar arquivos com diferentes opções de permissões de acesso.

G Suite: Um conjunto de serviços para Web, Android e iOS oferecido pelo Google que permite criar, editar e visualizar arquivos de texto, apresentações, planilhas, dentre outros, e compartilhá-los com outras pessoas.

Google sala de aula: permite a gestão de turmas, distribuição de tarefas, envio de feedback e gestão de conteúdo em um único local.

Moodle: é uma das plataformas mais adotada no mundo inteiro para ensino on-line.

Office on-line: é uma versão on-line da suíte de aplicativos para escritório Microsoft Office.

Padlet: é uma ferramenta que permite colaboração com outros usuários, fornecendo textos, fotos, links e outros conteúdos. Cada espaço colaborativo é chamado de mural, podendo ser usado como um quadro de avisos particular ou em grupos.

Pinterest: É uma rede social de compartilhamento de fotos. Assemelha-se a um quadro de inspirações. Cada usuário pode compartilhar imagens e colocá-las em suas coleções ou quadros (boards), além de poder comentar e realizar outras ações disponibilizadas pelo site.

Wordpress: solução para criação de blogs e sites uma interface de rápido aprendizado, além de contar com milhões de usuários em todo o mundo.

Kahoot: Essa ferramenta é uma forma divertida de promover a participação e a colaboração dos alunos por meio de quizzes interativos. Os estudantes podem responder às perguntas em tempo real e competir entre si, estimulando o engajamento e a aprendizagem colaborativa.

Ao utilizar essas ferramentas colaborativas, os professores podem incentivar a participação ativa dos alunos, estimular a colaboração e o trabalho em equipe, promover a autonomia e o protagonismo dos estudantes e desenvolver habilidades essenciais para seu dia a dia. É importante ressaltar que a escolha da ferramenta deve ser feita de acordo com os objetivos de aprendizagem e as necessidades dos alunos, garantindo assim uma experiência significativa e enriquecedora.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho teve como finalidade apresentar as habilidades necessárias no uso das ferramentas colaborativas na educação, Tais como, a capacidade de compartilhar ideias de forma eficaz, colaborar em projetos de equipe de maneira remota e acessar recursos educacionais de forma intuitiva e flexível para enriquecer sua experiência de aprendizado. Assim, gerou a necessidade da apresentação e entendimento de alguns conceitos e terminologias para melhor identificar as reais necessidades e a abrangência do tema.

Pudemos identificar a importância destas ferramentas no ambiente escolar e seu alcance no processo de construção do ensino e da aprendizagem pelos estudantes, em parceria com os professores, em um trabalho colaborativo aliado a uma estratégia pedagógica adequada ao grupo de estudantes envolvidos.

Outro ponto percebido foi entender as ferramentas colaborativas e como elas podem proporcionar um dinamismo nas práticas pedagógicas com o desenvolvimento de habilidades no uso na educação de uma forma flexível. Com isso, projetando a sala de aula para fora dos muros da escola e eliminando fronteiras.

Mas devemos considerar que a formação continuada dos professores e até da equipe pedagógica da escola é de suma importância para essa estratégia pedagógica e a devida associação às ferramentas colaborativas. Isso irá proporcionar ao professor a identificação da ferramenta mais adequada para seu grupo de estudantes e que atinja os objetivos traçados no planejamento pedagógico. Considerando, ainda, que no mercado existem inúmeras ferramentas colaborativas e a impossibilidade de conhecimento de todas com profundidade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Artigo 205.

COSTA, Marilia Lidiane C.; LINS, Abigail Fregni. Trabalho colaborativo e a utilização das tecnologias da informação e comunicação na formação do professor de Matemática. Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, v. 12, n. 3, 2010.

C,M, Netto. (ed.). Ferramentas para colaboração on-line. Florida, USA: Beverly Clarke, 2017. E-book (16p.)

C,M, Netto. (ed.). Estratégias pedagógicas em rede. Florida, USA: Beverly Clarke, 2017. E-book (12p.)

C,M, Netto. (ed.). Autoria e colaboração em rede. Florida, USA: Beverly Clarke, 2017. E-book (13p.)

C,M, Netto. (ed.). Colaboração em rede para aprendizagem, USA: Beverly Clarke, 2017. E-book (13p.)

C,M, Netto. (ed.). Avaliação e feedback, USA: Beverly Clarke, 2017. E-book (11p.)

Damiani. M,F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. Curitiba, PR: Editora UFPR. 2008

Minas Gerais (2020). Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), MG, 2020, página 24.

RAUSC, R.B.; M, SCHLINDWEIN, L.. As ressignificações do pensar/fazer de um grupo de professoras das séries iniciais. Itajaí, SC: Contraponto, 2001.

A PSICANÁLISE NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: ESPAÇO DA FALA/ ESCUTA DOCENTE NA ESCOLA

Sérgio Luiz Nascimento[1]

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo analisar os Planos de Educação dos municípios integrantes do Diretoria Regional de Ensino de Diamantina, Minas Gerais com vistas a identificar estratégias que indiquem a Psicanálise como meio de promover a fala/ escuta dos profissionais da Educação. Para cumprir tal intento, apresentar-se-á, brevemente, conceito e histórico da Psicanálise; uma análise de interpretações sobre as causas do sofrimento psíquico docente, bem como do exercício da fala como forma de reequilíbrio da saúde mental e um relato de experiência sobre a criação de um espaço de fala/escuta em uma escola pública, segundo premissas psicanalíticas. O percurso da investigação é apresentado e os resultados indicam que o método psicanalítico não aparece como estratégia nos documentos estudados. Tal circunstância leva a averiguação da presença de outras estratégias ligadas ao campo da psicologia, o que se revela, no entanto, em baixíssimo percentual.

Em atenção à saúde mental dos profissionais da Educação atuantes na região estudada, especialmente ao espaço de fala/ escuta, considera-se que a ausência de estratégias ligadas à Psicanálise ou outras modalidades psicoterapêuticas, não significa que não sejam praticadas ou não estejam registradas em outros documentos. A constatação é de que existem possibilidades para que os documentos norteadores da política pública educacional, como instrumentos legais, contenham estratégias que visem a saúde mental dos profissionais e a consequente melhoria nas relações pessoais e institucionais. A sensibilização dos gestores e a formação continuada seriam mecanismos de potencial integração entre a Psicanálise e a Educação.

Palavras chave: Planejamento. Saúde Docente. Psicanálise. Educação

1 Sérgio Luiz Nascimento - sergio.luiz.nascimento@educacao.mg.gov.br - Secretaria Municipal de Educação de Diamantina/ MG - Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais

Summary:

This article aims to analyze the Education Plans of the municipalities that are part of the Regional Board of Education of Diamantina, Minas Gerais, with a view to identifying strategies that indicate Psychoanalysis as a means of promoting the speaking/listening of Education professionals. To fulfill this purpose, the concept and history of Psychoanalysis will be briefly presented; an analysis of interpretations on the causes of teachers' psychic suffering, as well as the exercise of speech as a way of rebalancing mental health and an experience report on the creation of a space for speech/listening in a public school, according to psychoanalytic premises. The course of the investigation is presented and the results indicate that the psychoanalytic method does not appear as a strategy in the studied documents. This circumstance leads to the investigation of the presence of other strategies linked to the field of psychology, which is revealed, however, in a very low percentage.

In attention to the mental health of Education professionals working in the region studied, especially in the speaking/listening space, it is considered that the absence of strategies linked to Psychoanalysis or other psychotherapeutic modalities does not mean that they are not practiced or not registered in other sources. The finding is that there are possibilities for the guiding documents of educational public policy, as legal instruments, to contain strategies aimed at the mental health of professionals and the consequent improvement in personal and institutional relationships. Raising awareness among managers and continuing education would be mechanisms for potential integration between Psychoanalysis and Education.

Key words: Planning. Teaching health. Psychoanalysis. Education

1. INTRODUÇÃO

A intenção precípua do presente estudo é detectar, nos Planos Municipais de Educação – PMEs em vigor nos vinte e cinco municípios[2] que integram a Diretoria Regional de Ensino de Diamantina, Minas Gerais, estratégias que revelem a utilização da Psicanálise como ferramenta para criação de espaços de fala aos docentes que atuam na Educação Pública.

Os fatores motivadores da pesquisa que se apresenta encontram fundamento na trajetória profissional do pesquisador que é professor, gestor público educacional e psicanalista. A vivência de vinte e nove anos no campo da Educação, em sua maior parte no território pesquisado e a formação em Psicanálise convergem para a busca de um estudo que tenha como proposta identificar e promover a integração entre essas duas áreas fundamentais do saber.

Pretende-se que a reflexão proposta se constitua em uma contribuição para a identificação e a implementação de ações que promovam a saúde mental de professores da Educação básica pública, em especial o uso da Psicanálise como forma de oportunizar a fala desses profissionais. De acordo com Murta (2001) o espaço da fala dado aos professores permite que esses profissionais possam ouvir a si mesmos.

Considerando que a detecção, em documentos oficiais, do uso da Psicanálise como estratégia adotada com vistas à oportunizar a fala e a consequente saúde mental de professores é objetivo geral do presente estudo, importa registrar que deste decorrem dois objetivos específicos. O primeiro concernente ao esclarecimento conceitual da Psicanálise, interesse central deste estudo. O segundo diz respeito à abordagem de duas produções acadêmicas que oferecem subsídio teórico ao presente trabalho.

Por ser necessária a análise de documentos norteadores da gestão pública, concernentes a um grupo de municípios, as hipóteses não serão levantadas previamente, pois de acordo com (GIL. 2002 p. 39) “Geralmente, naqueles estudos em que o objetivo é o de descrever determinado fenômeno ou as características de um grupo, as hipóteses não são enunciadas formalmente”.

Para que se cumprissem as proposições descritas nos parágrafos anteriores, a metodologia adotada se baseou em pesquisa bibliográfica e documental. Com a pesquisa bibliográfica tratou-se da busca de conceitos ligados à Psicanálise e informações sobre o tratamento do tema deste trabalho em produções anteriores. Na pesquisa documental, ocupou-se da análise dos Planos Municipais de Educação da região estudada, a fim de se identificar estratégias que tenham na Psicanálise ações ligadas a oferta de espaço de fala aos profissionais

2 Alvorada de Minas, Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Carbonita, Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Itamaramdiba, Leme do Prado, Minas Novas, Monjolos, Presidente Kubitscheck, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Serra Auz de Minas, Serro, Turmalina e Veredinha.

atuantes na Educação Básica Pública. Os dois tipos de pesquisa utilizados foram adequados ao estudo, pois:

> "A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa". (GIL, 2002, p.45)

O texto se organiza, conforme descrito a seguir. No primeiro capítulo apresenta-se um esclarecimento conceitual da Psicanálise, evidenciando o contexto de seu surgimento. No segundo capítulo serão abordadas duas produções acadêmicas brasileiras que destacam o espaço de fala e escuta, premissas da Psicanálise, como elemento de qualidade de vida de professores e estudantes, quais sejam: Magistério e sofrimento psíquico: contribuição para uma leitura psicanalítica da escola (Murta 2001) e Psicanálise e Educação: um tratamento possível para as queixas escolares (LIMA; ARAÚJO; SOUZA; DIAS; BARBOSA; ALVES, NIHARI; MARCHI, 2015).

O terceiro capítulo contem a descrição da pesquisa realizada e o apontamento dos resultados da análise dos Planos de Educação da região estudada. As considerações finais guardam comentários sobre os resultados da pesquisa, a viabilidade da integração entre Educação Formal e Psicanalise, bem como sobre a possibilidade e importância de que essa última seja adotada como estratégia e método para oportunizar a fala docente na escola e, portanto, passe a integrar instrumentos de planejamento educacional.

2. PSICANÁLISE: CONCEITO BÁSICO E BREVE HISTÓRICO

Essa primeira seção tem por objetivo apresentar conceitualmente a Psicanálise de maneira concisa, sem, no entanto, prescindir de mencionar o contexto histórico de seu surgimento, bem como a emblemática figura de seu fundador. Embora cada um desses componentes, ou seja, histórico, conceito e Freud alcancem e permitam desdobramentos e abordagens de grandes proporções investigativas e reflexivas, para a finalidade do presente estudo, optou-se pela síntese a seguir explanada.

O médico neurologista Sigmund Freud, considerado o fundador da Psicanálise, nasceu em 06 de maio de 1856, em Freiberg, Moravia pertencente ao antigo Império Austríaco, região atualmente correspondente à República Tcheca. Sua vida e obra estão absolutamente vinculadas à história da Psicanálise, seja pelas suas próprias vivências e experimentação indivi-

dual ou pela sua vasta produção[3] que subsidiou e tem subsidiado gerações de psicanalistas e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento.

A Psicanálise surge na transição do século XIX para o século XX. Através de sua prática clínica, o Doutor Sigmund Freud lançou o que podem ser consideradas as bases teóricas sobre as quais se sustentou a continuidade dos estudos e produções diversas sobre aquela que seria, na visão dele próprio, a terceira ferida narcísica da humanidade. Tal ferida seria a descoberta do inconsciente, o que levou Freud a afirmar que: "O eu não é mais senhor em sua própria casa".

As Feridas Narcísicas recebem tal denominação em alusão ao Mito de Narciso que tinha na própria figura seu envolvimento extremo. Nessa perspectiva, a ideia do homem como centro de todas as explicações passa a ser "ferida" por teorias que o colocam como um elemento a mais no universo, como um entre milhares de seres e, ainda, dentro de um espectro de nenhum domínio, ou seja, vulnerável ao inconsciente. De acordo com Zimerman (2008) Pg. 278:

> Creio ser útil propor a conceituação de posição narcisista, a qual pode ser concebida como um vértice de visualização do mundo das relações humanas a partir da condição fundamental de que ainda não se tenha processado a diferença entre o eu e os outros.

Segundo o próprio Freud, a primeira Ferida Narcísica teria sido causada pelas conclusões de Copérnico que põe em xeque a ideia de que a terra seria o centro do universo. A segunda ferida teria sido provocada pelos estudos de Charles Darwin com a teoria da Evolução das Espécies, situação que se choca com o dogmatismo vigente no século XIX, colocando o homem como mais uma espécie submetida a um conjunto de transformações evolutivas, verificáveis na natureza.

Laplanche e Pontalis (2001) se referem à Psicanalise como disciplina criada por Sigmund Freud e apresentam a sua divisão em três níveis, quais sejam: Um método de investigação dos sentidos ocultos nas expressões dos sujeitos, um método psicoterápico com base na investigação e nas interpretações dos sentidos e, por fim, um conjunto de teorias que reúnem os produtos ou resultados da investigação e do tratamento. Os referidos autores afirmam que o Inconsciente seria a palavra e o conceito que melhor elucidam a principal descoberta e contribuição freudiana para a compreensão da mente humana.

FINE (1981) propõe a divisão da obra de Freud em quatro períodos, quais sejam:

> De 1886 a 1895: O início da sua prática com a investigação da neurose, considerando os estudos sobre a histeria; De 1895 a 1899: Sua autoanálise; De 1900 a 1914 Considerações sobre o Id e a Libido, com o primeiro modelo de aparelho psíquico;

3 Tendo em vista o objetivo do presente estiudo, não serão abordados conceitos ligados ao aparelho psíquico proposto ou relatos dos casos clínicos mais emblemátcos analisados por Freud.

> De 1914 a 1939: Revisão de seus conteúdos, atribuindo relevância ao Ego e reestruturando seu modelo de aparelho psíquico. (IPBC 2018 Pg. 17)

Ao longo de todo o século XX a Psicanálise recebeu inúmeras contribuições de estudiosos da linha freudiana e de diversas outras correntes teóricas. Nomes como Carl Gustav Jung, Melanie Klein, Donald Winnicott, Wilfred Bion e Jacques Lacan contribuiram decisivamente para a consolidação da Psicanálise como uma ciência em construção, um método ou conjunto teórico de extrema relevância para a percepção do universo humano.

A essência da Psicanálise reside na relação de fala e escuta estabelecida entre o analista e o analisando. Foi a partir da escuta do paciente, da livre associação de ideias que Freud indicou o uso da palavra como possibilidade do acesso ao inconsciente, bem como para a cura de determinados sofrimentos psíquicos.

Essa prática clínica inaugura uma nova etapa na história da saúde mental, diferindo de condutas anteriores no campo das terapias. A grande contribuição de Freud, nesse sentido, reside justamente na aplicação de uma ética que coloca em primeiro plano o interesse do paciente, o que envolve conhecer seu universo, ou, no mínimo, compreender o seu contexto. De acordo com Maurano. (2010 P. 55):

> "(...) segundo a regra fundamental da Psicanálise, o sujeito é convidado a dizer, não importa o quê, marcando-se aí a primazia do que se articula ao nível do som, sobre o sentido, e assim encorajando o adentramento em terrenos difíceis de serem penetrados".

Broide (2017) afirma que a legitimidade da Psicanálise reside, justamente, na condição de escuta do sujeito, da existência de uma ética nessa escuta e de escutar o sujeito onde quer que ele se encontre. Não importa se no consultório, num hospital psiquiátrico, em uma clínica social ou nas escolas, a ética da escuta é o que garantirá o fundamento do que há de mais humano no processo de análise.

A partir dos fundamentos históricos apresentados, pode-se compreender o método psicanalítico como caminho para permissão da fala e escuta integradas, salutares e restauradoras da saúde psíquica. Deste modo, a próxima seção, abriga a apresentação de abordagens teóricas que procuram sustentar as referidas premissas de ideia de fala e escuta na perspectiva da Psicanálise, especialmente, no campo da profissão docente e educacional, além de nortearem a presente pesquisa.

3. SOFRIMENTO PSÍQUICO DO DOCENTE E ESPAÇO DE FALA/ESCUTA

Nesse capítulo apresenta-se uma síntese de alguns estudos que tem como tema o sofrimento ou desconforto psíquico de docentes e um estudo de caso em que a escola ofereceu espaço para a fala docente na perspectiva psicanalítica. A opção pelo uso da expressão fala/escuta encontra justificativa na compreensão da que as situações de fala e de escuta, dentro do universo psicanalítico, representam fronteiras que se fundem constituindo-se num mesmo momento terapêutico.

Importa frisar que a intenção que marca a presente seção não é aprofundamento teórico que dá sustentação às produções, mas indica-los como referenciais teóricos para o tema central deste artigo mantendo, assim, a coerência acadêmica. Seria, portanto, mais adequado tratar tal aprofundamento numa possível sequencia deste trabalho, na qual se abordaria os eixos conceituais do que será apresentado como Mal-estar docente, bem como da experiência de espaço de fala, descrita no segundo texto.

3.1. Mal-estar Docente: Algumas Abordagens Teóricas

No texto Magistério e sofrimento psíquico: contribuição para uma leitura psicanalítica da escola, Cláudia Murta aborda a questão que descreve como "mal-estar docente". A autora identifica a origem do interesse pelo tema em sua própria experiência e disposição em ouvir e acolher professores com os quais trabalhou. Para fundamentar as reflexões, a autora apresenta uma revisão de textos produzidos entre os anos de 1980 e 2000, todos referentes à saúde mental dos educadores.

O texto apresenta um elenco de autores e temas, conforme se verifica a seguir: Codo e Vasques-Menezes (1999), e a abordagem do *burnout como elemento* de prejuízo à saúde do educador e à Educação; Os estudos de Diniz (1998) sobre o adoecimento de professoras das séries inicias do Ensino Fundamental e o espaço da escola como "fonte de mal-estar e o refúgio da sala de aula através do chamado "desvio de função[4]"; Fontoura (1992) que estuda a indecisão frente à permanência na profissão docente e atribui a crise de identidade do profissional às mudanças trazidas pelas rápidas transformações verificadas na atualidade.

Ainda são apresentados os estudos de Esteve (1999) que aponta como consequências do "mal-estar docente" em ordem crescente sob o aspecto qualitativo e decrescente sob a ótica quantitativa, como segue:

4 A expressão "desvio de função", nesse contexto, visa definir a situação em que um profissional concursado para exercer o magistério atua em outras funções estranhas à docência. Portanto, desviado de sua função original.

> "1. Sentimento de desajustamento e insatisfação perante os problemas reais da prática do ensino, em aberta contradição com a imagem ideal do professor; 2. Pedidos de transferência, como forma de fugir a situações conflituosas; 3. Desenvolvimento de esquemas de inibição, como forma de cortar a implicação pessoal com o trabalho que se realiza; 4. Desejo manifesto de abandonar a docência (realizado ou não); 5. Absenteísmo laboral, como mecanismo para cortar a tensão acumulada; 6. Esgotamento, como consequência da tensão acumulada; 7. "Stress"; 8. Ansiedade; 9. Depreciação do eu. Autoculpabilização perante a incapacidade de ter sucesso no ensino; 10. Reações neuróticas; 11. Depressões; e 12. Ansiedade, como estado permanente associado em termos de causa-efeito a diagnósticos de doença mental" (Esteve. 1999 p. 113 in: Murta 2001, p. 3).

O texto traz, ainda, a contribuição de Dejours (1994), Que analisa o que classifica como "paradoxo psíquico do trabalho", já que este pode significar fonte de equilíbrio ou razão de sofrimento. O autor considera que se não há no trabalho uma possibilidade de organização que permita a descarga da energia psíquica acumulada, podem ocorrer descompesações psiconeuróticas ou somáticas. Daí a importância da livre escolha do trabalho ou de sua adaptação para a saúde mental dos indivíduos. Nesse contexto se indaga a relação entre o sofrimento psíquico dos docentes e as características próprias de seu trabalho.

A autora aponta que o mal-estar dos professores pode estar ligado às questões estruturais da Educação dentro de um contexto de mal-estar civilizatório já demonstrado por Freud em 1930. Assevera ainda que o adoecimento docente pode estar relacionado às condições de abandono da escola e de seu lugar de negação dos desequilíbrios. Tal negação, nessas circunstâncias, terminaria por fazer da escola um lugar de sofrimento. A convivência com o sofrimento seria, então, a única forma de o professor lidar com seus conflitos.

Assim, a autora indica a importância do espaço da fala e da escuta do professor. A premissa de seu eixo argumentativo é que a oportunidade da escuta abriria as condições para que o professor pudesse ouvir a si mesmo e fazer isso na escola seria fundamental para a melhoria da saúde mental desses profissionais, o que, inferimos, impacta diretamente na saúde mental e condições de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

3.2. Experiência Prática: Oportunidade de Fala e Escuta Docente

No texto Psicanálise e Educação: um tratamento possível para as queixas escolares (LIMA; ARAÚJO; SOUZA; DIAS; BARBOSA; ALVES, NIHARI; MARCHI, 2015) apresentam uma reflexão sobre uma experiência de criação de um espaço de fala e escuta de professores, realizada em uma escola pública da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Tal experiência se deu por meio de um projeto de extensão do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e teve a duração de um ano.

Os autores utilizaram como metodologia de trabalho a conversação de orientação psicanalítica, baseada na teoria dos discursos e na tríade temporal proposta por Jacques Lacan (1998), em síntese: *"o instante de ver, o tempo de compreender e o momento de concluir".* (In: Lima et al 2015). A base das conversações se assentou em três temas definidos pelos docentes como as dificuldades encontradas em sua prática, quais sejam: Família, Sexualidade e Politicas Públicas.

As docentes, exclusivamente mulheres, foram divididas em dois grupos de conversação, A e B, coordenados por mestrandos em Psicologia, assistidos por acadêmicos da graduação em Psicologia. O grupo A manteve uma regularidade de encontros ao contrário do grupo B onde a participação de alguns membros foi menos frequente.

No primeiro grupo, gradativamente, as resistências deram lugar ao interesse pela participação. No segundo, pôde-se perceber uma maior resistência, à qual os pesquisadores atribuíram à presença de uma Supervisora Escolar no grupo que, embora orientada, procurou manter postura de liderança e de domínio da fala. Os pesquisadores apontam como os principais efeitos da experiência de conversação os três elementos a seguir descritos.

Como primeiro efeito destaca-se a mudança de posição das professoras em relação a angustia causada pelos temas discutidos e ao tratamento aos alunos. A conversação promoveu a diminuição dessa angústia, bem como possibilitou a percepção das professoras sobre seus próprios limites frente ao trabalho, oportunizando também o compartilhamento de soluções construídas por cada uma delas. O segundo efeito observado foi a abertura do espaço de fala dentro da instituição escolar. Além da organização de um espaço de tempo, por iniciativa das próprias professoras, para que pudessem falar sobre suas dificuldades e práticas, houve também relatos de iniciativas que promoveram a escuta dos estudantes, através da realização de rodas de conversa. O terceiro efeito apontado foi o respeito pelos membros do grupo às diferenças evidenciadas no espaço coletivo. A percepção de que os incômodos tem um contorno individual, próprio do sujeito. Compreendida e respeitada, tal percepção abre a perspectiva de um fazer, de uma condução com e frente ao que se constata.

Importa retomar que ambos os trabalhos apresentados nessa seção sustentam argumentos de que o espaço de fala oportunizado ao professor é uma estratégia para a busca de sua saúde mental com consequências no processo educativo escolar. Diante do exposto, visando responder à questão central desta produção, na próxima seção, apresentar-se-á o resultado da investigação dos Planos Educacionais da região selecionada para estudo.

4. PLANEJAMENTOS EDUCACIONAIS EM ANÁLISE

Essa seção contém a descrição da presente pesquisa cujo objetivo central é a identificação da Psicanálise, como estratégia de espaço de fala docente, presente nos Planos Municipais de Educação dos municípios integrantes da Diretoria Regional de Ensino de Diamantina, Minas Gerais. O conceito de Plano de Educação, bem como os resultados da análise proposta serão apresentados a seguir.

4.1. Planos de Educação

A opção em analisar os Planos Municipais de Educação, PMEs, se justifica pelo fato de que esses são planejamentos instituídos por lei e, portanto, passíveis de concretização. Entender mais precisamente o que são e representam os referidos Planos é fator indispensável para a compreensão da proposta da presente pesquisa, além da percepção de sua utilidade como registro de proposições de relevância para a Educação como politica pública. Vejamos:

> De acordo com Grinkraut; Carreira; Cintra (2013), um Plano de Educação é um instrumento de planejamento onde estão definidos conjuntos de metas que a sociedade pretende alcançar para que a Educação avance em um município, estado ou país. Também tem como objetivos a garantia da continuidade das políticas públicas educacionais, já que são decenais e ultrapassam o período de mandato de prefeitos, governadores e presidentes; a participação cidadã e o controle social. O Brasil tem uma história recente de Planos de Educação fundamentados em leis próprias, tendo apenas duas versões com essa característica. O primeiro foi Plano Nacional de Educação instituído pela Lei 10.172/2001 e o segundo, que se encontra em vigor, instituído pela Lei 13.005/2014. (Nascimento, 2017. P.57)

Como planos estratégicos que abrigam em sua composição metas e estratégias definidas para seu alcance, os atuais Planos Municipais de Educação figuram como elementos legais de consolidação de politicas públicas educacionais. Desse modo, as estratégias contidas nos PMEs podem revelar detalhes do que se pretende alcançar no universo educacional, o que envolve os atores presentes nesse universo.

Por isso, buscou-se identificar, nesses planos de Educação de uma determinada região, referencias à pauta de interesse da presente pesquisa. Ou seja, a existência de estratégias em que a Psicanálise figure como elemento que oportunize a fala dos docentes.

4.2. Percurso da Pesquisa e Resultados

Para que se cumprisse a investigação proposta realizou-se uma busca, em plataformas digitais, por produções acadêmicas que abordassem o tema da saúde mental dos professores, bem como experiências sobre o espaço de fala aberto a esses profissionais. O resultado desse empreendimento foi tratado na segunda seção do presente artigo. Cuidou-se também da seleção de obras orientadoras de procedimentos metodológicos de produção acadêmica, através das quais optou-se pela realização de uma pesquisa que pode ser conceituada como bibliográfica e documental. Por fim, tratou-se da análise dos planos de Educação da região definida para estudo.

No que se refere à análise dos planos propriamente ditos, incialmente buscou-se identificar nos documentos, PMEs, a palavra Psicanálise, para, a partir de então verificar sua aplicação. Como não houve nenhuma ocorrência do termo, optou-se por realizar nova busca por expressões com o radical *Psi*, o que resultou nas informações descritas nos quadros a seguir:

Quadro 01: Verificação de ocorrências do termo Psicanálise e outra palavra com radical Psi nos PMEs

Nº	Planos dos Municípios	Psicanálise	Radical Psi
1	Alvorada De Minas	Não	Sim
2	Angelândia	Não	Não
3	Aricanduva	Não	Não
4	Capelinha	Não	Não
5	Carbonita	Não	Não
6	Conceição Do Mato Dentro	Não	Não
7	Congonhas Do Norte	Não	Não
8	Couto Magalhaes De Minas	Não	Sim
9	Datas	Não	Não
10	Diamantina	Não	Não
11	Felicio Dos Santos	Não	Não
12	Gouveia	Não	Não
13	Itamarandiba	Não	Não
14	Leme Do Prado	Não	Não
15	Minas Novas	Não	Não
16	Monjolos	Não	Não
17	Presidente Kubstichek	Não	Não
18	Rio Vermelho	Não	Não

Nº	Planos dos Municípios	Psicanálise	Radical Psi
19	Santo Antônio Do Itambé	Não	Não
20	São Gonçalo Do Rio Preto	Não	Não
21	Senador Modestino Gonçalves	Não	Não
22	Serra Azul De Minas	Não	Não
23	Serro	Não	Não
24	Turmalina	Não	Não
25	Veredinha	Não	Não

Elaborado pelo pesquisador

Quadro 02: Planos de Educação e Ocorrências do Radical Psi

Planos dos Municípios	Ocorrências de Palavras com o Radical Psi
Alvorada de Minas	7.27) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional, assegurando aos alunos e professores atendimento psicológico, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
Couto de Magalhães de Minas	5.5- Criar estratégias para que o município dentro das suas possiblidades contrate um psicólogo para a rede municipal de Educação visando o atendimento aos alunos, pais e comunidade escolar.

Elaborado pelo pesquisador

4.3. Análise dos resultados

Nos vinte e cinco Planos Municipais de Educação investigados, não se constatou nenhuma meta ou estratégia em que a Psicanalise estivesse presente ou fosse indicada como ferramenta para possibilitar o espaço de fala e escuta dos professores. Após tal constatação, a averiguação foi refeita e nessa segunda oportunidade, buscou-se por palavras contendo o radical *Psi*. A intenção primordial visou a apuração máxima sobre a existência de temas correlatos, além de conhecer possíveis novas reflexões.

Em dois documentos podem-se identificar estratégias que indicavam ações de prevenção, promoção e cuidados com a saúde mental e a contratação de psicólogos. No primeiro caso, a proposta seria um atendimento psicológico a estudantes e professores com vistas à melhoria da qualidade educacional. No segundo documento a estratégia aponta que finalidade do psicólogo seria o atendimento a estudantes e seus familiares, comunidade escolar e professores, sem a especificação da metodologia ou dos objetivos. Apenas oito por cento dos planos apresentam estratégias que consideram suporte psicológico à elementos constituintes do universo escolar.

Não se pode desconsiderar, no entanto, a eventual existência de planos de ação decorrentes dos PMEs, nos quais essas duas ocorrências se encontrem melhor descritas. Não se pode negar também que em alguma das cidades pesquisadas exista algum serviço voltado à saúde mental de docentes. Igualmente, não se pode afirmar, sem um aprofundamento investigativo, que Planos de ação decorrentes de qualquer um dos PMEs analisados não contenham referencias à Psicanálise, inclusive na perspectiva aqui indicada.

Entretanto, a análise dos documentos (PMEs) aponta para a clara ausência do termo Psicanálise nos mesmos e lança luzes sobre as perspectivas de sua integração à Educação formal como prática e elemento de planejamento. Como prática na direção das experiências apresentadoas na segunda seção deste estudo e como possível elemento de planejamento integrante de uma ferramenta oficial norteadora de políticas públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como premissa básica a análise dos Planos de Gestão Educacional dos vinte e cinco municípios componentes da Diretoria Regional de Ensino de Diamantina, Minas Gerais, com vistas à identificação de estratégias que apontem a presença de Psicanálise como elemento de abertura para o espaço de fala e escuta dos professores. Tal investigação não se deu desvinculada de um referencial mínimo que apontasse a questão do sofrimento psíquico docente e, em especial, sua vivencia escolar, bem como de um relato sobre a experimentação do espaço de fala como alternativa à diminuição desse sofrimento.

Procedida a análise dos Planos Municipais de Educação, não se constatou nenhuma estratégia que abordasse a Psicanálise não só na perspectiva da investigação proposta, como em qualquer outra circunstância. Apenas em dois documentos foram identificadas estratégias que mencionam atendimento psicológico ou contratação de psicólogos. Tais estratégias, no entanto, não revelam mais do que o descrito, o que leva a inferir que um eventual plano de ações possa elucidar melhor os objetivos de atuação dos mencionados psicólogos, o que pode se configurar em uma via de continuidade da presente pesquisa.

A caracterização do mal-estar docente e a experiência de abertura de espaço de fala aos docentes apresentados na segunda seção indicam que a oportunizar a fala aos docentes se configura em estratégia de diminuição do sofrimento psíquico. No entanto, a busca por informações sobre experiências similares revelam não se tratar de uma prática com grande difusão e, no caso em tela, restrita a um projeto de cunho universitário. Já a constatação da ausência absoluta do uso da Psicanálise como estratégia de criação de espaço de fala nos planos de gestão educacional, lança luzes sobre uma lacuna importante, porém passível de ser sanada.

A busca do alívio ou da cura do sofrimento psíquico, através de uma modalidade psicoterápica como a Psicanálise encontra, no espaço de vinculação criado numa roda de conversa, um local privilegiado. As bases de uma terapia começam a se estruturar nesse ambiente e sua consolidação tem mais chances de ocorrer com a mediação de um profissional com a formação adequada.

Nessa perspectiva, o ambiente da escola é um espaço que demanda a atuação do profissional psicanalista. Isso confirma a ideia de que além do espaço clássico do consultório existe a necessidade e a possibilidade da preservação ou do resgate do bem estar psíquico. Nesse sentido a Psicanálise cabe e pode, de fato, colaborar significativamente no universo escolar, pois:

> "A Psicanálise é um saber que interroga o mal-estar na cultura, na civilização, na Educação. Ela defende a impossibilidade de uma total coerência e controle sobre o próprio discurso. Há um mal-entendido na comunicação humana, decorrente da condição da linguagem, que marca uma ruptura entre a palavra e o objeto. A Psicanálise se propõe a escutar o que insiste em se repetir, o que falha, apontando para uma dimensão humana da ordem do inacabado e do imprevisível, que atesta uma impossibilidade radical, muitas vezes desconsiderada pelos educadores." (Lima et all 2015. P.1105)

Frente ao exposto, o resultado deste estudo aponta para a necessidade e viabilidade de integração da Psicanálise ao ambiente escolar de modo que seus métodos permitam a criação de um espaço de fala aos professores.

Do ponto de vista prático, a existência desse espaço se configura como um momento em que os docentes passam a dispor de um lugar em que a fala/escuta os permitam, para além de suas identificações subjetivas, se perceberem como atores, protagonistas dos processos nos quais se inserem. Nesse sentido, o caráter terapêutico da conversa se consolida nas impressões que o indivíduo poderá construir sobre si mesmo de maneira a rever significados alterando-os. Essa é a perspectiva que conferirá a característica psicanalítica à fala e escuta de si mesmos. Por isso, imprescindível, e apenas viável através da introdução do método apropriado.

Por fim, cabe considerar que fazer constar o uso da Psicanálise em instrumentos de Planejamento Educacional como os PMEs, depende de uma sensibilização dos gestores e da disseminação de um conhecimento que envolva o conjunto teórico que a sustenta acompanhado de estudos de casos que ilustrem a sua efetividade. Isso pode se dar, inclusive, no campo da formação continuada. Afinal, embora seja centenária, essa "filha" dos estudos e das práticas freudianos, ainda carece de maior conhecimento e integração à Educação formal e às instituições nas quais se desenvolve.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVORADA DE MINAS. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 899 de 24 de junho de 2015.

ANGELÂNDIA. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 355 de 19 de junho de 2015

ARICANDUVA. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 535 de 22 de junho de 2015

BROIDE, Jorge. **Exclusão Social e a Psicanálise nas ruas**. [Online]. Disponívelem:https://pt.wikipedia.org/wiki/Funda%C3%A7%C3%A3o_Padre_Anchieta?wprov=yicw1. Acesso em: Julho de 2020

CAPELINHA. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 1945 de 19 de junho de 2015

CARBONITA. **Plano Municipal de Educação.** Lei nº: 789 de 28 de agosto de 2015

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 2127 de 14 de agosto de 2015

CONGONHAS DO NORTE. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 725 de 19 de junho de 2015

COUTO MAGALHAES DE MINAS. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 715 de 15 de junho de 2015

DATAS**. Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 465 de 24 de junho de 2015

DIAMANTINA. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 3880 de 22 de junho de 2015

DIVERSOS AUTORES. **Módulo II – Curso de Psicanálise Clínica. Conceitos de Teoria e Clínica em Freud I**. IBPC. 2018

FELÍCIO DOS SANTOS. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 24 de 08 de maio de 2015

FINE, R. **A História da Psicanálise**. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos. 1981.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: 4ª Ed. Atlas, 2002;

GOUVEIA. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 1197 de 18 de junho de 2015

ITAMARANDIBA. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 2687 de 17 de junho de 2015

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEME DO PRADO. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 434 de 18 de junho de 2015

LIMA, Nádia Laguárdia de; ARAÚJO, Ronaldo Sales de; SOUZA, Eduardo Pio de; DIAS, Allana Fernanda Gonçalves; BARBOSA, Carolina Albuquerque; ALVES, Raquel Gonçalves Silveira; NIHARI, Karina Maciel; MARCHI, Nayara Serrano Barcelos. **Psicanálise e Educação: um**

tratamento possível para as queixas escolares. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1103-1125, out./dez. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/2175-623645088

MAURANO, Denise. **Para que serve a Psicanálise?**[organizadora da coleção Nina Saroldi] Rio de Janeiro: 3.ed. Jorge Zahar Ed, 2010.

MINAS NOVAS. **Plano Municipal de Educação.** Lei nº: 2006 de 15 de junho de 2015

MONJOLOS. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 854 de 17 de junho de 2015

MURTA, Cláudia. **Magistério e sofrimento psíquico: contribuição para uma leitura psicanalítica da escola.** In *Proceedings of the 3. Colóquio do LEPSI IP/FE-USP,* 2001, San Pablo, São Paulo, São Paulo (SPSPSP, Brazil) [online]. 2002 [cited 30 July 2020]. Available from: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032001000300031&lng=en&nrm=iso

NASCIMENTO, Sérgio Luiz. **Plano Municipal de Educação: Um exercício de planejamento para a gestão municipal**. Diamantina. UFVJM. 2017. 127p. il

PRESIDENTE KUBITSCHEK. **Plano Municipal de Educação.** Lei nº: 726 de 25 de maio de 2015

RIO VERMELHO**. Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 1239 de 15 de junho de 2015

ROUDINESCO, Elisabeth, **Dicionário de Psicanálise**/Elisabeth Roudinesco, Michel Plon; tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. — Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ. **Plano Municipal de Educação.** Lei nº: 303 de 23 de junho de 2015

SÃO GONÇALO DO RIO PRETO. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 551 de 09 de junho de 2015

SENADOR MODESTINO GONÇALVES. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 165 de 21 de junho de 2015

SERRA AZUL DE MINAS. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 755 de 12 de junho de 2015

SERRO. **Plano Municipal de Educação.** Lei nº: 2908 de 18 de junho de 2015

TURMALINA. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 1839 de 23 de junho de 2015

VEREDINHA. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº: 427 de 23 de junho de 2015

ZIMERMAN, David. **Vocabulário contemporâneo de Psicanálise [recursoeletrônico**] / David Zimerman. Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2008.

EDUCAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Francis Albert Cotta[1]

Tiago Farias Braga[2]

Mateus Pedroso Castelo Branco Cassemiro Martins[3]

Resumo:

Analisa aspectos da educação e do ensino profissional na Força Pública de Minas Gerais à luz da História da Educação, com especial atenção ao período republicano, a partir da criação do Departamento de Instrução (1934), sua transformação em Academia de Polícia Militar, na década de 1970 e a consolidação como Instituição de Ensino Superior, no início do século XXI, destacando a importância do Conselho Estadual de Educação nesse processo. Para tanto, realiza uma síntese histórica, de forma descritiva, bem como aponta alguns marcos representativos da trajetória educativa.

A investigação, de natureza bibliográfica e documental, possibilita perceber a busca pela construção de um ensino profissional, por meio de diálogos com instituições de ensino e sistemas de educação, nos níveis estadual e federal. Concluiu-se que a Polícia Militar de Minas Gerais possui uma intencionalidade estratégica, de longa duração histórica, no sentido potencializar a Academia de Polícia Militar como centro formador e irradiador de saberes especializados.

Palavras-chave: Ensino policial. Academia de Polícia Militar. PMMG. CEE.

1 Doutor em História Social da Cultura (UFMG). Mestre em Educação – Conhecimento e Inclusão Social (UFMG). Especialista em Metodologia de Ensino (FCHPL). Licenciado em Pedagogia e História (PUC Minas). Subchefe do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (APM MG).

2 Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos). Mestre em Gestão Integrada do Território (Univale). Especialista em Segurança Pública (APM MG). Bacharel em Ciências Militares e em Direito. Chefe da Seção de Supervisão de Ensino do CPP/APM.

3 Bacharel em Direito pela Universidade (FUMEC). Especialista em Segurança Pública (APM MG). Chefe da Divisão de Ensino da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

Resumen:

Analiza aspectos de la educación y la enseñanza profesional en la Fuerza Pública de Minas Gerais, en el período republicano, desde la creación del Departamento de Instrucción (1934), su transformación en Academia de Policía Militar, en la década de 1970 y la consolidación como Institución Educativa. Superior, en los inicios del siglo XXI, destacando la importancia del Consejo Estatal de Educación en este proceso. Para ello realiza una síntesis histórica, de forma descriptiva, así como señala algunos hitos representativos de la trayectoria educativa. La investigación, de carácter bibliográfico y documental, permite comprender la búsqueda de la construcción de la educación profesional, a través de diálogos con instituciones educativas y sistemas educativos, a nivel estatal y federal. Se concluyó una intención estratégica de potenciar la Academia de Policía Militar como centro de formación y emisor de conocimientos especializados.

Palabras clave: Educación policial. Academia de Policía Militar. PMMG. CEE.

1. INTRODUÇÃO

O processo histórico da educação dos militares de Minas Gerais possui uma trajetória que pode ser identificado a partir da segunda década do século XVIII, com a criação da Capitania de Minas Gerais, inicialmente com os Dragões del Rey e, posteriormente, com o Regimento Regular da Cavalaria de Minas Gerais. No século XIX, o Regimento é transformado em Corpo Policial de Minas, e com essa denominação chegará à Proclamação da República.

O período republicano é um momento de transformações estruturais que impactarão aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Para o campo educacional convergirá um turbilhão de interesses e as instituições militares sofrerão transformações em seus processos de formação profissional. O contexto mundial da Primeira Grande Guerra, a crise econômica, as revoluções impactarão as forças públicas estaduais. Sob a direção do Presidente da República Getúlio Vargas, o Brasil passará por mudanças em diversos campos.

Com o processo de democratização do Brasil, após o Estado Novo, a Constituição de 1946 transformará as Forças Policiais em Polícias Militares. Essa mudança impactará na maneira de agir dos militares mineiros e exigirá um novo processo formativo com foco na profissionalização policial.

Nas décadas de 1960 a 1970, as polícias militares terão sua atividade de formação profissional atrelada à Inspetoria Geral das Polícias Militares, órgão de coordenação e controle do Exército Brasileiro. Com a redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, e a promulgação da Constituição da República, em 1988, novos arranjos emergem e terão ressonância na educação e ensino profissional das polícias.

Diante desse contexto histórico, este artigo propõe o seguinte problema de pesquisa: como se construiu o processo histórico da educação e do ensino profissional na Polícia Militar de Minas Gerais? Para tanto, coloca-se objetivo geral a seguir: descrever eventos que impactaram a educação da Polícia Militar de Minas Gerais. De forma específica, busca-se o seguinte: relacionar os eventos de educação de Polícia Militar com as legislações e normas específicas; mapear os eventos e sua relação com a educação e ensino profissional da Polícia Militar; destacar as parcerias realizadas com outras instituições de ensino superior.

Metodologicamente, serão utilizadas produções acadêmicas relacionadas à História da Educação na Polícia Militar de Minas Gerais, legislações, normas, regulamentos, resoluções, iconografia e outras fontes primárias localizadas nos arquivos da Academia de Polícia Militar, do Setor de Obras Raras da Biblioteca da Academia de Polícia Militar e do Museu dos Militares Mineiros. Serão realizadas análises das fontes à luz do problema de pesquisa e dos objetivos estabelecidos. Trata-se do emprego do método histórico.

O conceito de *práticas educativas* está relacionado às ações que se inserem e que ultrapassam a estrutura formal utilizada para o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, é um conceito complexo, que valoriza a multimensionalidade do fenômeno educativo, uma vez

que não se limita às salas de aula e aos conteúdos previamente estabelecidos em uma malha curricular de determinado curso. Nele, valorizam-se os saberes experienciais construídos na prática profissional (Cotta, 2021).

A História é compreendida como um conhecimento do passado humano, cientificamente construído, problematizante e comunicável. O tempo é uma categoria do saber histórico pensado para compreender os homens e mulheres em contextos específicos, imersos(as) em teias de significados e de sentidos atribuídos pelos(as) atores(as) sociais (Cotta, 2023).

Este artigo está estruturado em diversas seções. Nesta Introdução, é realizada uma breve contextualização, caracteriza-se o objeto de estudo, elabora-se o problema de pesquisa, colocam-se os objetivos, assim como se esclarecem a metodologia e o referencial teórico que conduzirão a interpretação das fontes. A seção seguinte trata da Educação Militar em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, na qual não existe uma especialização clara entre defesa (externa) e segurança (interna), tal como se constituiurá em momentos posteriores. A terceira seção trata da Educação e do Ensino Profissional da Polícia Militar no século XXI e destaca sua plasticidade, sua capacidade de amoldar-se às novas exigências sociais. Isso impactará nos processos formativos. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2. A EDUCAÇÃO MILITAR EM MINAS GERAIS: DO SÉCULO XVIII AO INÍCIO DA REPÚBLICA

A história da educação dos corpos militares responsáveis pela atividade policial em Minas Gerais tem seu início no século XVIII com a criação do Regimento Regular de Cavalaria de Minas (RRCM), em 1775. Ele surge em meio ao processo de racionalização administrativa e das reformas militares e pedagógicas ocorridas na Europa. Para a educação e a instrução do efetivo da Cavalaria de Minas, em termos técnicos, táticos e estratégicos, foram utilizados os manuais mais atualizados da época, produzidos pelo oficial anglo-germânico a serviço de Portugal, Conde de Lippe (1724-1777) (Cotta, 2021).

Após a Independência do Brasil (1822), os manuais do Conde de Lippe continuaram a ser utilizados pelo corpo militar responsável pelas atividades de policiamento em Minas Gerais. Durante o período da Regência (1831-1840) criou-se, em 1835, o Corpo Policial de Minas.[4] Para ele migrou parte do efetivo da Cavalaria de Minas, uma vez que não perdeu sua condição de tropa militar. Para além das instruções militares, recebeu orientações específicas destinadas à realização das rondas e patrulhas. Os exercícios e inspeções eram de responsabilidade do

4 Lei Provincial de Minas Gerais nº 8, de 28 de março de 1835. Regulamento nº 6, trata do Corpo Policial da Província de Minas Gerais. Livro da Lei Mineira, 1835. Tomo I, parte 2, fl. 6.

Major Comandante do Corpo Policial. Com essa denominação permaneceu durante todo o Império (Carvalho, 2014, Cotta, 2014).

Com o advento da República no Brasil (1889), ocorreram mudanças estruturais na administração pública de Minas Gerais. Entre elas estava a transferência da sede do governo do Estado da cidade de Ouro Preto para Belo Horizonte, bem como a transformação da Brigada Policial em Força Pública.[5]

As novas exigências sociais impulsionaram o governo de Minas à contratação, em 1912, de um instrutor do exército suíço, comissionado no posto de tenente-coronel, para realizar uma reforma na instrução militar.[6] Em decorrências das atividades pedagógicas, de matriz prussiana, desenvolvidas pelo Tenente-Coronel Robert Drexler, organizou-se a Escola de Instrução, composta pela Escola de Graduados, Escola de Recrutas e Escola de Tática, com atividades realizadas no bairro Prado, em Belo Horizonte (Cotta, 2014).[7]

Em 1927, criou-se o Corpo Escola, destinado ao preparo técnico dos oficiais e praças da Força Pública, por meio de instruções teóricas e práticas. Foram aprimoradas as Escolas Regimentais, que funcionavam anexas aos batalhões desde o início da década. Institucionalizou-se a Escola de Sargentos, cujo curso teria a duração de dois anos, sendo seu corpo docente composto por civis e militares. Esse curso habilitaria o graduado à promoção ao posto de tenente (FIG. 1).[8]

Figura 1 – Discentes da Escola de Sargentos. 1927

Fonte: Acervo Iconográfico do Museu dos Militares Mineiros.

5 Decreto nº 3.603, de 12 de junho de 1912, contém o Regulamento de Força Pública de Minas Gerais.

6 Drexler foi contratado em 24 de dezembro de 191, sendo "[...] um oficial de educação esmerada, perfeito conhecedor do seu ofício [...]" (Almeida, 2020, p. 151).

7 Decreto nº 4.380, de 11 de maio de 1915, contém as disposições reguladoras da instrução na Força Pública do Estado.

8 Decreto nº 7.712, de 16 de junho de 1927.

A Escola de Sargentos possibilitou o acesso pluriétnico e meritocrático de praças ao oficialato. Em 1930, eclodiu a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, as transformações políticas e mudanças na Força Pública fizeram com que, em 1931, o Corpo Escola se transformasse em Batalhão Escola e o curso da Escola de Sargentos em Curso de Educação Militar[9] (FIG. 2).

Figura 2 – Treinamento da Força Pública no Prado Mineiro. 1930

Fonte: Acervo Iconográfico do Museu dos Militares Mineiros.

O treinamento militar, no início da década de 1930, permaneceu com a matriz prussiana, o que pode ser notado na mudança de modelo e cor do fardamento e no tipo das evoluções militares. Após a participação dos militares mineiros nas revoluções de 1930 e 1932 e por influência de oficiais que nelas atuaram, em especial dos coronéis José Vargas e Edmundo Lery, bem como do Major Ernesto Dorneles do Exército Nacional, o interventor federal em Minas Gerais criou em 1934 o Departamento de Instrução, com sede no Prado Mineiro, em Belo Horizonte.[10]

O Departamento de Instrução destinava-se à formação, especialização e aperfeiçoamento dos quadros da Força Pública. Ele era composto pelo Instituto Propedêutico e pelo Centro de Educação Física. O Instituto Propedêutico ofertava: o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), com um ano de duração; o Curso de Formação de Oficiais, com três anos; o Curso de Formação de Sargentos e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, ambos com um ano letivo (Braga, Cotta, 2020). Professores civis e instrutores militares integravam o corpo docente do Departamento de Instrução. Todas as ações pedagógicas eram acompanhadas pela Missão Militar Instrutora do Exército, que permaneceu de 1934 a 1961. A Figura 3 apresenta uma sala de aula com seus recursos, discentes, instrutores militares e um professor civil.[11]

9 Decreto nº 9.867, de 1931.

10 Decreto nº 11.252, de 3 de março de 1934.

11 Capítulo III – Do Corpo Docente. Art. 13 da Lei nº 553, de 23 de dezembro de 1949. Integraram o corpo docente professores civis como: Olavo Bilac Pinto, José Lourenço de Oliveira, Nivaldo Reis, Jurandir Navarro, Yago Pimentel e Oswaldo Carvalho Monteiro (Almeida, 2022).

Figura 3 – Sala de aula do Departamento de Instrução. Década de 1930

Fonte: Acervo iconográfico do Museu dos Militares Mineiros.

Com o fim do Estado-Novo (1937-1945), o processo de democratização do Brasil impactou as instituições estatais. Em decorrência da nova Constituição (1946), as forças públicas foram transformadas em polícias militares, designação que permanece até os dias atuais. O Departamento de Instrução da Polícia Militar foi reorganizado. O corpo docente permaneceu composto por militares e por professores civis, estes nomeados pelo governo do Estado, agora mediante concurso de títulos e de provas, com vencimentos e demais vantagens do posto de capitão.

Na década de 1940, o Departamento de Instrução ampliou suas ofertas de cursos. Além do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, dos cursos de formação de oficiais e de sargentos, foram criados: o Curso de Formação de Cabos e os cursos de especialização de Oficiais de Administração (para aspirantes ou tenentes), de instrutores de educação física (para aspirantes ou tenentes), monitores de educação física (para os praças), Administração e de especialista. Os candidatos seriam submetidos aos concursos de admissão que compreendiam: exame médico, exame físico, exame intelectual, de suficiência ou de seleção.

O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais possuía a duração de um ano escolar e faziam parte do ensino a instrução militar e a policial, contemplando disciplinas como: noções gerais de Direito, Sociologia, Psicologia e Criminologia. Além desses conhecimentos, os programas de ensino poderiam prever "conferências sobre questões de interesse para a cultura geral dos oficiais, mediante convite a militares e civis de reconhecida competência."[12]

Na década de 1950, a Polícia Militar, alinhada ao contexto *sócio-político-econômico-cultural*, iniciou o processo de profissionalização policial de seus militares, de maneira mais incisiva, com a criação do Programa Padrão de Instrução Policial – Período de Qualificação – realizado

12 Capítulo VIII – Do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Art. 83 da Lei nº 553, de 23 de dezembro de 1949.

no Departamento de Instrução (Cotta, 2007). Nos finais da década de 1950, o órgão gestor do ensino era a Diretoria Geral de Ensino (DGE), comandada por oficial superior do Exército e a ela estavam subordinadas a Secretaria Técnica de Ensino, a Seção de Meios Auxiliares de Ensino e quatro diretorias: Diretoria de Ensino Militar, Diretoria de Ensino Fundamental, Diretoria de Educação Física e Diretoria de Ensino Policial (Almeida, 2022).

Em 1961, os oficiais do Exército Nacional deixaram a direção da DGE, assumida pelo então Major Georgino Jorge de Souza, oficial da Polícia Militar com vasta experiência operacional. Na ocasião, a Diretoria de Ensino Policial assumiu a primazia no processo formativo que se estendeu ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais[13] (Almeida, 2022).

Em 1971, a Lei federal que estabeleceu as diretrizes e bases para o ensino orientou que o ensino ministrado nos estabelecimentos militares seria regulado por legislação específica.[14] Em decorrência, no ano de 1973, instituiu-se o Sistema de Ensino da Polícia Militar com atribuições de planejamento, coordenação, controle, execução e avaliação do ensino profissional e do ensino de 1º e 2º graus.[15]

De acordo com o Sistema de Ensino da Polícia Militar de Minas Gerais, o ensino profissional seria ministrado pelo Departamento de Instrução, Batalhão Escola, Centros de Aperfeiçoamento Profissional das Organizações Policiais Militares e por outros órgãos de ensino da Corporação. O ensino dividia-se em três graus: o básico, com os cursos de soldados e cabos e a instrução da tropa; o intermediário, com os cursos de formação e aperfeiçoamento de sargentos e de cursos de especialização; o superior, que se destinava aos oficiais: o primeiro, à formação e especialização; o segundo, ao CAO; e o terceiro, ao Curso Superior de Polícia.[16]

Em 1975, a lei que tratou da organização básica da PMMG previu a Diretoria de Ensino, como órgão de direção setorial do Sistema de Ensino, incumbindo-lhe o planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças, inclusive dos Colégios Tiradentes da Polícia Militar. Compunham os órgãos de apoio de ensino: a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais (EsFAO), Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e Colégios Tiradentes da Polícia Militar (CTPM).[17]

13 Em 1969, tal curso possuía os seguintes componentes curriculares: Direito Penal e Processual Penal, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Criminologia, Administração e Planejamento Estratégico, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social, Sociologia, Ciência Política e História Militar (*Ibidem*).

14 Art. 68 da Lei federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

15 Lei estadual nº 6.260, de 13 de dezembro de 1973.

16 Lei estadual nº 6.260, de 13 de dezembro de 1973. Os ensinos de 1º e 2º graus eram ministrados nos Colégios Tiradentes da Polícia Militar (cuja primeira unidade foi criada em 1949). Eles tinham por objetivo assegurar assistência educacional permanente aos servidores da Corporação, bem como aos seus dependentes e aos dependentes dos civis.

17 Lei estadual nº 6.624, de 18 de julho de 1975.

Em 1979, criou-se a Academia de Polícia Militar (APM), extinguindo-se a EsFAO e o CFAP. Na estrutura da nova escola funcionavam um corpo para a formação de oficiais (1º Corpo de Alunos) e outro para a de sargentos (2º Corpo de Alunos).[18] No ano seguinte, a Fundação João Pinheiro ministrou aos oficiais da PMMG o primeiro Curso de Planejamento Estratégico. Iniciava-se a necessária aproximação com os centros de pesquisa e instituições universitárias.

Como reflexo do processo de adequação do ensino policial-militar ao sistema civil de ensino, no ano de 1983, por meio do Processo nº 233 e Parecer nº 237, de 16 de março, o Conselho Federal de Educação emitiu o reconhecimento da equivalência do Curso de Formação de Oficiais a curso de terceiro grau, para os que ingressaram no referido curso a partir de 1970. Ainda, em 1983, na busca de sistematização de saberes policiais, foi lançada a Revista *O Alferes*, que atualmente (2023), alinhada às diretrizes da *Qualis* Capes, completa 40 anos, lança sua 82ª edição e está no *estrato B4 Qualis*. Ela se consolidou como periódico científico de referência para a comunidade acadêmica da área de Ciências Policiais e Segurança Pública.

Em 1985, a PMMG, por meio da Academia de Polícia, formalizou novo convênio com a Fundação João Pinheiro (FJP), com o objetivo de estabelecer programas de formação e especialização para os policiais militares. Em decorrência, o *Curso Superior de Polícia* (CSP), criado em 2 de julho de 1969 e destinado aos Oficiais Superiores (Majores e Tenentes-Coronéis), passou a ser ministrado no Centro de Desenvolvimento em Administração da FJP. O curso possuía uma carga horária de 829 h/a e tinha como foco aprimorar conhecimentos e desenvolver habilidades para a gestão dos negócios de Estado no campo da Segurança Pública, especialmente aquelas necessárias às funções gerenciais de nível estratégico da Organização.

Posteriormente, a FJP atuou sob a coordenação da Academia de Polícia Militar na gestão pedagógica do CAO, destinado aos Oficiais Intermediários (capitães). Esse curso fornece conhecimentos sobre processos organizacionais e desenvolve habilidades para capacitar seu egresso às funções de assessoria na Organização. E, dando continuidade ao diálogo com a universidade, em 1990 foi ofertada à PMMG pela Universidade Federal de Uberlândia, por meio do Departamento de Psicologia, a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Trânsito. A primeira de muitas parcerias que se desenvolveria ao longo dos anos (Braga, 2021).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional[19] deu novo formato à educação brasileira e, em particular, ao ensino profissionalizante. Em seu art. 83 estabelece que "o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino." No ano seguinte, o Comando-Geral da PMMG designou uma comissão para rever os processos de ensino em vigor na Instituição. Em decorrência, em parceria com a Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, a partir de 1999, o Curso Superior de Polícia e o Curso de Aperfeiçoa-

18 Lei estadual nº 7.625, de 21 de dezembro de 1979. No início da década de 1990 separou-se, novamente, a formação. Decreto nº 32.438, de 10 de janeiro de 1991. Em 1992, funcionou no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos (CFAS).

19 Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

mento de Oficiais foram transformados, respectivamente, em Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Estratégica de Segurança Pública e Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública.[20]

Até 1998, vigoravam as Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino (NPCE), cuja denominação foi alterada para Diretrizes da Educação de Polícia Militar, no início de 1999, bem como algumas regras nele contidas. As significativas alterações na legislação de ensino da PMMG ocorreram com a publicação e entrada em vigor da Resolução nº 3.510, de 10 de novembro de 1999, que exigia o ensino médio aos candidatos dos cursos de formação de soldados, cabos e sargentos e titulação mínima de graduação aos professores dos cursos de nível técnico, mudanças nas condições de frequência dos alunos e no processo de avaliação, entre outras (Hamada; Cotta, 2019).

Em 1999, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) lança as Bases Curriculares para a Formação do Profissional de Segurança Pública, tendo como fundamentação o Estado Democrático de Direito e modernas concepções de aprendizagem. As diretrizes norteadoras para a formação em segurança pública, emanadas pelo Governo Federal, desdobram-se em Minas Gerais, em políticas de modernização da Educação de Polícia Militar (Cotta, 2022).

3. O ALVORECER DO SÉCULO XXI E A EDUCAÇÃO DE POLÍCIA MILITAR

Sob o impactos das transformações em curso, em 2001, a Academia de Polícia Militar transformou-se em Instituto de Educação de Segurança Pública (IESP).[21] Na composição do IESP congregavam-se: o Centro de Ensino Técnico, responsável pela formação das praças; Centro de Ensino de Graduação, responsável pela formação dos oficiais; Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, responsável pelos cursos de especialização *lato-sensu*; Centro de Treinamento Policial responsável pela educação continuada; e o Centro de Administração do Ensino, com a responsabilidade de dar subsídios ao desenvolvimento do ensino nos demais centros, desonerando os comandantes e chefes de deliberações sobre questões administrativas e de logística para manter o foco permanente na gestão da educação nas respectivas unidades de execução do ensino.

20 Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança (CEGESP) e Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP), respectivamente.

21 Resolução nº 3.628, de 24 de outubro de 2001.

O Instituto de Educação de Segurança Pública ficou responsável pela coordenação da Educação de Polícia Militar em todo o estado de Minas Gerais, além da execução concentrada dos cursos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Pereira, 2017). Salienta-se que a denominação IESP não permaneceu, pois em 2003 o educandário retornou ao nome Academia de Polícia Militar.[22] Entretanto, manteve a estrutura e organização do ensino, conforme modelo do IESP. O retorno à designação Academia de Polícia Militar se deveu ao fato de o nome "Instituto" não ser adequado à formação de profissionais de segurança pública, restringindo-se à formação docente (Pereira, 2017).

Em 2004, o **Conselho Estadual de Educação** reconheceu a equivalência em nível de pós-graduação *lato sensu* do Curso Superior de Polícia e do Curso de Aperfeiçoamento de Polícia, realizados no período de 1994 e 1998.[23] Entre 1994 e 2021, o Curso de Gestão Estratégica em Segurança Pública formou 780 Oficiais Superiores (Majores e Tenentes-Coronéis) e o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública, 1848 Oficiais Intermediários (Capitães).

Como resultado de discussões internas para modernização do ensino e necessidade de intercâmbio da Educação de Polícia Militar com o sistema civil de educação, em 2005 a Academia foi credenciada como Instituição de Ensino Superior.[24] Em 2008, o Curso de Bacharelado em Ciências Militares, área de Defesa Social (Curso de Formação de Oficiais) foi reconhecido e autorizado a funcionar por um período de cinco anos.[25] De igual forma, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública (Curso de Habilitação de Oficiais).

Na busca de ampliação dos diálogos com a comunidade e aprimoramento dos talentos humanos da Corporação, a partir de 2012, foram oferecidos pela Academia de Policia Militar, por meio do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, cursos de pós-graduações *lato sensu*, abertas à participação do público civil.[26]

Em 2010, ocorreu a alteração do Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, tornando o curso superior uma exigência para ingresso na Corporação. Dessa forma, a partir do ano de 2012, o nível intelectual mínimo exigido para preenchimento das vagas à graduação de soldado passou a ser o 3º grau, em qualquer área de conhecimento, e, para concorrer a uma vaga ao Curso de Formação de Oficiais, o candidato deveria possuir o título de bacharel em Direito. A formação do sargento, embora permaneça com a exigência do ensino médio como requisito para preenchimento das vagas, passou a ser feita por meio de um curso reconhecido como tecnológico, realizado na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sar-

22 Resolução nº 3.726, de 3 de julho de 2003.

23 Parecer CEE nº 359, de 25 de maio de 2004.

24 Decreto s/n, de 29 de novembro de 2005, publicado no Diário Oficial de 30 de novembro de 2005.

25 O Decreto s/n, de 30 de janeiro de 2008, subsidiado no Parecer nº 1.369, de 28 de novembro de 2007, do Conselho Estadual de Educação, de acordo com a Resolução CEE/MG nº 450, de 26 de março de 2003.

26 Resolução nº 4.184, de 16 de dezembro de 2011.

gentos, incorporado à estrutura da APM em 2010.[27] As mudanças decorrentes das alterações no Estatuto exigiram a reformulação geral das matrizes curriculares dos cursos de formação e aperfeiçoamento, com vistas a sua adequação ao novo perfil de ingresso do candidato à carreira policial-militar.[28]

A partir de 2012, o Sistema de Ensino da PMMG passou a ser composto pela Academia de Polícia Militar e os Colégios Tiradentes. De acordo com a legislação, os cursos ofertados no Sistema de Ensino da PMMG foram categorizados em cursos de educação superior, educação profissional e extensão. Os ensinos fundamental e médio, oferecidos pelos Colégios Tiradentes, foram integrados em caráter complementar ao Sistema de Ensino da PMMG (Hamada, Cotta, 2019).[29]

Nesse contexto, ocorreu a reformulação do modelo de gestão educacional. Criou-se a Coordenadoria dos Sistemas de Qualidade da Educação de Polícia Militar (CSQEPM), constituída por sete departamentos: Departamento de Gestão da Qualidade da Política Pedagógica, Departamento de Gestão da Qualidade do Ensino, Departamento de Gestão da Qualidade do Treinamento, Departamento de Gestão da Qualidade da Extensão e Pesquisa, Departamento de Coordenação Pedagógica, Departamento de Gestão do Desenvolvimento Organizacional e Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação.[30]

Em 2012 foram alteradas as denominações das unidades de ensino da Academia: o Centro de Ensino de Graduação passou a denominar-se Escola de Formação de Oficiais, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos passou a denominar-se Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos e o Centro de Ensino Técnico passou a denominar-se Escola de Formação de Soldados.

Nesse mesmo ano criou-se o Centro de Atividades Musicais e o Centro de Educação Física[31] e Desportos (CEFD), unidade responsável por coordenar, controlar e fiscalizar as atividades de Educação Física no âmbito da PMMG, fomentar atividades desportivas junto ao público interno da Corporação, além de promover ações conjuntas com os profissionais de saúde para prevenção de lesões decorrentes da prática desportiva e promoção da saúde e qualidade de vida do policial militar, com foco na atividade operacional.

No ano de 2015 adequações foram implementadas ao modelo de gestão da Academia, ensejando alteração de nomenclaturas à coordenadoria e seus departamentos, que passam a ser assim denominados: Coordenadoria Geral de Ensino, Departamento de Política Peda-

27 Lei Complementar nº 115, de 2010. Altera o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.

28 Resolução nº 4.210, de 23 de abril de 2012.

29 A Lei Estadual nº 20.010, de 05 de janeiro de 2012, dispõe sobre o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Ela revogou a Lei Estadual nº 6.260/73.

30 Resolução nº 4.194, 23 de fevereiro de 2012.

31 Este Centro foi extinto em 13 de julho de 2017 por meio da Resolução nº 4580, de 13 de julho de 2017, sendo criado, pela mesma Resolução, a Seção de Desportos na Divisão de Ensino da APM.

gógica (que passou a incorporar o efetivo do Departamento de Coordenação Pedagógica, extinto nessa reformulação), Departamento de Ensino, Departamento de Treinamento, Departamento de Pesquisa e Extensão, Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Departamento de Tecnologia da Informação. Em 2017, alterou-se a estrutura da Academia, criando a Seção de Desportos na Divisão de Ensino, extinguindo o Departamento de Tecnologia da Informação e alterando outras denominações.

Desde o ano de 2005, por meio do Decreto s/n, de 29 de novembro de 2005, a Academia de Polícia Militar está credenciada como Instituição de Ensino Superior não universitária, sendo recredenciada, após processo perante o órgão de regulação externa, pela Resolução nº 18/SECTES[32], de 02/02/16. Essa regulação está de acordo com o previsto na Resolução nº 459/2013-CEE/MG.

Após o recredenciamento da APM, houve uma nova visita do **Conselho Estadual de Educação** para fins de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Atividades de Segurança Pública/Curso de Formação de Soldados. Conforme publicação[33], o referido curso foi reconhecido pelo prazo de cinco anos.

No ano de 2020, a APM assinou com a Universidade Estadual de Montes Claros um Termo de Cooperação Técnica, entre as ações propostas estava a criação de um mestrado profissional, em associação. Após submissão à Plataforma Sucupira, da Coordenação de Pessoal de Nível Superior, o Mestrado Profissional em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras foi aprovado e será executado nas instalações da APM, no bairro Prado, em Belo Horizonte. A primeira turma tem previsão para iniciar em 2024, ano em que a Academia de Polícia Militar completa 90 anos de criação.

Ainda, em 2020, foram assinados Termos de Cooperação Técnica com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais para oferta, em parceria com o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, de quatro pós-graduações *lato sensu*: Gestão Estratégica em Saúde, Gestão Ambiental, Inteligência de Segurança Pública e Docência no Ensino Superior. Dessa parceria já se beneficiaram 653 egressos, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e de outras instituições parceiras. Atualmente, 529 discentes estão matriculados.

A APM também realizou Termo de Cooperação Técnica com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais para que policiais militares realizassem, com descontos, pós-graduações *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado em qualquer área do conhecimento.

Desde 2012, a PMMG é cadastrada no Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH) da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), tendo obtido mais de 50 bolsas de estudos para policiais-militares que realizaram mestrado e doutorado. De forma inédita, a Polícia Militar de Minas Gerais, outrossim, constituiu e teve aprovado pela

32 Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

33 Resolução SECTES nº 43, de 24 de agosto de 2016

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, o seu Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, aprovado em 2022 e que já deu parecer em mais de 50 protocolos de pesquisa.

Em 2020, o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação[34] da APM criou, em parceria com a Unimontes, o Núcleo de Pesquisa em Ciências Policiais e Segurança Pública. Esse Núcleo é cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. No mesmo sentido, a fim de divulgar as produções científicas das pós-graduações e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras, a Academia de Polícia Militar criou, em 2020, a Editora Universitária Academia do Prado Mineiro, que conta com nove obras publicadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o foco na resposta do problema de pesquisa proposto, este artigo procurou vislumbrar de que modo se construiu o processo histórico da educação e do ensino profissional na Polícia Militar de Minas Gerais, descrevendo eventos que impactaram esse percurso. Por meio do emprego do método histórico, procedeu-se a uma síntese dialético-dialógica que perquiriu à complexa caracterização da educação e do ensino profissional desta mais que duocentenária instituição militar.

No apontamento de determinados marcos representativos da trajetória educativa da corporação policial militar mais antiga do Brasil, atravessando períodos que remetem o leitor do Império até o cenário atual, descrições, relacionamentos e explicitações de eventos que demarcam uma "história viva" permeada por idas, vindas e aprimoramentos. Nessa esteira, a plasticidade, que identifica a Polícia Militar de Minas Gerais como uma instituição sempre em busca da melhoria contínua no atendimento das demandas sociais, é evidenciada.

Com um processo dinâmico e complexo, atravessando tempo e temporalidades, a educação e ensino profissional se transformaram *intra* e *extra corporis*, impactando resultados com desenvolvimento de atividades formativas e de aperfeiçoamento que, no âmbito da PMMG, sejam essas autopromovidas e/ou realizadas em parceria com outras instituições, circulam conhecimentos e práticas que geram transformação. Dessa forma, nota-se que a instituição não se esquiva do seu desafio de promover a educação e ensino profissional hábeis ao cumprimento de sua complexa missão constitucional que, mesmo se modificando ao longo dos anos, guarda sua identidade de servir e proteger a população, desde o Regimento Regular da Cavalaria de Minas.

34 Para uma análise mais específica, com recorte no percurso de desenvolvimento das ciências policiais, pesquisa e pós-graduação da PMMG, ao longo das duas primeiras décadas de criação desse mencionado Centro, em complemento às discussões do presente artigo, sugere-se a leitura de Pereira, Cotta e Braga (2021).

Para além do contexto de ensino-aprendizagem formal, vislumbraram-se que *práticas educativas* e as melhorias da educação e ensino profissionais, na Polícia Militar de Minas Gerais, viabilizaram a preservação de sua característica vanguardista de não temer o "novo" em busca do aprimoramento contínuo de seus processos formativos, com foco no seu papel de promoção da polícia ostensiva de prevenção criminal e preservação da ordem pública.

Assim sendo, a capacitação dos integrantes de tal instituição pública, presente em todos os 853 municípios do Estado de Minas Gerais, como *mutatis mutandis* observam Pereira, Cotta e Braga (2021), está imbricada com o desenvolvimento do processo democrático, posto que engendra na própria sociedade a condição necessária à sua transformação, ao colocar a serviço da sociedade, policiais militares melhor capacitados para o exercício da função e atendimento das demandas da sociedade.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Klinger Sobreira. **Um andarilho da polícia**. Belo Horizonte: Alibri, 2022.

BRAGA, Carlos Alberto da Silva Santos**. História (in) completa da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais**: símbolos, ideais e conhecimento. Braga (Portugal): Edição do autor, 2021.

BRAGA, Tiago Farias; COTTA, Francis Albert. Educação Profissional Pós-Graduada e as Ciências Policiais em Minas: desafios para a especialização em Segurança Pública da Academia de Polícia. **O Alferes,** Belo Horizonte, v. 30, n. 77, p. 11-38, jul./dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. 1996.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília. 2004.

CARVALHO, Theophilo Feu de. **A Força Pública Policial de Minas Gerais (1831-1890).** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2014.

COTTA, Francis Albert. **Métodos e Técnicas em História**. Belo Horizonte: Especialização em Ensino da História/IEC/PUC Minas, 2023.

COTTA, Francis Albert. **Práticas educativas e disciplina militar**. Portugal e América portuguesa (1762-1777). Curitiba: CRV, 2021.

COTTA, Francis Albert**. Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

COTTA, Francis Albert. A polícia mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950. **O Alferes,** Belo Horizonte, v. 22, n. 61, p. 11-42, jan./jun. 2007.

HAMADA, Hélio Hiroshi, COTTA, Francis Albert. Contextos e reflexões sobre a educação profissional da Polícia Militar de Minas Gerais. **O Alferes,** Belo Horizonte, v. 29, n. 74, p. 10-37, jan./jun. 2019.

KUBO, Olga Mitsue; BOTOMÉ, Sílvio Paulo. Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 5, dez. 2001.

MINAS GERAIS. Força Pública. **Regulamento do Departamento de Instrucção da Força Pública.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1935.

MINAS GERAIS. **Lei nº 6.260**, de 13 de dezembro de 1973. Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1973.

MINAS GERAIS. **Decreto s/nº**, de 29 de novembro de 2005. Credencia a Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e autoriza o funcionamento do Curso de Bacharelado em Ciências Militares – Área de Defesa Social. Belo Horizonte. 2005.

MINAS GERAIS. **Lei Complementar nº 115**, de 05 de agosto de 2010. Altera a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Belo Horizonte. 2010.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 20.010**, de 25 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o sistema de ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte. 2012.

PEREIRA, Ederson da Cruz; COTTA, Francis, Albert; BRAGA, Tiago Farias. Ciências Policiais, Pesquisa e Pós-Graduação na Polícia Militar de Minas Gerais. **O Alferes,** Belo Horizonte, v. 31, n. 79, p. 15-40, jul./dez. 2020.

PEREIRA, Fabrizia Lopes Brandão. Academia de Polícia Militar da Polícia Militar de Minas Gerais como instituição de ensino superior: uma análise evolutiva sob a ótica da gestão. **O Alferes,** Belo Horizonte, v. 27, n. 70, p. 113-138, jan./jun. 2017.

O PROCESSO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM: REFLEXÃO SOB O OLHAR DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19

Denice do Socorro Lopes Brito

Universidade Estadual de Montes Claros
denice.brito@unimontes.br

Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira

Universidade Estadual de Montes Claros
dirce.lopes@unimontes.br

Resumo:

Este estudo está inserido em uma pesquisa que está sendo desenvolvida em âmbito nacional[1], tendo a participação de 27 universidades. Esta pesquisa em Rede nacional se orienta pelo objetivo de analisar discursos e práticas produzidos por professoras da alfabetização. Tendo em vista a pandemia do Covid 19, a educação foi um dos setores afetado que precisou adaptar e alterar a dinâmica escolar com o isolamento físico, implementando o ensino remoto, assim ficando impedido a realização das aulas presenciais. Neste estudo, especificamente, estamos focadas em analisar o processo de ensino e aprendizagem através das falas de professores alfabetizadoras sobre suas práticas docentes no ensino remoto, no período do distanciamento social.

Neste trabalho, refletimos sobre questões apresentadas às professoras colaboradoras que corroboram para a análise. A pesquisa é de natureza qualitativa e teve inicialmente como proposta metodológica o grupo focal onde foram realizadas entrevista semiestruturada e para análise dos dados, a proposta de Bardin (1979) de análise de conteúdo. O referencial teórico utilizado, foram embasados nos trabalhos de LIBÂNEO (2010); PIMENTA (2002), VIGOTSKY (1984); OLIVEIRA (2014), dentre outros.

Palavras-chave: Ensino Remoto, Aprendizagem, Prática Docente, Saberes

1 A pesquisa é coordenada pela Professora Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, da Universidade Federal de São João Del-Rei. Professora Associada IV do Departamento de Ciências da Educação - DECED Grupo de Pesquisa em Alfabetização, Linguagem e Decolonialidade (GPEALE)

Summary:

This study is part of a research that is being developed nationally1, with the participation of 27 universities. This research in the National Network is guided by the objective of analyzing discourses and practices produced by literacy teachers. In view of the Covid 19 pandemic, education was one of the affected sectors that needed to adapt and change school dynamics with physical isolation, implementing remote teaching, thus preventing face-to-face classes from being 1 A pesquisa é coordenada pela Professora Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, da Universidade Federal de São João Del-Rei. Professora Associada IV do Departamento de Ciências da Educação - DECED Grupo de Pesquisa em Alfabetização, Linguagem e Decolonialidade (GPEALE) held. In this study, specifically, we are focused on analyzing the teaching and learning process through the speeches of literacy teachers about their teaching practices in remote teaching, during the period of social distancing.

In this work, we reflect on questions presented to the collaborating teachers that support the analysis. The research is qualitative in nature and initially had as its methodological proposal the focus group where semi-structured interviews were carried out and for data analysis, Bardin's (1979) content analysis proposal. The theoretical framework used was based on the work of LIBÂNEO (2010); PIMENTA (2002), VIGOTSKY (1984); OLIVEIRA (2014), among others. We consider teaching practice to be challenging in moments of uncertainty, anguish and, above all, a great desire to learn and teach. Methodologies, resources and especially a pedagogical relationship built with respect for each person's difficulties, will provide a new perspective on teaching and learning.

Keywords: Remote Teaching, Learning, Teaching Practice, Knowledge

1. INTRODUÇÃO

Frente às necessidades de isolamento social impostas pela Pandemia COVID 19, a escola foi obrigada a reorganizar a dinâmica das aulas em formato de ensino remoto. Diante desse contexto de inúmeras transformações, tornou-se imperativo analisar a necessidade de rever conceitos que perpassam pela prática pedagógica, com quebras de paradigmas no sentido das representações sociais, culturais, políticas e ideológicas implícitas no modo de pensar e organizar o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula.

Entendemos ser na escola e especificamente no espaço da sala de aula que pode se efetivar a compreensão do mundo e de si mesmo, através da construção do conhecimento científico que será construído. Ao trazermos as falas das professoras, buscamos refletir suas ações didáticos pedagógicas para compreendermos em sua complexidade como se constituem e como se configuram, bem como a natureza conceitual do trabalho docente considerando-o como uma ação complexa. Entendendo que seus saberes podem ser constituídos e construídos em seus múltiplos contextos históricos intermediados pela dimensão cultural e social.

2. PROBLEMA DA PESQUISA

O processo do ensino e da aprendizagem em tempo de Pandemia COVID 19: uma reflexão sob o olhar dos professores.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Esse estudo faz parte de uma pesquisa que integra uma Rede Nacional de Pesquisadores que estão organizando estudos para análise das práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores no contexto do ensino remoto com as aulas presenciais nesse momento da Pandemia COVID 19. As mudanças advindas da pandemia provocaram em todas as esferas sociais o isolamento social, obrigando a escola, a aula, os tempos e os espaços escolares a sofreram alterações, tanto no âmbito de sua organização como no que concerne às práticas docentes em suas nuances e especificidades especificamente na organização da aula propriamente dita. Nesse momento, portanto, se faz ímpar pensar como o ensino e aprendizagem tem se constituído e se organizado.

Mas, o que é ensinar? Ensinar é um termo polissêmico e ambíguo, que tem significados distintos podendo o ensino se desenvolver em uma ou outra esfera e vários espaços. Se o ensino ocorre em sala de aula envolve vários sujeitos sendo por sua vez determinado pelos contextos e pelos próprios sujeitos. Tornou-se necessário, nesse estudo e nesse momento específico pensar essas questões fundantes do ensino considerando-o como um fenômeno complexo, multifacetado que se constrói em contextos históricos e sociais, sendo esses contextos que determinam sua totalidade.

O ensino não se materializa no vazio dos sujeitos ou na dimensão individual do sujeito ou disciplina, ele se constrói, primeiramente, em suas articulações e interações com as múltiplas referências sociais e culturais contextualizadas em um processo dinâmico entre os sujeitos situados historicamente e coletivamente que se transformam pela construção do conhecimento. Sendo assim, os elementos do processo de ensino devem ser considerados em sua totalidade. São os sujeitos que ensinam e que aprendem, os conteúdos, os objetivos, os métodos, os planejamentos e todos os demais componentes que o constitui o ensino na perspectiva da construção do aprendizado.

Vigotsky (1984), pontua em seus estudos que educar é intervir na capacidade de ser e de agir das pessoas pelas mediações culturais, pelos instrumentos simbólicos e materiais em um determinado contexto de relações comunicativas. É essa a concepção sobre a educação que ancoramos e que acreditamos ser possível ressignificar a escola, a educação e o ensino. Diferentemente do ensino remoto que perpassa na realidade atual. Nas proposições de Vigotsky (1984), a aprendizagem desperta e mobiliza uma série de funções que se encontram em estado de maturação na zona de desenvolvimento proximal. Para esse autor (1984) “o aprendizado, quando organizado adequadamente e de maneira sistematizada, possibilita a ativação do processo de desenvolvimento mental das crianças”. (VIGOTSKY, 1984 apud Libâneo, 2010, p.4).

Contudo, entendemos que essa mobilização só é possível se as atividades de ensino forem organizadas para uma aprendizagem que possibilite sentido e prazer com o saber. Pode-se afirmar que o ensino mais adequado é aquele que é dirigido para a zona de desenvolvimento possível, levando em consideração, como ponto de partida, a área de desenvolvimento efetiva ou real, pois, como indica o autor, “[...] o único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento” (VYGOSTKY, 1984, p 360). Portanto, o ensino constitui como fundamental por que ele oportuniza realizar as operações e mediações entre o aluno e o objeto de seu conhecimento. O papel do ensino é promover o desenvolvimento mental por meio da aprendizagem, convertendo a aprendizagem em desenvolvimento.

Portanto, pensar a prática escolar não significa que o conhecimento será formado apenas na experiência concreta do sujeito em fragmentos, significa possibilidades de reelaboração pelos professores dos saberes teóricos e práticos mobilizados em situações concretas. Segundo OLIVEIRA (2014), o docente professor não é um mero consumidor de um saber congelado que ensina da mesma forma, com os mesmos recursos, independentemente das condições históricas em que esse trabalho ocorre.

Assim, entendemos ser a ação docente, nesse momento, uma oportunidade para problematizar com intencionalidades as soluções, as experimentações metodológicas através do enfrentamento das situações de ensino complexas que se constroem na organização das aulas demandadas nesses contextos e determinadas realidades sociais. Nessa perspectiva, Pimenta (2002), argumenta que "a construção do saber didático se dá não só a partir de pesquisas, mas também das experiências do professor, daquilo que fazem e do que podem vir a fazer na escola". Pensar a prática escolar não significa que o conhecimento será formado apenas na experiência concreta do sujeito em particular e sim, significa possibilidades de reelaboração pelos professores dos saberes teóricos e práticos mobilizados em situações concretas a partir das realidades das salas de aulas.

Portanto, faz-se necessário rejeitar a posição de que para ser professor e ensinar um conteúdo basta dominar esse conteúdo, mas urge considerar o trabalho docente a partir de uma visão ampla, sendo assim é importante pensar o que determina ser professor não é apenas saber fazer é sim, um ofício que não se esgota nos processos de ensino e aprendizagem em um contexto da sala de aula, envolve, para além desse contexto determinista, ações que resultam em atividades de investigação e de criação.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto inicial dessa pesquisa foi organizado pela Dra. Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo. Contando com a participação de 27 universidades brasileiras, bem como professores alfabetizadores da rede pública de ensino. Nesse estudo, como instrumentos de coleta de dados, foi proposto a técnica do grupo focal.

Nesse estudo, ao abordarmos a metodologia concordamos com Gamboa (2006) ao afirmar que além de selecionarmos técnicas e instrumentos para elaborarmos uma pesquisa, julgamos necessário articulá-los com todos os fatores que constituem a pesquisa, pois suas análises e significados terão maior importância a partir da visão de mundo e do interesse que motiva o conhecimento (GAMBOA, 2006).

Entretanto, não houve adesão satisfatória para sua realização, sendo assim foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas, elaboradas também pelo projeto piloto. As entrevistas foram realizadas separadamente com três professores alfabetizadores de forma online, na plataforma do Google Meet e tiveram a duração de uma hora em média.

Conforme aponta Minayo (2010), esta técnica de coleta de dados não requer uma sequência rígida de assuntos abordados. Isto ocorre porque a entrevista semiestruturada é determinada, geralmente, pelas preocupações e ênfases que emergem das falas dos entrevistados ao se discutir o assunto em questão.

Os professores alfabetizadores, colaboradores desse estudo, são graduados no curso de Pedagogia, com pós-graduação Lato Sensu e trabalham em escolas públicas do Norte de Minas Gerais, nas cidades de Montes Claros, Varzelândia e São Francisco. Para transcrição das entrevistas utilizaram-se ferramentas tecnológicas como Google Docs, Google Drive com recursos áudio-escrita e Word, e recursos áudio escrita do aplicativo Whatsap, em que foi possível perceber nas vozes dos professores colaboradores suas angústias e desafios vivenciados por eles durante esse período de aulas não presenciais na pandemia.

Para análise dos dados, optamos pelos pressupostos teóricos da abordagem qualitativa compartilhando com BODGAN E BIKLEN (1994, p. 49) da concepção que "[...] nada é considerado como um dado adquirido e nada escapa à avaliação".

5. DISCUSSÃO DOS DADOS

A discussão dos dados está sendo organizada a partir da análise de conteúdo nas transcrições das entrevistas realizadas que embasados na perspectiva de Bardin (1979) afirma ser uma técnica de análise das comunicações, sendo necessário realizar a categorização das vozes dos nossos colaboradores.

Ainda segundo Bardin (1979):

> categorização é a operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e seguidamente, por reagrupamento segundo: gênero (analogia), com critérios previamente estabelecidos. Comporta duas etapas: o inventário: isolar os elementos e a classificação: repartir os elementos e, portanto, procurar ou impor uma certa organização às mensagens. (BARDIN,1979, p.117)

Assim, classificamos então as falas dos professores alfabetizadores em categorias: percepção e orientação sobre o ensino remoto; angústias e desafios. Com relação às suas percepções e orientações que receberam dos gestores acerca do trabalho a ser executado durante o ensino remoto responderam:

> P1 [...] uma orientação mais detalhada nós não tivemos a única orientação que nos foi passada foi o seguinte nós teríamos que criar um grupo de whatsapp e estar gravando as nossas aulas para ser passado para os alunos através do grupo, nós não temos condições de estar ministrando aulas através do google meet desses outros recursos somente através do grupo WhatsApp criado pela gestão da escola.
>
> P2 [...] não acreditava que seria assim o que foi, eu me lembro de que no dia 17 de março, que a gente entregou uns bilhetes informando que ficariam uns dias parados [...] foi muito estranho, mas agora parece que a gente acostumou, mas era uma sensação estranha tão [...] foi um sentimento de nostalgia
>
> P3 sou uma pessoa muito inquieta quanto a educação, eu não aguento ver certas situações e achei pouco, aquilo que todos falam "professor na pandemia não está trabalhando" até parece ne...eu quis um pouco mais de trabalho para as crianças, eu quero mostrar meu potencial, então hoje eu atuo com algumas aulas. Isso não é uma orientação do estado, é uma orientação que eu coloquei.

As vozes dos professores alfabetizadores nos revelam suas representações sociais acerca das experiências profissionais no momento do ensino remoto. Nos permitiu pistas para estabelecer uma compreensão esclarecedora acerca do nosso objeto de estudo.

Embora demonstrassem procurar articulações para realizar o trabalho remoto, sentiram inseguros e angustiados, pois também não tinham domínio do trabalho com as ferramentas tecnológicas, necessitando ainda de se encontrarem presencialmente. Pode-se notar essa necessidade, quando um dos colaboradores afirmou que:

> P2 [...] nós fizemos nosso conselho de classe aqui na escola, porque acho que elas queriam muito ir à escola, então foi um sentimento de nostalgia sabe, delas irem, de reorganizar seus armários, desfazem todas as decorações das salas e levar pra casa uma coisa que não usou direito[...]

Somos conhecidos dos parcos recursos das unidades de ensino públicas em nosso país. Muitas não estão devidamente aparelhadas com recursos tecnológicos, nem disponibilizaram para os professores e alunos, gerando assim, dificuldades para efetivação do processo ensino e aprendizagem. Esse pode ter sido considerado o maior. Em momento algum o Estado nem o Município dotaram os professores desses recursos.

Todos os professores apontaram desafios para realização do trabalho remoto. Um desses desafios foi a utilização do celular. O P3 afirmou que é o celular do pai que usa para o trabalho, é o celular da mãe, é um único celular da casa ou é um único computador que a irmã também vai utilizar pra uma outra aula mais tarde, então tome cuidado. A criança fica muito receosa em fazer.

O sentimento do "*ninho vazio*" aflorou nos professores alfabetizadores. Não conseguiam acompanhar o desenvolvimento dos seus alunos no momento ímpar de construção do conhecimento. Esse sentimento pode ser percebido na voz de P2 quando afirma:

> [...]a gente vai ter que conviver com isso durante um tempo, eles estão aprendendo em um outro formato, coisas diferentes mas alguns aspectos da aprendizagem ainda deixa a desejar, por exemplo, a relação fonema tem um nome próprio né, tipo a consciência fonológica do som com a silaba, não adianta você gravar um áudio de BALA o menino vai olhar o BA lá você fala BA o menino BA tia, parece que na sala de aula você falar BA o menino fala BA aprende e no vídeo, áudio o menino não sabe separar bem. Aí parece que tem alguma coisa falta, eu não sei explicar qual elemento que falta, mas tem um elemento que falta, sabe.
>
> Eu acho que eles estão aprendendo não aquilo que a gente se propôs a ensinar, mas eles estão aprendendo, acho que a dificuldade muito grande a questão do letramento para os meus alunos do terceiro aninho, por exemplo, eles não estão aprendendo da forma como eu gostaria que ele soubesse se estivesse no presencial né, porque no presencial quando chega no final do 2º ano eu tomo a leitura lá todo mundo bonitinho, mas no online não está legal (P2).

Na educação infantil, observou-se que o desafio foi mais acirrado: como manter crianças pequenas em frente ao computador ou celular às 4h por dia? Ao mesmo tempo em que também se sentiam inseguros com relação ao próprio desempenho docente. Como serei avaliado, quais competências terei que alcançar visto que ainda também estou aprendendo a lidar com as ferramentas?

Nessa perspectiva, os professores alfabetizadores buscaram utilizar de diversas mídias tecnológicas para ensinar. Dentre elas o Google Meet, grupos no whatsap, o Google Classroom, plataforma de jogos pedagógicos e vídeos no YouTube. Afirmam que assim que passar em momento de ensino remoto, de pandemia, querem continuar utilizando essas ferramentas, na medida do possível.

6. CONSIDERAÇÕES

Muito teremos que nos debruçar nos estudos para compreendermos as diversas nuances das vozes dos nossos colaboradores. Ficou evidenciado que eles buscaram informações em meio à demanda emergencial e o stress do momento de como seria desenvolver o trabalho, que até então nunca havia deixado de ser presencial e com precárias utilizações de recursos tecnológicos; para redefinir metodologias que propiciassem a aprendizagem dos seus alunos no ensino remoto.

Entendemos ser a práxis docente desafiadora em momentos de incertezas, angústias e principalmente de muita vontade de aprender e ensinar. Metodologias, recursos e principalmente uma relação pedagógica construída com respeito às dificuldades de cada um propiciarão um novo olhar sobre o ensino e a aprendizagem.

> Embora demonstrassem procurar articulações para realizar o trabalho remoto, sentiram inseguros e angustiados, pois também não tinham domínio do trabalho com as ferramentas tecnológicas, necessitando ainda de se encontrarem presencialmente.

Somos conhecedores dos parcos recursos das unidades de ensino públicas. Muitas não estão devidamente aparelhadas com recursos tecnológicos, nem disponibilizaram para os professores e alunos, gerando assim, dificuldades para efetivação do processo ensino e aprendizagem.

Os professores alfabetizadores demonstraram que, mesmo com os sentimentos descritos acima, querem reaprender e continuarem utilizando as metodologias ativas em suas aulas.

7. REFERÊNCIAS:

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BODGAN E BIKLEN (1994, p. 49) BODGAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp**. Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos.** 2 ed. Porto (Portugal): Porto Editora Ltda., 1994.

GAMBOA, 2006 GAMBOA, Sílvio Ancízar Sánches. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias,** Chapecó (SC): Argos, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010

OLIVEIRA, S.N. Maria Rita. **A formação de professores e a sua centralidade em Didática e Currículo.** In. OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Org.). Professor: formação, saberes e problemas. Portugal: Porto Editora, 2014a, p. 19-32.

PIMENTA, G. Selma. **A didática como mediação na construção da identidade do professor: uma experiência de ensino e pesquisa na licenciatura**. In. ANDRÉ, Marli E.D.A.; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. **Alternativas no ensino de didática**. (Org.). 9 ed. Campinas: Papirus, 2002, p. 37- 69.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984

SEÇÃO II

Relatos e Entrevistas

A Revista Educação e Legislações n.2 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, Edição Especial de 60 anos, presta uma homenagem aos servidores e conselheiros que marcaram e continuam marcando a sua história. Pessoas que, com toda expertise possibilitaram à educação mineira acesso às orientações, normativas e informações de qualidade. Publicamos aqui pequenos trechos das falas dos nossos entrevistados ao comemorarmos os 60 anos do CEE/MG. Falas cheias de emoção, congraçamento e esperança em poder continuar fazendo da educação de Minas Gerais, em todos seus rincões, a melhor do país! Compromisso e competência é o que move todos no CEE/MG. O presidente Felipe Michel, o secretário de Estado de Educação Igor Alvarenga, conselheiros e servidores manifestaram suas opiniões acerca da importância do CEE/MG para Minas Gerais. Nos depoimentos trilharemos um pouco sobre a história de cada um em relação ao CEE/MG.

Profª MSc. Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira – Conselheira e Editora Master

Vídeo de celebração dos 60 anos do CEE-MG

Link: https://www.youtube.com/watch?v=zf_K_ZcAMrA

DEPOIMENTOS:

"O sonho é levar a educação para todas as crianças e jovens de Minas Gerais, com muita qualidade, sendo inclusive, um farol para iluminar a educação no restante do país. "

Felipe Michel - **Presidente do CEE/MG**

"Quando eu penso no Conselho, eu penso muito no lugar das pessoas, das pessoas que construíram essa história. Afinal de contas são 60 anos!"

Girlaine Figueiró Oliveira - **Conselheira/ Presidente da Câmara de Ensino Médio e Vice-presidente do CEE/MG**

"Momento importante de reconhecimento do nosso Conselho Estadual de Educação: 60 anos !! (...) Temos feito diversas políticas públicas educacionais ao longo desse período da nossa gestão e esperamos estar cada vez mais próximos. Meus parabéns a todos que o compõem e sigamos juntos nessa nossa trajetória!"

Igor de Alvarenga - **Secretário de Estado de Educação MG**

"(...) é um órgão que traz um papel muito forte, que permitiu muitas ações pelos caminhos que fizemos enquanto profissionais de educação."

Ivonice Maria da Rocha - **Conselheira e Presidente da Câmara de Ensino Fundamental**

"(...) eu o via enquanto estudante, como um órgão máximo, mas um órgão muito distante da gente. E poder participar justamente nesse momento, é muito importante! É o meu orgulho, a minha satisfação de poder compor esse time do Conselho Estadual de Educação"

Jacqueline da Silva Gonçalves - **Conselheira e Presidente da Câmara de Ensino Superior**

"(...) somo as duas coisas: a representatividade de uma região mais longínqua do Centro, que é o Triângulo Mineiro e a representatividade em relação à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais."

Carlos Henrique de Carvalho - **Conselheiro e Vice-presidente da Câmara de Ensino Superior**

"Pensando também em relação ao trabalho da inspeção, que tem ligação direta com as ações do Conselho, essa aproximação fez com que o trabalho acontecesse de maneira mais tranquila. "

Paulo Leandro de Carvalho - **Conselheiro da Câmara de Ensino Fundamental**

"Realmente o regime de colaboração entre as instituições e essa proximidade dos conselheiros (...) só tem a enriquecer esse ponto tão importante, que é a educação mineira."

Juliana de Carvalho Moreira - **Conselheira e Vice-presidente da Câmara de Ensino Médio**

"Somos um conselho que atuou fortemente dando diretrizes e normativas para que a educação no estado não parasse. Para que a gente pudesse minimizar e mitigar todos os aspectos negativos que a pandemia trouxe para educação..."

Hélvio de Avelar Teixeira - **Conselheiro da Câmara do Ensino Superior e Ex Presidente do CEE-MG**

"Eu aprendi muito e estou feliz de estar aqui no Conselho durante 31 anos. Foi uma realização muito grande porque eu sempre sonhei em vir trabalhar aqui. Quando eu comecei na Superintendência, já era um trabalho com análise de processos e meu sonho era vir trabalhar aqui e eu tive essa oportunidade."

Enilda Costa Fagundes - **Servidora do CEE**

Relato histórico da Servidora do CEE/MG: Mirian Chaves Rage

Sou Mírian Chaves Rage, normalista, bacharel licenciada em Geografia, especialista em Direito Educacional no Processo Ensino Aprendizagem, aposentada e efetiva no segundo cargo no Estado de Minas Gerais desde 1971 e, em exercício ininterrupto à disposição no Conselho Estadual de Educação, há um pouco mais de quatro décadas.

Aqui cheguei, em 1971, a convite, para compor o quadro de funcionários, juntamente com mais doze professoras graduadas em diferentes áreas de formação. Após rápida entrevista com o então ilustre Presidente Professor Dr. Samuel Rocha Barros, fui designada como sua secretária, cargo que ocupei com muito orgulho e alegria por três anos.

Fui realocada em outro setor do órgão e me inteirei de outras vivências administrativas e, no decorrer dos dois anos seguintes, fui convidada para compor o corpo especialíssimo de assessoras da Superintendência Técnica, função que ocupo até a presente data.

Nestas décadas tive o privilégio de conviver e aprender com luminares da educação mineira, então Conselheiros desta casa; com brilhante equipe de professoras/assessoras e interagi com diversas instituições educacionais públicas e privadas em todos os níveis da educação.

Especializei-me em direito educacional, e aprendi muito no cotidiano profissional convivendo e compartilhando conhecimentos com personalidades detentoras de altíssima expertise em educação. Participei ativamente de todas as transições de normas e diretrizes educacionais ocorridas nestas últimas décadas e que, derrogadas, passam por atualização.

Fui a campo e vivi experiências múltiplas com a realidade do Ensino Superior no Estado de Minas Gerais como membro de Comissões de Verificação in loco, com vistas à autorização de funcionamento de instituições de ensino superior e avaliação de cursos superiores de graduação e de pós-graduação em diversas áreas do ensino, nesta Capital e em vários municípios do Estado. Conheci a realidade da educação sob diversos ângulos nunca vislumbrados por mim nos inúmeros processos de todos os níveis e modalidades de ensino, aos quais tive acesso como analista por muitos anos. Revi conceitos. Aprendi. Busquei melhorar.

Entrei na era digital com a pandemia, Covid-19! Um novo aprendizado. Continuo atuante digitalmente desde então e à disposição presencial no CEE que tem sido minha segunda casa. O trabalho me realiza como pessoa, me dignifica e me fortalece como mãe dedicada de seis filhos e avó de sete netos.

SEÇÃO III

Atos Normativos do
CEE Anos 2022 e 2023

CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR

2022 - JUNHO

PARECER Nº 449/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
Processo nº 1260.01.0093211/2022-44
Relator: Hélvio de Avelar Teixeira
Aprovado em 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Matemática ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 450/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
Processo nº 1260.01.0093676/2022-02
Relator: Hélvio de Avelar Teixeira
Aprovado em 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Design de Ambientes ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 451/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093673/2022-83
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Design de Produto ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 452/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093668/2022-24
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Design Gráfico ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 453/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093661/2022-19
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Poços de Caldas.

PARECER Nº 454/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093654/2022-14
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Nutrição ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Passos.

PARECER Nº 455/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093701/2022-06
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Cláudio.

PARECER Nº 456/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093695/2022-71
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Frutal.

PARECER Nº 457/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093692/2022-55
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Geografia ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Frutal.

PARECER Nº 458/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093681/2022-61
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Contábeis ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Cláudio.

PARECER Nº 459/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093703/2022-49
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Artes Visuais ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 460/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093687/2022-93
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Design de Produto ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Ubá.

PARECER Nº 461/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093665/2022-08
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Serviço Social ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 462/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093639/2022-31
RELATOR: Carlos Henrique Carvalho
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 463/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093635/2022-42
RELATOR: Carlos Henrique Carvalho
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Zootecnia ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, no Município de Janaúba.

PARECER Nº 464/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093631/2022-53
RELATOR: Carlos Henrique Carvalho
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Enfermagem ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 465/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093617/2022-43
RELATOR: Carlos Henrique Carvalho
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Medicina ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 466/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093560/2022-30
RELATOR: Carlos Henrique Carvalho
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, no Município de Almenara.

PARECER Nº 467/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093544/2022-74
RELATOR: Carlos Henrique Carvalho
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Agronomia ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, no Município de Janaúba.

PARECER Nº 468/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093536/2022-96
RELATOR: Carlos Henrique Carvalho
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia Civil ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 469/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093526/2022-75
RELATOR: Carlos Henrique Carvalho
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Teatro ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 470/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093518/2022-97
RELATOR: Carlos Henrique Carvalho
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Letras - Inglês ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 471/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093157/2022-47
RELATOR: Carlos Henrique Carvalho
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Direito ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 472/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093642/2022-47
RELATOR: Carlos Henrique Carvalho
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Letras - Espanhol ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

2022 - JULHO

PARECER Nº 516/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0034135/2022-28
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 14.7.2022
Examina processo de reconhecimento do Curso de Graduação em Medicina ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade de Passos e responde ao OFÍCIO N.º12/2022 PGJ- 5ªPJPASSOS, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

2022 - AGOSTO

PARECER Nº 674/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2310.01.0009418/2022-16
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 31.8.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Administração - Bacharelado ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus de Brasília de Minas.

2022 - SETEMBRO

PARECER Nº 688/2022 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 2310.01.0022876/2021-15
RELATOR: Valseni José Pereira Braga
APROVADO EM 01.9.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Filosofia - Licenciatura ministra-

do pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, em Montes Claros.

PARECER N° 716/2022 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 2350.01.0002291/2022-40
RELATORA: Jussara Maria de Carvalho Guimarães
APROVADO EM 28.9.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Letras - Português/Inglês - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, no Município de Ibirité.

PARECER Nº 717/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2310.01.0009512/2022-97
RELATORA: Jacqueline da Silva Gonçalves
APROVADO EM 28.9.2022
Recredenciamento da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, de Montes Claros.

PARECER Nº 740/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0002364/2022-09
RELATOR: Carlos Henrique de Carvalho
APROVADO EM 29.9.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em História - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

PARECER Nº 741/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0002259/2022-31
RELATOR: Carlos Henrique de Carvalho
APROVADO EM 29.9.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em História - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Divinópolis, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 742/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0002238/2022-16
RELATOR: Carlos Henrique de Carvalho
APROVADO EM 29.9.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Sistemas de Informação - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Carangola.

PARECER Nº 743/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2310.01.0008658/2022-69
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 29.9.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, em Montes Claros.

PARECER Nº 744/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0002331/2022-27
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 29.9.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Psicologia - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Ituiutaba.

2022 - OUTUBRO

PARECER Nº 777/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2310.01.0012789/2022-82
RELATORA: Jacqueline da Silva Gonçalves
APROVADO EM 25.10.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Januária.

PARECER Nº 778/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2310.01.0012733/2022-42
RELATORA: Jacqueline da Silva Gonçalves
APROVADO EM 25.10.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Matemática - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, em Montes Claros.

PARECER Nº 779/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2310.01.0022873/2021-9
RELATORA: Jacqueline da Silva Gonçalves
APROVADO EM 25.10.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus sede, em Montes Claros.

PARECER Nº 817/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0002340/2022-75
RELATORA: Jussara Maria de Carvalho Guimarães
APROVADO EM 27.10.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

PARECER Nº 818/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0002253/2022-96
RELATOR: Valseni José Pereira Braga
APROVADO EM 27.10.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Divinópolis.

PARECER Nº 819/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 000321-4/2021
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 27.10.2022
Recredenciamento da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, do Município de Belo Horizonte.

2022 - NOVEMBRO

PARECER Nº 826/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0002225/2022-76
RELATORA: Jussara Maria de Carvalho Guimarães
APROVADO EM 21.11.2022
Examina pedido de renovação de reconhecimento do Curso de Pedagogia, Licenciatura, ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, na Unidade Acadêmica de Campanha, situada na Praça Dom Ferrão, nº 167, Centro, no município de Campanha.

PARECER Nº 827/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0002275/2022-84
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 21.11.2022
Examina pedido de renovação de reconhecimento do curso de Educação Musical Escolar, Licenciatura, ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Escola de Música do Campus Belo Horizonte, situado na Rua Riachuelo, nº 1351, Bairro Padre Eustáquio, no Município de Belo Horizonte.

2022 - DEZEMBRO

PARECER Nº 995/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0004336/2022-18
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 14.12.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia de Minas - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de João Monlevade.

PARECER Nº 996/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0002221/2022-87
RELATOR: Carlos Henrique de Carvalho
APROVADO EM 15.12.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura

ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Barbacena.

PARECER Nº 997/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0002277/2022-30
RELATORA: Jussara Maria de Carvalho Guimarães
APROVADO EM 15.12.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Música - Bacharelado com Habilitação em Instrumento ou Habilitação em Canto ou Habilitação em Regência Coral, ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Escola de Música do Campus Belo Horizonte.

PARECER Nº 998/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 2350.01.0002234/2022-27
RELATOR: Valseni José Pereira Braga
APROVADO EM 15.12.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Letras - Português/Inglês - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Carangola.

2023 - JANEIRO

PARECER Nº 45/SEE/CEE - PLENÁRIO/20
PROCESSO Nº 2350.01.0002292/2022-13
RELATOR: Carlos Henrique de Carvalho
APROVADO EM 25.01.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Ituiutaba.

PARECER Nº 46/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002223/2022-33
RELATOR: Carlos Henrique de Carvalho
APROVADO EM 25.01.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em História - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Campanha.

PARECER Nº 47/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0004341/2022-77
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 25.01.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia da Computação - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Divinópolis.

PARECER Nº 48/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002339/2022-05
RELATORA: Jussara Maria de Carvalho Guimarães
APROVADO EM 25.01.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Biomedicina - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

PARECER Nº 49/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002246/2022-91
RELATORA: Jussara Maria de Carvalho Guimarães
APROVADO EM 25.01.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Cláudio.

PARECER Nº 77/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002276/2022-57
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 26.01.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Música - Licenciatura com Habilitação em Instrumento ou Habilitação em Can-

to ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Escola de Música do Campus Belo Horizonte.

PARECER Nº 78/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002353/2022-15
RELATOR: Valseni José Pereira Braga
APROVADO EM 26.01.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

2023 - MARÇO

PARECER Nº 160/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0102888/2022-83
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 02.3.2023
Recredenciamento da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, mantida pela Fundação João Pinheiro, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 161/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0102925/2022-54
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 02.3.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Administração Pública ministrado pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 162/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002351/2022-69
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 02.3.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Educação Física - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, no Município de Passos.

PARECER Nº 268/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002335/2022-16
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 29.3.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia Civil - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de João Monlevade.

PARECER Nº 269/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002223/2022-33
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em História - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Campanha.

PARECER Nº 279/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002356/2022-31
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

2023 - ABRIL

PARECER Nº 334/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0003336/2023-49
RELATOR: Carlos Henrique de Carvalho
APROVADO EM 24.4.2023
Concessão da renovação automática de reconhecimento aos cursos de graduação que obtiveram conceitos 4 (quatro) ou 5 (cinco), no ENADE

PARECER Nº 383/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002352/2022-42
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 26.4.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Educação Física - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, no Município de Passos.

PARECER Nº 384/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002336/2022-86
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 26.4.2023
Renovação do reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Leopoldina.

PARECER Nº 385/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002337/2022-59
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 26.4.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Administração - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

PARECER Nº 386/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002371/2022-14
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 26.4.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Sistemas de Informação - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

PARECER Nº 387/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002351/2022-69
RELATOR: Pedro Cláudio Coutinho Leitão
APROVADO EM 26.4.2023
Reexame do pedido de renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Educação Física - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos, após recurso interposto, pela Universidade, contra o PARECER Nº 162/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023.

PARECER Nº 423/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002349/2022-26
RELATOR: Luciano Sathler Rosa Guimarães
APROVADO EM 27.4.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Direito - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

PARECER Nº 424/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002370/2022-41
RELATOR: Luciano Sathler Rosa Guimarães
APROVADO EM 27.4.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Serviço Social - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

2023 - MAIO

PARECER Nº 452/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002343/2022-91
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Bacharelado, ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos, no Município de Passos.

PARECER Nº 453/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002716/2022-11
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Turismo, Bacharelado, ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Carangola, no Município de Carangola.

PARECER Nº 454/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002236/2022-70
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Carangola, no Município de Carangola.

PARECER Nº 455/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0012640/2022-31
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Sistemas de Informação - Bacharelado ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Sede, em Montes Claros.

PARECER Nº 456/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0012675/2022-56
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Econômicas - Bacharelado ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 457/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0013904/2022-47
RELATOR: Luciano Sathler Rosa Guimarães
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Odontologia - Bacharelado ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 458/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0008760/2022-31
RELATORA: Jacqueline da Silva Gonçalves
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências da Religião - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 459/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0008104/2022-89
RELATORA: Jacqueline da Silva Gonçalves
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Brasília de Minas.

PARECER Nº 490/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002232/2022-81
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 25.5.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em História - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Carangola.

PARECER Nº 491/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0012735/2022-85
RELATOR: Pedro Cláudio Coutinho Leitão
APROVADO EM 25.5.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 492/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0012777/2022-18
RELATOR: Pedro Cláudio Coutinho Leitão
APROVADO EM 25.5.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Letras - Português - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Almenara.

2023 - JUNHO

PARECER Nº 551/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0003935/2022-78
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Frutal.

PARECER Nº 602/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0012791/2022-28
RELATORA: Jacqueline da Silva Gonçalves
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Município de Espinosa.

PARECER Nº 603/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0012780/2022-34
RELATORA: Jacqueline da Silva Gonçalves
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Letras/Português - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Município de Unaí.

PARECER Nº 604/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0012778/2022-88
RELATORA: Jacqueline da Silva Gonçalves
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Letras/Português - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Município de Januária.

PARECER Nº 605/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0022875/2021-42
RELATORA: Jacqueline da Silva Gonçalves
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Unaí.

PARECER Nº 606/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0022950/2021-54
RELATOR: Pedro Cláudio Coutinho Leitão
APROVADO EM 28.6.2023
Examina pedido de renovação de reconhecimento do curso de graduação em Matemática, Licenciatura, ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus São Francisco, com sede na Rua Maurício Ribas, nº 790, Bairro Jardim Graziela, no Município de São Francisco.

PARECER Nº 607/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0022958/2021-32
RELATOR: Pedro Cláudio Coutinho Leitão
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - Bacharelado ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Salinas.

PARECER Nº 608/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002263/2022-20
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Divinópolis.

PARECER Nº 609/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002262/2022-47
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Letras - Português/Inglês - Licencia-

tura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Divinópolis.

PARECER Nº 610/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002229/2022-65
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Carangola.

PARECER Nº 611/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0013902/2022-04
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 612/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0013903/2022-74
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Educação Física - Bacharelado ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, em Montes Claros.

PARECER Nº 613/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002362/2022-63
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Física - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

PARECER Nº 642/2023 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 2350.01.0002330/2022-54
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 29.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira, ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Ituiutaba, no Município de Ituiutaba.

PARECER Nº 643/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002341/2022-48
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 29.6.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

2023 - JULHO

PARECER Nº 759/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0013901/2022-31
RELATOR: Carlos Henrique de Carvalho
APROVADO EM 26.7.2023
Renovação do reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Pirapora.

PARECER Nº 760/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002293/2022-83
RELATOR: Carlos Henrique de Carvalho
APROVADO EM 26.7.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia Agronômica - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Ituiutaba.

PARECER Nº 761/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002264/2022-90
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 26.7.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Psicologia - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Divinópolis.

PARECER Nº 762/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002260/2022-04
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 26.7.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Jornalismo - Bacharelado ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Divinópolis.

PARECER Nº 763/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0012774/2022-02
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 26.7.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Letras Inglês - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Januária.

PARECER Nº 764/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2310.01.0008761/2022-04
RELATOR: Luciano Sathler Rosa Guimarães
APROVADO EM 26.7.2023
Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Educação Física - Licenciatura ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no Campus Januária.

PARECER Nº 765/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 2350.01.0002361/2022-90
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 26.7.2023
Renovação de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Passos.

PARECER Nº 766/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1540.01.0000398/2022-10
RELATORA: Dirce Efigênia Brito Lopes e Oliveira
APROVADO EM 26.7.2023
Recredenciamento da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), Escola de Governo, instituição subordinada, tecnicamente, à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - SES.

CÂMARA DE ENSINO MÉDIO

2022 - JUNHO

PARECER Nº 473/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0012375/2021-22
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 28.6.2022
Reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal, com saída intermediária em nível de Qualificação Profissional de Auxiliar em Saúde Bucal, ministrados pelo SEPRO - Sistema de Educação Profissional de Itabira, no Município de Santa Bárbara.

PARECER Nº 474/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0128293/2021-38
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 28.6.2022
Recredenciamento da entidade Fernandes e Freitas Educação Profissional Ltda – ME, mantenedora do Centro Referencial de Ensino em Saúde, de Viçosa.

PARECER Nº 475/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0016815/2022-31
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Curso Técnico em Estética ministrado pela Escola Técnica de Formação Profissional de Minas Gerais - EFOP/MG, no município de Uberaba.

PARECER Nº 476/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0139189/2021-47
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 28.6.2022
Prorrogação do prazo do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Pereira e Amabili Centro de Educação, no município de Divinópolis.

PARECER Nº 477/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0051400/2020-61
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Portal do Saber, no município de Espera Feliz.

PARECER Nº 478/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0121220/2021-16
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Instituto Educacional e Psicopedagógico Sena Figueiredo, no município de Caeté.

PARECER Nº 479/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125935/2021-72
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 28.6.2022
Recredenciamento da Entidade Mantenedora de Ensino Santa Rita Ltda, responsável pela mantença do Colégio Santa Rita - FASAR, de Conselheiro Lafaiete.

PARECER Nº 480/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0122714/2021-30
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 28.6.2022
Reconhecimento do curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, em regime de alternância, ministrado pela Escola Família Agrícola de Serra dos Aimorés - EFASA, no município de Serra dos Aimorés.

PARECER Nº 481/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0139117/2021-51
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Núcleo Educacional de Porteirinha, no município de igual nome.

PARECER Nº 506/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0017461/2021-52
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 29.6.2022
Recredenciamento da entidade Viviane Silva & Cia Ltda. - ME, mantenedora da Escola Cristã de Espera Feliz - Arca de Noé, de Espera Feliz.

PARECER Nº 507/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0043014/2022-79
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 29.6.2022
Aprovação do Plano de Curso, para fins de validade nacional, da Habilitação Profissional de Técnico em Administração e respectivas Qualificações Profissionais, de oferta concomitante e subsequente ao Ensino Médio, a ser ministrada pela Escola Estadual Sandoval Soares de Azevedo, no município de Ibirité, com uso da metodologia SEBRAE, mantida pela Fundação Helena Antipoff - FHA, em Ibirité.

PARECER Nº 508/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0018507/2022-34
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 29.6.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Dona Clara, nesta Capital.

PARECER Nº 509/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136116/2021-83
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 29.6.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Apogeu Divinópolis, no município de Divinópolis.

PARECER Nº 514/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0020265/2022-98
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 30.6.2022
Examina pedido de equivalência à conclusão do Ensino Médio brasileiro dos exames prestados, nos Estados Unidos da América, pela estudante Tatyana Sousa Caro.

2022 - JULHO

PARECER Nº 517/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0012523/2022-97
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.7.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio ministrados pelo Centro Educacional Cristão Alpha Brasil, no município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 518/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133416/2021-39
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.7.2022
Alteração societária na entidade Centro Educacional Nossa Senhora da Luz Ltda. - ME, mantenedora do Colégio São Rafael, do município de Luz.

PARECER Nº 519/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0021551/2021-08
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.7.2022
Reconhecimento dos cursos Técnico em Transações Imobiliárias e Técnico em Eletrônica e respectivas Qualificações Profissionais, na modalidade Educação a Distância, ministrados pelo Instituto Monitor, no município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 520/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0029928/2022-30
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.7.2022
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Ápice Centro Educacional, no município de Ituiutaba.

PARECER Nº 521/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0003018/2022-70
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 25.7.2022
Autorização de funcionamento dos Cursos Técnico em Sistemas de Energia Renováveis, Técnico em Eletroeletrônica e Técnico em Zootecnia a serem ministrados pelo Colégio Império Educacional, no Município de Paracatu.

PARECER Nº 522/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0079944/2022-32
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 25.7.2022
Autorização de funcionamento da Proz Educação Profissional - Unidade Montes Claros com os cursos Técnico em Enfermagem, nas modalidades presencial e a distância, Técnico em Administração, Técnico em Recursos Humanos e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, com as respectivas Qualificações Profissionais, no município de Montes Claros.

PARECER Nº 538/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0130840/2021-42
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 26.7.2022
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Aliança, no município de Machado.

PARECER Nº 539/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0078474/2021-52
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 26.7.2022
Credenciamento da entidade Instituto Educar - Educação e Assessoria Ltda. - ME, do município de Divino.

PARECER Nº 540/2022 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 1260.01.0019245/2022-90
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 26.7.2022
Autorização de funcionamento do Instituto Educar com o curso Técnico em Enfermagem e respectiva Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem, de oferta presencial, no município de Divino.

PARECER Nº 541/2022 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 1260.01.0012771/2022-94
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 26.7.2022
Autorização de funcionamento do curso Técnico em Enfermagem e respectiva Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem, na modalidade Educação a Distância, a ser ministrado pelo Instituto Educar, no município de Divino.

PARECER Nº 547/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0123529/2021-44
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 27.7.2022
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Administração, Técnico em Mineração e Técnico em Segurança do Trabalho a serem ministrados pelo Adjetivo - CETEP - Centro Técnico de Ensino Profissional, no município de Mariana.

PARECER Nº 548/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0051044/2022-64
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 27.7.2022
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Administração, Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Informática a serem ministrados pelo Colégio Universitário, no município de Patos de Minas.

PARECER Nº 549/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0072894/2022-68
PROCESSO Nº 1260.01.0043525/2022-56
PROCESSO Nº 1260.01.0071358/2022-24
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 27.7.2022
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Agropecuária, Técnico em Farmácia e Especialização Profissional Técnica em Saúde do Trabalhador a serem oferecidos pelo Centro Educacional Conexão, no município de Itamarandiba.

PARECER Nº 550/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093863/2022-94
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.7.2022
Reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem ministrado pelo Centro Técnico Profissional de Entre Rios de Minas, no município de igual denominação.

PARECER Nº 551/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136333/2021-44
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.7.2022
Recredenciamento da entidade ETEMG - Escola Técnica Minas Gerais Ltda - ME, mantenedora da ETEMG - Escola Técnica Minas Gerais, do município de Pouso Alegre.

2022 - AGOSTO

PARECER Nº 575/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0012537/2021-13
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Genoma, no município de Caratinga.

PARECER Nº 576/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125079/2021-98
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Instrumento Musical ministrado pela Escola Municipal de Música Maestro Elias Porfírio de Azevedo, no município de Araxá.

PARECER Nº 577/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0048279/2022-29
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Especialização Técnica de Nível Médio em Ortodontia/Ortopedia Funcional dos Maxilares (Laboratorial) ministrado pela ETAP - Escola Técnica de Aprendizado Profissional, no município de Alfenas.

PARECER Nº 578/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0110830/2021-22
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 10.8.2022
Recredenciamento da entidade Fundação Presidente Antônio Carlos - FUPAC, situada em Belo Horizonte, mantenedora de estabelecimentos de ensino localizados nos municípios de Antônio Carlos, Barbacena, Entre Rios de Minas, Lima Duarte e Ponte Nova.

PARECER Nº 579/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0025649/2022-36
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 11.8.2022
Autorização de funcionamento do Centro Técnico Profissional de Leopoldina com as habilitações profissionais de Técnico em Análises Clínicas e Técnico em Enfermagem, no município de Leopoldina.

PARECER Nº 580/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0063037/2022-39
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 10.8.2022
Autorização de funcionamento dos Cursos Técnico em Agricultura e Técnico em Veterinária a serem ministrados pelo Instituto Educacional FIT-MG, no Município de Passos.

PARECER Nº 581/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0043887/2022-79
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 10.8.2022
Reconhecimento do Curso Técnico em Nutrição e Dietética ministrado pelo Aprendiz Colégio e Cursos Técnicos, no município de Barbacena.

PARECER Nº 582/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0137662/2021-51
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 10.8.2022
Recredenciamento da entidade Cooperativa de Ensino de Corinto Ltda, mantenedora do Colégio Dom Serafim - COOPENCOR, do município de Corinto.

PARECER Nº 583/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0024915/2022-66
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 10.8.2022
Reconhecimento da Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem com a Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem ministrada pela Conhecer Escola Técnica - Unidade III, no município de Santa Luzia.

PARECER Nº 584/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0013062/2022-94
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Agricultura ministrado pelo Centro Tecnológico de Lavras - CETEC, no município de Lavras.

PARECER Nº 585/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0083966/2022-78
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 10.8.2022
Autorização de funcionamento do Centro Técnico Profissional de Baependi com a habilitação profissional de Técnico em Segurança do Trabalho, no município de Baependi.

PARECER Nº 586/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133933/2021-48
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Mineração, Técnico em Mecânica e Técnico em Segurança do Trabalho ministrados pelo Colégio Técnico Inconfidente Álvares Maciel, no município de Ouro Preto.

PARECER Nº 587/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0028630/2022-59
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 10.8.2022
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Aplicação, no município de Barbacena.

PARECER Nº 588/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0135125/2021-68
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação de reconhecimento da Habilitação Profissional de Técnico em Agropecuária integrada ao Ensino Médio ministrada, em regime de alternância, pela Escola Família Agrícola - Puris de Araponga, no município de Araponga.

PARECER Nº 589/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133988/2021-18
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Análises Clínicas ministrado pelo Colégio Técnico Inconfidente Álvares Maciel, no município de Ouro Preto.

PARECER Nº 590/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0101472/2022-97
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 10.8.2022
Autorização de funcionamento do Colégio Favenorte com o curso Técnico em Enfermagem, no Município de Monte Azul.

PARECER Nº 614/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0000466/2022-07
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 29.8.2022
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Ângulo, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 616/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0092812/2022-50
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 29.8.2022
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem e da Especialização Profissional Técnica em Instrumentação Cirúrgica ministrados pela Escola Supere de Gestão e Marketing, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 617/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0032860/2022-18
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 29.8.2022
Prorrogação do prazo do reconhecimento do curso Técnico em Saúde Bucal ministrado pelo MESTRA - Centro Educacional Mestra Joana Lopes, no Município de Turmalina, para fins exclusivos de regularização da vida escolar dos estudantes e expedição de documentos.

PARECER Nº 618/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0061080/2021-16
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 29.8.2022
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Contabilidade ministrado pelo Colégio Tecnológico Delfim Moreira, no Município de Santa Rita do Sapucaí.

PARECER Nº 656/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0079149/2021-63
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 31.8.2022
Autorização de funcionamento da Especialização Profissional Técnica em Instrumentação Cirúrgica, na modalidade Educação a Distância, a ser ministrada pela Estação Ensino, de Belo Horizonte.

PARECER Nº 657/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0028540/2021-67
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 31.8.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pela Escola SESI Rinaldo Campos Soares, no município de Ipatinga.

PARECER Nº 658/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0106646/2021-82
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 31.8.2022
Reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Estética e Técnico em Análises Clínicas ministrados pelo Colégio Técnico Endex, no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 659/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0015789/2022-88
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 31.8.2022
Recredenciamento da entidade Instituto Técnico Educacional Polivalente Ltda. - ME, sediada no Município de Pedra Azul.

PARECER Nº 660/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0090248/2021-23
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 31.8.2022
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem ministrado pelo Centro Educacional CORJESUS, no Município de Coração de Jesus.

PARECER Nº 661/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0127337/2021-48
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 31.8.2022
Alteração societária na entidade UNITEC PATOS Ltda. - ME, mantenedora da Escola Técnica de Patos de Minas, do município de Patos de Minas.

PARECER Nº 662/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136573/2021-63
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 31.8.2022
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Radiologia ministrado pelo Colégio Podium, no Município de Mato Verde.

PARECER Nº 663/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136661/2021-15
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 31.8.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Losango de Arcos Ltda. - ME, mantenedora do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Losango, no Município de Arcos.

PARECER Nº 664/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0017385/2022-64
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 31.8.2022
Autorização de funcionamento da Escola Técnica Vértix - Unidade de Lajinha com os cursos Técnico em Agropecuária, Técnico em Enfermagem e Técnico em Contabilidade, no Município de Lajinha.

2022 - SETEMBRO

PARECER Nº 675/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133893/2021-61
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 01.9.2022
Renovação de reconhecimento do Curso Técnico em Conservação e Restauro ministrado pela Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade, no Município de Ouro Preto.

PARECER Nº 676/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0048884/2021-90
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 01.9.2022
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Estética ministrado pelo Colégio São Francisco Xavier - Unidade II, no Município de Ipatinga.

PARECER Nº 677/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0111293/2021-34
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 01.9.2022
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem ministrado pelo Centro Educacional Ubaí, no Município de Ubaí.

PARECER Nº 678/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0013125/2021-45
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 01.9.2022
Recredenciamento da entidade Ação Educacional Claretiana - EDUCLAR, mantenedora do Claretiano Colégio, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 679/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0099127/2021-74
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 01.9.2022
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Prisma - IEP, mantenedora do Collegium Prisma, do Município de Montes Claros.

PARECER Nº 680/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125032/2021-09
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 01.9.2022
Recredenciamento da entidade Associação Regional Escola Família Agrícola Paulo Freire, mantenedora da Escola Família Agrícola Paulo Freire, do Município de Acaiaca.

PARECER Nº 681/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0028979/2020-51
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 01.9.2022
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Eletrotécnica ministrado pelo Colégio Metrópole, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 682/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0057977/2021-86
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 01.9.2022
Reconhecimento do curso Técnico em Saúde Bucal ministrado, na modalidade Educação a Distância, pela Estação Ensino, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 693/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0020080/2020-55
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 26.9.2022
Recredenciamento da entidade Sociedade Buritis de Educação Ltda., mantenedora do Colégio Magnum Agostiniano Buritis, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 694/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0049224/2022-25
PROCESSO Nº 1260.01.0050725/2022-44
PROCESSO Nº 1260.01.0050736/2022-38
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 26.9.2022
Alteração societária e recredenciamento da entidade Sociedade de Educação e Cultura de Manhuaçu Ltda - EPP, reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pela Escola do Futuro, no Município de Manhuaçu.

PARECER Nº 695/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136931/2021-97
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.9.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Rainha da Paz Ltda. - ME, mantenedora do Centro Educacional Rainha da Paz, do Município de Teixeiras.

PARECER Nº 696/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0027704/2022-35
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.9.2022
Autorização de funcionamento dos cursos de Especialização Profissional Técnica em Instrumentação Cirúrgica e de Especialização Profissional Técnica em Saúde do Trabalhador a serem ministrados pelo Centro de Ensino Grau Técnico - Unidade BH Centro II, nesta Capital.

PARECER Nº 697/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0115734/2022-16
PROCESSO Nº 1260.01.0115749/2022-96
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.9.2022
Autorização de funcionamento da ENFERMINAS - Escola de Enfermagem de Minas Gerais - Unidade Uberlândia com os cursos Técnico em Administração, Técnico em Desenvolvimento de Sistemas e Técnico em Recursos Humanos, na modalidade presencial, e Técnico em Enfermagem, nas modalidades presencial e a distância, com as respectivas Qualificações Profissionais, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 698/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0085301/2022-20
PROCESSO Nº 1260.01.0085217/2022-57
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 27.9.2022
Reconhecimento das Habilitações Profissionais de Técnico em Prótese Dentária e de Técnico em Saúde Bucal ministradas, de forma concomitante e subsequente ao Ensino Médio, pelo Colégio Podium, no Município de Mato Verde.

PARECER Nº 699/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0007269/2022-44
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 27.9.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio IMP, no Município de Lavras.

PARECER Nº 700/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0034762/2022-74
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 27.9.2022
Reconhecimento do curso Técnico em Estética ministrado pelo Instituto Educacional FIT-MG, no Município de Passos.

PARECER Nº 701/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0006432/2022-42
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 27.9.2022
Credenciamento da entidade Centro Técnico de Betim Ltda. - ME e autorização de funcionamento do Grau Técnico Betim com os cursos Técnico em Administração, Técnico em Informática, Técnico em Mecânica, Técnico em Enfermagem e Técnico em Radiologia, no Município de Betim.

PARECER Nº 702/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0025207/2022-39
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 27.9.2022
Alteração societária na entidade Instituto Maciel de Educação e Cultura Ltda. - ME, mantenedora do Colégio Técnico do IMTEC, do Município de Betim.

PARECER Nº 718/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0006333/2022-96
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 28.9.2022
Recredenciamento da entidade Escola Técnica de Formação Profissional de Minas Gerais Ltda., mantenedora da Escola Técnica de Formação Profissional de Minas Gerais - EFOP/MG, do Município de Uberaba.

PARECER Nº 719/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0063570/2022-04
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 28.9.2022
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais - Unidade Cândido Martins de Oliveira, no Município de Ubá.

PARECER Nº 720/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0045682/2022-17
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 28.9.2022
Reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio, na modalidade EAD, ministrada pela Escola SESI Antônio Quirino da Costa, no Município de Vespasiano.

PARECER Nº 721/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0129409/2021-73
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 28.9.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Primar, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio Ltda. - ME, mantenedora do Colégio Primar, do Município de Itanhandu.

PARECER Nº 722/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0035962/2022-72
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 28.9.2022
Recredenciamento da entidade Fibonacci Colégio Ltda - EPP, mantenedora do Fibonacci Colégio, do Município de Ipatinga.

PARECER Nº 745/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136640/2021-97
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 29.9.2022
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Ômega, no Município de Viçosa.

PARECER Nº 746/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0105647/2021-89
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 29.9.2022
Recredenciamento da entidade Instituto Pirâmide Educacional e Cultural Ltda - ME, mantenedora do Colégio Pirâmide, do Município de Jequitinhonha.

PARECER Nº 747/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0023160/2022-18
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 29.9.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Imaculado Coração de Maria, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 748/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0062055/2022-72
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 29.9.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais de Alunos e Amigos do Educandário São Francisco de Assis, mantenedora do Educandário São Francisco de Assis, do Município de Itamonte.

PARECER Nº 749/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0064580/2022-88
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 29.9.2022
Recredenciamento da entidade Grupo Império Educacional Ltda, mantenedora da Escola Politécnica de Paracatu e do Colégio Império Educacional, ambos do Município de Paracatu.

PARECER Nº 750/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0052836/2022-83
PROCESSO Nº 1260.01.0052859/2022-44
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 29.9.2022
Recredenciamento da entidade Contemporare Complexo Educacional Ltda., de Belo Horizonte, mantenedora do Colégio Atenas e do Colégio Atenas - Unidade II, no Município de Alfenas, e do Colégio Atenas - Unidade III, no Município de Varginha, e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Atenas - Unidade II, no Município de Alfenas.

2022 - OUTUBRO

PARECER Nº 757/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0095959/2022-53
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 24.10.2022
Autorização de funcionamento do Polo de Apoio Presencial no município de Montes Claros, com a Habilitação Profissional de Técnico em Transações Imobiliárias, concomitante e subsequente ao Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, sob a responsabilidade da ETEMG - Escola Técnica Minas Gerais, do município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 758/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0137128/2021-16
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 24.10.2022
Recredenciamento da entidade Novo Colégio Monte-Sionense Ltda - ME, mantenedora do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Monte Sionense, do Município de Monte Sião.

PARECER Nº 759/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0092560/2022-64
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 24.10.2022
Reconhecimento da Habilitação Profissional de Técnico em Saúde Bucal ministrada pelo Aplicar - Cursos de Excelência, no Município de Varginha.

PARECER Nº 770/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0079185/2021-61
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.10.2022
Recredenciamento da Associação de Servidores Cristãos - ACRISPU, entidade mantenedora da Escola Cristã IBF - da Igreja Batista da Floresta, de Belo Horizonte.

PARECER Nº 771/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133661/2021-20
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.10.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Junqueira - Unidade II, no Município de Andradas.

PARECER Nº 772/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0124668/2021-40
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.10.2022
Alteração societária e recredenciamento da entidade Central Êxitus de Educação Ltda. - ME, mantenedora do Master Êxitus, do Município de Rio Pomba.

PARECER Nº 773/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0080637/2022-42
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.10.2022
Renovação de reconhecimento das Habilitações Profissionais de Técnico em Administração e de Técnico em Segurança do Trabalho, ministradas de forma concomitante e subsequente ao Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, pelo Centro Educacional Aprendiz - Unidade II, no Município de Barbacena.

PARECER Nº 774/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0126756/2021-21
PROCESSO Nº 1260.01.0126734/2021-33
PROCESSO Nº 1260.01.0126628/2021-82
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.10.2022
Recredenciamento da entidade Escola de Ensino Técnico Eurípedes Barsanulfo Ltda - ME e renovação de reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem e do curso de Especialização Profissional Técnica em Enfermagem do Trabalho ministrados pela Escola de Ensino Técnico Eurípedes Barsanulfo, no Município de Ouro Preto.

PARECER Nº 780/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0048729/2022-04
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 26.10.2022
Renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Enfermagem ministrado pela Escola de Saúde Antonina Neves, no Município de São João del Rei.

PARECER Nº 781/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0139138/2021-66
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 26.10.2022
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Diamante - Unidade IV, no Município de Carmo da Mata.

PARECER Nº 782/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0107247/2021-54
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 26.10.2022
Renovação da autorização de funcionamento do Polo de Apoio Presencial, no Município de Ouro Branco, com os cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Administração, na modalidade Educação a Distância, sob a responsabilidade do COLMINAS - Colégio Técnico do Leste Mineiro, de Coronel Fabriciano.

PARECER Nº 783/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0100973/2022-87
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 26.10.2022
Autorização de funcionamento do curso Técnico em Enfermagem a ser ministrado pela FAVEPORT, no Município de Porteirinha.

PARECER Nº 784/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0082452/2021-25
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 26.10.2022
Autorização de funcionamento do Polo de Apoio Presencial de Tarumirim com os cursos Técnico em Administração, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Edificações, Técnico em

Logística e Técnico em Radiologia, na modalidade de Educação a Distância, sob responsabilidade do COLMINAS - Colégio Técnico do Leste Mineiro, de Coronel Fabriciano.

PARECER Nº 785/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0092595/2022-89
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 26.10.2022
Prorrogação do prazo do reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio ministrado pelo CESU - Centro de Estudos Supletivos Isolina de Carvalho, no município de Frutal, para fins exclusivos de regularização de vida escolar e encerramento das atividades.

PARECER Nº 786/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0106811/2021-89
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 26.10.2022
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Administração, na modalidade Educação a Distância, ministrados pelo COLMINAS - Colégio Técnico do Leste Mineiro, no Município de Coronel Fabriciano.

PARECER Nº 787/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093891/2022-17
PROCESSO Nº 1260.01.0093958/2022-51
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 26.10.2022
Recredenciamento da entidade Futuro Vestibulares Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Futuro, no Município de Bicas.

PARECER Nº 788/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0101647/2022-28
PROCESSO Nº 1260.01.0101729/2022-45
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 26.10.2022
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Informática e Técnico em Estética a serem ministrados pelo Colégio Podium, no Município de Mato Verde.

PARECER Nº 789/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0030280/2022-32
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 26.10.2022
Autorização de funcionamento do Centro Técnico Profissional de Conselheiro Lafaiete com as habilitações profissionais de Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Mineração e Técnico em Edificações, no Município de Conselheiro Lafaiete.

PARECER Nº 790/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0138701/2022-28
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 26.10.2022
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Colégio Aquarela, no Município de Campo Belo.

PARECER Nº 801/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0094876/2021-03
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.10.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Centro Educacional Beldani, no Município de Barão de Cocais.

PARECER Nº 802/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0063927/2022-65
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.10.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pela Escola SESI José Bento Nogueira Junqueira, no Município de São Gonçalo do Sapucaí.

PARECER Nº 803/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0034380/2022-09
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 27.10.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Promoção Humana Divina Providência, de Belo Horizonte, mantenedora da Escola Técnica Divina Providência, do Município de Ribeirão das Neves.

PARECER Nº 804/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0034934/2022-86
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 27.10.2022
Autorização de funcionamento da habilitação profissional de Técnico em Administração a ser ministrada pela Escola Técnica Divina Providência, no Município de Ribeirão das Neves.

PARECER Nº 805/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0121202/2021-17
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 27.10.2022
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Segurança do Trabalho e reconhecimento do curso Técnico em Eletrotécnica ministrados pelo Centro de Formação Profissional de Além Paraíba, no Município de Além Paraíba.

PARECER Nº 806/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093187/2022-13
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 27.10.2022
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Darcília Coimbra, no Município de João Pinheiro.

PARECER Nº 807/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0092564/2022-53
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 27.10.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Centro de Formação Educacional Machadense, no Município de Machado.

PARECER Nº 808/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133779/2021-35
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 27.10.2022
Renovação de reconhecimento dos cursos Técnico em Química e Técnico em Farmácia ministrados pelo IRME - Unidade II, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 809/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0107069/2022-07
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 27.10.2022
Autorização de funcionamento do curso Técnico em Enfermagem a ser ministrado pelo Colégio ETEP - Escola Técnica de Passos, no Município de Passos.

2022 - NOVEMBRO

PARECER Nº 820/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0020557/2021-74
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 21.11.2022
Reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade Educação a Distância, ministrados pela Escola Técnica Vital Brasil, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 821/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0098392/2022-31
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 21.11.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio União - Céu, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, situado na Rua Antônio Gonçalves Beirigo, nº 390, no Município de Conceição das Alagoas. Entidade mantenedora: Ivanilda Maria Mota - ME - CNPJ: 15.071.420/0001-36.

PARECER Nº 822/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0138712/2021-25
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 21.11.2022
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Eletromecânica e Técnico em Mineração ministrados pelo CET - Centro de Educação Tecnológica General Edmundo de Macedo Soares e Silva, no Município de Congonhas.

PARECER Nº 823/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0138707/2021-63
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 21.11.2022
Reconhecimento do curso Técnico em Automação Industrial ministrado pelo CET - Centro de Educação Tecnológica General Edmundo de Macedo Soares e Silva, no Município de Congonhas.

PARECER Nº 824/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0077919/2021-02
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 21.11.2022
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo IRME - Instituto Regina Mater de Educação, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 825/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0078018/2021-45
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 21.11.2022
Reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem ministrado pelo Instituto Promove de Ensino, no Município de Santos Dumont.

PARECER Nº 851/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0116828/2021-66
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 22.11.2022
Recredenciamento da entidade Escola Garatuja Ltda - ME e reconhecimento do Ensino Médio ministrado pela Escola Officina do Saber, no Município de Carangola.

PARECER Nº 852/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0141285/2022-03
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 22.11.2022
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Colégio Educar de Rio Casca, no Município de Rio Casca.

PARECER Nº 853/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0030255/2022-28
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 22.11.2022
Reconhecimento do Ensino Médio, ministrado pelo Colégio Gabarito, de Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, sediado em Araxá.

PARECER Nº 854/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0100568/2022-61
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 22.11.2022
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem ministrado pela Escola Técnica Egídio José da Silva, no Município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 855/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0094760/2021-31
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 22.11.2022
Autorização de funcionamento do Colégio Sólido - Unidade Pirapora com Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, no Município de Pirapora.

PARECER Nº 856/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0078146/2021-81
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 22.11.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Santos Dumont, mantenedora do Colégio Santos Dumont, do Município de Santos Dumont.

PARECER Nº 857/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0091796/2022-31
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 22.11.2022
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho ministrados pelo Instituto Educacional Profissionalizante de Iturama, no Município de Iturama.

PARECER Nº 887/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0001624/2022-72
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 23.11.2022
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Enfermagem com saída intermediária em nível de Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem, Técnico em Radiologia e Técnico em Estética a serem ministrados pela Rede de Ensino Genoma, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 888/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0075373/2021-68
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 23.11.2022
Credenciamento da entidade Associação de Bombeiros Voluntários de Minas Gerais - ABVMG e autorização de funcionamento da ABV ETec MG - Escola Técnica de Minas Gerais com os cursos Técnico em Prevenção e Combate a Incêndio, Técnico em Veterinária e Técnico em Cuidados de Idosos, nesta Capital.

PARECER Nº 889/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0083711/2022-76
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 30.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio do Instituto Padre Machado, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 890/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0074171/2022-24
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 30.11.2022
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Colégio Educ Ibiraci, no Município de Ibiraci.

PARECER Nº 891/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0020143/2022-94
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 30.11.2022
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Zootecnia ministrados pela Escola Técnica de Formação Profissional de Minas Gerais - EFOP/MG, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 892/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0114390/2022-26
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 30.11.2022
Autorização de funcionamento das Habilitações Profissionais de Técnico em Farmácia, com Qualificação Profissional em Auxiliar de Farmácia de Manipulação, Técnico em Radiologia e Técnico em Saúde Bucal, com Qualificação Profissional em Auxiliar de Saúde Bucal, a serem ministrados pelo ITEP - Instituto Técnico Educacional Polivalente de Araçuaí, no Município de Araçuaí.

PARECER Nº 893/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0004837/2022-39
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 30.11.2022
Credenciamento da entidade Escola Técnica Paulo César de Mattos Ltda - ME, mantenedora da Escola Técnica Paulo César de Mattos, de Juiz de Fora.

PARECER Nº 894/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0004994/2022-68
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 30.11.2022
Autorização de funcionamento da Escola Técnica Paulo César de Mattos com o curso Técnico em Enfermagem, no município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 895/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0028664/2022-14
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 30.11.2022
Autorização de funcionamento do Centro Técnico Profissional de Uberaba com as Habilitações Profissionais de Técnico em Enfermagem, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Marketing e Técnico em Vendas, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 896/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0148656/2022-30
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 30.11.2022
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Análises Clínicas e Técnico em Farmácia a serem ministrados pelo Instituto Tutores de Educação, no Município de Lagoa da Prata.

PARECER Nº 897/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0034911/2022-28
PROCESSO Nº 1260.01.0034450/2022-59
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 30.11.2022
Reconhecimento do curso Técnico em Estética e renovação do reconhecimento do curso Técnico em Informática ministrados pela Escola Técnica Divina Providência, no Município de Ribeirão das Neves.

PARECER Nº 898/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0029994/2020-97
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 30.11.2022
Reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Radiologia e Técnico em Administração ministrados pelo Grau Técnico Contagem, no Município de Contagem.

PARECER Nº 899/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0121684/2021-98
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 30.11.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Municipal Uriel Alvim, no Município de Caldas.

PARECER Nº 900/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0138558/2021-12
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 30.11.2022
Mudança do Conselho Administrativo da entidade Instituto Presbiteriano de Serviço Social, Educação Cultura e Pesquisa, mantenedora do Colégio Presbiteriano, do Município de Governador Valadares.

PARECER Nº 901/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0115406/2021-48
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 30.11.2022
Reconhecimento dos cursos Técnico em Administração, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Agropecuária e Técnico em Mecânica ministrados pelo Colégio Excelência, no Município de Bocaiúva.

PARECER Nº 902/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0097140/2022-79
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 30.11.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Cidade de Patos de Minas, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 903/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0132078/2022-78
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 30.11.2022
Autorização de funcionamento da Habilitação Profissional de Técnico em Radiologia a ser ministrada pela Proz - Unidade Belo Horizonte, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 904/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0117825/2022-13
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 30.11.2022
Credenciamento da entidade mantenedora Opção Engetec Cursos Técnicos Ltda. e autorização de funcionamento do Opção Engetec Cursos Técnicos com os cursos Técnico em Contabilidade, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Logística, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Transações Imobiliárias, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 905/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0102920/2022-92
PROCESSO Nº 1260.01.0102901/2022-23
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 30.11.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, no Município de Ouro Preto.

PARECER Nº 906/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0007437/2021-70
PROCESSO Nº 1260.01.0007446/2021-21
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 30.11.2022
Recredenciamento da entidade mantenedora Centro de Ensino Pouso Alegre EIRELI - EPP e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Apogeu - Unidade V, no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 907/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0082002/2022-47
PROCESSO Nº 1260.01.0082359/2022-11
PROCESSO Nº 1260.01.0082322/2022-4
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 30.11.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Villa Lobos - Unidade Monte Sião, no Município de Monte Sião.

PARECER Nº 908/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0115284/2021-44
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 30.11.2022
Autorização de funcionamento do Polo de Apoio Presencial no Município de Uberlândia, sob a responsabilidade do Instituto Monitor, de Belo Horizonte, com as Habilitações Profissionais de Técnico em Eletrônica e Técnico em Transações Imobiliárias, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância.

2022 - DEZEMBRO

PARECER Nº 925/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0147314/2022-83
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 12.12.2022
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Centro Educacional Adventista de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 926/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0112519/2022-06
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 12.12.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pela Escola Municipal Pedro Alves de Paiva, no Município de Ibiá.

PARECER Nº 927/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0098187/2021-40
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 12.12.2022
Reconhecimento dos cursos Técnico em Meio Ambiente e Técnico Recursos Humanos, na modalidade Educação a Distância, ministrados pelo Colégio Técnico do IMTEC, no Município de Betim.

PARECER Nº 928/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0005864/2022-52
PROCESSO Nº 1260.01.0125090/2021-92
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 12.12.2022
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem e reconhecimento do curso de Especialização Profissional em Enfermagem do Trabalho, ministrados pelo Colégio Excelência, no Município de Bocaiúva.

PARECER Nº 964/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0110044/2022-95
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.12.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Apogeu - Unidade III, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 965/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125028/2022-17
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.12.2022
Reconhecimento do curso de Especialização Profissional Técnica em Enfermagem do Trabalho ministrado pela Escola Técnica da Saúde, no Município de Conselheiro Lafaiete.

PARECER Nº 966/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0008803/2020-51
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.12.2022
Reconhecimento do Ensino Médio e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrados pelo Colégio Los Angelos - IPLAS, de Belo Horizonte, e mudança de entidade mantenedora e credenciamento da nova mantenedora da instituição educacional.

PARECER Nº 967/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0000072/2021-75
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 13.12.2022
Reconhecimento dos cursos Técnico em Administração, Técnico em Radiologia e Técnico em Enfermagem ministrados pelo Grau Técnico Barreiro, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 968/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0066539/2022-60
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 13.12.2022
Renovação da autorização de funcionamento do Polo de Apoio Presencial de Águas Vermelhas, sob a responsabilidade do Instituto de Educação Moriá, de Espera Feliz, com a Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem, com possibilidade de saída intermediária como Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem, na modalidade Educação a Distância.

PARECER Nº 969/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0082333/2022-34
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 13.12.2022
Renovação de reconhecimento do Curso Normal em Nível Médio ministrado pelo Instituto Educacional São João da Escócia, de Poços de Caldas.

PARECER Nº 970/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0112553/2022-58
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 13.12.2022
Autorização de funcionamento das habilitações profissionais de Técnico em Farmácia, Técnico em Transações Imobiliárias e Técnico em Veterinária e da Especialização Técnica em Saúde do Trabalhador, na modalidade Educação a Distância, e de Técnico em Enfermagem, na modalidade presencial, a serem ministradas pelo COLMINAS - Colégio Técnico do Leste Mineiro, no Município de Coronel Fabriciano.

PARECER Nº 971/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0099000/2022-08
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 13.12.2022
Reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Radiologia, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Eletrotécnica ministrados pelo Grau Técnico Venda Nova, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 972/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0140936/2022-17
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 14.12.2022
Autorização de funcionamento dos Cursos Técnico em Estética e Técnico em Saúde Bucal a serem ministrados pelo Núcleo Integral de Formação e Pesquisa Técnico Profissional, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 973/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0107399/2022-21
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 14.12.2022
Renovação de reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Médio ministrada pela Escola Municipal Monsenhor José Cotta, no Município de Mariana.

PARECER Nº 974/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0110462/2022-61
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 14.12.2022
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Conexão Kids, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 975/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0060038/2021-20
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 14.12.2022
Renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Podologia ministrado pelo Instituto Educacional São Camilo, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 976/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0106825/2022-96
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 14.12.2022
Renovação de reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Médio ministrado pelo Centro de Educação Municipal Padre Avelar, no Município de Mariana.

PARECER Nº 977/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0126767/2021-15
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 14.12.2022
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Química e Técnico em Meio Ambiente, na modalidade presencial, e Técnico em Mineração, na modalidade Educação a Distância, a serem ministrados pelo IEB - Instituto Educacional Belo Horizonte, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 978/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0137742/2022-22
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 14.12.2022
Reconhecimento do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio ministrado pela Escola Agrotécnica Sérgio de Freitas Pacheco, no Município de Patrocínio.

PARECER Nº 979/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0116888/2022-92
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 14.12.2022
Recredenciamento da entidade Prótese Dentária e Comércio de Produtos Odontológicos Evandro dos Santos Ltda - ME, mantenedora da ETAP- Escola Técnica de Aprendizado Profissional, no Município de Alfenas.

PARECER Nº 980/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0110871/2022-76
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 14.12.2022
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Farmácia ministrado pelo Centro Politécnico, Treinamento, Ensino e Pesquisa, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 981/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0079913/2022-93
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 14.12.2022
Reconhecimento dos cursos Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Farmácia e Técnico em Segurança do Trabalho ministrados pelo Grau Técnico Barreiro - Unidade II, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 982/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0123260/2022-29
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 14.12.2022
Autorização de funcionamento do Ensino Médio, a ser ministrado pelo Colégio Recanto do Espírito Santo, de Ensino Fundamental, no município de Itaúna.

PARECER Nº 983/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0098024/2022-73
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 14.12.2022
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem ministrado pelo Centro de Ensino Baluarte, no Município de João Pinheiro.

PARECER Nº 1006/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0139994/2022-37
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 15.12.2022
Autorização de funcionamento do Instituto de Educação Moriá com o curso Técnico em Enfermagem, no Município de Águas Vermelhas.

PARECER Nº 1007/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0046566/2022-11
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 15.12.2022
Reconhecimento do Curso Técnico em Estética ministrado pela Estação Ensino, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 1008/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0114933/2022-12
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 15.12.2022
Renovação do reconhecimento do Curso de Especialização Profissional Técnica em Imobilização Ortopédica ministrado pelo Centro Educacional Visão, no Município de João Pinheiro.

PARECER Nº 1009/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133022/2022-04
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 15.12.2022
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Edificações, Técnico em Enfermagem, Técnico em Programação de Jogos Digitais, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Vendas a serem ministrados pelo Colégio Expoente, no Município de Caratinga.

PARECER Nº 1010/SEE/CEE -PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0079601/2022-78
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 15.12.2022
Reconhecimento do curso Técnico em Administração ministrado pelo Centro de Ensino Grau Técnico Montes Claros, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 1011/SEE/CEE- PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0064098/2022-07
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 15.12.2022
Recredenciamento da entidade Sistema Kepler de Educação Ltda - ME, mantenedora da Associação Educacional Johann Kepler, do Município de Uberlândia.

PARECER Nº 1012/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0103229/2022-91
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 15.12.2022
Recredenciamento da entidade Associação Escola Família Agrícola do Médio e Baixo Jequitinhonha - AEFAMBAJE, mantenedora da Escola Família Agrícola Bontempo, do Município de Itaobim.

PARECER Nº 1013/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0090868/2022-61
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 15.12.2022
Mudança de mantença do Colégio Sólido - Unidade Brasília de Minas, do Município de Brasília de Minas.

PARECER Nº 1014/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0107632/2022-35
PROCESSO Nº 1260.01.0107635/2022-51
PROCESSO Nº 1260.01.0107636/2022-24
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 15.12.2022
Recredenciamento da entidade mantenedora Escola Elisabeth Rombach Ltda. - EPP, renovação de reconhecimento dos cursos Técnico em Farmácia e Técnico em Enfermagem e reconhecimento dos cursos Técnico em Estética e Técnico em Podologia ministrados pela Escola Técnica Elisabeth Rombach, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 1015/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0091706/2022-36
PROCESSO Nº 1260.01.0091696/2022-15
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 15.12.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Ágape Dom Ltda - EPP e reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Ágape Dom, no Município de Varginha.

PARECER Nº 1016/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0099928/2021-78
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 15.12.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Centro Educacional Terra - Unidade 2, no Município de Extrema.

PARECER Nº 1017/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0083582/2022-67
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 15.12.2022
Renovação de reconhecimento dos cursos Técnico em Química e Técnico em Eletrônica ministrados pelo Instituto Educacional São João da Escócia, no Município de Poços de Caldas.

PARECER Nº 1018/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0152357/2022-13
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento do curso Técnico em Mecatrônica a ser ministrado pelo Centro de Formação Profissional de Além Paraíba, no Município de Além Paraíba

PARECER Nº 1019/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0161467/2022-35
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento do Colégio M2 - Unidade FAPAM com Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, no Município de Pará de Minas.

PARECER Nº 1020/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0129641/2022-14
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 21.12.2022
Credenciamento da entidade mantenedora Colégio Líder Ltda. - EPP e autorização de funcionamento do Colégio Líder com Ensino Médio, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 1021/SEE/CEE -PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0029368/2022-18
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento do Curso Técnico em Mineração a ser ministrado pelo Colégio Comercial Itabirano, no Município de Itabira.

PARECER Nº 1022/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0123609/2022-15
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 21.12.2022
Reconhecimento do curso Técnico em Administração, com saídas intermediárias em nível de Qualificação Profissional, ministrado pela Proz - Unidade Belo Horizonte, nesta Capital.

PARECER Nº 1023/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0141783/2022-40
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 21.12.2022
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Radiologia ministrado pela Escola de Enfermagem São João de Deus, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 1024/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0153013/2022-52
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento das habilitações profissionais de Técnico em Agropecuária, Técnico em Farmácia, Técnico em Saúde Bucal e Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade presencial, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio, a serem ministradas pela Escola Professor Jairo Grossi, no Município de Caratinga.

PARECER Nº 1025/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0000049/2022-14
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 21.12.2022
Credenciamento da entidade mantenedora SET - Sistema de Ensino Tecnológico Ltda. - ME e autorização de funcionamento do SET - Sistema de Ensino Tecnológico com os cursos Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, Técnico em Edificações, Técnico em Paisagismo, Técnico em Secretaria Escolar e Técnico em Transações Imobiliárias, na modalidade Educação a Distância - EaD, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 1026/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0138640/2022-26
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento dos Cursos Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Farmácia e Técnico em Saúde Bucal a serem ministrados pelo ITEP - Instituto Técnico Educacional Polivalente de Pedra Azul, no Município de Pedra Azul.

PARECER Nº 1027/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0114391/2022-96
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Farmácia e Técnico em Saúde Bucal a serem ministrados pelo ITEP - Instituto Técnico Educacional Polivalente de Medina, no Município de Medina.

PARECER Nº 1028/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0149979/2022-05
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento das Habilitações Profissionais de Técnico em Agronegócio, Técnico em Logística e Técnico em Manutenção e

Suporte em Informática a serem ministradas pela Escola Multi-Tech Cursos e Informática, no Município de Paracatu.

PARECER Nº 1029/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0138492/2022-45
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Farmácia e Técnico em Saúde Bucal a serem ministrados pelo ITEP - Instituto Técnico Educacional Polivalente de Itaobim, no Município de Itaobim.

PARECER Nº 1030/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0165071/2022-18
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Radiologia e Técnico em Segurança do Trabalho a serem ministrados pelo Colégio Tipura, no Município de Bom Despacho.

PARECER Nº 1031/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0166927/2022-55
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento da Proz - Unidade Ipatinga com as Habilitações Profissionais de Técnico em Administração, Técnico em Enfermagem e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, com possibilidades de saídas intermediárias como Qualificação Profissional, no Município de Ipatinga.

PARECER Nº 1032/SEE/CEE-PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0156656/2022-49
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Colégio UNIFOR - Unidade II, no Município de Formiga.

2023 - JANEIRO

PARECER Nº 1/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0125670/2022-46
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pela Escola SESI Vitor Vieira dos Santos, no Município de Itajubá.

PARECER Nº 2/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0149896/2022-15
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 23.01.2023
Reconhecimento das habilitações profissionais de Técnico em Estética e Técnico em Segurança do Trabalho ministradas pelo Instituto Axioma, no Município de Ituiutaba.

PARECER Nº 3/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0104563/2022-60
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 23.01.2023
Iteração societária na entidade Escola Tiradentes S/C Ltda, mantenedora da Escola Tiradentes, do Município de Conselheiro Pena.

PARECER Nº 4/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174628/2022-96
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento do Colégio Batista Mineiro - Unidade Granja Marileusa - Uberlândia com Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 5/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0156899/2022-84
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 23.01.2023
Recredenciamento da entidade Centro de Ensino JP Ltda, mantenedora do Centro de Ensino Baluarte, do Município de João Pinheiro.

PARECER Nº 6/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0157060/2022-05
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento das Habilitações Profissionais de Técnico em Administração, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Contabilidade, Técnico em Estética e Técnico em Farmácia, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio, a serem ministradas pelo Centro de Ensino Baluarte, no Município de João Pinheiro.

PARECER Nº 7/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0149144/2022-46
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento da Escola Técnica Ymbalo com os cursos Técnico em Agronegócio, Técnico em Mineração e Técnico em Mecânica, no Município do Serro.

PARECER Nº 8/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0141267/2022-04
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento da habilitação profissional de Técnico em Enfermagem, concomitante e subsequente ao Ensino Médio, a ser ministrada pelo Instituto Gênesis, no Município de Brasília de Minas.

PARECER Nº 9/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0147269/2022-37
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento do Polo de Apoio Presencial com a habilitação profissional de Técnico em Transações Imobiliárias, concomitante e subsequente ao Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, sob a responsabilidade da ETEMG - Escola Técnica Minas Gerais, de Pouso Alegre, a se instalar no município de Divinópolis.

PARECER Nº 10/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0043229/2022-94
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 23.01.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, em regime de alternância, ministrado pela Escola Família Agroecológica de Araçuaí, no Município de Araçuaí.

PARECER Nº 11/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0048155/2022-79
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 23.01.2023
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Administração ministrado pelo Colégio Pio XII/COOPPED, no Município de Ouro Branco.

PARECER Nº 12/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151604/2022-71
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Colégio Renascer, no Município de Miraí.

PARECER Nº 13/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0112238/2022-27
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pela Escola Nossa Senhora do Carmo, no Município de Arcos.

PARECER Nº 14/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0029178/2022-07
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento da Habilitação Profissional de Técnico em Eletromecânica, concomitante e subsequente ao Ensino Médio, a ser ministrada pela Escola Técnica FIDE, no Município de Itabira.

PARECER Nº 50/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138750/2022-63
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Instituto Educacional Arco, no Município de Santo Antônio do Amparo.

PARECER Nº 51/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0164042/2022-59
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Prótese Dentária e Técnico em Saúde Bucal a serem ministrados pelo Centro Educacional CORJESUS, no Município de Coração de Jesus.

PARECER Nº 52/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0024361/2021-89
PROCESSO Nº 1260.01.0070922/2020-65
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.01.2023
Recredenciamento da entidade mantenedora Instituição Educacional Cecília Maria de Melo Barcelos Ltda e autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Mineração e Técnico em Segurança do Trabalho, a serem ministrados pelo Centro Educacional Cecília Maria de Melo Barcelos, no Município de Brumadinho.

PARECER Nº 53/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0148791/2022-71
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.01.2023
Credenciamento da entidade Escola Técnica e Cursos Livres e Assessoria & Consultoria em Saúde Ltda. e autorização de funcionamento da VEMATEC - Venerável Madre dos Anjos - Escola Técnica com a habilitação profissional de Técnico em Enfermagem, no Município de Cláudio.

PARECER Nº 54/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0105432/2022-71
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio a ser ministrado pela Escolinha Vovó Corina, no Município de Araguari.

PARECER Nº 55/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0149581/2022-81
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento da Escola Técnica Ymbalo com os cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Análises Clínicas, no Município de Gouveia.

PARECER Nº 56/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0114492/2021-88
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Farmácia e Técnico em Enfermagem, na modalidade Educação a Distância, a serem ministrados pela Escola de Educação Profissional Ibituruna - EEPI, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 57/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0131653/2022-10
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Instituto de Educação Meninada Crescer, no Município de Matozinhos.

PARECER Nº 58/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0000694/2022-5
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 09.02.2023
Autorização de funcionamento do curso Técnico em Marketing a ser ministrado pela Escola de Formação Gerencial Nova Lima - Metodologia SEBRAE, no Município de Nova Lima.

PARECER Nº 59/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0028078/2022-25
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 25.01.2023
Recredenciamento da entidade FESFX - Fundação Educacional São Francisco Xavier, mantenedora do Colégio São Francisco Xavier e do Colégio São Francisco Xavier - Unidade II, do Município de Ipatinga.

PARECER Nº 60/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0026532/2022-57
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 25.01.2023
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Evangélico Monte Sião Ltda - EPP, mantenedora do Instituto Educacional Evangélico Monte Sião, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 61/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0149992/2022-42
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento do Centro Técnico Profissional AlfaUnipac de Almenara com as habilitações profissionais de Técnico em Enfermagem e Técnico em Análises Clínicas, no Município de Almenara.

PARECER Nº 62/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138091/2022-08
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.01.2022
Autorização de funcionamento das Habilitações Profissionais de Técnico em Enfermagem, Técnico em Agronegócio e Técnico em Segurança do Trabalho, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio, a serem ministradas pelo Colégio Pólis, no Município de Carmo do Paranaíba.

PARECER Nº 63/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0051458/2022-41
PROCESSO Nº 1260.01.0051485/2022-88
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.01.2023
Alteração societária na entidade BH Cursos Ltda - ME, mantenedora do Centro de Educação Tecnológica Novo Rumo, desta Capital

PARECER Nº 64/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135865/2022-67
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Colégio Êxito, no Município de Caxambu.

PARECER Nº 65/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109386/2022-13
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.01.2023
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Pentágono Ltda - EPP, mantenedora do Colégio Pentágono, do Município de Oliveira.

PARECER Nº 66/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0145630/2022-58
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 25.01.2023
Credenciamento da entidade mantenedora Centro Educacional Aquarela Connect Ltda - ME e autorização de funcionamento do Colégio Nova Geração com Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Município de Santa Juliana.

PARECER Nº 67/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0114508/2021-44
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento do curso Técnico em Agrimensura, na modalidade Educação a Distância, a ser ministrado pelo IESC - Instituto Educacional Santa Cruz, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 68/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139303/2022-70
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Radiologia, na modalidade Educação a Distância, a serem ministrados pelo Núcleo Integral de Formação e Pesquisa Técnico Profissional, no município de Patos de Minas.

PARECER Nº 69/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0150178/2022-64
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 24.01.2023
Renovação do reconhecimento das habilitações profissionais de Técnico em Contabilidade, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Estética e Técnico em Design de Interiores ministradas pelo Colégio Síntese, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 70/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0136245/2022-89
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento do curso Técnico em Design Gráfico a ser ministrado pelo Colégio Plano, no Município de São Francisco.

PARECER Nº 71/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151502/2022-12
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 25.01.2023
Autorização de funcionamento do Centro Técnico Profissional de Itabirito com as Habilitações Profissionais de Técnico em Segurança do Trabalho e de Técnico em Enfermagem, no Município de Itabirito.

PARECER Nº 75/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0153019/2022-84
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.01.2023
Credenciamento da entidade mantenedora Cooperativa Educacional Além Paraíba - CEAP e autorização de funcionamento do Colégio Integrado Alfa com Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Município de Além Paraíba.

PARECER Nº 76/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0074491/2021-20
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 26.01.2023
Reconhecimento dos cursos Técnico em Radiologia, Técnico em Logística e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e renovação do reconhecimento do curso Técnico em Metalurgia ministrados pelo Colégio Técnico Genoma, no Município de Betim.

2023 - FEVEREIRO

PARECER Nº 102/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0025672/2021-97
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 09.02.2023
Reconhecimento dos cursos Técnico em Mecânica e Técnico em Eletrotécnica, na modalidade Educação a Distância, ministrados pela Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG - Unidade III, em Belo Horizonte.

PARECER Nº 103/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0114388/2021-83
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação de reconhecimento dos cursos Técnico em Administração e Técnico em Enfermagem ministrados pela Escola Técnica Juscelino Kubitschek, no Município de Ipatinga.

PARECER Nº 104/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0087020/2022-70
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 09.02.2023
Recredenciamento da entidade SOEGAR - Sociedade Educacional Gardingo Ltda, mantenedora da Escola Técnica Vértix, do Município de Matipó.

PARECER Nº 105/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0064082/2022-51
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação de reconhecimento dos cursos Técnico em Estética, Técnico em Recursos Humanos e Técnico em Segurança do Trabalho ministrados pela Escola Técnica de Vazante, no Município de Vazante.

PARECER Nº 106/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138552/2021-77
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pela Escola SEB Unimaster, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 107/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0147124/2022-72
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 09.02.2023
Autorização de funcionamento do Instituto Axioma - Unidade IV com Ensino Médio, no Município de Ituiutaba.

PARECER Nº 108/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0124731/2022-82
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 09.02.2023
Credenciamento da entidade Freitas & Cristal Ltda - ME e autorização de funcionamento do Fama Tec Cursos Técnicos com os cursos Técnico em Agrimensura, Técnico em Enfermagem e Técnico em Estética, no Município de Iturama.

PARECER Nº 109/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0041710/2022-76
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Prótese Dentária, Técnico em Transações Imobiliárias e Técnico em Química ministrados pela Escola Técnica de Patos de Minas, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 110/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0110313/2021-13
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 09.02.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem ministrado pelo Biotécnico Colégio e Cursos, no Município de Santos Dumont.

PARECER Nº 111/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0146773/2022-43
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio e do curso Técnico em Administração ministrados pela Escola de Formação Gerencial - EFG - Cataguases, no Município de Cataguases.

PARECER Nº 112/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0045680/2021-74
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 09.02.2023
Recredenciamento da entidade Sociedade Educadora Pedro II Ltda - ME, mantenedora do Colégio Pedro II, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 113/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0147042/2022-55
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 09.02.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Colégio M2 - Vespasiano, no Município de Vespasiano.

PARECER Nº 114/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174908/2022-05
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 09.02.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Colégio Nacional - Unidade IV, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 115/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0134829/2022-06
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 09.02.2023
Autorização de funcionamento do Colégio Gabarito - Unidade II com Ensino Médio, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 116/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0058805/2022-37
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Logística, na modalidade Educação a Distância, ministrado pelo Aprendiz Colégio e Cursos Técnicos, no Município de Barbacena.

PARECER Nº 117/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0045612/2022-64
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 27.02.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Segurança do Trabalho ministrado pelo Educandário São Francisco de Assis, do Município de Itamonte.

PARECER Nº 118/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0041262/2022-47
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.02.2023
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Elite Floresta - BH, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 119/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0122560/2022-14
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.02.2023
Recredenciamento da entidade Lameiras e Lameiras Cursos Ltda, mantenedora da Impacto - Escola de Saúde, do Município de Lavras.

PARECER Nº 120/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0031194/2022-89
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.02.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Administração e Técnico em Eletrotécnica ministrados pelo Instituto Educacional Máris Célis, no Município de Passos.

PARECER Nº 132/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0054135/2020-33
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 28.02.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade META - Escola Técnica de Formação Profissional EIRELI, mantenedora da META - Escola Técnica de Formação Profissional, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 133/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113296/2022-76
PROCESSO Nº 1260.01.0113281/2022-93
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 28.02.2023
Recredenciamento da entidade Curso Nota 10 Ltda. - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio e Curso Nota 10, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 134/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174698/2022-49
PROCESSO Nº 1260.01.0174707/2022-97
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 28.02.2023
Credenciamento da entidade Centro Educacional Izabel Bastos de Lima Ltda. - ME e autorização de funcionamento da Escola de Cursos - Centro Educacional Izabel Bastos de Lima com a Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 135/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0126738/2022-19
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 28.02.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Instituto Aprendiz Solidário, no Município de Barbacena.

PARECER Nº 136/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0130498/2022-58
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 28.02.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Colégio Presbiteriano Comenius, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 137/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0052136/2022-68
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 28.02.2023
Examina o Plano de Expansão do Atendimento Escolar - 2022 da Rede Estadual de Ensino.

2023 - MARÇO

PARECER Nº 155/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0052238/2022-30
PROCESSO Nº 1260.01.0052221/2022-04
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 01.3.2023
Alteração societária e recredenciamento da Escola Doce Tempo Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio SEI, no Município de Boa Esperança.

PARECER Nº 156/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0073674/2022-57
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 01.3.2023
Recredenciamento da entidade UNITEC Vazante Ltda., mantenedora da Escola Técnica de Vazante, do Município de Vazante.

PARECER Nº 157/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0098739/2022-71
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 01.3.2023
Recredenciamento da entidade J A Sistema Educacional Ltda. - EPP, mantenedora do Colégio Professor Roque Nicolau Tamburini, do Município de Alfenas.

PARECER Nº 158/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113036/2022-15
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 01.3.2023
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pela Escola Particular GAMA - Centro Educacional Garcia Marques, no Município de São Gotardo.

PARECER Nº 159/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0116354/2022-57
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 01.3.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Colégio Adventista do Buritis, no município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 163/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0064291/2022-34
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 02.3.2023
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Eletrotécnica ministrado pelo Instituto Educacional Profissionalizante de Iturama, no Município de Iturama.

PARECER Nº 164/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0030563/2022-54
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 02.3.2023
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Coleguium Internacional - Cidade Nova, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 171/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0114734/2022-50
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Sistema de Ensino Fundamental Ltda - ME, mantenedora do Instituto Alice Maciel, do Município de Sete Lagoas.

PARECER Nº 172/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0114276/2022-97
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Colégio Nova Dimensão Ltda - ME, mantenedora do Colégio Nova Dimensão, do Município de Ibiá.

PARECER Nº 173/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0157678/2022-03
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento dos cursos Técnico em Desenvolvimento de Sistemas e Técnico em Estética ministrados pela Proz - Unidade Belo Horizonte, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 174/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0084971/2022-06
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação Assistencial Getsêmani, mantenedora do Colégio Batista Getsêmani, de Belo Horizonte.

PARECER Nº 175/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0112503/2022-50
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 09.3.2023
Autorização de funcionamento do Colégio Podium com a Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem, no Município de Rio Pardo de Minas.

PARECER Nº 176/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117454/2022-39
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 09.3.2023
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem ministrado pelo Colégio Berlaar Nossa Senhora do Patrocínio, no Município de Patrocínio.

PARECER Nº 177/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0107570/2022-60
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Unidade de Ensino Morais Ltda - EPP, mantenedora da Unidade de Ensino Morais, no Município de Conselheiro Lafaiete.

PARECER Nº 204/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0052972/2022-97
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 09.3.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade Roma - Empreendimentos Educacionais Ltda. - ME, mantenedora do Ensino Médio ministrado pelo Logos Colégio e Curso - Formação Integral, do Município de Varginha.

PARECER Nº 205/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0120422/2022-25
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 09.3.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Prisma, no Município de Patrocínio.

PARECER Nº 206/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0066298/2022-68
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, mantenedora da Escola Técnica da Santa Casa, de Belo Horizonte.

PARECER Nº 207/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0130220/2021-98
PROCESSO Nº 1260.01.0130227/2021-06
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.3.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio da FEPI, no Município de Itajubá.

PARECER Nº 208/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0124376/2022-64
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.3.2023
Recredenciamento da entidade Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos, mantenedora da Escola Técnica Professor José Paulo de Souza, do Município de Passos.

PARECER Nº 209/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0026325/2022-20
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.3.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Transações Imobiliárias, na modalidade Educação a Distância, ministrado pela ETEMG - Escola Técnica Minas Gerais, no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 210/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0165995/2022-96
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.3.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Informática ministrados pelo CEST - Colégio Educacional de Suplência e Técnico, no Município de Ipatinga.

PARECER Nº 211/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0118120/2022-02
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 27.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Centro Educacional Genny Gomes, no Município de Caxambu.

PARECER Nº 212/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0067739/2022-58
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 27.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Ressurreição Nossa Senhora, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 221/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0142997/2022-48
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 28.3.2023
Credenciamento da entidade Fundação Educacional Fausto Pinto da Fonseca e autorização de funcionamento da Escola Técnica FANS com o Curso Técnico em Enfermagem, no Município de Nova Serrana.

PARECER Nº 222/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113219/2022-21
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 28.3.2023
Alteração societária e recredenciamento das entidades mantenedoras Escola Infantil e de Ensino Fundamental Caetano e Silva Ltda - EPP e Colégio de Ensino Médio Caetano e Silva EIRELI - EPP, mantenedoras, respectivamente, do Ensino Fundamental (anos iniciais) e do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio ministrados pelo Colégio Caetano, do Município de Sete Lagoas.

PARECER Nº 223/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0150985/2022-03
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 28.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Mutum, no Município de Mutum.

PARECER Nº 225/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0096425/2022-81
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 28.3.2023
Recredenciamento da entidade Lovato & Cyrino Ltda - ME, mantenedora do Ensino Médio ministrado pelo Núcleo de Aprendizagem Integral, no Município de Perdões.

PARECER Nº 251/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0087281/2022-07
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 29.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Loyola, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 267/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0122430/2022-32
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 29.3.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Enfermagem e Técnico em Mecânica ministrados pelo Colégio São Francisco Xavier - Unidade II, no Município de Ipatinga.

PARECER Nº 270/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0110463/2022-34
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Nossa Senhora do Carmo, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 271/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0132096/2022-77
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 30.3.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Farmácia ministrado pelo Instituto de Educação Qualificar, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 272/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117173/2022-60
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 30.3.2023
Recredenciamento da entidade Cooperativa Educacional de Professores de Itambacuri - MG Ltda, mantenedora da Escola Cooperativa - CEPI, do Município de Itambacuri.

PARECER Nº 273/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0114826/2021-91
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 30.3.2023
Mudança de entidade mantenedora e recredenciamento da entidade Sistema Educacional Sólido Ltda., como nova mantenedora do Colégio Sólido - Unidade São José, do Município de Montes Claros.

PARECER Nº 274/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0093145/2022-80
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Segurança do Trabalho e de Especialização Profissional Técnica em Instrumentação Cirúrgica ministrados pelo Núcleo Integral de Formação e Pesquisa Técnico Profissional, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 275/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0118891/2022-40
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Radiologia ministrado pela Escola Técnica de Formação Profissional de Minas Gerais - EFOP/MG, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 276/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0104381/2022-27
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Augustus, no Município de Sabará.

PARECER Nº 277/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0127664/2021-46
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 30.3.2023
Recredenciamento da entidade Escola Técnica Profissionalizante de Malacacheta EIRELI - ME, mantenedora da MESTEP - Malacacheta Escola Técnica Profissionalizante, do Município de Malacacheta.

PARECER Nº 278/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0168125/2022-10
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 30.3.2023
Alteração societária na entidade Sociedade Educacional Mato Verde Ltda, mantenedora do Colégio Podium, de Mato Verde, do Colégio Favenorte, de Monte Azul, e do Colégio FAVEPORT, de Porteirinha.

2023 - ABRIL

PARECER Nº 299/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0116354/2022-57
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 13.4.2023
Examina recurso relativo ao PARECER Nº 159/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023, que se manifestou favoravelmente à autorização de funcionamento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Adventista do Buritis, localizado na Rua Rubens Caporali Ribeiro, 721, Bairro Buritis, em Belo Horizonte, tendo em vista que a Portaria SEE nº 315/2023, que concedeu a autorização, pelo prazo de 03 (três) anos, foi publicada no "MG" de 09 de março de 2023, e a instituição educacional iniciou as atividades letivas desta etapa educacional, em 06 de fevereiro de 2023.

PARECER Nº 300/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0100784/2022-49
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Mecânica e Técnico em Agropecuária ministrados pelo CEM - Centro Educacional de Manhuaçu, no Município de Manhuaçu.

PARECER Nº 301/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0104775/2022-59
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Radiologia ministrados pelo Centro Técnico de Educação Profissional - CENTEP, no Município de Além Paraíba.

PARECER Nº 302/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0081741/2022-13
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Nini Mourão, no Município de Poços de Caldas.

PARECER Nº 303/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0086069/2022-42
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Enfermagem e do Ensino Médio ministrados pelo Centro Educacional Cataguases, no Município de Cataguases.

PARECER Nº 304/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0008126/2023-85
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Enfermagem, com Qualificação Profissional Técnica em Auxiliar de Enfermagem, ministrado pela Impacto Escola de Saúde, no Município de Lavras.

PARECER Nº 305/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0082238/2022-77
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.4.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Universo - CEU Ltda - ME, mantenedora do Centro Educacional Universo, no Município de Pedra Azul.

PARECER Nº 306/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0087361/2022-78
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Centro Educacional Universo - CEU, no Município de Pedra Azul.

PARECER Nº 307/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0100764/2022-07
PROCESSO Nº 1260.01.0100468/2022-93
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo CEM - Centro Educacional de Manhuaçu, no Município de Manhuaçu.

PARECER Nº 308/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0143421/2022-46
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 13.4.2023
Aprovação de Planos de Curso das Habilitações Profissionais de Técnico em Apicultura, Técnico em Cafeicultura, Técnico em Design de Móveis, Técnico em Paisagismo, Técnico em Edificações e respectivas Qualificações Profissionais, de oferta concomitante e subsequente ao Ensino Médio, pela Secretaria de Estado de Educação, em Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino.

PARECER Nº 309/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0087246/2022-79
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Edificações ministrado pelo Centro Técnico Profissional de Barbacena, no Município de Barbacena.

PARECER Nº 310/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0149732/2022-78
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Providência, no Município de Mariana.

PARECER Nº 311/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0164815/2022-43
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Saúde Bucal ministrado pelo CEST - Colégio Educacional de Suplência e Técnico, no Município de Ipatinga.

PARECER Nº 312/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0147942/2022-05
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Farmácia ministrado pela Escola Técnica Egídio José da Silva, no Município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 335/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0005455/2022-37
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento do Curso Técnico em Administração ministrado pela SIC - Escola Profissionalizante Santo Agostinho, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 336/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0116299/2022-87
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 24.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Centro Educacional de Matipó, no Município de Matipó.

PARECER Nº 337/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0147976/2022-57
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 24.4.2023
Renovação de reconhecimento do Curso Técnico em Prótese Dentária ministrado pela Escola Técnica Egídio José da Silva, no Município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 361/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0099978/2022-83
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.4.2023
Renovação de reconhecimento dos cursos Técnico em Análises Clínicas e Técnico em Radiologia ministrados pela Escola Técnica Egídio José da Silva, no Município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 362/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0051787/2022-82
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.4.2023
Recredenciamento da entidade Centro de Ensino Enf-Ciência Ltda - ME, mantenedora da Escola Enf-Ciência, do Município de Carangola.

PARECER Nº 363/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135703/2022-76
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.4.2023
Reconhecimento da Especialização Profissional Técnica em Enfermagem do Trabalho, na modalidade de Educação a Distância - EaD, ministrada pelo CEFEMG - Centro de Formação de Enfermagem de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 364/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0094728/2022-19
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.4.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Transações Imobiliárias, na modalidade Educação a Distância - EaD, ministrado pelo Centro de Formação Profissional Paulo César Dias de Souza, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 365/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0105820/2022-71
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.4.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Soberano de Cataguases Ltda. - ME, mantenedora do Colégio Soberano, do Município de Cataguases.

PARECER Nº 366/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0066136/2020-83
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.4.2023
Recredenciamento da entidade Núcleo de Ensino Fundamental e Médio Ltda - EPP, mantenedora do Colégio Método, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 367/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0069004/2020-53
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 25.4.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem e da Especialização Profissional Técnica em Enfermagem do Trabalho ministrados pela Escola de Enfermagem Souza Castro, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 369/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0134504/2022-51
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 25.4.2023
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Cândido e Oliveira Ltda - ME, reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do

reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Instituto Educacional Nossa Senhora Aparecida - IENSA, no Município de Salinas.

PARECER Nº 388/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0103029/2022-59
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 26.4.2023
Recredenciamento da entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Educacional, Familiar e Agropecuário de Veredinha - ACODEFAV, mantenedora da Escola Família Agrícola de Veredinha, do Município de Veredinha.

PARECER Nº 389/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0122667/2022-35
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 26.4.2023
Reconhecimento dos cursos Técnico em Eletroeletrônica e Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade Educação a Distância - EaD, ministrados pelo Colégio ENGETEC, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 390/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0164726/2022-21
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 26.4.2023
Autorização de funcionamento das Habilitações Profissionais de Técnico em Administração, Técnico em Vendas e Técnico em Serviços Jurídicos, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio, a serem ministrados pela Excelência Técnicos Unidade II, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 391/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0108474/2022-96
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 26.4.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Radiologia ministrado pelo Instituto Tutores de Educação, no Município de Lagoa da Prata.

PARECER Nº 392/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113732/2022-41
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 26.4.2023
Renovação de reconhecimento da Habilitação Profissional de Técnico em Prótese Dentária, ministrada pela Escola Santa Rosa, no Município de Poços de Caldas.

PARECER Nº 393/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0114977/2022-85
PROCESSO Nº 1260.01.0114953/2022-54
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 26.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pela Escola de Educação Primeiro Mundo, no Município de Paraisópolis.

PARECER Nº 394/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0124571/2022-37
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 26.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Mais Positivo, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 395/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0068193/2022-22
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 26.4.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Segurança do Trabalho ministrado pela Escola Novaerense, no Município de Nova Era.

PARECER Nº 396/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0089567/2021-77
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 26.4.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Eletromecânica ministrado pela SIC - Escola Profissionalizante Santo Agostinho, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 421/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0051394/2022-23
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 27.4.2023
Autorização de funcionamento das Habilitações Profissionais de Técnico em Administração, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Enfermagem, Técnico em Logística e Técnico em Segurança do Trabalho a serem ministradas pelo Centro de Educação Tecnológica Novo Rumo, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 422/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0154742/2022-26
PROCESSO Nº 1260.01.0154704/2022-82
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 27.4.2023
Credenciamento da entidade IESEP - Instituto Educacional de Serviço, Ensino e Pesquisa e autorização de funcionamento do Colégio Técnico de São Lourenço com a Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem, subsequente ao Ensino Médio, na modalidade EaD - Educação a Distância, a se instalar no Município de São Lourenço.

2023 - MAIO

PARECER Nº 435/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0175225/2022-79
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 23.5.2023
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Informática, Técnico em Segurança do Trabalho e Especialização Profissional Técnica em Saúde do Trabalhador a serem ministrados pela Próton - Escola Técnica e Profissionalizante, no Município de Prata.

PARECER Nº 436/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0175231/2022-14
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 23.5.2023
Autorização de funcionamento da Próton - Escola Técnica e Profissionalizante - Unidade II com os cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho e a Especialização Profissional Técnica em Saúde do Trabalhador, no Município de Campina Verde.

PARECER Nº 437/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0053108/2020-20
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 23.5.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Coleguium - Unidade Carlos Prates, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 438/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0111685/2022-20
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 23.5.2023
Reconhecimento do Curso Técnico em Enfermagem, na modalidade Educação a Distância - EaD, ministrado pela Proz - Unidade Belo Horizonte, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 439/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0082914/2022-61
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 23.5.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem ministrado pelo Instituto Inovar, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 440/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113323/2022-26
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 23.5.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Informática ministrado pela People Formação Completa, no Município de Patrocínio.

PARECER Nº 441/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0099205/2022-02
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 23.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pela Rede Prosper Poços de Caldas, no Município de Poços de Caldas.

PARECER Nº 442/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0141790/2022-45
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 23.5.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pela Escola SESI Dario Gonçalves de Souza, no Município de Itaúna.

PARECER Nº 443/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0163102/2022-25
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 23.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Árcade de Ibiá, no Município de Ibiá.

PARECER Nº 444/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0169471/2022-43
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 23.5.2023
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pela Escola SESI Coronel Jovelino Rabelo, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 445/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0073225/2020-61
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 23.5.2023
Recredenciamento da entidade ACITA - Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Itabira, mantenedora da Escola de Formação Gerencial - Itabira, no Município de Itabira.

PARECER Nº 460/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0147426/2022-66
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 24.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pela Escola Janaubense, no Município de Janaúba.

PARECER Nº 461/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0132773/2022-34
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 24.5.2023
Prorrogação do prazo do reconhecimento do Ensino Médio, ministrado pelo Centro ESPACC - Espaço Cultural e Educacional, no Município de Machado.

PARECER Nº 462/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0064140/2022-37
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, ministrado pela Associação Educacional Johann Kepler de Ensino Fundamental e Ensino Médio, situada no município de Uberlândia.

PARECER Nº 463/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0107383/2022-65
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Edificações, Técnico em Estética e Técnico em Mecânica ministrados pela Escola Técnica Vértix, no Município de Matipó.

PARECER Nº 464/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0045469/2021-48
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 24.5.2023
Comunicação de alteração societária e recredenciamento da entidade Associação Regional Escola Família Agrícola Margarida Alves - AREFAMA, mantenedora da Escola Família Agrícola Margarida Alves – EFAMA com o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de Nível

PARECER Nº 465/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109164/2022-90
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação da autorização de funcionamento do Polo de Apoio Presencial, situado no Município

de Itabirinha, com as Habilitações Profissionais de Técnico em Administração e Técnico em Enfermagem, na modalidade Educação a Distância - EaD, sob a responsabilidade do COLMINAS - Colégio Técnico do Leste Mineiro, situado no Município de Coronel Fabriciano.

PARECER Nº 466/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0102649/2022-37
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio e do Curso Técnico em Agropecuária, concomitante ao Ensino Médio, ambos em regime de alternância, ministrados pela Escola Família Agrícola Bontempo, no Município de Itaobim.

PARECER Nº 467/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0101345/2021-37
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Informática, ministrado pela Escola Politécnica de Minas Gerais - Polimig - Unidade IV, no município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 493/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0005465/2023-55
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, no Município de Barbacena.

PARECER Nº 494/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0094974/2022-70
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.5.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Análises Clínicas ministrado pela Escola Técnica da Saúde, no Município de Conselheiro Lafaiete.

PARECER Nº 495/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0024457/2023-13
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.5.2023
Credenciamento da entidade Centro de Ensino Técnico Fahrenheit Ltda - ME e autorização de funcionamento do Centro de Ensino Técnico Fahrenheit - CETEF com os cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Química e Técnico em Segurança do Trabalho, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 496/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0133755/2022-98
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.5.2023
Renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Prótese Dentária ministrado pelo Colégio João Paulo II, no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 497/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174879/2022-12
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 25.5.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Nacional, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 498/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0005504/2022-72
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.5.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Imaculada Conceição, no Município de Brazópolis.

PARECER Nº 499/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0129183/2022-61
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.5.2023
Renovação do reconhecimento dos Cursos Técnico em Administração, Técnico em Contabilidade e Técnico em Química ministrados pelo Colégio Técnico Genoma, no Município de Betim.

PARECER Nº 500/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0053871/2022-74
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.5.2023
Alteração societária na entidade Colégio Ângulo de Viçosa Ltda, mantenedora do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Ângulo de Viçosa, no Município de Viçosa.

PARECER Nº 501/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0100776/2022-71
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 25.5.2023
Examina pedido de renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Prótese Dentária, Técnico em Saúde Bucal e Técnico em Informática, ministrados pelo CEM - Centro Educacional de Manhuaçu, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, situado em Manhuaçu.

PARECER Nº 502/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0040965/2022-15
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 25.5.2023
Prorrogação do recredenciamento da entidade COPEC - Cooperativa Educacional Cristã, mantenedora da Escola Cristã Verbo Vivo, do Município de São Joaquim de Bicas.

PARECER Nº 503/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0057461/2020-53
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 25.5.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pela Escola Cristã Verbo Vivo, no Município de São Joaquim de Bicas.

2023 - JUNHO

PARECER Nº 506/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0027135/2023-69
PROCESSO Nº 1260.01.0027205/2023-22
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Mineração e Técnico em Meio Ambiente ministrados pela Escola Técnica de Paracatu, no Município de Paracatu.

PARECER Nº 507/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0126605/2022-21
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Radiologia, Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho ministrados pela ETTAL - Escola Técnica Teresa Almeida, no Município de Ubá.

PARECER Nº 508/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0163770/2022-31
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento dos Cursos Técnico em Administração, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Enfermagem e Técnico em Radiologia ministrados pelo Centro de Ensino Grau Técnico Uberaba, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 509/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0137079/2021-78
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação do reconhecimento dos Cursos Técnico em Mecânica, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Enfermagem e Técnico em Mineração ministrados pelo Centro Educacional Roberto Porto, no Município de João Monlevade.
ARECER Nº 510/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0137051/2021-58
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.6.2023

Reconhecimento do Curso Técnico em Enfermagem ministrado pelo CTM - Centro Técnico Mundial, no Município de João Monlevade.

PARECER Nº 511/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0146619/2022-30
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Podologia ministrado pelo Instituto Propé, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 512/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0035327/2023-45
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 13.6.2023
Autorização de funcionamento do Centro Educacional Unipromove com os cursos Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Confeitaria, Técnico em Enfermagem, Técnico em Estética e Técnico em Panificação, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 513/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0169896/2022-14
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 13.6.2023
Credenciamento da entidade mantenedora SEIM - Sociedade Educacional Irmãos Muniz Ltda e autorização de funcionamento do Centro Educacional Nova com os cursos Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Técnico em Informática, Técnico em Marketing e Técnico em Gerência em Saúde, no Município de Contagem.

PARECER Nº 514/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0077812/2022-75
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação de reconhecimento dos cursos Técnico em Administração, Técnico em Edificações e Técnico em Segurança do Trabalho ministrados pelo Centro de Ensino Grau Técnico - Unidade Belo Horizonte, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 515/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0039826/2022-19
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Centro Educacional Aquarela, no Município de Itanhandu.

PARECER Nº 516/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0127793/2022-52
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 13.6.2023
Recredenciamento da entidade Instituto Mineirar de Educação e Cultura Ltda - ME, mantenedora do Colégio Diamantinense, do Município de Diamantina.

PARECER Nº 517/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139398/2022-27
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 13.6.2023
Recredenciamento da entidade Escola Santa Clara Ltda - ME e renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Estética e Técnico em Análises Clínicas ministrados pela Escola Santa Clara, no Município de Vespasiano.

PARECER Nº 518/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0108421/2022-72
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Química ministrado pelo Teorema Centro de Estudos Educacionais, no Município de Itaúna.

PARECER Nº 519/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0140109/2022-36
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 13.6.2023
Credenciamento da entidade Fundação Carmelitana Mário Palmério e autorização de funcionamento do Colégio FUCAMP com o Ensino Médio e os cursos Técnico em Manutenção de Máquinas Pesadas, Técnico em Eletrotécnica, Técnico

em Estética, Técnico em Cuidados de Idosos e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, no município de Monte Carmelo.

PARECER Nº 520/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0084671/2022-55
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio União - Unidade II, no Município de Três Corações.

PARECER Nº 521/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0055268/2021-91
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Fênix, no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 522/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0102238/2022-76
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Agricultura ministrado pela Escola Municipal Agrícola Alípio Soares Barbosa, no Município de Iturama.

PARECER Nº 523/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113475/2022-93
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Gastronomia ministrado pela Escola Técnica Plenarius, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 524/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0094592/2022-05
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 13.6.2023
Prorrogação da autorização de funcionamento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Sistema, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 525/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0016637/2023-81
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 13.6.2023
Autorização de funcionamento da Escola Técnica FUNORTE com os Cursos Técnico em Administração, Técnico em Edificações, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Estética, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 526/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0155660/2022-72
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 13.6.2023
Alteração societária na entidade Colégio Sabiracema EIRELI, mantenedora do Colégio Sabiracema, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 527/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0136637/2022-78
PROCESSO Nº 1260.01.0094534/2022-19
PROCESSO Nº 1260.01.0083739/2022-96
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 13.6.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade Centro Educativo Januarense Ltda. - ME e renovação de reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem ministrado pelo Colégio Politécnico Dom Luciano, no Município de Januária.

PARECER Nº 528/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0078571/2022-49
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 13.6.2023
Mudança de mantença do Instituto Inovar, de Belo Horizonte, e credenciamento da entidade Jullia Chrispim Laurindo Barcelos Unipessoal Ltda – ME.

PARECER Nº 529/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0010476/2020-82
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento das habilitações profissionais de Técnico em Administração, na modalidade

EaD, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Estética e Técnico em Farmácia, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio, ministradas pelo Colégio Técnico do IMEC, no Município de Betim.

PARECER Nº 530/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174852/2022-62
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento dos cursos de Especialização Profissional Técnica em Instrumentação Cirúrgica e de Especialização Profissional Técnica em Saúde do Trabalhador ministrados pelo Centro de Ensino Grau Técnico - Unidade BH Centro II, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 531/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0062370/2022-06
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento do curso de Especialização Profissional Técnica em Enfermagem do Trabalho ministrado pelo Instituto Educacional Profissionalizante de Iturama, no Município de Iturama.

PARECER Nº 532/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0161210/2022-87
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Eletrotécnica ministrado pela ORBIS Educação, no Município de Manhuaçu.

PARECER Nº 552/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0144567/2022-47
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Radiologia, Técnico em Farmácia e Técnico em Eletrotécnica ministrados pelo Centro de Ensino Grau Técnico Montes Claros, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 553/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0013283/2023-41
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Química ministrados pela Dominus Educação, no Município de Arcos.

PARECER Nº 554/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0030345/2023-20
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Agronegócio ministrado pela ETEC - SG Escola Técnica de São Gotardo, no Município de São Gotardo.

PARECER Nº 555/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138649/2022-74
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Instituto Educacional Padre Ubirajara Cabral, no Município de Alpinópolis.

PARECER Nº 556/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0176951/2022-37
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho ministrado pela Escola Técnica de Unaí, no Município de Unaí.

PARECER Nº 557/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0155227/2022-26
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Dimensão, no Município de São Gotardo.

PARECER Nº 558/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0065772/2020-17
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 27.6.2023
Recredenciamento da entidade Núcleo Educacional Braz Netto Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Núcleo Educacional Braz Netto, no Município de Contagem.

PARECER Nº 559/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151667/2022-19
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pela Escola Ana de Melo Azevedo, no Município de Cássia.

PARECER Nº 560/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0145352/2022-95
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Coleguium - Unidade Divinópolis, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 561/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117686/2022-80
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Administração ministrado pelo Centro Educacional Aprendiz - Unidade II, no Município de Barbacena.

PARECER Nº 562/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0128789/2021-32
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 27.6.2023
Alteração societária na entidade Escola Tiradentes S/C Ltda - ME, mantenedora da Escola Tiradentes, do Município de Conselheiro Pena.

PARECER Nº 563/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0172748/2022-28
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Ágora, no Município de Viçosa.

PARECER Nº 564/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0123573/2022-17
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Santo Agostinho - Unidade Belo Horizonte, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 565/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0048558/2023-59
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Radiologia ministrado pelo Colégio Prisma, no Município de Patrocínio.

PARECER Nº 566/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0008996/2023-69
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho ministrados pelo Centro Politécnico, Treinamento, Ensino e Pesquisa, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 568/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0169841/2022-44
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 27.6.2023
Aprovação do Plano de Curso da Habilitação Profissional de Técnico em Planejamento e Controle de Produção, de oferta concomitante ao Ensino Médio, pela Escola Técnica de Saúde do Centro de Educação Profissional e Tecnológica da UNIMONTES – ETS/CEPT/UNIMONTES.

PARECER Nº 569/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0132605/2022-11
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Nossa Senhora do Amparo, no Município de Monte Carmelo.

PARECER Nº 598/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0142496/2022-9
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Batista de Varginha, no Município de Varginha.

PARECER Nº 599/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138760/2022-84
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 27.6.2023
Autorização de funcionamento do curso Técnico em Finanças com as Qualificações Profissionais de Auxiliar Financeiro e Auxiliar de Crédito e Cobrança a ser ministrado pelo Colégio Plano, no Município de São Francisco.

PARECER Nº 600/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139946/2022-72
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 27.6.2023
Alteração societária na entidade Colégio Dimensão Ltda, mantenedora do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Dimensão, no Município de São Gotardo.

PARECER Nº 601/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0093513/2022-38
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 27.6.2023
Recredenciamento da entidade ETEC SG Ltda - ME, mantenedora da ETEC - SG Escola Técnica de São Gotardo, do Município de São Gotardo.

PARECER Nº 614/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0063592/2022-89
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Logosófico González Pecotche - Unidade Funcionários, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 615/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0156036/2022-08
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 28.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Pólis, no Município de Carmo do Paranaíba.

PARECER Nº 616/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0098133/2022-40
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Agronegócio, Técnico em Açúcar e Álcool e Técnico em Segurança do Trabalho ministrados pelo Centro de Ensino Baluarte, no Município de João Pinheiro.

PARECER Nº 617/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0008603/2023-10
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico de Radiologia ministrado pela Impacto - Escola de Saúde, no Município de Lavras.

PARECER Nº 618/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113504/2022-86
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Estética ministrado pelo IRME - Unidade II, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 619/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0155655/2022-13
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Vicentino Imaculada Conceição, no Município de Barbacena.

PARECER Nº 620/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0009461/2023-27
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 28.6.2023
Autorização de funcionamento do Polo de Apoio Presencial, no Município de Timóteo, com a Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais), a Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Médio e os cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Cuidados de Idosos, Técnico em Estética e Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade Educação a Distância - EaD, a serem ministrados sob a responsabilidade do Colégio Única, do Município de Ipatinga.

PARECER Nº 621/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0154342/2022-59
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação do reconhecimento da Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem ministrada pela Escola Santa Clara, no Município de Vespasiano.

PARECER Nº 622/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0158423/2022-64
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 28.6.2023
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Centro Educacional Eduque, no Município de Tiros.

PARECER Nº 631/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139532/2022-95
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 29.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Status, no Município de Passos.

PARECER Nº 632/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0048968/2023-47
PROCESSO Nº 1260.01.0048963/2023-85
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 29.6.2023
Renovação de reconhecimento dos cursos Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Enfermagem, Técnico em Mineração e Técnico em Química ministrados pela POLITEC MG - Escola Politécnica MG, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 633/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0158291/2022-39
RELATOR: Paulo Henrique Cotta Pacheco
APROVADO EM 29.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Paula Frassinetti, no Município de São Sebastião do Paraíso.

2023 - JULHO

PARECER Nº 644/2023 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 1260.01.0175292/2022-16
PROCESSO Nº 1260.01.0175293/2022-86
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 11.7.2023
Credenciamento da entidade Centro Brasileiro de Educação Integrado - CBEEI Ltda e autorização de funcionamento da EAD Tecnologia com a Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Médio, na modalidade Educação à Distância - EaD, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 645/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0111327/2021-86
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 11.7.2023
Recredenciamento da entidade C.E.U. - Centro Educacional Ubaí Ltda. - ME, mantenedora do Centro Educacional Ubaí, do Município de Ubaí.

PARECER Nº 646/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0169995/2022-57
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Tipura, no Município de Bom Despacho.

PARECER Nº 647/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0054457/2023-60
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 11.7.2023
Renovação de reconhecimento do curso Técnico em Estética ministrado pelo Centro Técnico Profissional de Barbacena, no Município de Barbacena.

PARECER Nº 648/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0134438/2022-87
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 11.7.2023
Autorização de funcionamento do curso Técnico em Enfermagem a ser ministrado pelo Colégio São Miguel, no Município de Campos Altos.

PARECER Nº 649/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0155294/2022-60
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 11.7.2023
Mudança de entidade mantenedora do Colégio Mangabeiras e da Escola Balão Vermelho, do Município de Belo Horizonte, e credenciamento da nova mantenedora.

PARECER Nº 650/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0175284/2022-38
PROCESSO Nº 1260.01.0175285/2022-11
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 11.7.2023
Credenciamento da entidade Policentro de Educação Ltda - ME e autorização de funcionamento do Colégio Mais Positivo - Unidade II com Ensino Médio, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 651/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0022370/2023-05
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento dos cursos Técnico em Farmácia e Técnico em Saúde Bucal ministrados pela Escola Janaubense, no Município de Janaúba.

PARECER Nº 652/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109304/2022-93
RELATORA: Tatiana Tilatti Motta
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pela Escola SESI General Onésimo Becker de Araújo, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 653/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0041446/2023-23
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 11.7.2023
Alteração societária na entidade Almeida e Almeida Cursos Ltda, mantenedora da Impacto - Escola de Saúde, no Município de Lavras.

PARECER Nº 654/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0112980/2022-72
RELATORA: Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Darcília Coimbra - Unidade Várzea da Palma, no Município de Várzea da Palma.

PARECER Nº 655/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0042067/2021-43
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 11.7.2023
Prorrogação do recredenciamento da entidade Instituto Educacional Gabriela Leopoldina Ltda - EPP, mantenedora do Ensino Médio, e da renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Instituto Educacional Gabriela Leopoldina, no Município de Belo Horizonte, para fins exclusivos de regularização da vida escolar e expedição de documentos.

PARECER Nº 656/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138171/2022-79
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 11.7.2023
Autorização de funcionamento do Instituto Educar - Carmésia com o curso Técnico em Enfermagem, no Município de Carmésia.

PARECER Nº 657/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0161777/2022-07
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Integra, no Município de Conceição do Mato Dentro.

PARECER Nº 658/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0160997/2022-18
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Instituto de Educação e Ensino de Pouso Alegre, no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 659/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0042622/2023-87
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 11.7.2023
Renovação do reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem ministrado pela Escola Técnica Professor José Paulo de Souza, no Município de Passos.

PARECER Nº 660/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0144779/2022-46
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 11.7.2023
Alteração societária na entidade Centro Educacional Hg6 Ltda - ME, mantenedora do Colégio Hg6, do Município de Montes Claros.

PARECER Nº 661/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0048657/2023-05
PROCESSO Nº 1260.01.0048553/2023-97
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 11.7.2023
Alteração societária na entidade mantenedora Centro Educacional Impacto de São João del Rey Ltda - ME e reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Farmácia e Técnico em Segurança do Trabalho ministrados pelo Colégio Impacto, no Município de São João del Rei.

PARECER Nº 662/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0166250/2022-98
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 11.7.2023
Renovação do reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Análises Clínicas e Técnico em Farmácia ministrados pela Escola de Educação Profissional Ibituruna - EEPI, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 701/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0173290/2022-41
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 24.7.2023
Autorização de funcionamento dos cursos Técnico em Informática para a Internet, Técnico em Redes de Computadores, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Cuidados de Idosos e Técnico em Radiologia a serem ministrados pelo Colégio Santa Rita - FASAR, no Município de Conselheiro Lafaiete.

PARECER Nº 702/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0091032/2022-95
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Sete de Setembro, no Município de Poços de Caldas.

PARECER Nº 703/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0008038/2023-36
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 24.7.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pela Escola Balão Vermelho, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 704/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0154843/2022-15
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 24.7.2023
Credenciamento da entidade AAC Cursos Técnicos Ltda - EPP e autorização de funcionamento do Grau Técnico Venda Nova II com os cursos Técnico em Administração, Técnico em Estética, Técnico em Desenvolvimento de Sistemas e Técnico em Informática, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 705/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0142201/2022-06
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Magnum Agostiniano Cidade Nova, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 706/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0166147/2022-66
RELATORA: Girlaine Figueiró Oliveira
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Fibonacci Colégio, no Município de Ipatinga.

PARECER Nº 707/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0163427/2022-77
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 24.7.2023
Alteração societária na entidade Educação e Saber Ltda, mantenedora do Instituto Gênesis de Educação e Cultura, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 708/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0176775/2022-36
RELATORA: Cláudia Maria Fradico Lucas
APROVADO EM 24.7.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Nossa Senhora da Luz Ltda - ME e renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio São Rafael, no Município de Luz.

PARECER Nº 709/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109945/2022-52
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 24.7.2023
Autorização de funcionamento do Polo de Apoio Presencial de Contagem com a Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais), a Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Médio e os cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Cuidados de Idosos, Técnico em Estética e Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade Educação a Distância - EaD, sob a responsabilidade do Colégio Única, de Ipatinga.

PARECER Nº 710/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0175289/2022-97
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 24.7.2023
Autorização de funcionamento da Especialização Profissional Técnica em Instrumentação Cirúrgica e dos cursos Técnico em Administração, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Transações Imobiliárias, na modalidade EaD, a serem ministrados pelo Colégio Profissional, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 711/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0156769/2022-05
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 24.7.2023
Autorização de funcionamento do curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas a ser ministrado pelo Colégio Augustus, no Município de Sabará.

PARECER Nº 712/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0022758/2023-05
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do curso Técnico em Segurança do Trabalho ministrado pelo Instituto Gênesis, no Município de Brasília de Minas.

PARECER Nº 713/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0157004/2022-62
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Apogeu, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 714/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138554/2022-20
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrado pelo Colégio Nilta D'Onófrio de Carvalho, no Município de Cambuí.

PARECER Nº 715/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0112976/2022-83
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Expoente, no Município de Caratinga.

PARECER Nº 716/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0063241/2023-57
RELATOR: Maxwell Boaventura Barbosa
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Marista Diocesano, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 757/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0042723/2023-76
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 25.7.2023
Alteração societária na entidade Almeida Melgaço Cursos Ltda - ME, mantenedora da Impacto Escola de Saúde, do Município de Varginha.

PARECER Nº 758/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0176261/2022-43
RELATOR: Gabriel Leite Mendes
APROVADO EM 25.7.2023
Reconhecimento dos cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho ministrados pelo Instituto Axioma - Unidade II, no Município de Capinópolis.

CÂMARA DE FUNDAMENTAL

2022 - JUNHO

PARECER Nº 482/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0099102/2021-70
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Collegium Prisma, no município de Montes Claros.

PARECER Nº 483/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0048913/2022-80
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Especial Izaltino Teodoro de Almeida Filho, no município de Mariana.

PARECER Nº 484/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0029585/2022-76
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 28.6.2022
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Rio Branco Ltda - ME e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Instituto Educacional Rio Branco, no município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 485/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125867/2021-65
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.6.2022
Recredenciamento da entidade CEFEM - Centro de Formação Educacional Machadense Ltda - ME, mantenedora do Centro de Formação Educacional Machadense, de Machado.

PARECER Nº 486/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0134784/2021-60
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.6.2022
Recredenciamento da entidade Instituto Nossa Senhora de Fátima, mantenedora do Instituto Nossa Senhora de Fátima, de Mantena.

PARECER Nº 487/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133567/2021-36
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.6.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Nossa Senhora de Fátima, no município de Mantena.

PARECER Nº 488/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0113019/2021-89
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Cantinho Feliz, no município de Ingaí.

PARECER Nº 489/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0052572/2021-36
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.6.2022
Recredenciamento da entidade Associação Regional Escola Família Agrícola Carlos Saar - AREFACS, mantenedora da Escola Família Agrícola Margarida Alves - EFAMA, de Conceição do Ipanema.

PARECER Nº 490/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125541/2021-40
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Américo Machado, no município de Nanuque.

PARECER Nº 491/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0116661/2021-16
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.6.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Arca de Noé Ltda - ME, mantenedora do Colégio Arca, no município de Barbacena.

PARECER Nº 492/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0119648/2021-71
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.6.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Olavo Bilac, no município de Ubaí.

PARECER Nº 493/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0113320/2021-13
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.6.2022
Mudança de mantença do Instituto Educacional Castelo Encantado, do município de Montes Claros.

PARECER Nº 494/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0018952/2020-53
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.6.2022
Alteração societária e recredenciamento da entidade Instituto Educacional Músico Ecológico Ciranda Brejeira Ltda - ME, mantenedora do Instituto Educacional Músico Ecológico Ciranda Brejeira, de Francisco Sá.

PARECER Nº 495/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0122493/2021-80
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.6.2022
Mudança de mantença do Centro Educacional Cataguases, do município de Cataguases, e credenciamento da nova mantenedora.

PARECER Nº 496/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136325/2021-66
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.6.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional KSD Ltda - ME, mantenedora do Centro Educacional Pequeno Aprendiz, de Carmo do Cajuru.

PARECER Nº 497/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0118539/2021-41
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.6.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto Farmacêutico Hélio Harmendani, mantenedora da Escola de Educação Especial Dr. Hélio Harmendani, de Ouro Preto.

PARECER Nº 498/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0118737/2021-30
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial Dr. Hélio Harmendani, no município de Ouro Preto.

PARECER Nº 499/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136369/2021-42
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.6.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Pequeno Aprendiz, no município de Carmo do Cajuru.

PARECER Nº 500/SEE/CEE - PLENÁRIO/202
PROCESSO Nº 1260.01.0126272/2021-91
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Adjuto Botelho, no município de Paracatu.

PARECER Nº 501/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0102441/2021-30
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 28.6.2022
Alteração societária e recredenciamento da entidade ESTA - Escola Santo Tomás de Aquino Ltda., mantenedora da Escola Santo Tomás de Aquino, situada nesta Capital.

PARECER Nº 502/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136165/2021-21
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 28.6.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pela Escola de Educação Especial Helena Antipoff, no município de Ponte Nova.

PARECER Nº 503/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133938/2021-10
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 28.6.2022
Credenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ponte Nova, mantenedora da Escola de Educação Especial Helena Antipoff, do município de Ponte Nova.

PARECER Nº 504/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0116775/2021-42
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela Escola de Educação Especial Dona Flaviana, no município de Tiros.

PARECER Nº 505/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0063264/2020-27
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 28.6.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola SESI Santa Rita de Cássia, no município de Ipatinga.

PARECER Nº 510/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0124501/2021-87
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 29.6.2022
Recredenciamento da entidade Associação Colégio Dom Cabral, mantenedora do Colégio Dom Cabral, de Campo Belo.

PARECER Nº 511/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0124237/2021-37
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.6.2022
Alterações na entidade Escola Montessori Bilíngue de Itajubá Ltda - EPP, mantenedora da EMBI Montessori School, de Itajubá.

PARECER Nº 512/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0135080/2021-22
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.6.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Nossa Senhora das Graças - Ensino Especial da APAE de Rio Casca, no município de Rio Casca.

PARECER Nº 513/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0026398/2021-89
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.6.2022
Recredenciamento da entidade Núcleo Pedagógico Sementinha Mágica Ltda. - EPP, mantenedora do Colégio Semear, no município de Ipatinga.

2022 - JULHO

PARECER Nº 515/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0016678/2022-44
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 14.7.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Efigênia Tobias Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Cristão Efigênia Tobias, no município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 523/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0048721/2022-26
PROCESSO Nº 1260.01.0049005/2022-21
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 25.7.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mariana e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Especial Izaltino Teodoro de Almeida Filho, no município de Mariana.

PARECER Nº 524/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0068079/2020-02
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 25.7.2022
Recredenciamento da entidade Fundação Torino, mantenedora do Instituto Italo-Brasileiro Bicultural Fundação Torino e da Escola Internacional de Formação Gerencial, do município de Nova Lima.

PARECER Nº 525/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0092314/2021-16
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 25.7.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pela Escola de Educação Especial Maria Dária de Lima, de Brumadinho.

PARECER Nº 526/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125174/2021-55
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 25.7.2022
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Piuí Chá Chá Ltda. - ME, mantenedora do CNE - Colégio Nova Estação e do Instituto Educacional Piuí Chá Chá - Unidade II, do município de Conselheiro Lafaiete.

PARECER Nº 527/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0002462/2022-47
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 25.7.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE João Pinheiro, mantenedora do Centro de Integração Passo a Passo, do município de João Pinheiro.

PARECER Nº 528/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133397/2021-67
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 25.7.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Núcleo Educacional Rosely Rocha, no município de Governador Valadares.

PARECER Nº 529/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0134316/2021-86
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 25.7.2022
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Pequeno Polegar Ltda. - ME, mantenedora do Instituto Educacional Pequeno Polegar, do município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 530/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0009327/2020-65
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 25.7.2022
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Doce Mel - Colégio Santiago Ltda. - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Santiago, no município de Betim.

PARECER Nº 531/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125805/2021-90
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 26.7.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cristina - APAE, mantenedora do Centro Educacional Arco Íris - APAE - Educação Especial, do município de Cristina.

PARECER Nº 532/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0010724/2022-73
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 26.7.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Odete Rodrigues Ferreira, no município de São José da Lapa.

PARECER Nº 533/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136791/2021-94
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 26.7.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Cidade de Arcos Ltda. - ME, mantenedora do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Losango, do município de Arcos.

PARECER Nº 534/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0131123/2021-64
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 26.7.2022
Mudança de entidade mantenedora do Colégio Aliança, do município de Machado, e credenciamento da entidade Cooperativa de Trabalho de Professores Veritas Ltda. - COOVERITAS.

PARECER Nº 535/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0135085/2021-81
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 26.7.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Maria Clara Machado, no município de Ribeirão das Neves.

PARECER Nº 536/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0139304/2021-46
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 26.7.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola de Educação Especial Nossa Senhora da Glória - APAE, do município de Passa Tempo.

PARECER Nº 537/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0128981/2021-86
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 26.7.2022
Credenciamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Candeias, entidade mantenedora da Escola da APAE, do município de Candeias.

PARECER Nº 542/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0002852/2022-90
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.7.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Conceição Almeida Silva, no Município de Pedras de Maria da Cruz.

PARECER Nº 543/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136550/2021-05
PROCESSO Nº 1260.01.0045586/2022-87
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 27.7.2022
Alteração societária e recredenciamento da entidade Sociedade Educativa Semear Ltda - ME, mantenedora do Instituto Semear, de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 544/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0029768/2022-82
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.7.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio SESC Araxá, no município de Araxá.

PARECER Nº 545/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0048403/2022-76
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.7.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Pedro Silva Neiva, no Município de Paracatu.

PARECER Nº 546/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0022482/2022-88
PROCESSO Nº 1260.01.0022382/2022-72
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.7.2022
Alteração societária e recredenciamento da entidade Núcleo Pedagógico Aprendiz Ltda - ME, mantenedora do Núcleo Pedagógico Aprendiz, do município de Carmópolis de Minas.

PARECER Nº 552/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0113536/2021-98
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.7.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Villa Real Ltda - ME, mantenedora do Colégio Villa Real, de Sabará.

PARECER Nº 553/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0050183/2022-31
PROCESSO Nº 1260.01.0050402/2022-35
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.7.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pela Escola Jardim das Acácias - APAE, no município de Boa Esperança.

PARECER Nº 554/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0046383/2022-05
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.7.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Anfrísio José da Rocha, no município de Comercinho.

PARECER Nº 555/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125092/2021-38
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.7.2022
Reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal Santa Rita de Cássia, no município de Diogo de Vasconcelos.

PARECER Nº 556/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0005409/2022-18
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.7.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Especializada Joana Martins - APAE, no município de Santa Luzia.

PARECER Nº 557/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0124989/2021-06
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.7.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola SESI Aloysio Ribeiro de Almeida, no município de Varginha.

PARECER Nº 558/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0008726/2020-93
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.7.2022
Alteração societária e recredenciamento da entidade Centro de Educação Infantil e Fundamental Kelly Miranda Ltda - EPP e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Kelly Miranda, no município de Contagem.

PARECER Nº 559/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0041921/2022-05
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.7.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio M2 - BH, no município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 560/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0010382/2020-98
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.7.2022
Recredenciamento da entidade Escola Infantil Casinha Verde Ltda. - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Casa Verde, no município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 561/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0113020/2021-62
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.7.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João del Rei, mantenedora do Centro de Recuperação e Educação Especial da APAE de São João del Rei, do município de São João del Rei.

PARECER Nº 562/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0051567/2021-11
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 28.7.2022
Recredenciamento da entidade Associação Escola Família Agrícola Renascer - AEFARJE, mantenedora da Escola Família Agrícola Renascer, do município de Jequitinhonha.

PARECER Nº 563/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0099484/2021-38
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 28.7.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro de Educação Especial Marlene de Andrade Delfim, no município de Nova Era.

PARECER Nº 564/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0121837/2021-41
PROCESSO Nº 1260.01.0119344/2021-34
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 28.7.2022
Recredenciamento da entidade Instituto de Cegos do Brasil Central - ICBC e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola do Instituto de Cegos do Brasil Central, no município de Uberaba.

PARECER Nº 565/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0113021/2021-35
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 28.7.2022
Reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental ministrado pelo Centro de Recuperação e Educação Especial da APAE de São João del Rei, no município de São João del Rei.

PARECER Nº 566/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0124654/2021-30
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.7.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Gama de São Gotardo, no município de São Gotardo.

PARECER Nº 567/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0045255/2022-03
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.7.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escolinha Tia Lúcia, no município de Araxá.

PARECER Nº 568/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0022084/2020-73
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.7.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado, em regime de alternância, pela Escola Família Agrícola Renascer, no município de Jequitinhonha.

PARECER Nº 569/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0063833/2021-84
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.7.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Mércia Maria da Silva Chaves, no município de Pará de Minas.

PARECER Nº 570/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0042179/2022-23
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.7.2022
Recredenciamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Porto Firme, mantenedora da Escola de Ensino Especial Cônego Pedro Lopes, de Porto Firme.

PARECER Nº 571/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0128598/2021-48
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.7.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola José Alves de Assis, no município de Ipatinga.

PARECER Nº 572/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0123571/2021-74
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.7.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Cidade de Patos de Minas, no município de Patos de Minas.

PARECER Nº 573/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0046278/2022-27
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.7.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Renovação, no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 574/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133704/2021-23
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.7.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Novo Saber, no município de Governador Valadares.

2022 - AGOSTO

PARECER Nº 591/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0030133/2022-24
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial Nênio Almeida Ramos, no Município de Pedra Azul.

PARECER Nº 592/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0128961/2021-44
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 10.8.2022
Recredenciamento da entidade Sociedade Educativa Ltda - ME, mantenedora do Colégio Educacional Criarte, no município de Patrocínio.

PARECER Nº 593/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0137096/2021-07
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 10.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Instituto Educacional João e Maria, no município de Jacinto.

PARECER Nº 594/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0123243/2021-06
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 10.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Educar, no município de Conselheiro Lafaiete.

PARECER Nº 595/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0102836/2021-35
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 10.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Instituto Educacional Débora Rocha, no município de Betim.

PARECER Nº 596/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0026779/2022-81
PROCESSO Nº 1260.01.0026676/2022-49
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 10.8.2022
Recredenciamento da entidade Escola Infantil Casinha de Pérola Ltda - ME e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Pérola de Ensino, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 597/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0010972/2020-76
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 10.8.2022
Mudança de mantença do Centro de Educação Cecília Meireles, de Ouro Preto, e credenciamento da nova mantenedora.

PARECER Nº 598/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0138437/2021-78
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 10.8.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Visão Ltda - ME, mantenedora do Centro Educacional Visão, do município de João Pinheiro.

PARECER Nº 599/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0129745/2021-22
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 10.8.2022
Alteração societária na entidade Centro Educacional de Mariana Ltda - ME, mantenedora da Escola Educar, do município de Mariana.

PARECER Nº 600/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125466/2021-28
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Arcebispo Dom Oscar de Oliveira, no município de Congonhas.

PARECER Nº 601/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0008888/2020-84
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 10.8.2022
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Débora Rocha Ltda - ME e renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Educacional Débora Rocha, no município de Betim.

PARECER Nº 602/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0010853/2022-82
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 10.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal de Lapinha, no Município de Lagoa Santa.

PARECER Nº 603/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0073295/2021-11
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 10.8.2022
Recredenciamento da entidade Instituto Pedagógico Oficina do Saber Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Pedagógico Oficina do Saber, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 604/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0118495/2021-65
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 10.8.2022
Recredenciamento da entidade Fundação de Apoio à Educação Tecnológica - FAET, mantenedora do Colégio Lyceu, do Município de Muzambinho.

PARECER Nº 605/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0092007/2021-60
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação de reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Helena Antipoff da APAE de Piumhi, no Município de Piumhi.

PARECER Nº 606/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0130850/2021-63
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Lázaro Maximiano Pereira, no Município de Cambuí.

PARECER Nº 607/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133216/2021-07
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 10.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ofertado pela Escola SESI Maria José D'Almeida Mello, no Município de Pedro Leopoldo.

PARECER Nº 608/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133578/2021-30
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 10.8.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Rúbia Coelho Ltda. - ME, mantenedora do Colégio Rúbia Coelho, de Governador Valadares.

PARECER Nº 609/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0124315/2021-65
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 10.8.2022
Alteração societária na entidade Núcleo Pedagógico COFAVIS Ltda - ME, mantenedora do Núcleo Pedagógico COFAVIS, de Belo Horizonte.

PARECER Nº 610/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0130863/2021-03
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 10.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Instituto Filippo Smaldone - Centro Educacional da Áudio-Comunicação, no município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 611/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125834/2021-83
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 10.8.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Arco Íris - APAE - Educação Especial, no município de Cristina.

PARECER Nº 612/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0129208/2021-68
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 10.8.2022
Credenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro dos Ferros, mantenedora da Escola de Educação Especial Divina Esperança, de São Pedro dos Ferros.

PARECER Nº 613/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0129654/2021-54
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 10.8.2022
Credenciamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Leopoldina e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pela Escola de Educação Especial São Tarcísio, no Município de Leopoldina.

PARECER Nº 615/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0000997/2022-26
PROCESSO Nº 1260.01.0121218/2021-70
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.8.2022
Alteração societária e recredenciamento da entidade Instituto Educacional Sena Figueredo Sociedade Simples Ltda - EPP, mantenedora do Instituto Educacional e Psicopedagógico Sena Figueiredo, do Município de Caeté.

PARECER Nº 619/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0011964/2022-58
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçú
APROVADO EM 29.8.2022
Alteração societária na entidade CEMA Centro Educacional Alves Aguilar Sociedade Unipessoal Ltda - ME, mantenedora do Centro Educacional Martins Aguilar, de Contagem.

PARECER Nº 620/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136469/2021-58
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 29.8.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Passo a Passo, no Município de Viçosa.

PARECER Nº 621/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125681/2021-43
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 29.8.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Antônio do Amparo, mantenedora da Associação Educacional Girassol, do município de Santo Antônio do Amparo.

PARECER Nº 622/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136519/2021-66
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 29.8.2022
Recredenciamento da entidade Centro de Desenvolvimento da Criança Ltda - ME, mantenedora do Colégio Passo a Passo, de Viçosa.

PARECER Nº 623/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0000266/2022-72
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 29.8.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal Edmundo Lourenço, no Município de João Pinheiro.

PARECER Nº 624/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0113018/2021-19
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 29.8.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Dr. Kleber Vasques Filgueiras, no Município de São João del Rei.

PARECER Nº 625/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125576/2021-65
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 29.8.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Mater Dei Ltda. - ME, mantenedora do Colégio Mater Dei, do Município de Três Corações.

PARECER Nº 626/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0126251/2021-76
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 29.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Tia Áurea, no município de Paracatu.

PARECER Nº 627/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0138735/2021-83
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçú
APROVADO EM 29.8.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Deputado José Aldo dos Santos, no Município de Oliveira.

PARECER Nº 628/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0067822/2020-54
PROCESSO Nº 1260.01.0121903/2021-05
RELATORA: Kátia Liliane Alves Cangucú
APROVADO EM 29.8.2022
Recredenciamento da entidade Cooperativa Educacional e Cultura na Região de Raposos - COOEDUR e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Cooperativa Educacional e Cultura na Região de Raposos - COOEDUR - Unidade Jesus de Nazaré, no município de Raposos.

PARECER Nº 629/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125261/2021-34
RELATORA: Kátia Liliane Alves Cangucú
APROVADO EM 29.8.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, mantenedora da Escola de Ensino Especial Eduardo Cotta Maciel Dantas - APAE de Ouro Branco, do Município de Ouro Branco.

PARECER Nº 630/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0121828/2021-90
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 29.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela Associação Educacional Girassol, no Município de Santo Antônio do Amparo.

PARECER Nº 631/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0091944/2021-15
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 29.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Bom Sucesso Escola Montessoriana, no Município de Unaí.

PARECER Nº 632/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0135351/2021-77
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 29.8.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal José Lourenço, no Município de São João do Manteninha.

PARECER Nº 633/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0120327/2021-71
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 29.8.2022
Recredenciamento da entidade Centro de Educação Infantil Loschi & Loschi Ltda, mantenedora do Centro de Educação Infantil Criança & Cia, no Município de Barbacena.

PARECER Nº 634/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0022413/2022-11
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.8.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ituiutaba, mantenedora da Escola Bem-Me-Quer, no Município de Ituiutaba.

PARECER Nº 635/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0043179/2022-86
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.8.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela Escola de Ensino Especial Antonino Pinto Mascarenhas, no Município de Pedro Leopoldo.

PARECER Nº 636/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0033640/2022-07
PROCESSO Nº 1260.01.0099566/2021-55
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.8.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pratinha e reconhecimento da Educação de Jovens e Adul-

tos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela Escola Valéria Cristina, no Município de Pratinha.

PARECER Nº 637/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0128802/2021-69
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.8.2022
Mudança de mantença do Colégio Arcebispo Dom Oscar de Oliveira, do Município de Congonhas, e credenciamento da nova mantenedora.

PARECER Nº 638/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0112659/2021-12
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.8.2022
Reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela Escola de Educação Especial Professora Luzia Nery de Almeida, no Município de Salinas.

PARECER Nº 639/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125582/2021-97
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Mater Dei, no Município de Três Corações.

PARECER Nº 640/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136185/2021-63
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial Aída Mariz, no Município de Viçosa.

PARECER Nº 641/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0042029/2021-02
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.8.2022
Recredenciamento da entidade Escola Criar e Aprender Ltda. - ME, mantenedora da Escola Criar e Aprender, do Município de Ipatinga.

PARECER Nº 642/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0131000/2021-87
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro de Educação Cecília Meireles, no município de Ouro Preto.

PARECER Nº 643/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0092972/2021-98
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.8.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental ministrados pela Escola de Educação Especial Antônio Benedito Rosário Costa, no Município de Urucuia.

PARECER Nº 644/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0105958/2021-34
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.8.2022
Recredenciamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Urucuia, mantenedora da Escola Especial Antônio Benedito Rosário Costa, do Município de Urucuia.

PARECER Nº 645/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0121019/2021-11
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.8.2022
Recredenciamento da entidade Associação Educacional de Coromandel - AEC, mantenedora do Instituto Educacional de Coromandel - IEC, do Município de Coromandel.

PARECER Nº 646/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0119844/2021-17
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 30.8.2022
Recredenciamento da entidade Júnia Moreira Carrara - ME, mantenedora do Instituto Educacional Arco, do Município de Santo Antônio do Amparo.

PARECER Nº 647/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0135557/2021-44
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 30.8.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, no Município de Cláudio.

PARECER Nº 648/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0000282/2022-28
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 30.8.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal Israel Pinheiro - CAIC, no Município de João Pinheiro.

PARECER Nº 649/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0135945/2021-44
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 30.8.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Diretora Maria do Carmo Fonseca, no Município de Nova Serrana.

PARECER Nº 650/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0116311/2021-57
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 30.8.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Ilúmina EIRELI - EPP, mantenedora do Colégio Ilúmina, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 651/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0099921/2021-73
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 30.8.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Terra Ltda. - ME, mantenedora do Cento Educacional Terra e do Centro Educacional Terra - Unidade II, do município de Extrema.

PARECER Nº 652/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0011242/2022-55
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 30.8.2022
Alteração societária e mudança de denominação da entidade mantenedora do Instituto Menina da Crescer, de Matozinhos.

PARECER Nº 653/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0124488/2021-50
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 31.8.2022
Recredenciamento da entidade Professores do Sul de Minas Ltda. - EPP, mantenedora do Curso G9, do município de Itajubá.

PARECER Nº 654/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0082812/2021-05
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 30.8.2022
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Sólido - IES, mantenedora do Colégio Sólido Médio e do Colégio Sólido Teens, ambos do Município de Montes Claros.

PARECER Nº 655/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0132723/2021-29
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 30.8.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional São Judas Tadeu Ltda. - EPP, mantenedora do Instituto de Aplicação Educacional, do Município de Ubá.

PARECER Nº 665/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0109069/2021-39
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 31.8.2022
Recredenciamento da entidade Amélia Maria Martins Souza - ME, mantenedora do CEPSMA - Colégio e Centro de Pesquisa Souza Martins, do Município de Coronel Fabriciano.

PARECER Nº 666/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0002653/2022-31
PROCESSO Nº 1260.01.0002639/2022-21
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 31.8.2022
Mudança de entidade mantenedora do Ensino Médio ministrado pela SEV - Sociedade Educacional de Vazante, do Município de Vazante, e recredenciamento da entidade responsável pelo estabelecimento de ensino.

PARECER Nº 667/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0072106/2022-04
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 31.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Professora Maria José Dutra, no Município de São Gonçalo do Abaeté.

PARECER Nº 668/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0073787/2022-13
PROCESSO Nº 1260.01.0073800/2022-50
PROCESSO Nº 1260.01.0073796/2022-61
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 31.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental ministrado pela Escola Raio de Sol, no Município de Campanha.

PARECER Nº 669/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0038501/2019-10
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçú
APROVADO EM 31.8.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial - APAE de Brasília de Minas, no Município de Brasília de Minas.

PARECER Nº 670/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0138219/2021-47
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçú
APROVADO EM 31.8.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Monteiro Lobato, no Município de Carmo do Cajuru.

PARECER Nº 671/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133473/2021-52
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 31.8.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal João Procópio Mendes - Pai João, no Município de Conselheiro Pena.

PARECER Nº 672/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0031907/2022-44
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 31.8.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Instituto Pedagógico Gênesis, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 673/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0031887/2022-02
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 31.8.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Centro Educacional Pedagógico Educar, no Município de Belo Horizonte.

2022 - SETEMBRO

PARECER Nº 683/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0065832/2022-40
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 01.9.2022
Alteração societária e recredenciamento da entidade Cooperação Educacional de Campanha Ltda - ME, mantenedora do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pela Escola São João, do Município de Campanha.

PARECER Nº 684/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0113022/2021-08
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 01.9.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Revisão Ltda. - ME, mantenedora do Colégio Revisão, do Município de São João del Rei.

PARECER Nº 685/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0008792/2020-57
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 01.9.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Bilboquê - Unidade Estoril, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 686/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0124326/2021-59
PROCESSO Nº 1260.01.0119524/2021-24
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 01.9.2022
Credenciamento da entidade mantenedora Instituto Aprendiz Solidário e autorização de funcionamento do Instituto Aprendiz Solidário com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Barbacena.

PARECER Nº 687/2022 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 1260.01.0138764/2021-76
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 01.9.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Dona Maria Lêda Andrade Carvalho, no Município de Oliveira.

PARECER Nº 690/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0016746/2022-51
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 26.9.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Lucimar Medeiros Vieira, no Município de Itamogi.

PARECER Nº 691/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0044853/2022-90
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 26.9.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Vertente do Caparaó de Manhumirim - EVEC de Manhumirim, no Município de Manhumirim.

PARECER Nº 692/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0077591/2022-28
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 26.9.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Hilda Borges Pedrosa, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 703/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0051766/2022-67
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 27.9.2022
Recredenciamento da entidade Fundação Varginhense de Assistência aos Excepcionais - FUVAE, mantenedora da Escola da Fundação Varginhense de Assistência aos Excepcionais, do Município de Varginha.

PARECER Nº 704/2022 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 1260.01.0122693/2021-15
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 27.9.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Fênix Cristina Ltda. - ME, mantenedora do Colégio Fênix, do Município de Cristina.

PARECER Nº 705/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0073388/2022-19
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.9.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Emília Leal de Mello, no Município de Passos.

PARECER Nº 706/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0007230/2022-30
RELATORA: Kátia Liliane Alves Cangugú
APROVADO EM 27.9.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio IMP, no Município de Lavras.

PARECER Nº 707/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0116726/2021-07
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.9.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Arca, no Município de Barbacena.

PARECER Nº 708/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0029401/2022-97
PROCESSO Nº 1260.01.0029461/2022-29
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.9.2022
Recredenciamento da entidade Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba - ADEFU e renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrada pela Escola de Atendimento Especializado Superação, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 709/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0046390/2022-10
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.9.2022
Prorrogação da autorização de funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Camilo Castelo Branco, no Município de Ubaí, para fins exclusivos de regularização da vida escolar dos alunos envolvidos.

PARECER Nº 710/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0043364/2022-38
PROCESSO Nº 1260.01.0043386/2022-26
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.9.2022
Recredenciamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maria da Fé e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela APAE de Maria da Fé, no Município de Maria da Fé.

PARECER Nº 711/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0137364/2021-46
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.9.2022
Credenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Casca, mantenedora da Escola Nossa Senhora das Graças - Ensino Especial da APAE de Rio Casca, do Município de Rio Casca.

PARECER Nº 712/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0074301/2022-06
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.9.2022
Reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Tio Tofe, no Município de Sacramento.

PARECER Nº 713/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0122439/2021-83
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.9.2022
Reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola de Educação Especial Professora Lucila Tostes Barbuto, no Município de Eugenópolis.

PARECER Nº 714/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136798/2021-02
PROCESSO Nº 1260.01.0136608/2021-88
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.9.2022
Mudança de entidade mantenedora do Centro Educacional Florisvaldo Lopes Cruz, de Espinosa, e credenciamento da nova mantenedora.

PARECER Nº 715/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0024816/2020-29
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.9.2022
Alteração societária e recredenciamento da entidade Instituto Pedagógico Marinho Apolinário Ltda. - ME e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Cristão Smilinguido, no Município de Contagem.

PARECER Nº 723/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0047257/2022-75
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 28.9.2022
Alteração societária na entidade Colégio Presbiteriano Comenius Ltda - ME, mantenedora do Colégio Presbiteriano Comenius, do Município de Uberaba.

PARECER Nº 724/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0021755/2022-26
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 28.9.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Manoel Francisco de Souza, no Município de Luisburgo.

PARECER Nº 725/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0135324/2021-30
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 28.9.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Presbiteriano, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 726/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0028436/2022-59
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 28.9.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial José Vasques Filho, no Município de Poços de Caldas.

PARECER Nº 727/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0105431/2022-98
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.9.2022
Reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental ministrado pela Escolinha Vovó Corina, no Município de Araguari.

PARECER Nº 728/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0134013/2021-22
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.9.2022
Prorrogação do prazo do reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Municipal Professor Eurico Viana, no Município de Matozinhos.

PARECER Nº 729/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0134267/2021-51
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.9.2022
Recredenciamento da entidade Canadian School Pouso Alegre Eireli - ME, mantenedora da Maple Bear Canadian School - Pouso Alegre, do Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 730/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0049028/2022-79
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.9.2022
Alteração societária na entidade Colégio Caminho do Sol Ltda - ME, mantenedora do Colégio Caminho do Sol, de São João del Rei.

PARECER Nº 731/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0026442/2022-62
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.9.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola de Educação Especial São Francisco de Assis, no Município de Caxambu.

PARECER Nº 732/2022 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 1260.01.0137918/2021-26
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.9.2022
Recredenciamento da entidade CEMMA 2 - Centro Educacional Maria Madalena Friche Passos Ltda., mantenedora do Centro Educacional Maria Madalena Friche - CEMMA, do Município de Brumadinho.

PARECER Nº 733/2022 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 1260.01.0019561/2022-94
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.9.2022
Mudança de mantença do Colégio Excelência, do Município de Bocaiúva, e credenciamento da nova mantenedora.

PARECER Nº 734/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0118101/2021-33
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 28.9.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Prefeito Antônio Irineu Godinho, no Município de Presidente Olegário.

PARECER Nº 735/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0059404/2022-63
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 28.9.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Dona Ina, no Município de Monte Sião.

PARECER Nº 736/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0064384/2022-45
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.9.2022
Renovação de reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Educandário César Brochado Adjuto, no Município de Paracatu.

PARECER Nº 737/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0046287/2022-75
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.9.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Ensino Especial Eduardo Cotta Maciel Dantas - APAE de Ouro Branco, no Município de Ouro Branco.

PARECER Nº 738/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0052589/2022-59
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.9.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Altino Ferreira, no Município de São Gotardo.

PARECER Nº 739/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0099802/2022-82
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.9.2022
Prorrogação do prazo do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal Quitéria Maria Martins, no Município de Alpercata, para fins exclusivos de regularização da vida escolar dos alunos e expedição de documentos.

PARECER Nº 751/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133174/2021-74
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 29.9.2022
Recredenciamento da APAE de Água Boa e renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela Escola de Educação Especial DiferenciAÇÃO, no Município de Água Boa.

PARECER Nº 752/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0104357/2022-93
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 29.9.2022
Autorização de funcionamento do Colégio Santa Maria Minas - Unidade São Gabriel com Ensino Fundamental, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 753/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0051755/2022-73
PROCESSO Nº 1260.01.0051759/2022-62
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 29.9.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pela Escola da Fundação Varginhense de Assistência aos Excepcionais, no Município de Varginha.

PARECER Nº 754/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0089225/2022-93
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 29.9.2022
Recredenciamento da entidade Sociedade Educativa João Paulo II Eireli - ME, mantenedora da Escola Santo Agostinho, do município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 755/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0100177/2021-48
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.9.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola de Educação Especial Raios de Sol, no Município de Iapu.

PARECER Nº 756/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125669/2021-76
RELATORA: Kátia Liliane Alves Cangugú
APROVADO EM 29.9.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Hebreus - Unidade II, no Município de Montes Claros.

2022 - OUTUBRO

PARECER Nº 760/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0009862/2020-73
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.10.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Ione Ambrosina de Siqueira, no Município de Inhapim.

PARECER Nº 761/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0103262/2022-73
PROCESSO Nº 1260.01.0103541/2022-09
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.10.2022
Recredenciamento da entidade Sociedade Educacional Base Ltda - ME e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Base, no Município de Mato Verde.

PARECER Nº 762/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0061919/2022-58
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.10.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Marly Monteiro, no Município de São Geraldo.

PARECER Nº 763/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125359/2022-04
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.10.2022
Autorização de funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais) a ser ministrado pelo Colégio Losango, no Município de Lagoa da Prata.

PARECER Nº 764/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0097879/2022-11
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.10.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal José Rodrigues da Silva, no Município de Padre Paraíso.

PARECER Nº 765/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0052962/2022-76
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.10.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Universitário - UNICOL, no Município de Machado.

PARECER Nº 766/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0094175/2022-12
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.10.2022
Recredenciamento da entidade Escola Amarelinha - Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda - ME, mantenedora da Escola Amarelinha - Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental, do Município de Bicas.

PARECER Nº 767/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0082642/2022-33
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.10.2022
Reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) e renovação de reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela Escola Especial Vida e Esperança, no município de Piranga.

PARECER Nº 768/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0132007/2021-58
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 24.10.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Antônio Camilo Siqueira, no Município de Cabo Verde.

PARECER Nº 769/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0118790/2022-51
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 24.10.2022
Credenciamento da entidade Alair Gabriel Reis - ME, mantenedora do CER - Centro Educacional Recreativo Estrela Guia, do Município de Alfenas.

PARECER Nº 775/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0005221/2022-50
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 25.10.2022
Mudança de mantença do Colégio Batista Remanescentes, de Contagem, e credenciamento da nova mantenedora.

PARECER Nº 776/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0085672/2022-91
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 25.10.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Laerte Fraga, no Município de Prudente de Morais.

PARECER Nº 791/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0110904/2022-58
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 26.10.2022
Credenciamento da entidade Centro de Educação de Guaranésia VTK Ltda - ME e autorização de funcionamento do Colégio Evoluir com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Guaranésia.

PARECER Nº 792/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0030275/2022-70
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 26.10.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Alpha, no município de Sete Lagoas.

PARECER Nº 793/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0053040/2022-07
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 26.10.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro de Educação Vida de Criança, no Município de São João Nepomuceno.

PARECER Nº 794/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0044551/2022
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 26.10.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Gabarito, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 795/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0053872/2022-47
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 26.10.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Travessia, no Município de Três Pontas.

PARECER Nº 796/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0016608/2020-97
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 26.10.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Sonho Meu Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Sonho Meu, no Município de Betim.

PARECER Nº 797/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0061814/2022-80
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 26.10.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio NESFA - Núcleo Educacional São Francisco de Assis, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 798/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0092984/2022-62
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 26.10.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial Moleque Sabido, no Município de Entre Rios de Minas.

PARECER Nº 799/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0015616/2022-06
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 26.10.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Pilar Instituto de Educação, no Município de Ipatinga.

PARECER Nº 800/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0116121/2022-43
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 26.10.2022
Autorização de funcionamento do CER - Centro Educacional Recreativo Estrela Guia com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Alfenas.

PARECER Nº 810/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0056679/2022-15
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.10.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Machado de Assis, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 811/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0056997/2022-62
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 27.10.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pelo Centro de Recuperação Dr. Sylvio de Almeida, no Município de Itanhandu.

PARECER Nº 812/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0048265/2022-19
PROCESSO Nº 1260.01.0048257/2022-41
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.10.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Brilho do Saber EIRELI - ME e renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Brilho do Saber, no Município de Alfenas.

PARECER Nº 813/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0056834/2022-98
PROCESSO Nº 1260.01.0057074/2022-20
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.10.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental ministrados pela Escola Municipal Padre Reinaldo, no Município de Monte Sião.

PARECER Nº 814/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0083802/2022-44
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.10.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial Elzi Campos, no Município de Miradouro.

PARECER Nº 815/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093010/2022-39
PROCESSO Nº 1260.01.0093970/2022-18
PROCESSO Nº 1260.01.0093951/2022-46
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.10.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Passo a Passo Ltda - ME, reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pelo Centro Educacional Passos Firmes, no Município de Rio Pardo de Minas.

PARECER Nº 816/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0025647/2022-90
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.10.2022
Mudança de mantença do Colégio Dom, do Município de Itajubá, e credenciamento da nova mantenedora.

2022 - NOVEMBRO

PARECER Nº 831/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0098852/2022-27
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 21.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Educandário Espírita Lúcio de Abreu, no Município de Paracatu.

PARECER Nº 832/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0099365/2022-47
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 21.11.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Inspetora France Abadia Machado Santana, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 833/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0071605/2022-48
PROCESSO Nº 1260.01.0071380/2022-12
PROCESSO Nº 1260.01.0072798/2022-41
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 21.11.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Nova Resende Ltda, renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pelo Centro Educacional Nova Resende, no Município de Nova Resende.

PARECER Nº 834/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0138209/2021-26
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 21.11.2022
Recredenciamento da entidade Obras Sociais do Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade, mantenedora do Educandário Espírita Lúcio de Abreu, no Município de Paracatu.

PARECER Nº 835/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0079680/2020-85
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 21.11.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Pedagógico Espaço Mágico, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 836/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0030430/2022-56
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 21.11.2022
Renovação do reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola de Educação Especial Raio de Luz da APAE, no Município de Monte Belo.

PARECER Nº 837/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0049689/2021-83
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 21.11.2022
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Urcino do Nascimento com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Nova Lima.

PARECER Nº 838/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0051711/2022-97
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 21.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Edna de Abreu, no Município de Três Pontas.

PARECER Nº 839/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0089096/2022-84
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 21.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Jayme de Souza Martins, no Município de Itabirito.

PARECER Nº 840/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0097522/2022-47
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 21.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Renascer, no Município de Miraí.

PARECER Nº 841/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0051693/2022-98
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 21.11.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal Professora Maria Evani Gomes Teles, no Município de Três Corações.

PARECER Nº 842/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0139623/2022-63
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 21.11.2022
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Professora Lídia de Sales Cordeiro com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Ibiaí.

PARECER Nº 843/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133914/2022-73
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 21.11.2022
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Mercês Maria da Mota Santos com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Varjão de Minas.

PARECER Nº 844/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0049570/2022-92
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 21.11.2022
Recredenciamento da entidade Projeto de Gente Desenvolvimento e Criatividade da Criança Ltda. - ME, mantenedora do Colégio Projeto, do Município de Uberaba.

PARECER Nº 845/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0074419/2020-27
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 21.11.2022
Recredenciamento da entidade Colégio PHD Ltda - ME, mantenedora do Colégio PHD, do Município de Guaxupé.

PARECER Nº 846/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0104100/2022-4
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 21.11.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Recrear - Casa da Educação e da Cultura, no Município de Matias Barbosa.

PARECER Nº 847/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0055741/2020-30
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 21.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial Sonho Colorido, no Município de Campestre.

PARECER Nº 848/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0086807/2022-98
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 21.11.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Padre Paulo Expedito de Souza, no Município de Jacuí.

PARECER Nº 849/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0139926/2022-30
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 21.11.2022
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Antônio Tibúrcio Campanati com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Volta Grande.

PARECER Nº 850/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0085535/2022-07
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 21.11.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Lídia Braga, no Município de Formiga.

PARECER Nº 858/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0144608/2022-07
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 22.11.2022
Autorização de funcionamento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) a ser ministrado pela Escola de Atendimento Especializado Superação, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 859/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0137970/2022-74
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 22.11.2022
Credenciamento da entidade Centro Educacional Castro e Matos Ltda - ME e autorização de funcionamento da Escolinha Carequinha com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 860/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0078020/2021-88
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 22.11.2022
Recredenciamento da entidade Centro de Educação Infantil Durão & Mattos Ltda - ME, mantenedora do Centro Educacional Aquarela, do Município de Bicas.

PARECER Nº 861/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0103839/2022-14
PROCESSO Nº 1260.01.0103876/2022-82
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 22.11.2022
Recredenciamento da entidade mantenedora Escola Athenas Ltda. - ME e renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), ministrado pela Escola Athenas, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, no município de Uberlândia.

PARECER Nº 862/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0090851/2022-35
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 22.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Ignácia de Abreu Costa Soares, no Município de Rio Pomba.

PARECER Nº 863/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136841/2022-02
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 22.11.2022
Autorização de funcionamento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) a ser ministrado pela Escola Especial Elza Rabelo de Abreu, no Município de Simonésia.

PARECER Nº 864/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0053369/2022-48
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 22.11.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal de Tempo Integral Maria de Lourdes Duarte Moreira dos Santos, no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo.

PARECER Nº 865/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0100884/2022-65
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 22.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal São José, no Município de Poté.

PARECER Nº 866/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0004798/2020-31
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 22.11.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Quintino Borges, no Município de Ibiracatu.

PARECER Nº 867/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0088292/2022-64
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 22.11.2022
Alteração societária na entidade Centro Educacional Carrossel EIRELI - ME, mantenedora do Centro Educacional Carrossel, do Município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 868/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0118672/2021-39
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 22.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Instituto Regina Mater de Educação, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 869/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093012/2022-82
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 22.11.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pelo Centro de Integração Passo a Passo, no Município de João Pinheiro.

PARECER Nº 870/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0080029/2022-65
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 22.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Crescer, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 871/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0079690/2022-03
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 22.11.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Ângela Aparecida da Silveira, no Município de Passos.

PARECER Nº 872/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0109462/2021-98
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 22.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Centro Educacional Campos, no Município de Itabira.

PARECER Nº 873/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0048317/2022-70
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 22.11.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Delizete Brandão Baião, no Município de Matipó.

PARECER Nº 874/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0061932/2022-95
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 22.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Galileu, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 875/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0097177/2022-50
PROCESSO Nº 1260.01.0071297/2022-22
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 23.11.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fronteira e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola APAE de Fronteira, no Município de Fronteira.

PARECER Nº 876/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0084290/2022-60
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 23.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Papa Pio XII, no Município de Formiga.

PARECER Nº 877/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0060998/2022-
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 23.11.2022
Credenciamento da entidade mantenedora Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Congonhas, mantenedora da Escola Casa de Andréa - APAE Congonhas e Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), situada na Av. Minas Gerais, n.º 255, Bairro Dom Oscar, em Congonhas.

PARECER Nº 878/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0136073/2022-77
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 23.11.2022
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Professor José Carlos Maldi com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 879/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0098652/2022-92
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 23.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Cláudio Figueiredo Nogueira, no Município de Varginha.

PARECER Nº 880/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0101192/2022-91
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 23.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Cerqueira, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 881/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0053420/2022-29
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 23.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal de Tempo Integral de Vargem Alegre, no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo.

PARECER Nº 882/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0108062/2022-65
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 23.11.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Esmeralda, no município de Gonzaga.

PARECER Nº 883/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0133313/2022-04
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 23.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pelo Colégio Presbiteriano, de Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), situado na Avenida Paraná, nº 1098, Bairro Parque Jardim Capitão Silva, município de Divinópolis.

PARECER Nº 884/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0142953/2022-72
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 23.11.2022
Autorização de funcionamento do Colégio Apoio Unidade II com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Uberaba.

PARECER Nº 885/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0110779/2022-38
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 23.11.2022
Recredenciamento da entidade Sistema Apoio de Ensino Ltda, mantenedora do Colégio Apoio, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 886/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0134077/2022-37
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 23.11.2022
Autorização de funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) a ser ministrado pelo Colégio Cenecista Catanduvas, no município de Varginha.

PARECER Nº 909/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0005493/2022-78
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 30.11.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental ministrado pela Escola Especializada Joana Martins - Unidade II, no Município de Santa Luzia.

PARECER Nº 910/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0005526/2022-60
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 30.11.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Especializada Joana Martins - Unidade II, no Município de Santa Luzia.

PARECER Nº 911/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0148900/2022-38
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 30.11.2022
Credenciamento da entidade mantenedora Escola Canadense BH. Sagrada Família Ltda - ME e autorização de funcionamento da Escola Maple Bear Canadian School BH com o Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 912/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0106634/2022-15
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 30.11.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Centro Educacional Maria Tereza Queiroz, no Município de Peçanha.

PARECER Nº 913/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0102855/2022-04
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 30.11.2022
Reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental

(anos iniciais) ministrado pelo Centro de Educação Especial João Pedro de Souza, no município de Acaiaca.

PARECER Nº 914/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0106932/2022-20
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 30.11.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Olímpio Campos Rocha, no Município de Sabinópolis.

PARECER Nº 915/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0095416/2022-67
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 30.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Núcleo Municipal Zulma Rocha dos Santos, no Município de São Gonçalo do Rio Preto.

PARECER Nº 916/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0146132/2022-84
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 30.11.2022
Credenciamento da entidade Centro Educacional Fernanda Carvalho Ltda - ME e autorização de funcionamento do Centro Educacional Fernanda Carvalho - CEFEC com Ensino Fundamental, no Município de Cássia.

PARECER Nº 917/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0094292/2022-54
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 30.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 918/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0017742/2021-31
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 30.11.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campestre, mantenedora da Escola de Educação Especial Sonho Colorido, do Município de Campestre.

PARECER Nº 919/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0128387/2022-19
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.11.2022
Credenciamento da entidade mantenedora Centro Educacional Aprender S/S Ltda - ME e autorização de funcionamento do Centro Educacional Aprender com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Itaguara.

PARECER Nº 920/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0095728/2022-82
PROCESSO Nº 1260.01.0096449/2022-15
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Amar é..., no Município de Araxá, alteração societária e recredenciamento da entidade M C Sistema de Ensino Ltda.

PARECER Nº 921/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0100348/2022-84
PROCESSO Nº 1260.01.0098520/2022-67
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.11.2022
Recredenciamento da entidade mantenedora Escola Começo de Vida - Educação Integral Ltda - ME e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Começo de Vida, no Município de Itabirito.

PARECER Nº 922/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0119396/2021-85
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 30.11.2022
Recredenciamento da entidade mantenedora Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Coronel Fabriciano e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela Escola Especializada Vida Nova - APAE, no Município de Coronel Fabriciano.

PARECER Nº 923/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0106304/2022-98
RELATOR: Carlos Alberto de Freitas Júnior
APROVADO EM 30.11.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro de Ensino Apogeu - Unidade Nova Era, no Município de Juiz de Fora.

2022 - DEZEMBRO

PARECER Nº 929/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0106839/2022-09
PROCESSO Nº 1260.01.0106859/2022-51
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 12.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo CEMPA - Centro de Educação Municipal Padre Avelar, no Município de Mariana

PARECER Nº 930/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0094542/2022-94
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 12.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Melo Viana, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 931/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0056790/2022-25
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 12.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Comendador Batista de Oliveira, no Município de Monte Sião.

PARECER Nº 932/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0135568/2021-38
PROCESSO Nº 1260.01.0135553/2021-55
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 12.12.2022
Alteração societária e recredenciamento da entidade Colégio Educar Mendes e Lisboa Ltda. - ME, mantenedora do Colégio Educar, do Município de Lagamar.

PARECER Nº 933/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0109612/2022-22
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 12.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Parque Tibetano, no Município de Carmo da Cachoeira.

PARECER Nº 934/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0098708/2022-35
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 12.12.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal Doutor João Januário de Magalhães - CAIC, no Município de Alfenas.

PARECER Nº 935/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0106343/2022-15
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 12.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Centro Educacional Saber é Viver, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 936/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0078024/2021-77
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 12.12.2022
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Saber é Viver Ltda., mantenedora do Centro Educacional Saber é Viver, do Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 937/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093986/2022-71
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 12.12.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal do Bairro Shopping Park, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 938/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0106461/2022-30
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 12.12.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Nicanor Cândido Rodrigues, no Município de Piranga.

PARECER Nº 939/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0098675/2022-53
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 12.12.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Luísa Maria Alves Carneiro, no Município de Elói Mendes.

PARECER Nº 940/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0099540/2022-75
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 12.12.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Especial Vida e Esperança, no Município de Piranga.

PARECER Nº 941/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0027806/2022-94
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 12.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Centro Educacional Norma Amélia Pires - CENAP, no Município de Pirapetinga.

PARECER Nº 942/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0099545/2022-37
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 12.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal Padre Rafael Faraci, no Município de Ponte Nova.

PARECER Nº 943/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0141409/2022-50
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 12.12.2022
Credenciamento da entidade Nathália Cristina de Oliveira Guerra - ME e autorização de funcionamento do Colégio Aprender com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Santa Luzia.

PARECER Nº 944/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0122235/2021-62
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 12.12.2022
Recredenciamento da entidade Conhecer Educação e Cultura e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Conhecer, no Município de Leopoldina.

PARECER Nº 945/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0103830/2022-63
PROCESSO Nº 1260.01.0103904/2022-05
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 12.12.2022
Recredenciamento da entidade mantenedora Associação Amanhecer S/C e reconhecimento

do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Waldorf Girassol, no Município de Carmo de Minas.

PARECER Nº 946/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0131665/2022-74
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 12.12.2022
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Maria Tonini da Silva com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Limeira do Oeste.

PARECER Nº 947/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0044820/2020-17
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 13.12.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal Maria José Campos Dias, no Município de Ibirité.

PARECER Nº 948/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0105564/2022-96
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 13.12.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola de Educação Especial Novos Horizontes, no Município de Sabinópolis.

PARECER Nº 949/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0113049/2022-52
PROCESSO Nº 1260.01.0113057/2022-30
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 13.12.2022
Recredenciamento da entidade Escola Infantil Castelo das Letras Ltda - ME e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Castelo, no Município de Três Corações.

PARECER Nº 950/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0092557/2022-48
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 13.12.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Tereza Paulino da Costa, no Município de Alfenas.

PARECER Nº 951/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0114152/2022-50
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 13.12.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Getsêmani, no Município de Ribeirão das Neves.

PARECER Nº 952/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0040031/2022-13
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 13.12.2022
Recredenciamento da entidade Centro de Criatividade e Desenvolvimento Infantil Flor e Ser Ltda. - ME e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Flor e Ser, no Município de Coronel Fabriciano.

PARECER Nº 953/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0157117/2022-18
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.12.2022
Credenciamento da entidade CMAK Educacional Ltda. - ME e autorização de funcionamento do Colégio Épico com Ensino Fundamental, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 954/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0098580/2022-96
PROCESSO Nº 1260.01.0098590/2022-20
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.12.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Lagoa Formosa e reconhecimento do curso de Educação Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamen-

tal (anos finais) ministrado pelo Centro de Reabilitação e Movimento Leontina Moreira - APAE, no Município de Lagoa Formosa.

PARECER Nº 955/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0072080/2022-27
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçú
APROVADO EM 13.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal José Maria Bastos Garcia, no Município de Fronteira.

PARECER Nº 956/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0094276/2022-98
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.12.2022
Recredenciamento da entidade Colégio Elitte Ltda, mantenedora do Colégio Elitte, do Município de Bicas.

PARECER Nº 957/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0091245/2022-67
PROCESSO Nº 1260.01.0091206/2022-53
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 13.12.2022
Mudança de mantença do Colégio Maria de Nazaré, de Uberlândia, e credenciamento da nova entidade mantenedora.

PARECER Nº 958/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0008742/2020-49
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio CEIAS, no Município de Contagem.

PARECER Nº 959/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0067143/2022-48
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.12.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Darwin, no Município de Bom Despacho.

PARECER Nº 960/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0098624/2021-75
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.12.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lajinha - APAE de Lajinha, mantenedora da Escola Especializada Saint Clair Augusto Genelhu, no Município de Lajinha.

PARECER Nº 961/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0107074/2022-66
PROCESSO Nº 1260.01.0107393/2022-86
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.12.2022
Recredenciamento da entidade Escola Carinha de Anjo Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Carinha de Anjo, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 962/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0110178/2022-66
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.12.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Centro Educacional Criança Esperança - APAE, no Município de Senador Firmino.

PARECER Nº 963/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0120437/2021-11
PROCESSO Nº 1260.01.0101238/2022-13
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.12.2022
Recredenciamento da entidade mantenedora Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Poté e renovação de reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola APAE de Poté, no Município de Poté.

PARECER Nº 984/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0093988/2022-17
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 14.12.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Irmã Odélcia Leão Carneiro, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 985/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0106358/2022-95
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 14.12.2022
Recredenciamento da entidade Escola Infantil Dente de Leite Ltda - ME, mantenedora do Centro Educacional Pensar e Construir, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 986/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0094088/2022-33
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 14.12.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio UNIFOR - Unidade II, no Município de Formiga.

PARECER Nº 987/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0083806/2022-33
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 14.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Instituto Educacional São João da Escócia, no Município de Poços de Caldas.

PARECER Nº 988/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0091761/2022-06
PROCESSO Nº 1260.01.0091776/2022-86
PROCESSO Nº 1260.01.0091785/2022-37
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 14.12.2022
Recredenciamento da entidade mantenedora COOPEP - Cooperativa dos Profissionais de Ensino de Piranguinho, reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pela Escola Cultural, no Município de Piranguinho.

PARECER Nº 989/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0107303/2022-91
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 14.12.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Monsenhor José Cotta, no Município de Mariana.

PARECER Nº 990/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0107289/2022-81
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 14.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Monsenhor José Cotta, no Município de Mariana.

PARECER Nº 991/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0107377/2022-33
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 14.12.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal Monsenhor José Cotta, no Município de Mariana.

PARECER Nº 992/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0108544/2022-49
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 14.12.2022
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Antônio Maldini, no Município de Corinto.

PARECER Nº 993/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0104471/2022-22
PROCESSO Nº 1260.01.0104481/2022-43
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 14.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e renovação de reconhecimento Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal Padre Pivato, no Município de Maria da Fé.

PARECER Nº 994/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0107515/2022-90
PROCESSO Nº 1260.01.0107453/2022-18
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 14.12.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Natércia e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Educar e Viver, no Município de Natércia.

PARECER Nº 999/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0117472/2021-41
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 15.12.2022
Recredenciamento da entidade Jardim de Infância Regado por Deus Ltda - ME, mantenedora do Colégio Êxito, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 1000/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0139098/2021-79
PROCESSO Nº 1260.01.0139104/2021-14
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 15.12.2022
Recredenciamento da entidade mantenedora Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itabira e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial do Centro de Recuperação e Educação Especial Dr. Mauro de Alvarenga, no Município de Itabira.

PARECER Nº 1001/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0150726/2022-12
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 15.12.2022
Credenciamento da entidade mantenedora Associação Beneficente Menino Jesus e autorização de funcionamento da Escola Comunitária Menino Jesus com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Ribeirão das Neves.

PARECER Nº 1002/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0110407/2022-91
RELATORA: Kátia Liliane Alves Cangucú
APROVADO EM 15.12.2022
Renovação de reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal João Marques Machado, no Município de Itatiaiuçu.

PARECER Nº 1003/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0067646/2022-47
RELATORA: Kátia Liliane Alves Cangucú
APROVADO EM 15.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Denise Luísa de Oliveira, no Município de Lagoa Formosa.

PARECER Nº 1004/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0113027/2022-64
PROCESSO Nº 1260.01.0112239/2022-97
RELATORA: Kátia Liliane Alves Cangucú
APROVADO EM 15.12.2022
Recredenciamento da entidade mantenedora Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Patrocínio e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Ensino Especial Manoelina Aparecida Alves Ferreira, no Município de Patrocínio.

PARECER Nº 1005/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0123853/2021-26
PROCESSO Nº 1260.01.0123869/2021-79
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 15.12.2022
Renovação do reconhecimento do Ensino Médio e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pelo Colégio Apogeu - Unidade II, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 1033/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0102377/2022-09
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 21.12.2022
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Núcleo da Estiva, no Município de Carbonita.

PARECER Nº 1034/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0112348/2022-64
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 21.12.2022
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal José Dias dos Reis, no Município de Ibiá.

PARECER Nº 1035/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0135661/2022-46
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 21.12.2022
Credenciamento da entidade mantenedora Associação de Famílias Educadoras São José e autorização de funcionamento do Colégio Sagrada Família com Ensino Fundamental, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 1036/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0153656/2022-54
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Professora Maria Carmem de Souza Lima Novais com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Prata.

PARECER Nº 1037/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0127234/2021-16
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 21.12.2022
Mudança de entidade mantenedora do Colégio Rutherford, do Município de Contagem, e credenciamento da nova mantenedora.

PARECER Nº 1038/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0120087/2022-49
PROCESSO Nº 1260.01.0119972/2022-50
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 21.12.2022
Credenciamento da entidade mantenedora Colégio Gênius do Amanhã Ltda. - ME e autorização de funcionamento do Colégio Gênius com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 1039/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0125264/2022-47
PROCESSO Nº 1260.01.0125332/2022-54
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 21.12.2022
Credenciamento da entidade Associação Pedagógica Virtus e autorização de funcionamento do Colégio Alta Vista com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 1040/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0119745/2022-68
PROCESSO Nº 1260.01.0120109/2022-37
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 21.12.2022
Credenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Gonçalo do Rio Abaixo e autorização de funcionamento do Centro de Educação Especial e Habilitação Maria Flaviana Figueiredo com Ensino Fundamental (anos iniciais) e Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais), no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo.

PARECER Nº 1041/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0119908/2022-32
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 21.12.2022
Autorização de funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais) a ser ministrado pelo Colégio Master Med, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 1042/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0131444/2021-30
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 21.12.2022
Recredenciamento da entidade Associação de Colaboradores e Profissionais da Educação de Caxambu, mantenedora do Centro Educacional Genny Gomes, do Município de Caxambu.

PARECER Nº 1043/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0152961/2022-98
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 21.12.2022
Credenciamento da entidade mantenedora MB Educação Juiz de Fora Ltda e autorização de funcionamento da Maple Bear Juiz de Fora com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 1044/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0132557/2021-49
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 21.12.2022
Credenciamento da entidade Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações, mantenedora do Instituto Filippo Smaldone - Centro Educacional da Áudio-Comunicação, no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 1045/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0108783/2022-95
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 21.12.2022
Renovação do reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Especial Menino Jesus de Praga, no Município de Rio Pomba.

2023 - JANEIRO

PARECER Nº 15/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0106995/2021-68
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento do PRIVEST - Sistema COC de Ensino - Unidade 2 com Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Município de Extrema.

PARECER Nº 16/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0143220/2022-41
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento do Colégio Objetivo Júnior com Ensino Fundamental, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 17/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0097379/2022-28
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 23.01.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro, no Município de Ervália.

PARECER Nº 18/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0148343/2022-42
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Professora Maria Luzia Brandão Teixeira com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Ubá.

PARECER Nº 19/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0067078/2022-57
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 23.01.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Monsenhor José Carlos de Faria de Educação Especial - APAE, no Município de Carmo de Minas.

PARECER Nº 20/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0162454/2022-61
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento da Escola Adventista de Contagem com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Contagem.

PARECER Nº 21/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0125643/2022-96
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais) a ser ministrado pelo Colégio Crescer, no Município de Januária.

PARECER Nº 22/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0153657/2022-27
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Dalva Machado de Brito - Irmã Luísa com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Campina Verde.

PARECER Nº 23/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174873/2022-77
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais) a ser ministrado pelo Colégio Nacional, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 24/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0098629/2022-34
PROCESSO Nº 1260.01.0098637/2022-12
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 23.01.2023
Recredenciamento da entidade Centro de Educação Infantil ABC da Criança Ltda - ME e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Império - Unidade II, no Município de Três Corações.

PARECER Nº 25/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0067670/2022-78
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 23.01.2023
Mudança de entidade mantenedora do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Dinâmica, no Município de Iturama.

PARECER Nº 26/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174462/2022-19
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 23.01.2023
Autorização de funcionamento do Instituto Educacional Shalom - Unidade II com Ensino Fundamental, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 27/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0163532/2022-55
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 23.01.2023
Mudança da entidade mantenedora da Escola SEB Sagrado, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 28/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0133558/2021-85
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 23.01.2023
Recredenciamento da entidade Primeira Igreja Batista de Mantena, mantenedora do Colégio Batista de Mantena, do Município de Mantena.

PARECER Nº 29/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0133595/2021-56
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 23.01.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Maple Bear Canadian School - Pouso Alegre, no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 30/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109400/2021-26
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 23.01.2023
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola de Educação Especial Maria Senhorinha, no Município de João Monlevade.

PARECER Nº 31/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0098743/2022-60
PROCESSO Nº 1260.01.0125658/2021-82
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 23.01.2023
Mudança de entidade mantenedora do Colégio Expansão, de Montes Claros, credenciamento da entidade mantenedora Centro Educacional Expansão Ltda. - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela referida instituição educacional.

PARECER Nº 32/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0126685/2022-92
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 23.01.2023
Credenciamento da entidade mantenedora Centro Educacional Lion Kids Ltda - ME e autorização de funcionamento do Centro Educacional Lion Kids com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 33/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0004929/2022-77
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 23.01.2023
Recredenciamento da entidade Colégio Diversitas Ltda, mantenedora do Colégio Diversitas, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 34/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0060651/2022-53
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 23.01.2023
Renovação do reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Apogeu, no Município de Uberlândia, para fins exclusivos de regularização da vida escolar dos alunos e encerramento das atividades.

PARECER Nº 35/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0157857/2022-20
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.01.2023
Credenciamento da entidade mantenedora Instituto São Maximiliano Maria Kolbe e autorização de funcionamento do Colégio São Maximiliano Maria Kolbe com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Araxá.

PARECER Nº 37/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0090764/2022-56
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.01.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Santa Ângela, no Município de Paraisópolis.

PARECER Nº 38/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0091917/2022-62
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.01.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Roberto Prado Leite de Educação Especial - APAE, no Município de Paraguaçu.

PARECER Nº 39/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0077609/2022-27
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.01.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Francisco Daniel, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 40/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0094458/2022-34
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.01.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Dona Durvalina, no Município de São João do Manhuaçu.

PARECER Nº 41/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0002570/2022-41
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.01.2023
Credenciamento da entidade mantenedora Instituto Educacional Ninho de Beija Flor Ltda - ME e autorização de funcionamento do Ninho de Beija Flor com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Contagem.

PARECER Nº 42/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0098664/2022-59
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.01.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Carrossel EIRELI - ME, mantenedora do Centro Educacional Carrossel, do Município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 43/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0145377/2022-02
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 24.01.2023
Credenciamento da entidade mantenedora Rosenilde Albuquerque Pires - ME e autorização de funcionamento do Colégio CAPEC com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Caeté.

PARECER Nº 44/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0136183/2022-17
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 24.01.2023
Autorização de funcionamento do Colégio CEIAS - Unidade II com Ensino Fundamental, no Município de Betim.

PARECER Nº 72/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0175288/2022-27
PROCESSO Nº 1260.01.0175287/2022-54
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 25.01.2023
Credenciamento da entidade mantenedora Colégio Avenida Finotti - ME e autorização de funcionamento do Colégio Avenida Finotti com Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 73/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0084977/2021-41
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 25.01.2023
Recredenciamento da entidade CEFS - Centro Educacional Frei Seráfico Ltda. - EPP, mantenedora do Centro Educacional Frei Seráfico, do Município de São João del Rei.

PARECER Nº 74/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0133683/2021-08
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 25.01.2023
Recredenciamento da entidade Colégio Junqueira Ltda - ME, mantenedora do Colégio Junqueira - Unidade I e do Colégio Junqueira - Unidade III, no Município de Andradas.

2023 - FEVEREIRO

PARECER Nº 79/SEE/CEE - PLENÁRIO/202
PROCESSO Nº 1260.01.0132945/2021-49
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 09.02.2023
Prorrogação do prazo do recredenciamento da entidade Instituto Ensinar Brasil - IEB, de Caratinga, mantenedora da Escola Líber e da Escola Pingo de Gente, de Caratinga, do CENTEC - Centro Tecnológico Dr. Joseph Hein e do Líber Instituto de Educação, de João Monlevade, e da Escola Técnica Juscelino Kubitschek, de Ipatinga.

PARECER Nº 80/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0175295/2022-32
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 09.02.2023
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Doutor Afrânio de Freitas Azevedo com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 81/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0051017/2022-17
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Tinah Ripalta de Menezes, no Município de Almenara.

PARECER Nº 82/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0125991/2022-12
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 09.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal José Romanelli, no Município de Itamonte.

PARECER Nº 83/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117019/2022-47
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 09.02.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Juiz de Fora, mantenedora da Escola Professora Ondina Ferreira Pestana, do Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 84/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0053351/2022-49
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 09.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Manoel Gonçalves Moreira, no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo.

PARECER Nº 85/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0125414/2022-71
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 09.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Reverendo Moisés Ribeiro, no Município de Maria da Fé.

PARECER Nº 86/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0119168/2022-30
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Professora Josiany França, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 87/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0101156/2021-96
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 09.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Santana do Paraopeba, no Município de Belo Vale.

PARECER Nº 88/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109949/2022-41
PROCESSO Nº 1260.01.0144590/2022-08
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 09.02.2023
Credenciamento da entidade mantenedora Mariana Torres - ME e autorização de funcionamento do Colégio Stella Maris com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Maria da Fé.

PARECER Nº 89/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0124148/2022-12
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 09.02.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Renascer Cônego Paulo Diláscio Ltda - EPP, mantenedora do Colégio Renascer, do Município de Ouro Preto.

PARECER Nº 90/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0066463/2020-81
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Sistema Lamaxi de Ensino, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 91/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0129034/2022-10
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 09.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Nacional - Unidade IV, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 92/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0085271/2022-54
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Apogeu - Unidade V, no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 93/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0098781/2021-07
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal do Bairro Jardim Montreal/Ouro Negro, no Município de Ibirité.

PARECER Nº 94/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139222/2022-26
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.02.2023
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Professora Maria Terezinha França Castro com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Peçanha.

PARECER Nº 95/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0034185/2022-36
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.02.2023
Recredenciamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carlos Chagas, mantenedora da Escola Especial Cárita - APAE de Carlos Chagas, do Município de Carlos Chagas.

PARECER Nº 96/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0152087/2022-28
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.02.2023
Credenciamento da entidade Instituto Bem Criar e autorização de funcionamento da Escola da Mata com Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Município do Serro.

PARECER Nº 97/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0118479/2022-09
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Odilon Custódio Pereira, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 98/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174923/2022-85
PROCESSO Nº 1260.01.0174926/2022-04
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.02.2023
Credenciamento da entidade Kinderbabies Berçário e Escola Infantil Ltda. - EPP e autorização de funcionamento do Colégio Kinderbabies com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 99/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113642/2022-46
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.02.2023
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Dom Othon Motta, no Município de Campanha.

PARECER Nº 100/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139782/2022-38
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.02.2023
Credenciamento da entidade Instituto Atos Mineirão e autorização de funcionamento do Instituto Atos Mineirão com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 101/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0150441/2022-44
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.02.2023
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Professora Maria Luzia Antunes Calçado com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Ubá.

PARECER Nº 121/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0169227/2022-35
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.02.2023
Autorização de funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais) a ser ministrado pelo IEL - Instituto Educacional Lattes, no Município de Unaí.

PARECER Nº 122/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0125226/2022-06
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelas Escolas Municipais Dom Helvécio, Ninho da Águia, Santa Catarina, Dr. Justino Pereira e Jones Cordeiro, no Município de Miraí.

PARECER Nº 123/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0116327/2022-10
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Instituto Santo Antônio de Pádua, no Município de Itabirito.

PARECER Nº 124/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0110151/2022-19
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 27.02.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto São Francisco de Assis, nesta Capital.

PARECER Nº 125/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117314/2022-36
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Prof. Zezé Ribas, no Município de Gouveia.

PARECER Nº 126/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0125966/2022-08
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Doutor José Drumond de Castilho, no Município de Lagoa Grande.

PARECER Nº 127/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0108776/2022-90
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.02.2023
Recredenciamento da entidade Colégio Pereira e Tavares Ltda - ME, mantenedora do Colégio Batista Betesda, do Município de Santa Luzia.

PARECER Nº 128/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0114892/2022-52
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Caixinha de Surpresa, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 129/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0119852/2022-89
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Maria Ferraz Koeler, no Município de Pouso Alto.

PARECER Nº 130/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0110266/2022-18
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.02.2023
Recredenciamento da entidade Escola Padrão Ltda., mantenedora da Escola Padrão, do Município de Nanuque.

PARECER Nº 131/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139727/2022-68
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.02.2023
Credenciamento da entidade Instituto Pinheiro de Educação Ltda - ME e autorização de funcionamento do IEMP - Unidade Jaraguá com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 138/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0080643/2022-74
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.02.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Inovação Ltda - EPP, mantenedora do Centro Educacional Inovação, do Município de Poços de Caldas.

PARECER Nº 139/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135636/2022-42
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.02.2023
Recredenciamento da entidade Escola Infantil Casinha Verde Ltda - ME, mantenedora da Escola Cultura Viva, do Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 140/2023 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 1260.01.0139917/2022-79
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.02.2023
Credenciamento da entidade mantenedora Centro Educacional Adoleta Ltda - ME e autorização de funcionamento do Centro Educacional Adoleta com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Conselheiro Lafaiete.

PARECER Nº 141/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0122063/2021-50
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.02.2023
Recredenciamento da entidade mantenedora Instituto Edel Quinn Ltda. - ME e renovação do

reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Educacional Edel Quinn, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 142/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0074743/2020-09
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.02.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mateus Leme - APAE de Mateus Leme, mantenedora da Escola de Educação Especial da APAE, do Município de Mateus Leme.

PARECER Nº 143/2023 - SEE/CEE - PLENÁRIO
PROCESSO Nº 1260.01.0164665/2022-19
PROCESSO Nº 1260.01.0164613/2022-65
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.02.2023
Credenciamento da entidade mantenedora Colégio Império Win Ltda - ME e autorização de funcionamento do Colégio Império Win com Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Município de Paracatu.

PARECER Nº 144/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109126/2022-49
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 28.02.2023
Recredenciamento da entidade Centro de Educação Infantil Pequeno Mundo Ltda-ME, mantenedora do Centro Educacional Pequeno Mundo, do Município de Ouro Preto.

PARECER Nº 145/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0100575/2022-66
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 28.02.2023
Recredenciamento da entidade Sociedade Educacional Antares Ltda, mantenedora do Colégio Antares, do Município de Uberaba.

PARECER Nº 146/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0043287/2020-86
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.02.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental, ministrado pela Escola Municipal Maria das Mercês Aguiar, do Município de Ibirité.

PARECER Nº 147/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0079144/2022-98
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.02.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado no Colégio Nossa Senhora do Rosário, do Município de Ouro Fino.

2023 - MARÇO

PARECER Nº 148 - SEE/CEE – PLENÁRIO
PROCESSO Nº 1260.01.0052981/2022-48
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 01.03.2023
Alteração societária e pedido de recredenciamento da entidade Equipe Assessoria Educacional Ltda - EPP, mantenedora do Ensino Fundamental ministrado pelo LOGOS Colégio e Curso - Formação Integral, do Município de Varginha.

PARECER Nº 149/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135123/2022-22
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 01.3.2023
Recredenciamento da entidade Escola Particular Interação Ltda - ME, mantenedora da Escola Particular Interação, do Município de Águas Formosas.

PARECER Nº 150/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0153653/2022-38
PROCESSO Nº 1260.01.0153655/2022-81
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 01.3.2023
Credenciamento da entidade mantenedora SL Educacional Ltda - ME e autorização de funcio-

namento do Saint Lambert Educação Bilíngue - Unidade II com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 151/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151283/2022-08
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 01.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal do Povoado de Bela Vista, no Município de Diogo de Vasconcelos.

PARECER Nº 152/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0101158/2021-42
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 01.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal José Fernandes, no Município de Belo Vale.

PARECER Nº 153/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0150413/2022-24
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 01.3.2023
Recredenciamento da entidade CLIC - Centro de Interação e Cultura Ltda - ME, mantenedora do CLIC - Centro Lúdico de Interação e Cultura, de Belo Horizonte.

PARECER Nº 154/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0095518/2022-29
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 01.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação Educadora e Beneficente, mantenedora do Colégio Santa Teresa, do Município de Ituiutaba.

PARECER Nº 165/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0079415/2022-56
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 02.3.2023
Recredenciamento da entidade Colégio Cristão Ebenézer Ltda - ME, mantenedora do Colégio Cristão Ebenézer, do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 166/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117223/2022-68
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 02.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal João Baiano, no Município de Gouveia.

PARECER Nº 167/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0123032/2022-74
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 02.3.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Ciranda Cirandinha Ltda - ME, mantenedora do Centro Educacional Ciranda Cirandinha, do Município de Ouro Preto.

PARECER Nº 168/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0074545/2021-17
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 02.3.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade Núcleo Pedagógico Educarte Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Núcleo Pedagógico Educarte, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 169/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0124123/2021-11
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 02.3.2023
Recredenciamento da entidade Fundação Dom Bosco, mantenedora da Escola Especial Lígia de Souza Tibo e da Escola Domingos Sávio, ambas do Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 170/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0121069/2022-16
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 02.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Fausto de Vasconcelos Craveiro, no Município de Jesuânia.

PARECER Nº 178/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0067649/2022-63
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal André Luiz de Carvalho Coelho, no Município de Lagoa Formosa.

PARECER Nº 179/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139092/2022-44
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e renovação do reconhecimento do Curso de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pela Escola de Educação Especial Ana de Oliveira Lourençoni, no Município de Nepomuceno.

PARECER Nº 180/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0095457/2022-27
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal São João Batista, no Município de Turmalina.

PARECER Nº 181/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109026/2022-33
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Edificar Ltda - ME, mantenedora do Instituto Educacional Edificar, do Município de Curvelo.

PARECER Nº 182/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0101152/2021-10
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Maria da Conceição Mendes, no Município de Belo Vale.

PARECER Nº 183/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0094319/2022-04
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Doutor Emílio Ábdon Póvoa, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 184/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0131213/2022-56
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Dom Ferraz Solar, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 185/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0108787/2022-84
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Escola Democrática Ltda, mantenedora da Escola Democrática, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 186/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0055123/2022-26
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Centro Educacional Arco-Íris - APAE - Educação Especial, do Município de Cristina.

PARECER Nº 187/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0108697/2022-89
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 09.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Olavo Bilac, no Município de Ubaí.

PARECER Nº 188/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0143545/2022-93
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Escola Cor e Ação Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Cor e Ação, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 189/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0078084/2022-06
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Wulfida Marcolini, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 190/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113002/2022-60
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Professora Mary Vieira Ribeiro de Souza, no Município de Seritinga.

PARECER Nº 191/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0049169/2022-55
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 09.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Balbina Ribeiro Soares, no Município de Passa Quatro.

PARECER Nº 192/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0054521/2020-87
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Esmeraldas e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela APAE - Escola Cantinho Especial, no Município de Esmeraldas.

PARECER Nº 193/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151381/2022-78
PROCESSO Nº 1260.01.0151095/2022-40
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Colibri Ltda - ME e reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Centro Educacional Colibri, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 194/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0081811/2019-72
PROCESSO Nº 1260.01.0081852/2019-32
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE de Mirabela e renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Núcleo Educacional Dimensão, no Município de Mirabela.

PARECER Nº 195/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0128545/2021-24
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação Educacional da Assembleia de Deus - Vale do Aço (AEADVA) e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela READ - Rede de Ensino Assembleia de Deus, no Município de Ipatinga.

PARECER Nº 196/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0115890/2022-72
PROCESSO Nº 1260.01.0116977/2022-17
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação Mãe da Divina Misericórdia e reconhecimento do En-

sino Fundamental ministrado pelo Colégio Católico Comunidade Resgate, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 197/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0128690/2022-83
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Caminho do Sol, no Município de São João del Rei.

PARECER Nº 198/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117199/2022-37
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Leonigton Duarte Ribeiro, no Município de Angelândia.

PARECER Nº 199/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0000617/2022-04
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Santa Rita de Cássia Ltda - EPP, mantenedora do Instituto Educacional Santa Rita de Cássia e do Instituto Educacional Santa Rita de Cássia - Unidade II, ambos localizados no Município de Nova Lima.

PARECER Nº 200/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117899/2022-52
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itamarandiba, mantenedora da APAE - Escola Alphonse Edmond Marie Ulrick Pavie, do Município de Itamarandiba.

PARECER Nº 201/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113015/2022-97
PROCESSO Nº 1260.01.0112752/2022-20
PROCESSO Nº 1260.01.0113004/2022-06
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional RAS Ltda - ME, reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pelo Centro Educacional RAS, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 202/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0030535/2021-37
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação Beneficente Pedrinhas Preciosas e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Dias, no Município de Betim.

PARECER Nº 203/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0086913/2021-52
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 09.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Igarapé, mantenedora da APAE de Igarapé, do Município de Igarapé.

PARECER Nº 213/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0102317/2022-77
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 27.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos do Excepcional - APAE, mantenedora da Escola Especial Marcelo Cardoso de Oliveira - APAE, do Município de Santo Antônio do Monte.

PARECER Nº 214/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0102430/2022-33
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 27.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Especial Marcelo Cardoso de Oliveira - APAE, no Município de Santo Antônio do Monte.

PARECER Nº 215/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0111367/2021-73
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 27.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Sólido Teens, no Município de Montes Claros.

PARECER Nº 216/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0095417/2022-40
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 27.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Mestra Gabriela, no Município de Turmalina.

PARECER Nº 217/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0008896/2020-62
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 27.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Eurica Alves Moreira, no Município de Esmeraldas.

PARECER Nº 218/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0128906/2022-71
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 27.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Ensino Especial Wagner Lima Verde, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 219/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0169561/2022-38
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 27.3.2023
Alteração societária na entidade IEL - Instituto Educacional Lattes Ltda - ME, mantenedora do IEL - Instituto Educacional Lattes, no Município de Unaí.

PARECER Nº 220/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0020551/2022-39
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 27.3.2023
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola de Educação Especial - Escola Esperança - APAE, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 224/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0150805/2022-13
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.3.2023
Recredenciamento da entidade Costa e Renault Ltda - ME, mantenedora do Colégio Mutum, do Município de Mutum.

PARECER Nº 226/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0057897/2020-18
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.3.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade Escola Graça Maior Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Graça Maior, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 227/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0150979/2022-68
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Mutum, no Município de Mutum.

PARECER Nº 228/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139604/2022-91
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Nelson Lisboa de Matos, no Município de Carlos Chagas.

PARECER Nº 229/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0095468/2022-21
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Senhora de Fátima, no Município de Turmalina.

PARECER Nº 230/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0079873/2021-12
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.3.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade Colégio Interagir Ltda - ME e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Interagir, no Município de Ibirité.

PARECER Nº 231/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0077753/2022-19
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Interventor Noraldino Lima, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 232/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0080052/2022-26
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.3.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Maria Aparecida Brandão Vieira, no Município de Monte Carmelo.

PARECER Nº 233/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0095461/2022-16
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Josefina Procópio, no Município de Turmalina.

PARECER Nº 234/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0103246/2022-20
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Gabarito, no Município de Araxá.

PARECER Nº 235/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0127850/2021-68
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.3.2023
Renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela Escola de Educação Especial Pingos de Luz - APAE, no Município de Alterosa.

PARECER Nº 236/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138172/2021-55
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) e renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pelo Núcleo de Educação Especial - APAE, no Município de São Domingos do Prata.

PARECER Nº 237/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117938/2022-66
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Professora Celina Célia Gomes, no Município de Mariana.

PARECER Nº 238/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0090959/2022-29
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Nova Arte & Cia, no Município de Itamogi.

PARECER Nº 239/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0101167/2021-90
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal José Antônio Cordeiro Santos, no Município de Belo Vale.

PARECER Nº 240/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0162518/2022-79
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ibiá, mantenedora da Escola Tia Aparecida - APAE, do Município de Ibiá.

PARECER Nº 241/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0132040/2022-37
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.3.2023
Recredenciamento da entidade Vânia de Fátima Ribeiro Andrade - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Balão Azul, no Município de Divinópolis.

PARECER Nº 242/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0042725/2021-28
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.3.2023
Recredenciamento da entidade Isabel Cristina de Paula Menezes Braga - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Infantil Rafhael Marinho, no Município de Betim.

PARECER Nº 243/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0120465/2022-28
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Centro Educacional Novo Horizonte, no Município de Leopoldina.

PARECER Nº 244/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0101741/2022-12
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Liceu Albert Einstein, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 245/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0077523/2022-21
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental ministrados pela Escola Municipal Campos do Amaral, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 246/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0022106/2021-58
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.3.2023
Recredenciamento da entidade Colégio Mérito Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Mérito, no Município de Contagem.

PARECER Nº 247/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0095547/2022-22
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pelo Colégio Aquarela, no Município de Campo Belo.

PARECER Nº 248/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109061/2022-58
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Conceição das Alagoas, mantenedora da Escola Tia Terezinha - APAE, do Município de Conceição das Alagoas.

PARECER Nº 249/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0078059/2022-02
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal de Termópolis, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 250/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138572/2022-19
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 28.3.2023
Prorrogação do prazo da autorização de funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Bricks, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 252/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0101142/2021-86
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 29.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Maria da Conceição Monteiro de Castro Soares, no Município de Belo Vale.

PARECER Nº 253/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0024502/2021-65
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 29.3.2023
Recredenciamento da entidade Colégio Construir + Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Construir +, no Município de Contagem.

PARECER Nº 254/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0101132/2021-65
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 29.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Prefeito João Eustáquio, no Município de Belo Vale.

PARECER Nº 255/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0131685/2022-19
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 29.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro de Reabilitação e Movimento Leontina Moreira - APAE, no Município de Lagoa Formosa.

PARECER Nº 256/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0094511/2022-58
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 29.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo CEMA - Centro Educacional Moura Almeida, no Município de Muzambinho.

PARECER Nº 257/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0101706/2022-84
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 29.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Carrossel, no Município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 258/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0100134/2022-42
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.3.2023
Mudança de entidade mantenedora do Centro Educacional Cory, credenciamento da nova mantenedora e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Centro Educacional Cory, no Município de Arceburgo.

PARECER Nº 259/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0131113/2022-40
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Dom Ferraz, no Município de Caxambu.

PARECER Nº 260/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0126353/2022-35
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Antônio Franco Laviola, no Município de São Francisco do Glória.

PARECER Nº 261/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0019429/2023-66
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Padrão, no Município de Nanuque.

PARECER Nº 262/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0105886/2022-35
PROCESSO Nº 1260.01.0123562/2022-23
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.3.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade Escola Santa Terezinha Ltda - ME, mantenedora da Escola Santa Terezinha, do Município de Campina Verde.

PARECER Nº 263/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151265/2022-09
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 29.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Francisco Claudino de Oliveira, no Município de Diogo de Vasconcelos.

PARECER Nº 264/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0137071/2022-97
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 29.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Virgílio Alves Pereira, no Município de Olímpio Noronha.

PARECER Nº 265/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0005469/2022-47
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 29.3.2023
Recredenciamento da entidade Cooperativa dos Profissionais de Ensino de Brazópolis - COOPEBRA, mantenedora do Colégio Imaculada Conceição, do Município de Brazópolis.

PARECER Nº 266/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0125864/2022-46
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 29.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 280/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139447/2022-62
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Foch, no Município de Pouso Alegre.

PARECER Nº 281/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0122906/2022-81
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.3.2023
Prorrogação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Batista de Uberaba, no Município de Uberaba, para fins de regularização de vida escolar, expedição de documentos e encerramento das atividades educacionais.

PARECER Nº 282/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0143836/2022-93
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Chave do Saber, no Município de Santo Antônio do Monte.

PARECER Nº 283/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109997/2021-09
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 30.3.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade Quatro Elementos Sítio/Escola Ltda - ME e prorrogação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Quatro Elementos Sítio/Escola, no Município de Contagem.

PARECER Nº 284/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0029633/2022-41
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 30.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela Escola Municipal Cecília Meireles, no Município de Palmópolis.

PARECER Nº 285/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0137333/2022-07
PROCESSO Nº 1260.01.0137329/2022-18
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 30.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campos Gerais e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial Caminho Suave - APAE, no Município de Campos Gerais.

PARECER Nº 286/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0133788/2022-80
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Centro de Estudos Supletivos - CESU - Professor José Carlos Serpa Rodrigues Silva, no Município de Ervália.

PARECER Nº 287/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0124032/2022-40
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Cidade de Patos de Minas, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 288/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117342/2022-56
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Berlaar Nossa Senhora do Patrocínio, no Município de Patrocínio.

PARECER Nº 289/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0077787/2022-71
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 30.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Roque Scarano, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 290/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0050123/2022-02
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 30.3.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Alunos do Colégio Minas Austral, mantenedora do Colégio Minas Austral, do Município de Itanhandu.

PARECER Nº 291/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0158390/2022-82
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 30.3.2023
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Aprova Ltda - ME, mantenedora do Instituto Educacional Aprova, do Município de Nepomuceno.

PARECER Nº 292/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0097349/2022-62
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 30.3.2023
Credenciamento da entidade Lar de Eurípedes e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Eurípedes Barsanulfo, no Município de Sacramento.

PARECER Nº 293/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109527/2022-86
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 30.3.2023
Reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental ministrado pela Escola Especial Dona Laura Mata de Andrade, no Município de Piracema.

PARECER Nº 294/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0076466/2022-42
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Alice Naves Ferreira, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 295/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0118133/2022-39
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 30.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Padre Antônio Gabriel de Carvalho, no Município de Mariana.

PARECER Nº 296/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151199/2022-45
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 30.3.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Santa Rita de Cássia, na Comunidade de Boa Vista, zona rural do Município de Diogo de Vasconcelos.

PARECER Nº 297/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0098307/2022-95
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Maria Xavier Gundim, no Município de Pedrinópolis.

PARECER Nº 298/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0106481/2022-72
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 30.3.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Aníbal Félix da Silva, no Município de Piranga.

2023 - ABRIL

PARECER Nº 313/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151783/2022-88
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela Escola Municipal Professor Antônio Martins Machado, no Município de Acaiaca.

PARECER Nº 314/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0104586/2022-21
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio 1º de Junho, no Município de Maria da Fé.

PARECER Nº 315/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0102394/2022-35
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Adventista de Uberaba, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 316/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0118816/2022-28
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Coronel Porfírio Mendes Pinto, no Município de Alagoa.

PARECER Nº 317/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0150563/2022-48
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 13.4.2023
Prorrogação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Infantil Mater Ninho, no Município de Belo Horizonte, para fins exclusivos de regularização da vida escolar dos estudantes e expedição de documentos.

PARECER Nº 318/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0125515/2022-60
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal do Pangarito e pela Escola Municipal Prefeito Eurípedes de Abreu, no Município de Antônio Prado de Minas.

PARECER Nº 319/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0126810/2022-15
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Nossa Senhora das Graças, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 320/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0149673/2022-22
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Providência, no Município de Mariana.

PARECER Nº 321/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0129176/2022-56
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Renascer, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 322/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0108407/2022-62
PROCESSO Nº 1260.01.0108425/2022-61
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.4.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Janaúba e renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela Escola de Ensino Especial da APAE, no Município de Janaúba.

PARECER Nº 323/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0121066/2022-97
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Luiz Alves de Melo, no Município de Jesuânia.

PARECER Nº 324/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117159/2022-50
PROCESSO Nº 1260.01.0117179/2022-92
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Dante Luiz dos Santos, no Município de Mariana.

PARECER Nº 325/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0167057/2022-37
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Ana Lúcia Barbosa, no Município de Capelinha.

PARECER Nº 326/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0126028/2022-80
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Josué Costa, no Município de Lagoa Grande.

PARECER Nº 327/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0115683/2022-35
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola SESI Oscar Magalhães Ferreira, no Município de Barbacena.

PARECER Nº 328/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0129255/2022-57
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Centro de Educação Batista Betel, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 329/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0131541/2022-27
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Centro de Educação Integrada Paulo Freire, no Município de Bom Sucesso.

PARECER Nº 330/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0077673/2022-45
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Dizaró, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 331/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0128231/2022-60
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Laís Farnetti, no Município de Sete Lagoas.

PARECER Nº 332/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0122683/2022-88
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 13.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Professora Carlota de Andrade Marquez, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 333/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135443/2022-15
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 13.4.2023
Renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela Escola da APAE de Teófilo Otoni, no Município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 338/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0116271/2022-67
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 24.4.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade Instituto Educacional Dimensão Ltda. - ME, mantenedora do Centro Educacional de Matipó, no Município de Matipó.

PARECER Nº 339/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0102376/2021-39
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela APAE Escola Carlos Alberto Silva, no Município de Sarzedo.

PARECER Nº 340/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0128426/2022-33
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 24.4.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial Crescer, no Município de Conceição do Mato Dentro.

PARECER Nº 341/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0116292/2022-82
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Centro Educacional de Matipó, no Município de Matipó.

PARECER Nº 342/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0110722/2022-25
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 24.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Rute Ferreira de Oliveira, no Município de Capelinha.

PARECER Nº 343/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0000054/2021-76
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.4.2023
Recredenciamento da entidade mantenedora Colégio Barcelos & Vieira Ltda - ME e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Barcelos, no Município de Betim.

PARECER Nº 344/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0094526/2022-41
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Manoel Monteiro, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 345/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0098605/2022-03
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.4.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade Instituto Educacional Jaqueline Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Educacional Jaqueline, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 346/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0149699/2022-96
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal de Campinas, no Município de Mariana.

PARECER Nº 347/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0106834/2022-47
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.4.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Carrossel, no Município de Elói Mendes.

PARECER Nº 348/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135457/2022-25
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrada pela Escola Especializada Crê Ser, no município de Alvinópolis.

PARECER Nº 349/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0049111/2022-69
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.4.2023
Renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela Escola de Educação Especial Sempreviva - APAE de Liberdade, no Município de Liberdade.

PARECER Nº 350/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135172/2022-57
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial Sempreviva - APAE de Liberdade, no Município de Liberdade.

PARECER Nº 351/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0156394/2022-42
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.4.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alvinópolis, mantenedora da Escola Especializada Crê Ser, no Município de Alvinópolis.

PARECER Nº 352/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0055149/2022-03
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Domingos Gonçalves de Lima, no Município de Alpinópolis.

PARECER Nº 353/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0137376/2022-10
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Lázaro Cândido de Souza, no Município de Monte Sião.

PARECER Nº 354/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0153981/2022-09
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Núcleo Educacional de Porteirinha, no Município de Porteirinha.

PARECER Nº 355/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0121237/2022-39
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela Escola de Ensino Especial Caminho Feliz - APAE, no Município de Caeté.

PARECER Nº 356/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0157749/2022-26
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Anita Chequer, no Município de Viçosa.

PARECER Nº 357/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0108815/2022-07
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Genoma, no município de Teófilo Otoni.

PARECER Nº 358/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0157524/2022-87
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, no Município de Viçosa.

PARECER Nº 359/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0145586/2022-82
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.4.2023
Recredenciamento da entidade Metta Centro de Apoio Psicopedagógico Multidisciplinar Ltda - ME, mantenedora do Centro Pedagógico Metta, do Município de Uberlândia.

PARECER Nº 360/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0172374/2022-38
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Padre Alípio Martins Pinheiro, no Município de Oratórios.

PARECER Nº 368/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0126453/2022-51
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 25.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Débora Lemes Cavalcanti, no Município de Urucuia.

PARECER Nº 370/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0140356/2022-60
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 25.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Antônio Ferreira, no Município de Albertina.

PARECER Nº 371/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0146262/2022-66
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 25.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Coronel Lídio Araújo, no Município de Joaíma.

PARECER Nº 372/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0114497/2022-47
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 25.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Maple Bear Alphaville Lagoa dos Ingleses, no Município de Nova Lima.

PARECER Nº 373/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0125928/2022-64
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 25.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Cesário Galvão, no Município de Lagoa Grande.

PARECER Nº 374/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0158690/2022-33
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 25.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Carmelita Martins Elias, no Município de Acaiaca.

PARECER Nº 375/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0156055/2022-77
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 25.4.2023
Renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela Escola de Educação Especial Thereza Carreira Alvim, no Município de Teixeiras.

PARECER Nº 376/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0106142/2022-10
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 25.4.2023
Recredenciamento da entidade Centro de Educação Florescer Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro de Educação Florescer, no Município de Cataguases.

PARECER Nº 377/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151569/2022-46
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 25.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Carvalhaes de Paiva, no Município de Jacuí.

PARECER Nº 378/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0100160/2022-19
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 25.4.2023
Recredenciamento da entidade Sistema Educacional Master Ltda, mantenedora do Colégio Master Varginha, do Município de Varginha.

PARECER Nº 379/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0119863/2022-83
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 25.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Antônio Amâncio da Silva, no Município de Pouso Alto.

PARECER Nº 380/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0033710/2022-57
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 25.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, no Município de Sarzedo.

PARECER Nº 381/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0003766/2022-50
PROCESSO Nº 1260.01.0003326/2022-96
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 25.4.2023
Mudança de mantença e credenciamento de entidade mantenedora e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Educacional Amar, no Município de Betim.

PARECER Nº 382/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0127176/2021-30
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 25.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Rutherford, no Município de Contagem.

PARECER Nº 397/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138142/2022-86
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 26.4.2023
Reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela Escola de Educação Especial Caminho do Sol, no Município de Ouro Fino.

PARECER Nº 398/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0032217/2022-16
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 26.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Alaíde de Oliveira Sales, no Município de Sarzedo.

PARECER Nº 399/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0131119/2022-72
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 26.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professor José Estêvão, no Município de Liberdade.

PARECER Nº 400/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0146306/2022-42
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 26.4.2023
Alteração societária na entidade Metta Centro de Apoio Psicopedagógico Multidisciplinar Ltda - ME, mantenedora do Centro Pedagógico Metta, do Município de Uberlândia.

PARECER Nº 401/SEE/CEE – PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0110024/2022-53
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 26.4.2023
Renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrada pela Escola José Dias Bitencourt, no Município de Cuparaque.

PARECER Nº 402/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0122372/2022-46
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 26.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Durval Souza Furtado, no Município de Minduri.

PARECER Nº 403/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0121836/2021-68
PROCESSO Nº 1260.01.0121815/2021-32
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 26.4.2023
Recredenciamento da entidade mantenedora IESF - Instituto Educacional Salada de Frutas Ltda - ME e renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Educacional Salada de Frutas, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 404/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0079734/2022-76
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 26.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Batista Mineiro - Unidade Floresta, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 405/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151214/2022-28
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 26.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Diogo de Vasconcelos.

PARECER Nº 406/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0116536/2022-90
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 26.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Lucilla Gibram Cambraia, no Município de Campo Belo.

PARECER Nº 407/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0133880/2022-21
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 26.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio de Ensino Integrado Magia do Saber - CEIMAS, no Município de Jacutinga.

PARECER Nº 408/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0119534/2021-45
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 27.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Raio de Sol, no Município de Betim.

PARECER Nº 409/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0123068/2022-72
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 27.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Imaculado Coração de Maria, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 410/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139627/2022-52
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Batista Mineiro - Unidade Alphaville Nova Lima, no Município de Nova Lima.

PARECER Nº 411/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0089123/2022-34
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 27.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio CEC, no Município de Contagem.

PARECER Nº 412/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0032620/2022-96
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 27.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Helena Eustáquia de Souza, no Município de Sarzedo.

PARECER Nº 413/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0073007/2020-30
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 27.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo CLIC - Centro Lúdico de Integração e Cultura, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 414/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0130332/2022-78
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola de Educação Especial Terezinha Marques Vilas Boas da APAE, no Município de Borda da Mata.

PARECER Nº 415/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0069157/2022-87
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, no Município de Itajubá.

PARECER Nº 416/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0101732/2022-61
PROCESSO Nº 1260.01.0103384/2022-77
PROCESSO Nº 1260.01.0103427/2022-80
PROCESSO Nº 1260.01.0103489/2022-55
PROCESSO Nº 1260.01.0104109/2022-96
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.4.2023
Mudança de entidade mantenedora do Colégio Apogeu, do Colégio Apogeu - Unidade II, do Colégio Apogeu - Unidade III e do Centro de Ensino Apogeu - Unidade Nova Era, do Município de Juiz de Fora, e credenciamento da entidade Centro Educacional Espaço Mágico Ltda - EPP.

PARECER Nº 417/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0140305/2022-79
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelas Escolas Municipais Professor Martinho Matos, João Batista Braga e 4 Irmãos e do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Olinto Gonçalves de Melo, no Município de São Gonçalo do Abaeté.

PARECER Nº 418/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0119014/2022-17
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pelo Centro Educacional Pingos de Luz, no Município de Paraisópolis.

PARECER Nº 419/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0134643/2022-81
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.4.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Alto Gavião e pela Escola Municipal de Queirozes e do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Dona Carolina Martinha Torres, no Município de Eugenópolis.

PARECER Nº 420/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0123199/2022-27
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.4.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Maria Mota de Alcântara, no Município de Piranguinho.

2023 - MAIO

PARECER Nº 425/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0036225/2020-58
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 22.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Vicente de Paula Pimenta, no Município de Bocaiúva.

PARECER Nº 426/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0142222/2022-21
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 22.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Especial Selma Moreira da Costa Noya, no Município de Rio Paranaíba.

PARECER Nº 427/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0118368/2022-96
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 22.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Mirantão, no Município de Bocaina de Minas.

PARECER Nº 428/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0122678/2021-32
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 22.5.2023
Recredenciamento da entidade Instituto Educacional Infantil Araújo Ltda. - ME e renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Educacional Araújo, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 429/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0036278/2020-82
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 22.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal José Ramos de Souza, no Município de Bocaiúva.

PARECER Nº 430/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0065534/2022-35
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 22.5.2023
Prorrogação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrada pela Escola Municipal Dona Vina, no Município de Maravilhas, para fins exclusivos de regularização da vida escolar e emissão de documentos.

PARECER Nº 431/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0133513/2021-39
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 22.5.2023
Renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) e do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela Escola Municipal Arte de Aprender, no Município de Itabirinha.

PARECER Nº 432/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0133063/2022-61
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 22.5.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Infantil Novo Caminhar, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 433/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138576/2022-08
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 22.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Coronel José Antônio da Cunha e pela Escola Municipal Guilherme Mateus, no Município de Guiricema.

PARECER Nº 434/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0152953/2022-23
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 22.5.2023
Credenciamento da entidade Integra Educacional S/A, mantenedora do Colégio Apogeu - Unidade VI, do Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 446/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0039935/2021-86
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 23.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Emaús, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 447/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0000519/2021-34
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 23.5.2023
Recredenciamento da entidade Colégio Bandeiras Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Bandeiras, no Município de Ibirité.

PARECER Nº 448/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0133019/2022-85
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 23.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Luciano Borges de Queiroz e pela Escola Municipal Dona Luísa Alves de Souza, no Município de Varjão de Minas.

PARECER Nº 449/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0170246/2022-70
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 23.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelas Escolas Municipais Agostinho Lourenço dos Santos, José Rafael da Fonseca, José Rodrigues Milagres e João dos Anjos Macedo, todas no Município de Araponga.

PARECER Nº 450/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0068406/2022-91
PROCESSO Nº 1260.01.0068759/2022-66
PROCESSO Nº 1260.01.0068769/2022-87
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 23.5.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bela Vista de Minas - APAE de Bela Vista de Minas, renovação de reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pelo Núcleo de Educação Especial Dona Zeni Lage de Magalhães Oliveira, no Município de Bela Vista de Minas.

PARECER Nº 451/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0073851/2022-31
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 23.5.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental, ministrado pela Escola Municipal Josias Santos, no Município de Divisa Alegre.

PARECER Nº 468/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0129443/2022-25
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Marista Patos de Minas, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 469/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0112201/2022-56
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrada pela Escola Municipal Professor Lázaro Rosa Muniz, no Município de Pirajuba.

PARECER Nº 470/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0026427/2022-79
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.5.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Peter Pan Ltda.-EPP, mantenedora do Colégio Helena Bicalho, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, no município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 471/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113267/2021-86
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal José de Barros Sobrinho, no Município de Orizânia.

PARECER Nº 472/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0108941/2022-97
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.5.2023
Recredenciamento da entidade Colégio Cidade de Carangola Ltda - ME, mantenedora do Colégio Conceito, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, localizado no município de Carangola.

PARECER Nº 473/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0053524/2022-34
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.5.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jequitinhonha, mantenedora da APAE de Jequitinhonha, de Ensino Fundamental (anos iniciais), no município de Jequitinhonha.

PARECER Nº 474/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0077618/2022-75
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.5.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade Sistema Educacional de Ensino de Iturama Ltda. - ME, mantenedora da Escola Dinâmica, do Município de Iturama.

PARECER Nº 475/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0148510/2022-92
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 24.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental, ministrado pelo Colégio Ilúmina, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, localizado no município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 476/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0098781/2022-04
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 24.5.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Novo Progresso CENP Ltda - ME, renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pelo Centro Educacional Novo Progresso - CENP, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 477/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0169345/2022-50
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 24.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Monte Sionense, no Município de Monte Sião.

PARECER Nº 478/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113292/2021-90
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Nestor de Souza Moreira, no Município de Orizânia.

PARECER Nº 479/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0041009/2022-88
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Educacional Dom Bosco, no Município de Ribeirão das Neves.

PARECER Nº 480/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0078832/2022-83
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus, no Município de Muzambinho.

PARECER Nº 481/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0106472/2022-24
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Santo Antônio, no Município de Piranga.

PARECER Nº 482/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0100490/2022-33
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Jalira Lucchesi de Miranda, no Município de Diamantina.

PARECER Nº 483/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0125976/2022-29
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.5.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Padre Dr. João Scotti, no Município de Itamonte.

PARECER Nº 484/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0118952/2022-42
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.5.2023
Prorrogação do prazo do reconhecimento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA, Ensino Fundamental (anos finais), ministrado pela Escola Helena Antipoff - APAE Uberlândia, para fins exclusivos de regularização da vida escolar dos alunos e expedição de documentos.

PARECER Nº 485/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0136759/2021-85
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.5.2023
Alteração societária na entidade Colégio Cidade de Arcos Ltda - ME, mantenedora do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Losango, no Município de Arcos.

PARECER Nº 486/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0109557/2022-52
PROCESSO Nº 1260.01.0109521/2022-54
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.5.2023
Recredenciamento da entidade Escola Infantil Sonho de Criança Ltda - ME e renovação de

reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Arte de Ensinar, no Município de Juiz de Fora.

PARECER Nº 487/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0150217/2022-78
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 24.5.2023
Mudança de mantença do Colégio Malta, do Município de Lagoa da Prata, e credenciamento da nova mantenedora.

PARECER Nº 488/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0047879/2020-68
PROCESSO Nº 1260.01.0080718/2022-86
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 24.5.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade Centro de Educação Mérito Ltda - ME e renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Centro de Educação Mérito, no Município de Contagem.

PARECER Nº 489/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0131359/2022-91
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 24.5.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Theodor Herzl, no Município de Belo Horizonte.

2023 - JUNHO

PARECER Nº 533/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0171642/2022-14
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação de reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrada pela Escola Municipal José Ferreira Bastos, no Município de Itabirito.

PARECER Nº 534/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0171636/2022-79
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal José Ferreira Bastos, no Município de Itabirito.

PARECER Nº 535/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0092547/2022-27
PROCESSO Nº 1260.01.0092548/2022-97
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 13.6.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Machado - APAE de Machado e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz - APAE, no Município de Machado.

PARECER Nº 536/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0133877/2022-05
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Integrado Jean Piaget, no Município de Jacutinga.

PARECER Nº 537/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0128753/2022-31
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Olympia Maria do Couto, no Município de Brasilândia de Minas.

PARECER Nº 538/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0172554/2022-28
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Ágora, no Município de Viçosa.

PARECER Nº 539/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0144287/2022-41
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio e do curso Técnico em Enfermagem ministrados pelo Instituto Gênesis de Educação e Cultura, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 540/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0093966/2022-29
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Olimpo, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 541/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0054981/2022-77
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.6.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade OEI - Organização Educacional de Itajubá Ltda - EPP, mantenedora do Colégio Ângulo, do Município de Itajubá.

PARECER Nº 542/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0048768/2022-18
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.6.2023
Mudança da mantença do Colégio Hebreus - Unidade II, do Município de Montes Claros, e credenciamento da entidade Canaã Empreendimentos Educacionais Ltda – ME.

PARECER Nº 543/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0010267/2023-90
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.6.2023
Alteração societária na entidade Colégio Talentos Ltda. - ME, mantenedora do Centro Educacional Smilinguido - Unidade II, do Município de Uberlândia.

PARECER Nº 544/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0119924/2022-85
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Nossa Senhora das Dores, no Município de Presidente Kubitschek.

PARECER Nº 545/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0119376/2021-43
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 13.6.2023
Recredenciamento da entidade Fundação Educacional Manguense - FUNEM, mantenedora do Colégio Sagrada Família, do Município de Manga.

PARECER Nº 546/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0127105/2022-04
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Centro Educacional Wanderley Arruda - CEWA, no Município de Dores de Campos.

PARECER Nº 547/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0173180/2022-04
RELATORA: Lina Kátia Mesquita de Oliveira
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Dr. Raimundo Campos Viana Filho, no Município de Pedra do Anta.

PARECER Nº 548/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0114797/2022-95
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 13.6.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Escola Municipal Pequeno Príncipe, no Município de Espinosa.

PARECER Nº 549/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0127405/2022-52
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 13.6.2023
Reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) e renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministradas pela Escola Félix Vieira da Silva - APAE, no Município de Sapucaí Mirim.

PARECER Nº 550/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0099329/2022-49
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 13.6.2023
Recredenciamento da entidade Nogueira e Barreto Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Pequeno Cidadão, no Município de Ipatinga.

PARECER Nº 567/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0137557/2022-70
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Recanto de Vida, no Município de Santo Antônio do Itambé.

PARECER Nº 570/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0128974/2022-78
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais - Unidade Diamantina, no Município de Diamantina.

PARECER Nº 571/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0131146/2022-22
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Leonardo da Vinci, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 572/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0158020/2022-81
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Rogério Bernardes de Souza, no Município de Inconfidentes.

PARECER Nº 573/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135154/2022-58
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Coronel Antônio Faustino Duarte, no Município de Paula Cândido.

PARECER Nº 574/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0106515/2022-27
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.6.2023
Recredenciamento da entidade Escola Maternal e Infantil Topo Gigio Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Educar, no Município de Conselheiro Lafaiete.

PARECER Nº 575/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0140176/2022-70
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.6.2023
Alteração societária na entidade Colégio SG de Ensino Fundamental Ltda, mantenedora do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Dimensão, do Município de São Gotardo.

PARECER Nº 576/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0150243/2022-55
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Educar, no Município de Francisco Sá.

PARECER Nº 577/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0159211/2022-31
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela Escola de Educação Especial Dr. Hélio Harmendani, no Município de Ouro Preto.

PARECER Nº 578/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0146885/2022-26
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Oficina Iracema Menezes - APAE, no Município de Cataguases.

PARECER Nº 579/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0131235/2022-44
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Diamantinense, no Município de Diamantina.

PARECER Nº 580/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0121562/2022-91
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 27.6.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Urucânia, mantenedora da Escola de Educação Especial Padre Antônio Ribeiro Pinto, do Município de Urucânia.

PARECER Nº 581/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0154425/2022-49
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Sinhô Machado, no Município de Mariana.

PARECER Nº 582/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0149256/2022-29
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 27.6.2023
econhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Bem Me Quer, no Município de Uberlândia.

PARECER Nº 583/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0150008/2022-95
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Professora Eli Marques, no Município de Conselheiro Lafaiete.

PARECER Nº 584/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0164644/2022-04
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Doutor Arthur Bernardes, no Município de Viçosa.

PARECER Nº 585/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0166579/2022-42
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal José Lopes Valente Sobrinho, no Município de Viçosa.

PARECER Nº 586/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0157921/2022-38
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Centro Educacional Municipal Américo Bonamichi, no Município de Inconfidentes.

PARECER Nº 587/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0164693/2022-39
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Católica Padre de Man, no Município de Coronel Fabriciano.

PARECER Nº 588/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0157260/2022-37
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Instituto Montessori, no Município de Ponte Nova.

PARECER Nº 589/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0081700/2022-53
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do reconhecimento do Ensino Médio ministrados pela Escola Degraus, no Município de Monte Santo de Minas.

PARECER Nº 590/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0119870/2022-88
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Francisco Teodoro da Silva, no Município de Pouso Alto.

PARECER Nº 591/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0126163/2022-24
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal José Soares de Souza Filho e pela Escola Municipal Anísio Acelino de Andrade e do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Canuto Ribeiro, no Município de Vieiras.

PARECER Nº 592/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0132029/2022-43
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Gabarito, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 593/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0096009/2022-61
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.6.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Além Paraíba, mantenedora da Escola Intermediária Cora Faria Duarte - APAE de Além Paraíba.

PARECER Nº 594/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0127440/2022-77
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela EICA - Escola Cantinho da Alegria, no Município de Ipatinga.

PARECER Nº 595/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0149624/2022-84
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.6.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola SESI Dom Bosco, no Município de São João del Rei.

PARECER Nº 596/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0169518/2022-35
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Marcos José Rodrigues e pela Escola Municipal Rita Correia de Lima, no Município de Araponga.

PARECER Nº 597/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0133261/2021-53
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 27.6.2023
Recredenciamento da entidade Instituto Pedagógico Criar Criança Feliz - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Instituto Pedagógico Criar Criança Feliz, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 623/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0048131/2022-48
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.6.2023
Recredenciamento da entidade Carla de Oliveira Costa - ME, mantenedora do Centro de Educação e Lazer - Colégio CEL, do Município de Lambari.

PARECER Nº 624/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0142798/2022-86
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Honorato Borges, do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pelo Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos e do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Maria Isabel Queiroz Alves - CAIC, no Município de Patrocínio.

PARECER Nº 625/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0126447/2022-19
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Centro Educacional de Simonésia, no Município de Simonésia.

PARECER Nº 626/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0126385/2022-44
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 28.6.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Elzair Caldeira Ltda. - ME, mantenedora do Centro Educacional de Simonésia, do Município de Simonésia.

PARECER Nº 627/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0068572/2022-71
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental e do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pela APAE de Jequitinhonha, no Município de Jequitinhonha.

PARECER Nº 628/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151183/2022-8
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 28.6.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio dos Santos Anjos - Unidade Além Paraíba, no Município de Além Paraíba.

PARECER Nº 629/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0149090/2022-49
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 28.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal São Tomás de Aquino, do Município de São Tomás de Aquino

PARECER Nº 634/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0138021/2022-55
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 29.6.2023
Alteração societária na entidade Centro Educacional MG Ltda - ME, mantenedora do Instituto Promove de Ensino, do Município de Santos Dumont.

PARECER Nº 635/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0169225/2022-89
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 29.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Maria Said Schettini, no Município de Teixeira.

PARECER Nº 636/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0164326/2022-54
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 29.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal João da Cruz Santos e do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Tiradentes, no Município de Taiobeiras.

PARECER Nº 637/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0016459/2019-49
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 29.6.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Josino do Nascimento, no Município de Cristália.

PARECER Nº 638/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174688/2022-
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 29.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Padre Antônio Cândido, no Município de Itabirito.

PARECER Nº 639/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0141460/2022-31
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 29.6.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Educação e Cultura, no Município de Jacutinga.

PARECER Nº 640/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139374/2022-93
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Olímpio Geraldo de Abreu e pela Escola Municipal Professora Valdete Nunes, no Município de São João do Manteninha.

PARECER Nº 641/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0155232/2022-85
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 29.6.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Dimensão, no Município de São Gotardo.

2023 - JULHO

PARECER Nº 663/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0152766/2022-28
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 11.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Maria Stela dos Santos Assis, no Município de São Francisco de Paula.

PARECER Nº 664/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135849/2022-14
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelas Escolas Municipais Padre Nelson Marotta e Pio XII, no Município de Silveirânia.

PARECER Nº 665/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0160698/2022-40
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelas Escolas Municipais Cincinato Ferreira de Aguiar, João Antônio Mendes, João Barbosa de Barros, Severino José de Figueiredo e Presidente Tancredo Neves e do Ensino Fundamental (anos finais) ministrado pela Escola Municipal Padre Goulart, no Município de Rio Paranaíba.

PARECER Nº 666/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0169220/2022-30
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Paula Lélis Fialho, no Município de Teixeiras.

PARECER Nº 667/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0143964/2022-32
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 11.7.2023
Mudança de entidade mantenedora do Colégio Rubem Alves, do Município de Uberaba, e credenciamento da entidade Sociedade de Educação Araújo & Ferreira Ltda - EPP.

PARECER Nº 668/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0110777/2022-92
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 11.7.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Divinésia, mantenedora do Centro Educacional Coração de Jesus - APAE, do Município de Divinésia.

PARECER Nº 669/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0009681/2020-13
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 11.7.2023
Recredenciamento da entidade Colégio Supremo Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pelo Colégio Supremo, no Município de Contagem.

PARECER Nº 670/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0101171/2021-79
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Eugênio Sampaio, no Município de Belo Vale.

PARECER Nº 671/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151824/2022-48
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 11.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pelo Colégio Presbiteriano Comenius, no Município de Uberaba.

PARECER Nº 672/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0158851/2022-51
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Especial José Magalhães - APAE de Bom Sucesso, no Município de Bom Sucesso.

PARECER Nº 673/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135974/2022-34
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 11.7.2023
Alteração do quadro diretivo da Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas - FEPESMIG, mantenedora do Colégio Alpha, de Varginha, do Colégio CRA, de Alfenas, do Colégio Nova Geração, de Três Corações e do Colégio Travessia, de Três Pontas.

PARECER Nº 674/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0126496/2022-54
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Monsenhor Inácio Kusch - APAE, no Município de Monte Carmelo.

PARECER Nº 675/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0036087/2020-98
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 11.7.2023
Renovação do reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrada pela Escola Apaeana Juvenila Anunciação Barbosa, no Município de Juatuba.

PARECER Nº 676/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0171678/2022-12
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal de Paracatu de Baixo, no Município de Mariana.

PARECER Nº 677/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0176883/2022-30
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal de Serra do Carmo, no Município de Mariana.

PARECER Nº 678/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0171586/2022-71
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Laura Queiroz, no Município de Itabirito.

PARECER Nº 679/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0175209/2022-26
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 11.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, no Município de Nova Serrana.

PARECER Nº 680/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0155838/2022-19
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 11.7.2023
Alteração societária e recredenciamento da entidade LMC Silva & Cia Ltda - ME, mantenedora do Colégio Verdy, do Município de Visconde do Rio Branco.

PARECER Nº 681/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0175565/2022-17
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal João Guimarães, no Município de Ponte Nova.

PARECER Nº 682/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0171684/2022-44
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Bento Rodrigues, no Município de Mariana.

PARECER Nº 683/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0137534/2022-12
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelas Escolas Municipais Irmã Ana Maria Teixeira Costa, Doutor Tânus Féres de Andrade, Doutor José Campomizzi Filho e Coronel Adolfo Peixoto de Mello, no Município de Ubá.

PARECER Nº 684/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174941/2022-84
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Maria da Conceição Resende Coelho, no Município de Cajuri.

PARECER Nº 685/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0008023/2023-53
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Balão Vermelho, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 686/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0100933/2022-03
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 11.7.2023
Renovação de reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Dona Cina, no Município de Carbonita.

PARECER Nº 687/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0176782/2022-41
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Cônego Paulo Dilásscio, no Município de Mariana.

PARECER Nº 688/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174915/2022-10
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Nossa Senhora da Saúde, no Município de Dom Silvério.

PARECER Nº 689/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0160672/2022-63
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 11.7.2023
Recredenciamento da entidade Mestra Educacional Ltda - ME, mantenedora do MESTRA - Centro Educacional Mestra Joana Lopes, no Município de Turmalina.

PARECER Nº 690/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0176812/2022-07
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal de Mainart, no Município de Mariana.

PARECER Nº 691/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174173/2022-62
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Humberto Candian e pela Escola Municipal Adelaide Andrada, no Município de Antônio Carlos.

PARECER Nº 692/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0080261/2022-09
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrada pela Escola de Ensino Especial Wagner Lima Verde, no Município de Patos de Minas.

PARECER Nº 693/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0121658/2022-21
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Maria Auxiliadora Guarçoni Benini Bonato e do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Amélio José da Silva, no Município de Rosário da Limeira.

PARECER Nº 694/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0099260/2022-69
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 11.7.2023
Recredenciamento da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pirapetinga - APAE e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos finais) ministrados pela Escola Intermediária Gabriela Teixeira da Cruz, no Município de Pirapetinga.

PARECER Nº 695/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0107780/2022-16
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 11.7.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional de Mariana Ltda - ME, mantenedora da Escola Educar, do Município de Mariana.

PARECER Nº 696/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0014670/2019-46
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 11.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Pedacinho do Céu, no Município de São João da Ponte.

PARECER Nº 697/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0165519/2022-47
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Castro Alves, no Município de Itumirim.

PARECER Nº 698/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135769/2021-43
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 11.7.2023
Mudança de entidade mantenedora da Escola Teixeira Dias, do Município de Mariana, e credenciamento da entidade Escola Teixeira Dias Ltda - ME.

PARECER Nº 699/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0157555/2022-26
RELATORA: Ivonice Maria da Ro
APROVADO EM 11.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal de Passagem de Mariana, no Município de Mariana.

PARECER Nº 700/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0135634/2021-02
RELATORA: Ivonice Maria da Rocha
APROVADO EM 11.7.2023
Recredenciamento da entidade ACER - Associação Cultural e Educacional de Resplendor MG, mantenedora do Colégio Integral de Resplendor, do Município de Resplendor.

PARECER Nº 717/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0154512/2022-28
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, no Município de Imbé de Minas.

PARECER Nº 718/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0149901/2022-74
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pelas Escolas Municipais Astolfo Moreira e Frei Carmelo, e do Ensino Fundamental, ministrado pelas Escolas Municipais De Veredas, Israel Pinheiro - CAIC e Professora Cleusa Tereza Andrade, no Município de João Pinheiro.

PARECER Nº 719/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0121089/2022-58
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental, ministrado no Centro Educacional de João Monlevade, no Município de João Monlevade.

PARECER Nº 720/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0019800/2021-46
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.7.2023
Recredenciamento da entidade Centro Educacional Espaço do Saber Eireli - ME e Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ofertado na Escola Espaço do Saber de Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 721/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174509/2022-11
PROCESSO Nº 1260.01.0153364/2022-81
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrados pelo Colégio e Curso Maximus, no Município de Ouro Fino.

PARECER Nº 722/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0117188/2022-43
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pela Escola Municipal Santo Antônio dos Moreiras, de Ensino Fundamental (anos iniciais), no município de Angelândia.

PARECER Nº 723/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0077715/2022-75
RELATORA: Kátia Liliane Alves Canguçu
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Napoleão Volpe, no Município de São Sebastião do Paraíso.

PARECER Nº 724/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174643/2022-79
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais),ministrado pela Escola Municipal Padre Rafael Faraci, no Município de Ponte Nova.

PARECER Nº 725/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0140764/2022-05
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Teodorico Fidelis Pereira, no Município de Josenópolis.

PARECER Nº 726/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0115110/2022-83
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal João Pereira de Castro, no Município de Dom Viçoso.

PARECER Nº 727/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0139145/2022-68
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Pinguinho de Gente, no Município de Muriaé.

PARECER Nº 728/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0142567/2022-18
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Professora Walma de Oliveira e do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Elisa Viana Botelho, pela Escola Municipal Professor Afrânio Amaral, pela Escola Municipal Joaquim Martins e pela Escola Municipal João Batista Romão, no Município de Patrocínio.

PARECER Nº 729/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0170806/2022-82
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Manuel Mayrink Neto, no Município de Urucânia.

PARECER Nº 730/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0158892/2022-11
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Joaquim Alves Ferreira e pela Escola Municipal Professora Nair Gaspar de Rezende, de Ensino Fundamental (anos iniciais), ambas no município de Juruaia.

PARECER Nº 731/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0151646/2022-04
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação do reconhecimento do curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA – Ensino Fundamental (anos finais), ministrado pela Escola Santos Anjos de Educação Especial – APAE, de Ensino Fundamental (anos iniciais), no município de Santana da Vargem.

PARECER Nº 732/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0136175/2022-39
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pela Escola Municipal Antônio Rodrigues Carolino, de Ensino Fundamental (anos iniciais), e pela Escola Municipal Braz Dominguez de Araújo, de Ensino Fundamental (anos iniciais), ambas situadas no município de Carmo do Paranaíba.

PARECER Nº 733/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0147937/2022-43
RELATORA: Zuleica Reis Ávila
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pelas Escolas Municipais: Oliveira Justino e Padre Francisco Van Noort, no município de Mendes Pimentel.

PARECER Nº 734/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0024656/2022-75
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação do credenciamento do Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE, que oferta o Atendimento Educacional Especializado - AEE, no Município de Espera Feliz.

PARECER Nº 735/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0091497/2022-53
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação do credenciamento do Centro de Atendimento Especializado Elza Maranezi de Figueiredo - CAEE para oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, no Município de Varginha, mantido pela entidade OÁSIS - Organização de Assistência e Serviços Integrados aos Sujeitos com Necessidades Especiais.

PARECER Nº 736/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0108943/2022-43
RELATORA: Bruna Caroline Morato Israel
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação do credenciamento do CAEE - Centro de Atendimento Educacional Especializado para oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, no Município de Carangola.

PARECER Nº 737/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0164488/2022-45
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pela Escola Municipal Almiro Paraíso, de Ensino Fundamental (anos iniciais), do município de Viçosa.

PARECER Nº 738/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0170650/2022-26
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental, ministrado pelo Colégio Nazareth, de Ensino Fundamental, localizado no município de Araçuaí.

PARECER Nº 739/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0154536/2022-59
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pela Escola Municipal Maria de Lourdes Gomes Pedrosa, de Ensino Fundamental (anos iniciais), do município de Estrela Dalva.

PARECER Nº 740/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0167976/2022-56
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pela Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giúdice, no Município de Viçosa.

PARECER Nº 741/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0175180/2022-33
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrada pelo Centro Educacional Educar e Viver, no Município de Natércia.

PARECER Nº 742/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0016453/2019-17
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal XV de Novembro, no Município de Cristália.

PARECER Nº 743/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174463/2022-89
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Senador Miguel Lana, no Município de Ponte Nova.

PARECER Nº 744/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0009031/2020-06
RELATORA: Andréa Cristina Dungas Santos
APROVADO EM 24.7.2023
Prorrogação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Serra Verde, no Município de Esmeraldas.

PARECER Nº 745/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0095448/2022-76
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 25.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Afonso Pena, no Município de Turmalina.

PARECER Nº 746/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0131629/2022-76
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 25.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação de reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Integrado de São Lourenço, no Município de São Lourenço.

PARECER Nº 747/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0161920/2022-26
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 25.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental e renovação do Reconhecimento do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Losango, no Município de Visconde do Rio Branco.

PARECER Nº 748/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0015271/2023-06
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 25.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio Imaculada Conceição, no Município de Passos.

PARECER Nº 749/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0093669/2022-94
RELATOR: Sérgio Luiz Nascimento
APROVADO EM 25.7.2023
Prorrogação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Batista de Congonhas, no Município de Congonhas.

PARECER Nº 750/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0119844/2022-14
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 25.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Ribeiro da Luz, no Município de Pouso Alto.

PARECER Nº 751/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0113000/2022-17
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 25.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Padre Correia de Almeida, no Município de Caxambu.

PARECER Nº 752/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0033126/2023-11
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 25.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal João Gonçalves da Rocha, no Município de Crisólita.

PARECER Nº 753/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0021733/2023-35
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 25.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Maria Geralda Miranda Brito Salomão, no Município de Ponto dos Volantes.

PARECER Nº 754/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0171077/2022-40
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 25.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental, ministrado pela Escola Municipal Manoel Gomes da Silva, no Município de Peçanha.

PARECER Nº 755/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0157075/2022-85
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 25.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental ministrado pela Escola Municipal Antônio Francisco da Silva, no Município de Santa Bárbara do Tugúrio.

PARECER Nº 756/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0106496/2022-55
RELATOR: Marcus Vinícius Neves Araújo
APROVADO EM 25.7.2023
Renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pela Escola Municipal Francisco Lins Peixoto, no Município de Piranga.

PARECER Nº 767/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0089819/2022-60
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 26.7.2023
Mudança de entidade mantenedora do Colégio Santa Branca e do Colégio Rede Decisão - Unidade Lourdes, de Belo Horizonte, e credenciamento da entidade Rede Educacional Decisão MG Ltda.

PARECER Nº 768/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0051040/2021-78
PROCESSO Nº 1260.01.0138807/2022-76
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 26.7.2023
Recredenciamento da entidade Obras Passionistas São Paulo da Cruz e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ministrados pelo Colégio São Paulo da Cruz, no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 769/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0150311/2022-62
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 26.7.2023
Recredenciamento da entidade José C. da Silva - Ensino Fundamental - ME, reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrados pelo Centro Educacional Estrela Verde, no Município de Nova Serrana.

PARECER Nº 770/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0074398/2020-12
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 26.7.2023
Recredenciamento da entidade Colégio Cristão Rosa de Saron Ltda - ME e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelo Colégio Cristão Rosa de Saron,no Município de Belo Horizonte.

PARECER Nº 771/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0174913/2022-64
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 26.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais) ministrado pelas Escolas Municipais Padre Omar Cyrillo, Procópio José Pereira e Benedito Brás Consentino, no Município de Ouro Fino.

PARECER Nº 772/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0065255/2022-02
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 26.7.2023
Recredenciamento da entidade Obras Sociais do Grupo Espírita Paulo de Tarso, mantenedora do Centro Educacional Eurípedes Barsanulfo, do Município de Uberlândia.

PARECER Nº 773/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0165444/2022-35
RELATOR: Paulo Leandro de Carvalho
APROVADO EM 26.7.2023
Reconhecimento do Ensino Fundamental, ministrado pelo Colégio Batista Norte Mineiro, no Município de Montes Claros.

CÂMARA DE PLANOS E LEGISLAÇÃO

2022 - SETEMBRO

PARECER Nº 689/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0132433/2022-96
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 15.9.2022, nos termos do artigo 44 do Regimento/CEE
Examina decisão judicial proferida nos autos do processo 5005063-31.2022.8.13.0512 INSTITUTO EDUCACIONAL SÓLIDO - IES e outros que deferiu o pedido de tutela de urgência em desfavor do Estado de Minas Gerais.

2022 - NOVEMBRO

PARECER Nº 828/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0135142/2022-91
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 21.11.2022
Autorização de funcionamento da Escola Municipal Francisco Rodrigues Galvão com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de São Gotardo.

PARECER Nº 829/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0119238/2022-80
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 21.11.2022
Credenciamento da entidade Instituto Educacional Helena Ribeiro Ltda - ME e autorização de funcionamento da Escola Vida com Ensino Fundamental, no Município de São Gonçalo do Pará.

PARECER Nº 830/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0121519/2022-88
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 21.11.2022
Autorização de funcionamento do Centro Educacional Padre Parreiras com Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Luz.

2022 - DEZEMBRO

PARECER Nº 924/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022
PROCESSO Nº 1260.01.0171645/2022-30
RELATORAS: Jussara Maria de Carvalho Guimarães
Juliana de Carvalho Moreira
APROVADO EM 12.12.2022
Dispõe sobre os pressupostos e diretrizes para a normatização da Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

2023 - JANEIRO

PARECER Nº 36/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0147896/2022-83
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 24.01.2023
Posicionamento do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais quanto à viabilidade e legalidade da Portaria nº 314, de 02 de maio de 2022, do Ministério da Educação, que dispõe sobre habilitação e autorização para a oferta de cursos técnicos por Instituições Privadas de Ensino Superior – IPES.

2023 - MAIO

PARECER Nº 504/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0121351/2022-65
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 25.5.2023
Consulta de interesse da Subsecretaria de Articulação Educacional da Secretaria de Estado de Educação sobre a regularização da vida escolar dos estudantes que realizaram atividades remotas, no 1º semestre de 2022, em escolas da rede municipal da Prefeitura de Ouro Preto.

PARECER Nº 505/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0003428/2023-55
RELATOR: Hélvio de Avelar Teixeira
APROVADO EM 24.5.2023
Manifestação sobre ausência de descrição, nos documentos que compõem as instruções processuais, dos amparos legais estabelecidos nas resoluções do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Estado de Educação e nas portarias editadas em virtude da pandemia de COVID-19.

2023 - JUNHO

PARECER Nº 630/SEE/CEE - PLENÁRIO/2023
PROCESSO Nº 1260.01.0083735/2023-07
RELATOR: Emerson Luiz de Castro
APROVADO EM 29.6.2023
Consulta de interesse da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais - ACADEPOL referente à oferta de disciplinas à distância, no âmbito dos cursos superiores presenciais.

Link: https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/pareceres

NOTA TÉCNICA

Nota de Esclarecimento e Orientações nº 01/2023 - SEE/CEE - PLENÁRIO

Belo Horizonte, 14 de abril de 2023.

Dispõe sobre a continuidade da implementação da reforma do Ensino Médio, de acordo com a Lei Federal nº13.415/2017, em todo o território e no Sistema de Ensino de Minas Gerais.

Link: https://tinyurl.com/CEEMG-NotaTecnica-01-2023

RECOMENDAÇÃO COMISSÃO DE ÉTICA DO CEEMG

SEE/CEE - COMISSÃO DE ÉTICA nº. 1/2023 - Dispõe sobre condutas recomendadas quando houver conflito de interesses no âmbito de relatorias e votações de processos pelas Câmaras e pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG).

Link: recomendacao1_etica_CEEMG

60 anos